

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

PAULO VICTOR TEIXEIRA PEREIRA DE MELO

**Do Bipartidarismo imperfeito ao multipartidarismo: A crise da
representação e a emergência dos novos partidos espanhóis**

BELO HORIZONTE
2019

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

PAULO VICTOR TEIXEIRA PEREIRA DE MELO

Do Bipartidarismo imperfeito ao multipartidarismo: A crise da representação e a emergência dos novos partidos espanhóis

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal Minas Gerais, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Ciência Política.

Orientadora: Profa. Dra. Helcimara de Souza Telles
Universidade Federal de Minas Gerais

Coorientadora: Profa. Dra. Leticia Maria Ruiz Rodriguez
Universidad Complutense de Madrid (Espanha)

BELO HORIZONTE
2019

320
M528b
2019

Melo, Paulo Victor Teixeira Pereira de
Do bipartidarismo imperfeito ao multipartidarismo
[manuscrito] : a crise da representação e a emergência dos
novos partidos espanhóis / Paulo Victor Teixeira Pereira de
Melo. - 2019.
250 f.
Orientadora: Helcimara de Souza Telles.
Coorientadora: Leticia Maria Ruiz Rodrigues.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas
Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.
Inclui bibliografia

1.Ciência política – Teses. 2.Partidos políticos –
Espanha - Teses. 3.Valores - Teses. I. Telles, Helcimara de
Souza. II. Ruiz Rodríguez, Leticia M.. III.Universidade
Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências
Humanas. IV.Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

UFMG

ATA DA DEFESA DE TESE DO ALUNO PAULO VICTOR TEIXEIRA PEREIRA DE MELO

Realizou-se, no dia 21 de fevereiro de 2019, às 15:00 horas, no Auditório Prof. Bicalho da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal de Minas Gerais, a defesa de tese, intitulada "*Do Bipartidarismo imperfeito ao multipartidarismo: A crise da representação e a emergência dos novos partidos espanhóis*", apresentada por PAULO VICTOR TEIXEIRA PEREIRA DE MELO, número de registro 2014653857, graduado no curso de CIÊNCIAS SOCIAIS, como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em CIÊNCIA POLÍTICA, à seguinte Comissão Examinadora: Profa. Helcimara de Souza Telles - Orientadora (DCP/UFMG), Profa. Silvana Krause (UFRGS), Profa. Luciana da Conceição Farias Santana (UFAL), Profa. Geralda Luiza de Miranda (DCP/UFMG), Prof. Bruno Pinheiro Wanderley Reis (DCP/UFMG).

A Comissão considerou a tese:

Aprovada

Reprovada

Finalizados os trabalhos, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, vai assinada pelos membros da Comissão.

Belo Horizonte, 21 de fevereiro de 2019.

Profa. Helcimara de Souza Telles _____
Orientadora (DCP/UFMG)

Profa. Silvana Krause _____
(UFRGS)

Profa. Luciana da Conceição Farias Santana _____
(UFAL)

Profa. Geralda Luiza de Miranda _____
(DCP/UFMG)

Prof. Bruno Pinheiro Wanderley Reis _____
(DCP/UFMG)

Agradecimentos

Escrever os agradecimentos desta tese é uma tarefa complicada e feliz. Ao escrever essas linhas lembro muito de uma fala de meus pais que diziam que a educação era a única herança que eles poderiam me deixar. Infelizmente eles não estão presentes em vida para ver a finalização dessa etapa de minha vida, mas a eles dedico este trabalho e sempre sou grato. O incentivo aos estudos nunca será esquecido. O amor sempre está presente!

Agradeço também aos meus irmãos, Lu e Maria, que são a base do meu apoio e incentivo. Aproveito para estender esse agradecimento a toda a minha família que sempre torceu e rezou por mim. A minha amada sobrinha, Maria Clara, espero que ela siga estudando e encanto a todos que a conhece.

Nos últimos anos tive a sorte de encontrar uma companheira para a vida, Tatiane Maciel, me deu carinho e incentivo para conseguir concluir esse longo trabalho. Baby, obrigado por tudo e desculpa pelas ausências e preocupações.

Uma pessoa essencial em minha formação e incentivo foi a minha orientadora, Mara Telles. Comecei a ser orientado pela Mara na graduação, participei da fundação do Grupo Opinião Pública, aprendi muito, tive grandes oportunidades e algumas brigas. Mara, obrigado por acreditar em mim e desculpa pelas entregas sempre depois que os prazos já esgotaram. Aproveito para agradecer a minha coorientadora, Leticia Ruiz, que me recebeu em Madrid, que me indicou bibliografias e me auxiliou muito nessa minha inserção no jogo político espanhol.

Aos membros do grupo opinião pública eu dedico um carinho especial, foram muitas as gerações que por lá passaram e tive o prazer de conviver e aprender com todos. Érica, Livia, Valeria, Ana Clara, Pedro, Robertinho, Hanna, Matheus,

Maria Clara, Bruna, Aline, Wania, Daniel, Tiago, Thiago, Marina, Gabriela, Thais, Clarisse, Barbara, Sthefany e tantos outros. Em especial a Noelle e Nerea que acompanharam os momentos de desespero, escutando os desabafos e xingamentos. Muito Obrigado.

Tenho de agradecer aos amigos irmãos que compartilharam comigo muitos momentos de alegrias, esperanças e tristezas. Obrigado pelo apoio Fernanda, Leonardo, Felipe, Leôncio, Matheus, Robert, Ciro, Dani ... desculpa se esqueci de alguém.

Agradeço ao Programa de Pós-graduação em Ciência Política da UFMG, aos técnicos-administrativos, aos professores e professoras, e aos coordenadores. Um agradecimento especial a Marlene e ao Alessandro, que não são secretários, são amigos que conquistei nos meus anos de UFMG.

Finalmente agradeço as agencias de fomento pelo auxílio financeiro durante esses anos de estudo e pesquisa. A CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) pelas bolsas de estudo no país, ao CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) pelas bolsas do doutorado-sanduiche, o que me proporcionou um ganho cultural e acadêmico que dificilmente seria possível sem esse apoio e a FAPEMIG (Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de Minas Gerais) pelo apoio ao projeto “Os vínculos entre eleitores e partidos: a atividade distrital dos deputados no Brasil, Espanha, Chile, Peru e Bolívia”. O incentivo acadêmico muda vidas e o país, espero que esses não tenham fim.

A todos e a todas que de alguma forma contribuíram na construção deste trabalho, o meu **Muito Obrigado!**

Yace aquí el Hidalgo fuerte que a tanto extremo llegó de valiente, que se advierte que la muerte no triunfó de su vida con su muerte.

Tuvo a todo el mundo en poco; fue el espantajo y el coco del mundo, en tal coyuntura, que acreditó su ventura morir cuerdo y vivir loco.

Miguel de Cervantes – Don Quixote

Resumo:

O jogo político espanhol foi completamente modificado após as eleições nacionais de dezembro de 2015. Após este pleito, o sistema que era considerado institucionalizado com forte viés bipartidário, passou para um sistema multipartidário, fragmentado, com queda da votação e das cadeiras dos partidos existentes e a emergência de duas novas forças partidárias - PODEMOS e *Ciudadanos*. A tese investiga como a crise de descontento, o surgimento de novos valores e as mudanças da sociedade abriram a janela de oportunidades para que esses novos partidos iniciassem um novo ciclo político na Espanha.

Palavras-chave: Novos partidos; Espanha; PODEMOS; Ciudadanos.

Abstract:

The political game in Spain was completely changed by the National Elections of 2015. The system, which was once regarded as institutionalized with a strong bipartisan bias, acquired a multi-party logic. Fragmentation rose and the traditional parties saw their voting and their share of seats shrink while new political forces - PODEMOS and Ciudadanos. - emerged. This thesis investigates how the crisis of dissatisfaction, the emergence of new values and changes in society opened up a window of opportunity for these new parties to give way to a new political cycle in Spain.

Keywords: New parties; Spain; PODEMOS; Ciudadanos.

Lista de Tabelas:

- Tabela 01: Distribuição de cadeiras por distrito → 46
- Tabela 02: Escala de Classificação Ideológica PSOE e PP (2009) → 66
- Tabela 03: Volatilidades espanholas – 2015 → 85
- Tabela 04: De onde vem as cadeiras dos partidos nas eleições de 2015 → 85
- Tabela 05: Votos e cadeiras dos partidos por magnitude dos distritos, em 2015 → 86
- Tabela 06: Sentimento sobre a política (somatório do 1º e 2º citação) → 155
- Tabela 07: Modelos de representação (%) → 159
- Tabela 08: Grau de Representatividade dos partidos políticos (PP e PSOE) (%) → 159
- Tabela 09: Auto identificação do eleitorado espanhol na escala ideológica esquerda-direita (%) → 166
- Tabela 10: Interesses territoriais versus partidos (%) → 168
- Tabela 12: Objetivo da representação → 169
- Tabela 13: Atores com poder → 171
- Tabela 15: Confiança média nas instituições democráticas (escala de 0 a 10) → 172
- Tabela 16: Avaliação da valoração dos partidos na Espanha (%) → 176
- Tabela 17: Principal motivo para se ter pouca ou nenhuma confiança na política (2012) → 176
- Tabela 18: A Espanha possui mais ou menos caso de corrupção que outros países da Europa? (%) → 178
- Tabela 19: Difusão da corrupção → 179
- Tabela 20: Comparativo Eleições 2011-2015 → 210
- Tabela 21: Resultados eleitorais nacionais de 2015 (20D) → 218
- Tabela 22: Perfil Social e político do eleitor → 223
- Tabela 23: Matriz de componente – Desencanto → 229
- Tabela 24: Matriz de componente – Valores → 231
- Tabela 25: VIF Modelo → 233

Tabela 26: Modelos por partido → 233

Lista de Gráficos:

Gráfico 01: Percentual de Votos PSOE e PP (1977 - 2015) (%) → 61

Gráfico 02: Escala Ideológica PSOE e PP, pelos eleitores → 65

Gráfico 03: Volatilidade Eleitoral nas Eleições para o Congresso dos Deputados (1979-2011) → 80

Gráfico 04: Numero Efetivos de Partidos na Espanha (1977 – 2011) → 81

Gráfico 05: Desproporcionalidade voto-cadeira na Espanha (1977 – 2016) → 83

Gráfico 06: Confiança nos sindicatos (%) → 154

Gráfico 07: Partidos e Democracia (%) → 156

Gráfico 08: Índice de Gini Espanha → 162

Gráfico 09: Desemprego na Espanha → 162

Gráfico 10: Interesse por Política (%) → 166

Gráfico 11: Influência sobre a política (%) → 167

Gráfico 12: Políticos buscam interesses pessoais (%) → 168

Gráfico 13: Representatividade dos parlamentares (%) → 170

Gráfico 14: Proximidade a algum partido → 172

Gráfico 15: Número de filiados a partidos na Espanha → 174

Gráfico 16: Filiados aos partidos estudados → 175

Gráfico 17: Corrupção principal problema (%) → 178

Gráfico 18: Satisfação com o Funcionamento da Democracia → 181

Gráfico 19: Avaliação Positiva sobre o desempenho da economia, política e governo → 182

Gráfico 20: Avaliação Negativa sobre o desempenho da economia, política e governo → 182

Gráfico 21: Posicionamento Ideológico *Ciudadanos* (escala 1 a 10) → 193

Gráfico 22: Classificação ideológica *PODEMOS* (escala 1 a 10) → 201

Gráfico 23: Intenção de voto e resultado das eleições na Espanha (2011 – 2015) → 209

Gráfico 24: Assuntos mais debatidos no 20D → 225

Gráfico 25: Menções aos partidos nas eleições do 20D → 217

Lista de Quadros:

Quadro 1: Características partidárias (PSOE e PP) → 63

Quadro 2: Fases de disputa partidária na Espanha → 68

Quadro 03: Variáveis do *Wold Value Survey* → 125

Quadro 04: Variáveis do CNEP → 126

Quadro 05: Indicadores do desencanto político → 132

Lista de Mapas:

Mapa 1: Mapa Cultural- WVS wave 6 (2010-2014) → 123

Mapa 2: Voto nas eleições de 2011 -2015 → 219

Lista de Figuras:

Figura 1: Campanha Ciudadanos 2006 → 189

Figura 2 – Alguns cartazes criados no 15-M → 196

Figura 3 – Cédula do Podemos nas eleições para o Parlamento Europeu → 200

Sumário

Introdução: ventos de mudança	14
Capítulo 1: O Bipartidarismo espanhol: o sistema político-partidário (1977 - 2014)	25
1.1. O longo percurso até a atual democracia	27
1.1.1. <i>Transição para a democracia</i>	31
1.2. Regras eleitorais	39
1.3.2. <i>Lei dos Partidos Políticos</i>	40
1.3.1. <i>Sistema Eleitoral</i>	43
1.3.3. <i>Financiamento Partidário</i>	51
1.3. A democracia consolidada: a tendência ao bipartidarismo	58
1.3.1. <i>Atores dominantes – PSOE e PP</i>	59
1.3.2. <i>Rendimento Eleitoral e fases da disputa partidária</i>	67
1.3.3. <i>Indicadores do sistema partidário (1977 – 2011)</i>	78
1.4. As regras eleitorais e emergência de novos partidos	84
Capítulo 2: Porque emergem Novos Partidos?	88
2.1. O mercado político e o surgimento de novos partidos	89
2.1.1. <i>Novos partidos: respostas institucionais</i>	92
2.1.2. <i>Novos partidos como respostas a demandas</i>	97
2.2. Modelo analítico apresentado no capítulo	103
Capítulo 3: A crise da representação: teorias explicativas, indicadores e efeitos	106
3.1. Explicações para a crise de representação: crise dos partidos e mudanças de valores	107
3.1.1. <i>As ofertas: representação e crise dos partidos políticos</i>	107
3.1.2. <i>As demandas: o embate entre valores materialistas e pós-materialismo</i>	119
3.1.3. <i>Indicadores da crise de representação: Desafección e descontento</i>	127
3.2 Efeitos Políticos e Institucionais: o populismo e mudanças no sistema partidário	133
3.2.1. <i>O Populismo como resposta para a crise da representação</i>	133
3.2.2. <i>Efeitos institucionais: Alinhamento, desalinhamento e realinhamento do sistema partidário</i>	138

Capítulo 4: O desencanto e a crise política na Espanha: a entrada de novos atores na disputa	153
4.1. Demandas do sistema: cultura política, crise econômica e crise da representação	158
4.1.1. <i>Desafección política</i>	165
4.1.2. <i>Descontento político</i>	180
4.2. Novas ofertas no sistema: Ciudadanos e Podemos	182
4.2.1. <i>Ciudadanos – Partido de la Ciudadania (C’s)</i>	186
4.2.1.1. Estrutura e ideologia.....	192
4.2.2. <i>PODEMOS</i>	194
4.2.2.1. Estrutura e disputas internas	202
Capítulo 5: As eleições de 2015: um novo sistema político-partidário?	207
5.1. O “Tempo da Política” em 2015	208
5.2. Os novos partidos no eleitorado em dezembro de 2015	221
5.2.1. <i>Modelo do voto em 2015</i>	227
5.2.2. <i>Clivagens Eleitorais em 2015: a explicação da ruptura do sistema</i>	235
Conclusão e Apontamentos	238
<i>Mudanças Social e Estruturais</i>	239
<i>A Espanha como um caso sintomático</i>	245
Referências	255
Anexos	272

Introdução: ventos de mudança

Eleições constituem os momentos cruciais em uma democracia. Também são os momentos de maior vulnerabilidade em mecanismos, discursos e tendências que estavam cristalizados nos últimos anos, décadas e outras eleições. Esse fenômeno se dá, pois esse é o momento que o poder político volta, novamente, por completo para a mão da sociedade. Devido a essa mudança no jogo, com o poder nas mãos da sociedade, as eleições são momentos-chave para que possamos aferir mudanças em todo o sistema político. O período eleitoral demarca as mudanças nos partidos políticos, nas tendências de votos, nas mudanças de lideranças políticas e de agendas de governo.

As eleições de 20 de dezembro de 2015 na Espanha marcaram mudança profunda no sistema partidário espanhol. Após a abertura das urnas, observou-se a ruptura do sistema com tendência bipartidária que dominava o sistema desde a redemocratização espanhola em 1975. O atual sistema político partidário espanhol era considerado institucionalizado, atuando com efeitos imediatos — psicológicos e mecânicos, bem como efeitos em longo prazo sobre a atuação das lideranças e dos partidos políticos (Montero, Llera e Torcal, 1992). Possuía uma boa previsibilidade dos agentes que ocupariam os governos e a apresentava à disputa nacional baseada em uma tendência bipartidária.

O sistema eleitoral que foi forjado para proporcionar a formação de maiorias (Lago e Montero, 2005), funcionou sem maiores solavancos até as eleições de 2011, garantindo a Espanha uma transição de um governo ditatorial a uma democracia consolidada.

Entretanto, a crise econômica de 2008 catalisou alguns anseios da sociedade de questionamento as lideranças e aos partidos que governaram o país nessas últimas três décadas. O ano de 2011 pode ser considerado o ano-chave para a compreensão do início do novo ciclo político espanhol. Ao final do segundo mandato¹ do Governo Zapatero (PSOE), houve uma série de manifestações da sociedade, conhecidas como Movimento 15M², ou movimento dos indignados, que se articulou com um mote de descontentamento com os representantes eleitos, com a atual democracia espanhola, com o bipartidarismo vigente (designado como sistema PPSOE³), com a grande influência que o capital — financeiro e industrial — tem sobre a política.

O 15M foi constituído com base em uma série de movimentos sociais que se articularam via internet desde a aprovação das reformas trabalhistas de 2010⁴. A partir de fevereiro⁵ de 2011, uma série de grupos locais buscaram despertar na população o interesse pela participação desta em protestos apartidário contra o bipartidarismo PPSOE e pela busca de uma “democracia mais participativa”. No dia 15 de maio de 2011, milhares de pessoas se reuniram na *Puerta del Sol* – Madri, e com cartazes com os seguintes dizeres “*no somos marionetas en*

¹ José Luis Rodríguez Zapatero, governou a Espanha de 2004 a 2011, no qual, o primeiro mandato foi de 2004 a 2008 e o segundo de 2008 a 2011.

² 15 de Março – data da primeira manifestação que ocorreu neste dia na Puerta do Sol – Madri.

³ A Espanha possui partidos tradicionais que remetem a origem do atual sistema político, principalmente as duas principais máquinas partidárias o Partido Popular (PP) e o Partido Socialista Obrero Español (PSOE), partidos institucionalizados, com grandes máquinas partidárias, um número relevante de eleitores identificados com eles e vem organizando governos e disputando eleições desde a redemocratização espanhola.

⁴ Pagina no Facebook, "Yo soy un joven español que quiere luchar por su Futuro, que depois migrou para o blog www.juventudenaccion.info devido ao frande número de participantes.

⁵ No dia 20 de febrero de 2011 é criado no Facebook um grupo denominado “*Plataforma de coordinación de grupos pro-movilización ciudadana*”, que tem como objetivo a organização e coordenação da manifestação, bem como a redação de um manifesto. Esse grupo, posteriormente, se transformou em um site denominado “*Democracia Real Ya*” que apresenta o manifesto do movimento e convoca a manifestação do dia 15 de Maio de 2011.

manos de políticos y banqueros” ou “Democracia real ¡YA! No somos mercancía en manos de políticos y banqueros”. O protesto, posteriormente, deixou reflexos em toda a política espanhola, apesar de ser ignorada em seu princípio.

Entretanto, como as eleições gerais de 2011 ocorreram muito perto do apogeu das manifestações — novembro de 2011 —, os reflexos destas foram sentidos, apenas, com a mudança do partido com o maior número de cadeiras. O Partido Popular que era oposição ao governo, alcançou a maioria e submeteu ao PSOE a sua maior derrota eleitoral até aquele momento na atual democracia.

Contudo, mesmo com o final da eleição de 2011, o movimento de insatisfação com os partidos políticos existentes perdurou. O 15M seguiu realizando atos menores por toda a Espanha e os grupos locais de discussão continuaram ativos em suas regiões. Desse Movimento *a posteriori*, nasceram novos partidos políticos — Partido X e PODEMOS — que ajudaram a configurar o cenário político que estudaremos nesta tese. Essas manifestações dialogam com um sentimento de não pertencimento aos partidos e de afastamento entre sociedade e mundo institucional que é expresso de maneiras diferentes e sobre diferentes dimensões do complexo fenômeno da representação.

Esses movimentos buscam representação mais horizontal e o aumento do *Accountability* vertical (Manin, Przeworski e Stokes, 1999), do cidadão, que buscou constituir novas formas de atuação. No esteio desse movimento, e com a situação de crise econômica e com a percepção do cidadão que as suas demandas e necessidades não estavam sendo contempladas, foram organizadas novas formas de organização partidária que ameaçam romper o bipartidarismo que domina o cenário eleitoral do país desde a redemocratização.

Alguns membros do 15M se organizaram como um partido político formalizado, o PODEMOS. Tal partido está disputando eleições na Espanha com uma plataforma que propõe uma nova forma de relação dos representantes com os representados. O PODEMOS conseguiu obter êxito no seu primeiro teste eleitoral, a eleição para o parlamento europeu em 2014, apenas 114 dias após o seu surgimento como partido, elegendo cinco deputados. Nas eleições municipais de 2015, algumas das frentes que compõem o PODEMOS conseguiu sucesso, com a eleição de prefeituras importantes como a de Madrid e de Barcelona e se posicionando como um ator relevante para as coalizões partidárias que indicaram prefeitos em cidades importantes⁶. Nas eleições para o *Congreso de Los Diputados*, o partido assumiu a posição de terceiro partido mais importante do país, disputando com o PSOE o papel de líder dos partidos de esquerda.

O outro caso de novo partido que ganhou relevância no decorrer dessa crise de descontentamento com os partidos tradicionais na Espanha foi o *Ciudadanos – Partido de la Ciudadania (C's)*. Com base em uma série de manifestações na internet⁷, o partido foi fundado 2006, em Barcelona, porém, até o ano de 2015, o partido possuía, apenas, nove deputados na Região Autônoma da Catalunha e uma centena de *concejales* na mesma região, o que o caracterizava como um partido regional. Mas, ao final do ano de 2015, o C's possuía 40 deputados nacionais⁸, quase 100 deputados autonômicos e mais 1500 *concejales* (6,55%

⁶ O PODEMOS possui, atualmente, se observarmos os dados das eleições municipais, maior presença nas cidades maiores. O tipo de agenda defendida por esse partido apresenta maior inserção em eleitores das grandes cidades. O que apresenta a está tese o desafio de mensurar se há variação entre vínculos de grandes e pequenas cidades.

⁷ Concentrada na plataforma *Ciudadans Plataforma Cívica da Catalunha*.

⁸ Mesmo com o importante decréscimo de sua votação entre as eleições de dezembro de 2015, para as de julho de 2016.

do total) em toda a Espanha. Com base em um posicionamento de se colocarem acima da direita e da esquerda, em defesa da constituição e do progresso, “despidos⁹” de interesses partidários e sim a favor das pessoas, da liberdade e da vontade de mudar — com responsabilidade — a situação do país. O que colocou o partido como a quarta força partidária na Espanha. Com isso, o partido se posicionou com um “elemento relevante” para a composição dos governos eleitos e das coalizões governantes, inserindo, nas agendas dos governos que foram apoiados por eles, algumas de suas agendas¹⁰ e pela sua capacidade de pactuar tanto com o PSOE, após a eleição de dezembro de 2015, como com o PP, após o pleito de junho de 2016.

Após as eleições para o *Congresso de Los Diputados* de dezembro de 2015, os dois novos partidos se articulam de forma nacional e foram considerados peças-chave para o rompimento do ciclo PPSOE. PODEMOS e C’s têm 109 cadeiras no parlamento (69 cadeiras para o PODEMOS e as suas siglas parceiras e 40 para o Ciudadanos). E, mesmo com a repetição do pleito em julho de 2016, podemos afirmar que observamos o final e o início do próximo ciclo político espanhol.

O trabalho desenvolvido a seguir se insere nesse cenário, de forma ao mesmo tempo descrever e explicar como um sistema partidário institucionalizado, com tendência ao bipartidarismo, se fragmentou ao ponto de possibilitar o surgimento de dois novos partidos com força a vetarem as ações dos partidos já existentes

⁹ Uma das peças publicitárias mais interessantes do C’s mostra o seu Presidente, Alberto Ribera, nu com os seguintes dizeres: “Soló nos importan las personas”. “No nos importa dónde naciste. No nos importa la lengua que hablas. No nos importa qué ropa vistes. Nos importa tú.”

¹⁰ A pauta da agenda que eles mais enfatizaram constitui a luta contra a corrupção, propondo de medidas contra a corrupção.

(Tsibellis, 2010). Por isso, este trabalho se fundamenta nos seguintes questionamentos de pesquisa: *quais fatores explicam o surgimento de novos partidos na Espanha? Ou seja, como as mudanças sociais pautaram as mudanças no sistema partidário espanhol?*

Nesta tese exploraremos como surgiram novos partidos que desafiam os já existentes, e como o ambiente político, institucional e social possibilitou esse surgimento. Para isso, este trabalho enfoca: (i) por que surgem novos partidos políticos; (ii) quem são os novos partidos que emergem no sistema; e, (iii) quais os motivos levaram a emergência dos novos partidos.

Para fins didáticos e como marco temporal, escolhemos a eleição de dezembro de 2015 para delimitar a análise da emergência das novas forças partidárias. A escolha dessa eleição se deu pelo fato de, durante o período eleitoral, ser possível sentir e mensurar, com maior precisão, as mudanças, como destacamos anteriormente. Além disso, consideramos está a “eleição crítica” (Key, 1955: 4) da mudança no sistema. Nesse pleito temos a entrada do PODEMOS e do *Ciudadanos* na principal casa de poder na Espanha, o que possibilitou a não formação do Governo, pela primeira vez, no atual período democrático. Além disso, a eleição de julho de 2016 reafirmou a tendência iniciada no pleito escolhido para a análise.

Como ressaltou Huntington (1968), as mudanças da sociedade, que levaram à modernização, abriram rachaduras que possibilitaram crises e surgimento de novas esferas de disputa. Acreditamos que, atualmente, passamos por mais uma desses ciclos de mudança, uma mudança que está transformando a sociedade

moderna para uma sociedade globalizada. Essa nova sociedade impõe as instituições desafios de adaptação para a sua sobrevivência.

Acreditamos que as mudanças no sistema partidário espanhol serão pautadas em mudanças sociais. Essas alterações referem-se: (i) ao aumento do sentimento de descontentamento com os partidos políticos vigentes no sistema; (ii) às mudanças nos valores na sociedade. Essas alterações estão interligadas pelo sentimento latente na sociedade de que não são representados pelos partidos que estavam presentes no sistema.

Acreditamos que essas novas organizações que surgiram no cenário Espanhol prometem uma forma de relação mais próxima e mais horizontal para com os representados. Como hipótese, acreditamos que essas medidas buscam enfrentar, frontalmente, as duas vertentes¹¹ do antipartidarismo presente no país e em outros países do continente. Mair (2013), ao discutir o papel contemporâneo dos partidos políticos, afirma que a era destes terminou, que a forma que os partidos se organizaram internamente e estruturam a disputa partidária levou a um distanciamento para com a sociedade que não condiz com as atuais democracias.

Os novos partidos emergentes se aproveitam desse desgaste dos partidos estabelecidos e apresentam-se como desafiantes do *establishment* político dos seus países, alcançando diferentes graus de sucesso. Aproveitando do desalinhamento entre o sistema partidário e a sociedade resultante da crise e

¹¹ A primeira é o antipartidarismo cultural, que se refere a atitudes de cinismo em relação à utilidade dos partidos e dos políticos nos sistemas democráticos; e a segunda, o antipartidarismo reativo, que se refere às atitudes adotadas pelos cidadãos em resposta à sua insatisfação com o comportamento das elites políticas e dos partidos. (Torcal, Montero e Gunther, 2007).

seus efeitos, buscam ganhar apoio e, conseqüentemente, votos e assentos. Sua crítica se estende não apenas para as plataformas de outros partidos, mas para os sistemas políticos e econômicos, portanto, eles agem como forças desafiantes pressionando por mudanças consideráveis nos sistemas partidários e na política do país.

Dada a sua natureza e o contexto de crise em que surgiram, o nosso argumento para o estudo dessas organizações políticas oferece oportunidade para acessar os fatores causais que determinam as chances de surgimento de novos partidos nas democracias que estão passando por mudanças profundas. Esses novos atores apareceram, nos últimos anos, tentaram canalizar a frustração popular e o ressentimento dos cidadãos para com os partidos estabelecidos, que eram vistos como corresponsável pela crise socioeconômica.

Acreditamos que o somatório da crise da representação e da crise econômica desenharam um cenário propício para a emergência partidos desafiantes (Harmel; Robertson, 1985; Mair, 1989; Rydgren, 2004). A desconstrução da política institucional vigente é em muito majorada pela grave crise econômica, os cidadãos têm assim um maior incentivo para buscarem outras alternativas e apostarem em novos atores. Este trabalho tem como pressuposto de que a janela de oportunidade é alimentada e retroalimentada pelas duas crises. A Espanha já passou por outras crises políticas e/ou econômicas, mas o sistema se adaptou e re-enquadrou. Mas, ao ocorrer as duas crises de forma conjunta, temos aí sim, aberta a possibilidade de rompimento.

Estrutura da tese

Este trabalho está organizado da seguinte maneira: no capítulo 1, apresentamos o ambiente político espanhol. Apresentamos como o sistema político se estruturou desde a redemocratização até o período de análise proposta nesta tese (1975 – 2011). A apresentação da estrutura formal, da configuração das eleições e das votações, possibilitará a construção do cenário anterior ao estudado neste trabalho. O estudo da paisagem que configurou o ambiente político-partidário com tendência ao bipartidarismo constitui a porta de entrada para que possamos entender como chegamos ao cenário pós a eleição de 2015.

Este será seguido de um capítulo que visa discutir o porquê do surgimento de novos partidos políticos, como esses atores são introduzidos em sistemas já institucionalizados. Para isso temos de pensar o papel do mercado político — demanda e oferta —, se é uma resposta institucional ou uma mudança da sociedade.

No terceiro capítulo, apresentaremos se a crise da representação afeta os partidos políticos já existentes, abrindo espaço para a emergência de novas forças partidárias, perpassamos a discussão das mudanças sociais, culturais e políticas vivenciadas pelas sociedades contemporâneas nos últimos anos. Apresenta-se como foi configurada a disputa política na Espanha nos últimos anos, como os atores e representados se faziam representar, as mudanças de valores e interesses e o papel do descontentamento com o jogo político vigente.

O quarto capítulo servirá para apresentar os dois novos partidos PODEMOS e *Ciudadadnos* (C's), que romperam o sistema institucionalizado vigente nos primeiros 40 anos do atual período democrático espanhol. Apresentaremos as suas características organizacionais, programáticas, de comunicação, de

lideranças e de relação com a sociedade. Essas novas condicionantes servirão para poder verificar a influência dos novos atores partidários nos antigos partidos e em todo o sistema partidário.

O capítulo 5 deste trabalho enfocará a análise das eleições gerais de dezembro de 2015. Apresentando o perfil dos eleitores dos novos partidos, quais as bases os sustentam. Com os indicadores do sistema partidário, será possível visualizar o efeito da criação desses novos partidos no sistema. De forma a elucidar como a crise de representação e das mudanças de valores da sociedade influenciaram para a emergência dos novos partidos, faremos uma análise da decisão do voto dos eleitores dessas novas agremiações. Para esta tese, foi usada a pesquisa pós-eleitoral do *Centro de Investigaciones Sociológica (CIS)* de janeiro e fevereiro de 2016.

Finalmente, a tese irá dissertar sobre como a entrada de novos atores políticos modificou o jogo político na Espanha. O “descongelamento” do sistema partidário causado pela entrada dos novos partidos levou a mudanças significativas na disputa eleitoral, na organização partidária, na forma de comunicação, na realização de pactos, no recrutamento de lideranças e na relação com os eleitores. Com base em argumentos teóricos e dos dados, que foram coletados em diversas fontes, poderemos apresentar algumas inflexões para pensar os demais casos de mudanças que vem ocorrendo em várias democracias.

Acreditemos que, com o estudo deste caso, possibilitamos aprofundar os conhecimentos sobre o conhecimento dos desafios que os partidos políticos têm a respeito dos novos contextos sociais e econômicos, principalmente nas mudanças e respostas que os partidos tradicionais terão de dar partidos às

demandas da sociedade, pautadas pela entrada de novos atores. Como destacado por Verge (2012)¹², são necessários estudos com dados empíricos para lançar luz sobre como as relações e vínculos da sociedade civil e dos representantes se moldam e porquê e como eles mudam com o passar do tempo. Para o caso analisado, o fator crise será de crucial importância, entretanto, momentos de crise possibilitam os partidos se depararem, mais fortemente, com as adaptações necessárias para permanecerem como elos entre a sociedade e o sistema político.

¹² “Given the literature’s persisting deficit on party–civil society relationships, scholars should undertake empirical analyses which shed light on the factors that shape these relationships, and reflect on how and why they change over time and what parties use them for.” (Verge, 2012:56)

Capítulo 1: O Bipartidarismo espanhol: o sistema político-partidário (1977 - 2014)

A Espanha elegeu no dia 20 de dezembro de 2015 (20D13) a sua 11ª legislatura nesse atual período democrático. Esta é considerada a eleição com maior número de mudanças desde a volta da democracia espanhola em 1977. A eleição foi marcada pelo surgimento de novos atores políticos, o aparecimento de novos partidos, uma competição inédita pelos espaços ideológicos – sejam eles a esquerda ou à direita –, o fim do bipartidarismo e a emergência de um multipartidarismo. Esses ingredientes trouxeram uma grande variabilidade nas pesquisas de opinião pública que mediam as intenções de votos, o fortalecimento de campanhas políticas por outros meios que não as tradicionais (divulgação pelos militantes dos partidos) e a emergência das novas tecnologias na campanha. (REY MORATO, 2016, p.11).

Eleições podem ser consideradas simultaneamente o final e o início de um ciclo, o final de um ciclo que se iniciou com as eleições do atual governo, bem como a deflagração de um novo ciclo que se iniciará com esta eleição. Como nesta tese iremos traçar a explicação de como se deu a emergência de novas forças partidárias após a eleição de 2015, se faz necessário, em primeiro lugar, retratar o sistema político espanhol contemporâneo, e como foi construído o cenário que possibilitou essa ruptura. Como a política é fruto do ambiente institucional e cultural que ela é imersa, apresentar trajetória do até alcançar o atual sistema e as regras que regem o atual sistema ganham papel relevante para o desenvolvimento desta tese.

¹³ É comum entre os espanhóis marcar as datas apenas indicando o dia seguido da letra inicial do mês. Por isso as eleições nacionais de 2015 são retratadas como eleições do 20D.

Por isso, neste capítulo iremos apresentar o percurso histórico e institucional percorrido até alcançar o período de estudo compreendido nesta tese, a saber de 2011 a 2015. Iniciaremos expondo os antecedentes à ditadura franquista, os pontos principais do regime franquista, os fatores que possibilitaram a sua duração de 39 anos, o percurso final do período ditatorial e a transição a atual democracia espanhola. Discutindo como as características do sistema eleitoral espanhol, a lei que rege o funcionamento dos partidos políticos e as regras de financiamento dos partidos políticos no período eleitoral e não eleitoral, atuam no sentido de formação de um sistema com viés bipartidário. Com o detalhamento dos indicadores partidários, iremos desenhar as fases da disputa político-partidária na Espanha, ao tempo que vemos a estrutura jurídica funcionar de forma a gerar o bipartidarismo imperfeito.

Ao final, apresentaremos como todas estas características também possibilitam que a emergência de novas agremiações surja e possibilite a conquista do poder. Como afirma Cox (1997), o surgimento de um novo partido resulta dos cálculos estratégicos das elites sobre se deve ou não entrar na arena eleitoral, por isso o estudo das regras eleitorais são essências para que as lideranças alcancem sucesso na conquista dos votos.

A apresentação detalhada é importante devido a dois motivos. O primeiro é por ser uma tese defendida no Brasil, por isso optamos por fazer um retrato histórico mais amplo, de forma a proporcionar ao leitor brasileiro o conhecimento do caso estudado. O segundo ponto que justifica esse relato extenso é a de que apresentar o sistema político partidário e cultural embasará a discussão que possibilitam o surgimento de novos partidos políticos.

1.1. O longo percurso até a atual democracia

O atual período democrático espanhol se inicia em 1975, com o fim da ditadura do General Francisco Franco (1939-1975). O regime de Monarquia Parlamentarista foi instaurado após a morte do ditador e a restauração da democracia. Mas, gostaríamos de destacar algumas passagens que levaram a ditadura franquista e alguns dados do seu final que acreditamos ser relevantes para a compreensão de alguns fatos que influenciarão no desenvolvimento da tese.

A Espanha presenciou entre os anos de 1931 a 1933 o seu primeiro período democrático (Payne, 1995; Redero, 2001). Após o período ditatorial de Primo de Rivera (1923-1930), foi composto um governo presidido por Alcalá Zamora e por uma série de partidos de esquerda que possibilitaram mudanças importantes para a época. A primeira a se destacar foi a separação entre Estado e Igreja, fator inédito até então é que no futuro iria levar a Igreja Católica apoiar aos partidos de direita e ao Regime Franquista.

Outra coisa importante realizada foi a mudança dos distritos eleitorais¹⁴. Com o intuito de diminuir o peso das forças locais e do caciquismo, o antigo sistema de pequenos distritos uni modais foi substituído por circunscrições provinciais plurinominais. Com base neste novo sistema eleitoral, uma grande maioria de centro-esquerda (Partido Radical e PSOE) conquistou a maior parte das cadeiras no parlamento, configurando uma grande derrota para as forças de direita, principalmente as rurais.

¹⁴ Ley de 27 de julho de 1933.

Com base nessa nova maioria, foi aprovada uma nova constituição em 9 de dezembro de 1931, uma constituição democrática, com todo o poder emanando do povo. Esta coalizão entre republicanos e socialista lançou base para leis importantes: a reforma agrária, o Estatuto da Catalunha e reforma nas leis de relação de trabalho. Reformas que desagradavam muito a direita espanhola, que começou a se organizar ao entorno da *Confederación Española de Derechas Autónomas* (CEDA).

A CEDA obteve grande apoio da Igreja Católica na sua organização. Temos de destacar que esta direita era política e democrática, apesar do descontentamento com a política implementada, não pregava a derrubada do regime.

Este período democrático durou até 1933, quando o governo foi posto em desconfiança e as Cortes foram dissolvidas. Nas eleições de 19 de novembro de 1933 a situação já era mais complexa, com várias forças antirregime se apresentando as eleições. Mais de 30 formações políticas alcançaram cadeiras no parlamento saído destas eleições, e uma frente de centro direita se pôs à frente do governo. Com isso se deu início a uma série de iniciativas de revisão das decisões tomadas no biênio anterior, o que acarretou em uma cisão política e o agravamento das discordâncias, que ganhou força devido à existência das forças fascistas que governavam Itália e Alemanha.

No mesmo instante, as forças socialistas em toda a Europa estavam inflamando aos seus filiados a se oporem ao crescimento do Nazismo Alemão. Com a entrada oficial da CEDA no governo presidido pelo Partido Radical em 1934, teve início um processo revolucionário que foi controlado e finalizado ao custo de

muitas mortes (REDERO, 2001:26). Com o desgaste gerado pelo processo revolucionário, o Partido Radical cede o governo ao CEDA e convoca novas eleições para 1935. O novo processo eleitoral coloca novamente frente a frente um bloco de partidos de esquerda e republicanos (Frente Popular) e o bloco de direita que agora está mais repleto de pessoas que defendiam o fim do regime democrático, PSOE e CEDA foram se posicionando mais afastados do centro ideológico do sistema.

O resultado das eleições refletiu uma grande fragmentação com o reflexo dos conflitos gerados pelas clivagens presentes no sistema político (clivagens regionais, confessionais, sociais e sobre a forma de governo). O primeiro governo foi composto pelas forças republicanas que deu início a anistia aos revolucionários de 1934, devolveu a anistia a Catalunha e colocou em marcha novamente as reformas iniciadas em 1931.

Com a vitória da Frente Popular ao mesmo tempo que os movimentos mais à esquerda encabeçada pelos sindicatos de trabalhadores (UGT e CNT) se radicalizam por um viés antissistema, o que levou a direita, composta por movimentos liderados pelos militares e com apoio de partidos antiparlamentaristas se fortalecem. O Exército ganha o protagonismo militar em 17 de junho de 1936 com a conquista de Melilla, o que dá início a Guerra Civil Espanhola (1936-1939).

(...) en España, como en otros países europeos de la época, las tensiones provocadas por el auge del movimiento obrero y por la aparición de nacionalismos periféricos desembocaron en soluciones autoritarias, inicialmente con Primo de Rivera y finalmente, con Franco. (Baqués, 2012:39)

Com base no Exército Colonial destinado a África, com o apoio de Adolf Hitler e Benito Mussolini a frente liderada pelo General Francisco Franco pós fim a Segunda República Espanhola¹⁵, à custa de milhares de mortos e uma Guerra Civil que durou 3 anos, dando início ao Período Franquista. O Franquismo nasce com apoio civil de oligarquias rurais, aristocracia financeira e os setores mais conservadores da Classe Média (ANTÓN, 2012:41).

O período ditatorial franquista foi estudado das mais diferentes vertentes, sobre a figura do ditador (FUSI, 1985; PRESTON, 1994), sobre o papel da Igreja Católica (PÉRES LEDESMA, 1994; BOTTI, 1992), sobre a sua definição (LINZ, 1974; REDERO, 2001; ANTÓN, 2012) e sobre seu percurso do nascimento a queda (MOLINERO e YSÀS, 1994; FONTANA, 1986; MORADIELLOS, 2000; REDERO, 2001; ANTÓN, 2012). Entretanto, para esta tese iremos destacar apenas alguns pontos que acreditamos ser relevantes para o desenvolvimento dela.

O primeiro destaque foi o do que possibilitou a longa durabilidade do regime ditatorial (39 anos), para isso temos quatro fatores explicativos: (i) a grande capacidade de adaptação às circunstâncias internacionais; (ii) grande apoio dos três pilares que deram sustentação ao golpe (exercito, Igreja Católica, classes medias conservadoras); (iii) a eliminação¹⁶ de uma grande maioria de oposição ao regime; (iv) o sucesso econômico e a mudança social no período¹⁷. Redero

¹⁵ Compreendida entre 1931 a 1939.

¹⁶ Durante os primeiros anos do Regime foi realizado o “pacto de sangue” (ANTÓN, 2012), em que 130.199 pessoas foram assassinadas durante a Guerra Civil e quase 50.000 nos anos que se seguiram, também tem de se somar os 270.719 detidos ou levados para campos de concentração e os 450.00 exilados.

¹⁷ Redero (2001) destaca que o peso da agricultura para a composição do PIB diminuiu de 22% em 1959 a 9% em 1975, a indústria aumentou sua participação em 3% e os serviços em 10% no mesmo período, o que acarretou a mudança da população para a cidade e por consequência o fortalecimento de uma classe trabalhadora urbana, dos sindicatos e de uma nova classe média.

(2001) destaca o equilíbrio que a sociedade espanhola se acomodou durante um período do regime. Equilíbrio proporcionado por dois fatores, o primeiro é a memória do terror da Guerra Civil, o que proporcionou um certo rechaço as posições extremistas e, em segundo, a repressão realizada pelo sistema.

E o segundo foi sobre o processo que pôs fim ao Regime. Para isso a literatura apresenta quatro indicadores são destacados para explicar a volta a democracia a Espanha: (i) o aumento da população urbana e a mudança no perfil da sociedade, que levou ao surgimento de mais camadas inconformadas com o regime; (ii) a piora na situação econômica mundial e o fim do grande crescimento; (iii) diminuição do apoio internacional ao regime, com até o Vaticano tirando o apoio que por muito tempo teve o Regime; (iv) a morte do Ditador em 20 de novembro de 1975.

1.1.1. Transição para a democracia

Apresentado o panorama anterior a volta a democracia em 1975, podemos nos ater ao atual período democrático espanhol. A redemocratização espanhola durou de 1975, ano da morte do General Franco, até 1982, quando houve a alternância de governo sobre a nova Constituição. O primeiro destaque que se deve fazer é de como foi realizada a transição para a democracia e os primeiros passos deste novo regime. Para isso iremos apresentar alguns atores e fatos que deitaram raízes sobre todo o atual sistema político. A transição espanhola aconteceu de forma rápida e negociada.

Se trata de una transición política sin rupturas de los aparatos del Estado, pero con una profunda transformación de la legalidad, las instituciones y las prácticas políticas mediante estrategias pacíficas y graduales que acabaron implicando un cambio completo de régimen. (Aguilera de Prat, 2001:39)

A opção por uma transição sem rupturas passa pelas escolhas dos líderes políticos que buscaram formas de permanecerem no poder, mas também pelas lembranças da catástrofe que foi a Guerra Civil Espanhola, o peso dos milhares de mortos levou a um processo negociado. A “ruptura pactuada/reforma pactuada” teve um grande controle de “cima para baixo” em todo o seu processo, com grande peso e atuação do Presidente Adolfo Suárez (UCD) e de um bloco de centro no espectro ideológico que possibilitou os pactos. Por ser a primeira a realizar essa transformação de forma pactuada, estar inserida na terceira onda de democratização a transição democrática espanhola é apresentada pela literatura como um modelo particular e até então único e que depois foi reproduzido em casos como brasileiro de 1985 (Huntington, 1991; Linz, 1992; O'Donnell, Schmitter, Whitehead, 1988; Gunther, 1992; Share, Mainwaring, 1986).

Como forma de resumir esse processo, vamos construir a argumentação com base nos cinco momentos chaves da transição, com o destaque para os atores e os papéis desempenhados. O primeiro ato da transição é a morte do General Franco, que dá início ao processo de decisões sobre como o regime deve enfrentar esse novo fato. Dentro da estrutura do regime inicia uma certa disputa em como proceder. O Almirante Carrero Blanco, o principal sucessor de Franco, foi assassinado pelo ETA¹⁸ em 1973, o que impossibilitava a estratégia de continuidade do regime de forma mais orgânica, tal qual planejara o ditador.

¹⁸ *Euskadi Ta Askatasuna* (expressão em euskera (basco) que significa “País Vasco e Libertade”), é um grupo terrorista de ideologia nacionalista vasca que se proclama independentista, socialista e revolucionário.

O que também foi contribuído pelas mudanças na sociedade espanhola, bem como na conjuntura mundial. A Espanha era naquela época não mais uma sociedade agrária, o que começou a pressionar o governo por mudança já que o seu regime era visto como dissociado de sua sociedade, uma sociedade moderna e um regime ultrapassado, situação que era corroborada pela sociedade internacional (HUNTINGTON, 1991; AGUILERA DE PRAT, 2001; RODRÍGUEZ-AGUILERA, 2012).

Devemos destacar nessa etapa o papel desempenhado pelo Rei Juan Carlos de Bourbon – Juan Carlos I. O Rei que teve sua volta a Espanha patrocinada pelo Ditador Francisco Franco e foi designado como Chefe de Estado¹⁹ após a morte do General. Com isso assumia algumas funções frente às Cortes Reais. Devido a disputas presentes dentro da esfera franquista e sobre a forma como iria se proceder a transição de regime, Juan Carlos I pediu que o antigo Presidente de Governo, Carlos Arias Navarro, que era a favor de uma reforma pontual e outorgado, se demitisse do cargo. O que dá início a segunda etapa da transição: a ascensão de Adolfo Suárez a presidência do governo.

Adolfo Suárez era líder da *Falange Española Tradicionalista y de las Juntas de Ofensiva Nacional Sindicalista (FET y de las JONS)* durante o governo Arias e foi incumbido pelo Rei Juan Carlos I de formar governo após a demissão do seu antecessor. Apesar de não ser muito conhecido da opinião pública (AGUILERA DE PRAT, 2001), Suarez conseguiu arregimentar forças dentro das cortes franquistas e se eleger Presidente de Governo e aprovar a Lei da Reforma Política (LRP). Com base no apoio do Rei foi aprovada em 18 de novembro de

¹⁹ Ley de Sucesión en La Jefatura de Estado de 1947.

1976 Lei para a Reforma Política, que posteriormente foi referendada pela população²⁰, com a posterior assinatura do rei e entrada em vigor em 4 de janeiro de 1977.

A reforma inicialmente pensada por Suárez era de menor impacto, porém ele foi levado a mudar de posição por causa de pressões externas. A LRP mudou a forma como seriam selecionados os eleitos para compor o Congresso dos Deputados em 1977, essa mudança abandona o critério de representação orgânica (muito presente no corporativismo fascista) e adere ao sufrágio universal (representação inorgânica) (RODRÍGUEZ-AGUILERA, 2012:62). A lei também retira da ilegalidade os partidos políticos e possibilita a Espanha um modelo democrático, bem como reconhece que as futuras Cortes Reais poderiam realizar o papel de reforma da constituição.

O terceiro ato da transição política é a eleição da constituinte de 1977 e a elaboração da nova Constituição. O Real Decreto 20²¹ de 18 de março de 1977 regeu as eleições que vieram acontecer no dia 15 de junho deste mesmo ano. Estas eleições são consideradas a eleição fundacional do novo período democrático espanhol. As regras escolhidas para esta eleição deitam raízes sobre as atuais regras, com poucas mudanças ocorridas posteriormente. Iremos trabalhar com maior detalhamento as regras eleitorais mais a frente, no entanto alguns destaques são importantes: (i) a eleição de 350 deputados e 207 senadores; (ii) estabelece o sufrágio e a possibilidade de candidatura²² a todos os espanhóis maiores de idade; (iii) listas partidárias fechadas e bloqueadas; (iv)

²⁰ 77,7% dos eleitores cadastrados compareceram ao Referendum da Lei de Reforma Política (17.599.622) e desses 94,1% aprovaram a Lei.

²¹ Publicado no Boletim Oficial do Estado (B.O.E) em 23 de março de 1977.

²² Com as exceções e membros das Forças Armadas e do Judiciário;

fórmula D'Hont para a distribuição das cadeiras; (v) barreira eleitoral de 3%; e (vi) as províncias como delimitadores das circunscrições eleitorais.

O Congresso eleito teve como seus principais vencedores a *Union Centro Democratica* (UDC) (34,6% dos votos e 166 cadeiras) e o *Partido Socialista Obrero Español* (PSOE) (29,3% dos votos e 118 cadeiras). Os dois partidos que possuíam as duas maiores máquinas eleitorais não conseguiram grande votação: por um lado, a *Alianza Popular* (AP/PP) que foi forjada a partir das bases franquistas, coordenadas por Fraga, foram punidas por serem consideradas como continuístas (obteve 8,3% dos votos, 16 cadeiras) e, por outro, o *Partido Comunista Espanhol*²³ (PC/IU) ainda estava muito vinculado à radicalização que levou ao golpe de 1936 (obteve 9,4% dos votos, 20 cadeiras). Mas, nenhuma frente, seja de esquerda ou de direita, conseguiu maioria suficiente para coordenar o processo constituinte, o que levou a um processo de negociação das elites, mas com forte protagonismo do Presidente Suárez.

O pleito de 1977 também foi marcado por ausências que não eram esperadas. Além da baixa votação dos partidos de maiores máquinas, observou-se a ausência de *clivagens* partidárias históricas no país. As únicas clivagens que se fizeram presente foram à esquerda-direita e a de centro-periferia que ressalta a relevância das disputas territoriais. Clivagens como clericalismo/anticlericalismo; militarismo/antimilitarismo; Monarquia/República foram alijadas do processo (AGUILERA DE PRAT, 2001:48; RODRÍGUEZ-AGUILERA, 2012:63). Este ponto se ressalta, pois, após esta separação das outras clivagens, as únicas

²³ O processo de legalização do PCE foi um dos momentos de maior tensão no processo de formação da constituinte. Esta foi feita por um decreto do Governo Suárez e provocou uma tensão com os militares. (GONZÁLES HERNÁNDEZ, Juan Carlos. El partido Comunista de España en el proceso de transición política. In: TEZANOS *et all.* La transición democrática española. Sistema: Madrid, 1989.)

clivagens que irão vigorar na Espanha, até o pleito estudado, foi a de centro/periferia e a de esquerda/direita.

Devem-se destacar também as ausências de um maior número de filiados aos partidos, por desinteresse da população e por parte dos partidos em cooptar militantes; a de ideologias mais radicais, com o protagonismo das forças centristas (centro-esquerda e centro-direita); e baixo enraizamento dos partidos. Estas ausências deitam raízes em todo o período atual da democracia espanhola, estas clivagens não voltaram a se fazer presente com grande força nas eleições subsequentes.

A formulação de uma nova Constituição guia o espaço de possibilidades para as ações e escolhas estratégicas (Sartori, 1996). Como já ressaltado, as decisões tiveram de ser pactuadas, já que nenhuma força conseguiu maioria suficiente para guiar o andamento da constituição. Devido a sua posição de destaque a UCD coordenou a elaboração da constituição realizando alianças estratégicas com os outros partidos em determinadas agendas. Com a AP cooperavam nas discussões sobre os assuntos militares e religioso, com os partidos de esquerda discutiam e as questões socioeconômicas e com os nacionalistas as questões de autonomia das comunidades autônomas. Porém uma escolha ficou clara, a de não mobilizar a sociedade e centrar a discussão somente com as elites. A Constituição espanhola foi forjada com o protagonismo das lideranças, com base em pactos e negociações, e sem muita participação da opinião pública.

Aprovada em outubro de 1978 por 95% dos parlamentares e depois chancelada por 87,8% dos eleitores no dia 6 de dezembro, a Constituição de 1978 realiza a transição espanhola no seu aspecto formal-legal. Reafirmando o país como uma

democracia; uma monarquia-parlamentarista; a legalização do pluripartidarismo; as forças armadas como garantidoras da unidade da Espanha, sobre o controle do Governo; a organização de um sistema de governo estável; avanços significativos quanto a direitos sociais e liberdade, reformas setoriais e integração europeia; e a organização territorial muito flexível e com distinções entre as Comunidades Autônomas.

O novo regime passou por dois testes para a sua consolidação, a tentativa de golpe de 1981 e a alternância de governo de 1982. As eleições de 1979 foram as primeiras regidas sobre a nova constituição espanhola, o equilíbrio de forças se manteve quase igual ao da constituinte (UCD: 35% dos votos – 168 cadeiras; PSOE: 30,5% dos votos – 121 cadeiras; PCE/IU: 10,8% dos votos – 23 cadeiras; AP: 6% dos votos – 9 cadeiras). Adolfo Suárez foi novamente eleito presidente do governo. Entretanto em seu âmbito interno a UCD iniciava um processo de enfrentamentos que culminaria na dissolução do partido após as eleições de 1982²⁴.

Em 23 de fevereiro de 1981 (23F) durante a votação de investidura do candidato Leopoldo Calvo-Sotelo (UCD), membros da Guarda Civil sobre o comando do Coronel Antonio Tejero invadiram o Congresso, ao mesmo tempo que em Valencia o General Jaime Miláns del Bosch levou tanques para as ruas, deflagrando a tentativa de golpe, com a intenção de volta a monarquia sem a submissão ao parlamento. O Rei Juan Carlos I convocou a televisão e desautorizou o Golpe. Como os golpistas contavam com o apoio da coroa, a

²⁴ Dissidentes da UCD liderados por Adolfo Suares fundaram o *Centro Democrático y Social* (CDS). Um partido de posicionamento moderado e de centro. O CDS conseguiu eleger deputados nas eleições de 1986 e 1989, depois não conseguindo mais alcançar o sucesso. O partido foi dissolvido em 2006.

desautorização por parte do Rei colocou fim à tentativa de golpe e fortaleceu a recente democracia.

O último teste da redemocratização foi a mudança de governo após as eleições de 1982. A primeira legislatura foi marcada pelo enfrentamento da UCD e PSOE, uma grave crise econômica causada pela segunda crise do petróleo de 1979 e os atentados terroristas coordenados pelo ETA. Ao mesmo tempo que as frentes que compunham a UCD entram em choque e deixavam o governo mais fragilizado ainda (Delgado, 2001). Adolfo Suárez apresenta sua carta de demissão da presidência do governo em 29 de janeiro de 1981. Após a tentativa de golpe, Leopoldo Calvo-Sotelo governa o país, mas não consegue enfrentar os mesmos problemas, o que o leva a convocação das eleições para o dia 28 de outubro de 1982, seis meses antes do esperado.

Devemos realçar três fatores do pleito de 1982: (i) a conquista da maioria absoluta do Parlamento pelo PSOE (obteve 48,4% dos votos – 202 cadeiras); (ii) o desaparecimento da UCD (obteve 6,8% dos votos – 11 cadeiras); (iii) a fixação do AP/PP como a grande força partidária de centro-direita do país (obteve 26,55 dos votos – 107 cadeiras). Com o fim da UCD, que veio a se dissolver logo após a eleição. PSOE e PP dominariam o jogo político-partidário espanhol até as eleições de 2015. Com base em sua maioria absoluta Felipe Gonzalez (PSOE) assume a presidência do Governo Espanhol e põe fim ao período da transição, agora finalizado o processo legal, os riscos de golpe e o processo político.

Um último destaque se faz necessário: a permanência da Monarquia na Espanha. Devido ao protagonismo e o incentivo às reformas democráticas empreendidas pelo Rei Juan Carlos, a Coroa obteve grande apoio quanto ao

questionamento sobre a sua permanência ou não, o Rei Juan Carlos obteve apoio das lideranças e da população que referendo a Constituição de 1978, que aceitaram a tese da autodeterminação do poder Real. Esse ponto foi reforçado após o papel desempenhado pelo Rei na tentativa de golpe de 1981.

Apresentada a discussão sobre todo o período da transição espanhola (1977 a 1982), podemos centrar o nosso olhar para a atual democracia que surgiu desse período. Como discutido pela teoria do *path dependence* (Pierson, 2000), a trajetória e as decisões tomadas pelos partidos geram reflexos em sua constituição e estratégias. A transição espanhola deixou raízes profundas em toda a política e cultura espanhola, bem como retratou algumas das características que regem a organização do sistema político do país.

1.2. Regras eleitorais

Realizar o mapeamento das regras que regem o jogo político de um país é essencial para que possamos compreender as atuações estratégicas dos atores. A política não é realizada em um vácuo decisório e sim em um ambiente complexo e com muitas nuances (Weber, 1991). Instituições são forjadas para nortear estas disputas e ganham com o transcorrer de sua história o papel cada vez mais relevante, com a funcionalidade de um guia de atalhos cognitivos morais e cognitivos: “não somente as instituições fornecem informações úteis de um ponto de vista estratégico como também afetam a identidade, a imagem de si e as preferências que guiam as ações” (Hall e Taylor, 2003:198).

Sistemas eleitorais também devem buscar a melhor forma de garantir a governabilidade de um país e se formatar de forma que seja possível um governo e seja garantida a representatividade. Por isso a relevância da implantação de

sistemas que dialoguem com as estruturas sócias, culturais e políticas dos países onde serão implementadas. Montero e Lago (2005) apresentam como as discussões sobre a seleção do sistema eleitoral na Espanha se desenvolveram e como os conservadores, na época liderados pela UCD formataram para que a governabilidade fosse assegurada e que as forças de direita ainda se fizessem representadas.

1.3.2. Lei dos Partidos Políticos

Como iremos estudar a criação, atuação e influência dos partidos políticos, se faz necessário apresentar e discutir a legislação que os rege. A atual lei dos partidos políticos espanhóis (*Ley Orgánica 6/2002*) foi votada para substituir a Lei 54/1978 que regia o comportamento e a organizações dos partidos políticos desde a redemocratização. A nova lei desenvolvida para atualizar as regras teve como base as experiências adquiridas no transcorrer do atual período democrático, dialogando com as regras jurídicas e dos códigos civis vigentes.

Os partidos são instituições privadas com características especiais, já que lidam com o Estado. Disputam as eleições e se apresentam para governar as pessoas. Por isso esta organização está baseada em um tripé de princípio de liberdades. O primeiro é a liberdade de criação de um partido, o segundo a liberdade de associação ao partido que mais lhe convir e o terceiro a liberdade de se coligar com quem lhes for mais conveniente.

As regras de criação partidária variam de país para país. No caso da Espanha, criar um partido político é relativamente simples. O primeiro passo é a formulação do “núcleo fundador”, que deve ser composto por no mínimo três pessoas físicas adultas (maiores de 18 anos), em pleno juízo dos seus direitos e sem nenhuma

condenação por crimes contra a Constituição, o Estado, a ordem pública e a defesa nacional. Este núcleo formador deve elaborar a ata fundacional do partido e registrar em domínio público junto com as assinaturas dos promotores do partido, a denominação do mesmo, os integrantes dos órgãos diretivos provisórios, a direção do partido e os seus estatutos²⁵.

Para o registro dos partidos, deve-se juntar a cópia destes documentos descritos acima com um formulário de inscrição e apresentar ao Ministério do Interior, que possui 20 dias para a avaliação dos mesmos e deferir sobre a criação do novo partido. Como os partidos são instituições que baseiam as democracias contemporâneas, a legislação exige que a sua organização seja feita de forma democrática, todavia, está se apresenta de uma forma bastante sucinta. As regras e as formas de organização são intrínsecas a cada partido e guiadas por seus estatutos e programas. A legislação apenas indica quais relações devem estar detalhadas nos estatutos, mas a elaboração é própria de cada partido²⁶.

²⁵ O Artigo 3.2 da Lei dos partidos políticos apresenta os elementos mínimos que devem estar presentes nos estatutos.

“1. El acuerdo de constitución habrá de formalizarse mediante acta fundacional, que deberá constar en documento público y contener, en todo caso, la identificación personal de los promotores, la denominación del partido que se propone constituir, los integrantes de los órganos directivos provisionales, el domicilio y los estatutos por los que habrá de regirse el partido que trata de constituirse.

La denominación de los partidos no podrá incluir términos o expresiones que induzcan a error o confusión sobre su identidad o que sean contrarias a las leyes o los derechos fundamentales de las personas. Tampoco podrá coincidir, asemejarse o identificarse, aun fonéticamente, con la de ningún otro partido previamente inscrito en el Registro o declarado ilegal, disuelto o suspendido por decisión judicial, con la identificación de personas físicas, o con la denominación de entidades preexistentes o marcas registradas.

2. Los partidos políticos adquieren personalidad jurídica por la inscripción en el Registro de Partidos Políticos que, a estos efectos, existirá en el Ministerio del Interior, previa presentación en aquél del acta fundacional suscrita por sus promotores, acompañada de aquellos documentos que acrediten el cumplimiento de los requisitos previstos en la presente Ley Orgánica.”

O site do Ministério do Interior apresenta um modelo com o esquema mínimo para o estatuto.

²⁶ Artigo 8.2. “Los estatutos contendrán una relación detallada de los derechos de los afiliados, incluyendo, en todo caso, los siguientes:

- a) A participar en las actividades del partido y en los órganos de gobierno y representación, a ejercer el derecho de voto, así como asistir a la Asamblea general, de acuerdo con los estatutos.
- b) A ser electores y elegibles para los cargos del mismo.
- c) A ser informados acerca de la composición de los órganos directivos y de administración o sobre las decisiones adoptadas por los órganos directivos, sobre las actividades realizadas y sobre la situación económica.

Apesar da criação e registro serem simples, para participar da disputa eleitoral se faz necessário mais um passo, a coleta de assinaturas nos distritos em que se vai apresentar candidaturas. Para a participação nas *Elecciones Generales* e nas das autonomias são necessárias pelo menos 1% de assinaturas dos eleitores do distrito no qual as legendas desejam apresentar candidaturas²⁷. Para as disputas eleitorais para o Parlamento Europeu são necessárias 15.000 assinaturas dos eleitores²⁸. Para as disputas das prefeituras é obedecido uma tabela que é referente com o tamanho da população do município²⁹.

Outro ponto importante que temos na lei é o repasso que ela faz nas formas do financiamento dos partidos políticos. Apresentamos o financiamento de forma individualizada e pormenorizada no próximo subitem do capítulo.

Estas características da legislação nos fornecem duas chaves explicativas importantes. A primeira é a facilidade de se criar uma nova organização do ponto de vista formal, já que não necessitam de grandes atividades ou de participação popular. A segunda é que a criação formal não garante de imediato a possibilidade de participação eleitoral, já que para a efetivação desta é necessário a coleta de assinaturas. Como o nosso estudo vai destrinchar a fundação dos novos partidos e a consequência destes, saberemos a facilidade de se fundar o partido na Espanha possibilita uma primeira visão sobre os incentivos

d) A impugnar los acuerdos de los órganos del partido que estimen contrarios a la Ley o a los estatutos.”

²⁷ Artigo 169 da LOREG.

²⁸ Artigo 220 da LOREG.

²⁹ Artigo 187 da LOREG. Municípios com menos de 5.000 habitantes 1% dos eleitores, desde que o número de signatários seja mais que o dobro de Vereadores para escolher; Municípios com população entre 5.001 e 10.000 habitantes, pelo menos 100 assinaturas; Municípios com população entre 10.001 e 50.000 habitantes, pelo menos 500 assinaturas; Municípios com população entre 50.001 e 150.000 habitantes pelo menos 1.500 assinaturas; Municípios com população entre 150.001 e 300.000 habitantes, pelo menos 3.000 assinaturas; Municípios com população entre 300.001 e 1.000.000 habitantes pelo menos 5.000 assinaturas. Nos demais casos, pelo menos 8.000 assinaturas.

ou barreiras da fundação. Como a barreira é muito baixa, uma pergunta se impõe: por que anteriormente nenhum partido alterou a lógica bipartidária do sistema?

A segunda chave nos faz pensar sobre as estratégias desenvolvidas pelos partidos para alcançar as assinaturas e assim se lançarem candidatos de forma nacionalizada. Como discutido anteriormente, essa é a vez que duas forças partidárias neófitas conseguem se estruturar de forma nacionalizada e assim alcançarem um maior sucesso eleitoral. As regras de divisão de cadeiras na Espanha exigem que, para se alcançar um maior número de cadeiras legislativas, se faz necessário um maior enraizamento dos partidos por todo o país. *PODEMOS* e *Ciudadanos* estreiam na disputa de uma maneira mais enraizada do que as forças que entraram na disputa e povoam a flora partidária espanhola. Quais estratégias *PODEMOS* e *Ciudadanos* praticaram para alcançar esse enraizamento? As estratégias destes variam entre si e com os partidos existentes?

1.3.1. Sistema Eleitoral

O sistema eleitoral espanhol para o Congresso dos Deputados manteve seus elementos básicos estáveis desde a constituinte de 1977, apenas algumas mudanças foram implementadas, mas nada que altere profundamente o sistema. Lago e Montero (2005:30) apresentam como as seguintes características como as que conformam o sistema: (i) o princípio da representação proporcional e da fórmula d'Hondt como a de distribuição de cadeiras; (ii) um Congresso formado por 350 membros (mesmo que os limites sejam um mínimo de 300 e o máximo de 400); (iii) a fixação das províncias como circunscrições eleitorais; (iv) a

distribuição de um número mínimo de cadeiras por distrito (2; com exceção de Ceuta e Melilla que são uni nominal), com o restante das cadeiras distribuídas pela proporção do número de habitantes; (v) uma barreira eleitoral de 3% dos votos validos; (vi) eleição feita com base em uma lista fechada e bloqueada. Para melhor assimilação, iremos apresentar cada uma das características de forma separada e ao final como elas se relacionam e formataram a política espanhola.

O primeiro item analisado é a fórmula eleitoral selecionada. A Espanha adere a Formula Eleitoral d'Hondt³⁰. A fórmula selecionada para a distribuição das cadeiras no Congresso dos Deputados é conhecida por ser proporcional. Mas, a literatura já apontou que apesar de ser colocada como proporcional, a fórmula possui um alto viés de sobre representar os grandes partidos e castigar os pequenos partidos (BENOIT 2000:384). Ela possui efeitos distintos dependendo do tamanho do distrito. Em distritos de pequena e alta magnitude seu efeito é residual, no entanto em distritos de media magnitude (6 a 9 cadeiras) ela possui efeitos grandes de concentração de votos nas maiores forças, principalmente se comparadas com outras maneiras utilizadas na distribuição proporcional (Montero, 1997; Montero e Riera, 2008).

A segunda característica que vamos destacar é o tamanho do congresso dos deputados. A constituição espanhola³¹ prevê que a Câmara baixa espanhola pode ter de 300 a 400 deputados, mas, a LOREG³² estipulou em 350 o número de deputados que compõe o Congresso dos Deputados. A magnitude de uma casa legislativa pode influenciar muito sobre a representatividade desta. A

³⁰ Artigo 204 do Decreto-ley de 1977 e depois artigo 163 de la LOREG

³¹ Artigo 68.1.

³² Artigo 162.1

tendência é de quanto maior o número de deputados, maior será a possibilidade de representatividade da sociedade e quanto menor o tamanho, menor a representatividade. No caso espanhol, a discussão de alteração da LOREG para que o Congresso dos Deputados atinja o máximo constitucional sempre está presente nas discussões das reformas políticas, pois como iremos ver mais a frente, a desproporcionalidade é bastante presente no caso em questão.

Os dois próximos itens possuem uma grande correlação. A escolha do distrito eleitoral é de suma importância para a definição do resultado eleitoral. Pois, dependendo da forma escolhida para repartir os distritos os resultados podem ser diferentes. O reparto de um distrito pode ser influenciada por fatores culturais, econômicos e por poderes políticos presentes. Na Espanha a escolha da distribuição por meio das províncias. A seleção desta se deu pois assim as circunscrições respeitariam em princípio da proporcionalidade, as divisões eram historicamente conhecidas e de certa forma plurinominais o que evitaria futuros questionamentos (Fernandez-Miranda Campoamor, 2001).

Após a seleção da distribuição por meio das províncias é necessário pensar em como distribuir o montante das 350 cadeiras por cada distrito. A distribuição de cadeiras na Espanha é realizada com base nas 52 províncias presentes no Estado Espanhol. A constituição e a LOREG determinam que serão alocadas um mínimo de 2 cadeiras por distrito (Menos para as cidades livres de Cautá e Melilla, que possui apenas 1 cadeira), o que totaliza 102 cadeiras nesta primeira distribuição, fixa. Com isso, são repartidas o restante de 248 cadeiras pelo tamanho da população do distrito, proporcionalidade.

A distribuição das cadeiras proporcionais segue os seguintes procedimentos para saber o total que cada distrito irá receber: (a) primeiro encontra-se o valor médio com base na população de cada um dos 50 distritos espanhóis; (b) confere a cada distrito as cadeiras distribuídas por números inteiros; (c) distribui as cadeiras restantes para as províncias com maiores frações. O quadro a seguir demonstra como foram distribuídas as cadeiras nas últimas eleições espanholas.

Tabela 01: Distribuição de cadeiras por distrito						
Circunscrição	2004	2008	2011	2015	2016	Magnitude
Álava	4	4	4	4	4	P
Albacete	4	4	4	4	4	P
Alicante	11	12	12	12	12	G
Almería	5	6	6	6	6	P/M
Astúrias	8	8	8	8	8	M
Ávila	3	3	3	3	3	P
Badajoz	6	6	6	6	6	M
Baleares	8	8	8	8	8	M
Barcelona	31	31	31	31	31	G
Burgos	4	4	4	4	4	P
Cáceres	4	4	4	4	4	P
Cádiz	9	9	8	9	9	M
Cantábria	5	5	5	5	5	P
Castellón	5	5	5	5	5	P
Ceuta	1	1	1	1	1	Uninominal
Ciudad Real	5	5	5	5	5	P
Córdoba	7	6	6	6	6	P
La Coruña	9	8	8	8	8	M
Cuenca	3	3	3	3	3	P
Girona	6	6	6	6	6	M
Granada	7	7	7	7	7	M
Guadalajara	3	3	3	3	3	P
Guipúzcoa	6	6	6	6	6	M
Huelva	5	5	5	5	5	P
Huesca	3	3	3	3	3	P
Jaén	6	6	6	5	5	M
León	5	5	5	5	4	P
Lleida	4	4	4	4	4	P
Lugo	4	4	4	4	4	P
Madrid	35	35	36	36	36	G
Málaga	10	10	10	11	11	G
Melilla	1	1	1	1	1	Uninominal

Murcia	9	10	10	10	10	P/M
Navarra	5	5	5	5	5	P
Ourense	4	4	4	4	4	P
Palencia	3	3	3	3	3	P
Las Palmas	8	8	8	8	8	M
Pontevedra	7	7	7	7	7	M
La Rioja	4	4	4	4	4	P
Salamanca	4	4	4	4	4	P
Sta Cruz de Tenerife	7	7	7	7	7	M
Segovia	3	3	3	3	3	P
Sevilla	12	12	12	12	12	G
Soria	3	2	2	2	2	P
Tarragona	6	6	6	6	6	M
Teruel	3	3	3	3	3	P
Toledo	5	6	6	6	6	M
Valencia	16	16	16	15	16	G
Valladolid	5	5	5	5	5	P
Vizcaya	9	8	8	8	8	M
Zamora	3	3	3	3	3	P
Zaragoza	7	7	7	7	7	M

Fonte: Ministério do Interior

O resultado desta distribuição é a existência de um grande número de distritos com baixa magnitude e poucos com alta magnitude. Essa característica do sistema eleitoral espanhol vai influenciar diretamente nos resultados das futuras políticas e configuração de governos, bem como na proporcionalidade dos votos. Com isso Lago e Montero (2005) dividem o sistema espanhol em três subsistemas: um de tipo majoritário (que inclui os distritos de uma a cinco cadeiras), outro proporcional (com 10 ou mais lugares) e outro intermediário, formado pelos distritos médios (6 a 9 lugares). Como bem detalhado pelos autores, estes três subsistemas levam a incentivos e atuações dos partidos bem distintas, se adaptando a cada sistema encontrado (Lago e Montero, 2005:32).

Lago e Montero (2005) também apontam que esta característica do sistema espanhol possui um alto viés conservador. Ao analisarem as 9 primeiras eleições espanholas sobre o atual modelo de votação, observam que os partidos de

centro-direita se fazem mais sobre representado do que os partidos de centro-esquerda. Isso se daria pela força que os partidos conservadores (principalmente o AP/PP) teria nos distritos de baixa magnitude e interioranos. Partidos que representam anseios urbanos seriam prejudicados pois a disputa se mostra mais difícil e com a presença de um maior número de atores.

As disputas nas grandes circunscrições possibilitam a existência de um multipartidarismo “real” o que dificulta a conquista do voto. Ao passo, que as disputas em distritos com baixa magnitude e com características de disputas majoritárias a disputa é decidida por uma menor proporcionalidade e um menor número de votos (Penadés e Santiuste, 2013). Estas características levam a dois efeitos na atuação das elites e dos eleitores na disputa eleitoral – um mecânico e um psicológico. Os dois efeitos são caracterizados por Lago e Montero (2005) como: (i) a escolha estratégica de muitos partidos em qual distrito apresentarem candidaturas - pequenos partidos centrariam seus esforços nos grandes distritos, já que nestes possuiria maior probabilidade de alcançarem uma cadeira legislativa, contudo, os grandes partidos podem lançar candidaturas em todos os distritos, o que lhes possibilitaria continuarem os maiores partidos - e (ii) a opção dos eleitores pelo voto útil, já que tenderiam a votar apenas em partidos que teriam maior chance de vitória (Lijphart, 1994:96).

A barreira eleitoral espanhola é legalmente de 3%, e foi introduzida junto com a fórmula D'Hont como um corretor da proporcionalidade e visando conter a fragmentação parlamentar. Porém, para o caso espanhol essa barreira não se configura como um limitador já que os partidos conseguem superá-la com certa facilidade. Segundo Lijphart (1995:72 *apud* Montero e Lago, 2005), a clausura

de barreira espanhola, na verdade, se situa perto de 10,2%, dado esse ser o verdadeiro fator de corte do sistema político.

E, para finalizar, devemos apresentar a estrutura do voto espanhol. Como estrutura do voto entendemos a forma de como o eleitor vai a urna, ou seja, como ele dá o seu voto. O voto na Espanha é dado pelo eleitor em listas fechadas e bloqueadas³³. Cada partido apresenta por distrito em disputa uma lista com os nomes em ordem pelo número de vagas por distrito e cabe ao eleitor selecionar apenas a lista que mais lhe agrada, sem poder alterar a mesma.

A locação desta ordem é definida de acordo com os estatutos de cada partido, o que não gera um padrão para todos. Alguns distritos com maior mobilização dos partidários e com a presença de lideranças fortes conseguem elaborar listas de forma mais livres e próximas aos seus eleitores, já distritos com menos “peso institucional” possuem listas formuladas pelo diretório nacional, como nomes escolhidos para a candidatura que nem sempre são locais, o que pode influenciar na percepção da representatividade do seu voto. Uma das grandes vantagens deste sistema é o controle dos partidos sobre os eleitos, já que a direção nacional tem peso decisivo na escolha dos candidatos.

Apresentada todas as características do sistema eleitoral e a sua trajetória de implementação, podemos pensar como todas elas irão influenciar em nosso estudo. Como nos propomos analisar os efeitos dos novos partidos nos partidos que já eram presentes no sistema, e no próprio sistema, regras do sistema eleitoral nos fornecem peças importantes para esta análise.

³³ Ceuta e Melilla são exceções, já que são distritos unimodais.

A primeira coisa que devemos nos ater é sobre a forma que as cadeiras são distribuídas. Como a eleição é distrital, no qual as províncias territoriais são as referências, para a análise que vamos empreender é importante decifrar como estas províncias podem influenciar na forma como o acesso as cadeiras são realizadas. O que dialoga diretamente com o segundo ponto a se destacar que é a variabilidade entre as províncias. O sistema espanhol pode ser pensado como composto por distritos de baixa, média e alta magnitude, para análise do peso dos distritos na representação é necessário analisar as diferenças entre esses três sistemas. A literatura já aponta que as lógicas das escolhas dos representantes entre eles possuem variabilidade (Penadés, 1999) dependendo da magnitude, o que temos de verificar é como essa variabilidade é captada pelos velhos e novos partidos. Os atores veteranos e neófitos tecem estratégias diferentes para cada “formato” de distrito? Mesmo com a manutenção das regras vigentes que incentivam ao bipartidarismo, como foi possível a emergência das novas forças partidárias de forma significativa?

Será necessário também analisar como a estrutura do voto influencia no comportamento dos partidos. Como as listas são fechadas e bloqueadas, a forma da composição da lista, a posição do representante na mesma, o peso do diretório nacional, as consultas a sociedade (seja por primárias, seleção de lideranças locais, participação de movimentos sociais...) devem ser analisada neste trabalho. Uma das principais funções dos partidos políticos é o recrutamento político (Mair, 2003; Norris, 2013; Sartori, 1976).

Porém, grande parte da crise de representação que a literatura aponta recentemente é sobre quem são esses selecionados para ser os representantes, já que a sociedade não se vê representada nos selecionados (Urquizu, 2016).

Por isso é necessário investigar as diferenças entre os novos e velhos partidos sobre a forma que organizam as suas listas e selecionam os candidatos. A seleção das lideranças é uma das chaves para a elucidação da representatividade, velhos e novos partidos diferem nesse processo? Quais as influências da forma de seleção nas mudanças que estudamos? As ferramentas e perguntas aqui arroladas serão de crucial importância para o desenvolvimento deste trabalho.

1.3.3. Financiamento Partidário

O Financiamento dos partidos políticos sempre foi algo essencial na compreensão deste importante ente das democracias. Ao observar a forma como se dá o financiamento partidário e de todo o sistema político é possível se definir características importantes desta organização. Quando se pensa em modelos partidários, o tipo de financiamento é uma das informações importantes a se ter em conta. O debate em torno do financiamento partidário possui três pilares de discussão: o primeiro é sobre o montante de recurso envolvido nessa operação, o segundo é sobre as consequências geradas pelo tipo de financiamento e, por último, os casos de corrupção que são gerados a partir deste.

A democracia é um sistema de governo que possui seus custos financeiros. Os partidos políticos são mecanismos essenciais para o funcionamento da democracia moderna e, por isso, o custo dos partidos políticos e/ou o seu financiamento é essencial para o funcionamento da democracia como um todo. Porém, a sociedade civil é em boa parte crítica a realização da mesma, já que temos uma associação privada recebendo recursos públicos para o seu

funcionamento. Schneider (1995) discute que a alta desconfiança que a população tem da classe política, tem a sua percepção agravada ao se perceber que os partidos políticos possuem acesso ao Tesouro público, o que fomenta o antipartidarismo na sociedade.

Recursos financeiros são essências para a conquista de votos e, por consequência, para o acesso ao poder (Pereira e Rennó, 2007; Stratmann, 2009; Sacchet e Speck, 2012). Por isso a igualdade de acesso aos recursos e uma distribuição mais equânime dos mesmos é essencial para a democracia. Os artigos 9.1, 14 e 23.2 da Constituição Espanhola tratam dessa igualdade de oportunidades que as formações políticas devem ter (González, 2003), entretanto, veremos em sequência que as regras não proporcionam tamanha igualdade. Ao passo que o financiamento partidário pode influenciar diretamente no funcionamento das instituições após as eleições, criando viés de preferência na representação.

Em todas as democracias ocidentais existem casos de denúncia de corrupção gerados pelo financiamento partidário (Zovatto, 2005). A corrupção afeta a representação diretamente nos dois pontos já destacados acima, já que partidos podem ter mais acesso a recursos financeiros para a realização de suas atividades, bem como proporciona que os atores possuam pesos diferentes na influência sobre as definições tomadas no mundo político. Além disso, as denúncias de corrupções ferem mortalmente a confiança da população no meio político, o que leva a uma grave crise de confiança, que pode colocar em risco todo o sistema.

Voltando o foco agora para o caso específico que estamos analisando, pensando que o financiamento político é toda forma de recursos que os partidos mobilizam para realizarem as suas atividades políticas, não só as de período eleitoral, Gonzáles (2003) e a legislação espanhola distinguem três focos de análise: (i) o financiamento eleitoral; (ii) o financiamento ordinário; e (iii) financiamento parlamentar. Iremos apresentar a seguir a forma que se realiza cada um e as suas possíveis influências para o sistema político.

Para isso, teve-se de deixar claras as diferenças entre o financiamento eleitoral e o realizado no período não eleitoral. Durante o período eleitoral os gastos são feitos para a produção de propagandas e pagamento de pessoal especializado para convencer o eleitor a votar nas propostas do partido e/ou candidato, ao passo que os recursos usados fora do período eleitoral são os destinados à manutenção da máquina partidária, como os de pagamento do pessoal envolvido nas atividades cotidianas, a realização e divulgação dos atos partidários.

Sabe-se que entre período não eleitoral (ii e iii) e o período eleitoral (i) existe muita relação. Porém, para efeitos de estudos é aconselhável separar os dois períodos. Está tese não tem como enfoque o estudo do financiamento partidário e as suas mais diferentes vertentes, o que iremos realizar aqui é apenas a exposição de como a legislação espanhola trata do assunto. O financiamento eleitoral é regido pela *Ley Orgánica del Régimen Electoral General (LOREG)*, que dispõe de todo o funcionamento do processo eleitoral. No Artigo 130 da LOREG³⁴ está disposto como os partidos podem dispor dos recursos para as

³⁴ Artigo 130 da LOREG: “Se consideran gastos electorales los que realicen los partidos, federaciones, coaliciones o agrupaciones participantes en las elecciones desde el día de la convocatoria hasta el de la proclamación de electos por los siguientes conceptos:
a) Confección de sobres y papeletas electorales.

eleições, reforça que os partidos são os únicos que podem usufruir dos recursos para esta época, o que reforça que os partidos são os entes legais autorizados a disputar as eleições.

O Governo espanhol financia direta e indiretamente os partidos políticos nas eleições. Como forma direta temos o repasse de dinheiro aos partidos que é determinado pelo artigo 175.1 da LOREG, com a atualização monetária do *Ministerio De Hacienda Y Administraciones Públicas* a cada eleição. Os valores para as eleições de 2015 foram os seguintes³⁵: (i) 21.167,64 euros por cada cadeira obtida no Congresso dos Deputados ou no Senado; (ii) Concessão de 0,81 euros por cada voto obtido pelas candidaturas ao Congresso, nos quais pelo menos um membro do partido tenha obtido uma cadeira no Congresso dos Deputados no distrito; Concessão de 0,32 euros por cada um dos votos obtidos por cada candidato que conseguisse uma cadeira de Senador. Um primeiro destaque é necessário fazer a partir deste dado: os recursos do Estado só são repassados aos partidos que obtiverem cadeiras legislativas nas circunscrições eleitorais, o que alija do acesso aos recursos financeiros partidos que não conseguirem acesso aos órgãos legislativos. Essa é uma forte medida de manutenção de *status quo*, já que apenas partidos que acessem ao poder terão

b) Propaganda y publicidad directa o indirectamente dirigida a promover el voto a sus candidaturas, sea cual fuere la forma y el medio que se utilice.

c) Alquiler de locales para la celebración de actos de campaña electoral.

d) Remuneraciones o gratificaciones al personal no permanente que presta sus servicios a las candidaturas.

e) Medios de transporte y gastos de desplazamiento de los candidatos, de los dirigentes de los partidos, asociaciones, federaciones o coaliciones, y del personal al servicio de la candidatura.

f) Correspondencia y franqueo.

g) Intereses de los créditos recibidos para la campaña electoral, devengados hasta la fecha de percepción de la subvención correspondiente.

h) Cuantos sean necesarios para la organización y funcionamiento de las oficinas y servicios precisos para las elecciones.”

³⁵ Orden HAP/2272/2015, de 30 de outubro de 2015 do Ministerio De Hacienda Y Administraciones Pública.

acesso para custear as suas campanhas. Outro ponto a se destacar é o papel da circunscrição, que, como detalhamos anteriormente, é a base da formatação do sistema político espanhol, os partidos têm de se fazerem vencedores nas mesmas para assim conseguirem recursos para a sua manutenção. Este reforço também leva a um viés de fortalecimento dos maiores partidos, que, por possuírem maiores máquinas eleitorais e, assim, terem maior penetração em todo o país, permite a conquista de recursos nas mais distintas circunscrições.

O Estado também fornece aos partidos e agremiações que disputam as eleições acesso aos meios de comunicação estatal para a realização de campanha. O Artigo 64.1 da LOREG traz a divisão do tempo de Televisão e Rádio estatal³⁶. O acesso aos meios de comunicação é um ponto importante para a divulgação e o convencimento do eleitor, principalmente nas democracias cada vez mais profissionalizadas (Katz e Mair, 1994; Lavareda, 2009). Este financiamento indireto também favorece aos partidos existentes e maiores, já que quanto maior for a sua votação no pleito anterior, maior será o seu acesso aos recursos de divulgação de sua campanha. Ademais, a Lei Orgânica apresenta os limites de acesso à mídia durante a campanha, como já apresentado o tempo de rádio e televisão estatal é outorgado para todos os partidos, já quanto as mídias privadas têm-se alguns limitadores. Rádio e mídia impressa podem vender o espaço publicitário livremente para as associações partidárias, com a única obrigação de praticarem o mesmo valor para todas (*equal time clause*). Porém, é vetada a contratação de espaços publicitários nas televisões privadas.

³⁶ A distribuição é feita da seguinte forma: 10 minutos diários para os partidos novos na disputa; 15 minutos para os partidos que obtiveram até 5% dos votos nas eleições passadas; 30 minutos para os partidos que obtiveram de 5% a 20% dos votos nas eleições anteriores; e, 45 minutos para os que alcançaram acima de 20% dos votos.

Como destacado por Lavareda (2009), as televisões ainda ocupam um espaço central de disputa e divulgação das campanhas eleitorais. Ao vetar a divulgação nas redes privadas de televisão, você pode possibilitar um cenário que muitos eleitores não têm acesso às peças publicitárias dos partidos. Sobre o financiamento privado das eleições a LOREG se apresenta de forma mais vaga do que sobre o público. Ela trata apenas do limite de doação nominal de 10.000 euros por pessoa jurídica ou física para os partidos.

A última coisa que devemos nos atentar é sobre os limites impostos pela legislação. A cada eleição o *Ministerio de Hacienda Y Administraciones Públicas* publica os limites de gastos que cada partido pode ter para realizar as suas campanhas³⁷. Este limitador é disposto para impossibilitar que haja muita distinção entre as campanhas. Os recursos que são outorgados pelo Estado são repassados para os partidos após as eleições, o que leva a todas as agremiações a recorrerem a empréstimos bancários para o custeio da campanha durante o processo eleitoral, fato que tem colocado muitas agremiações em dívidas com os bancos. O Tribunal de Contas é o responsável por realizar a avaliação da prestação de contas de todos os partidos, e somente após a aprovação que os abonos estatais são remetidos.

Quanto ao financiamento fora do período eleitoral, a legislação espanhola apresenta dois enfoques: (i) os recursos destinados à manutenção dos partidos e (ii) os recursos destinados à manutenção dos grupos parlamentares. Enquanto os legisladores espanhóis foram minuciosos na regulação do financiamento no

³⁷ Para as eleições de 20 de dezembro de 2015 o limite foi de 0,37 euros para cada habitante das circunscrições que os partidos apresentem candidatura.

período eleitoral, o mesmo não se observa no período não eleitoral. O modelo de acesso a recursos públicos e privados continua, já que as associações partidárias são o elo entre os dois mundos e desenvolvem um papel importante para o fortalecimento da democracia³⁸. A cada ano o *Ministerio de Hacienda Y Administraciones Públicas* determina um valor que vai ser repassado aos partidos políticos que possuem representação nas esferas governativas³⁹ e a Mesa da Presidência do Congresso dos Deputados faz o mesmo para os grupos parlamentares⁴⁰. Uma vez mais, as regras de financiamento reforçam a manutenção dos partidos já consolidados e dos maiores partidos, já que apenas com acesso ao poder se terá acesso aos recursos fundamentais para a manutenção dos partidos e para a realização de atividades junto à população.

Segundo Gonzáles (2003) está é uma das grandes caixas-pretas do sistema político espanhol: o acesso aos dados financeiros dos partidos fora do período eleitoral só é possível para os membros dos partidos. Cabendo até caso de expulsão dos partidos caso ele exponha os dados. O sistema democrático preconiza o poder ser exercido frente ao público, ao esconder os dados de como os partidos se financiam, temos um claro rompimento deste princípio. O uso de ferramentas como a internet podem facilitar muito a divulgação e publicização dos financiamentos dos partidos. As novas agremiações partidárias espanholas têm se mostrado mais adeptas a clarificar a suas finanças que as tradicionais, o

³⁸ Tribunal Constitucional (STC 56/1995) “los partidos son instrumentos de una participación em la gestión y control del Estado que no se agota em los procesos electorales”. (apud Gonzáles, 2003:131).

³⁹ A distribuição segue a seguinte regra: 1/3 dos recursos são distribuídos igualmente entre todas as cadeiras do Congresso dos Deputados e os outros 2/3 são distribuídos pelos partidos com cadeiras no Congresso dos Deputados com base na sua votação nas eleições.

⁴⁰ O uso dos recursos pelos Grupos parlamentares é regido pelos estatutos de cada um dos partidos.

que pode forçar aos partidos a se adaptarem a este novo paradigma, essencial ao modelo democrático.

1.3. A democracia consolidada: a tendência ao bipartidarismo

Apresentada todo o percurso da transição, a consolidação do atual período democrático e as regras que regem o atual período, podemos nos centrar em apresentar como este se desenvolveu e os seus resultados nos 40 anos desde a redemocratização espanhola. Para isso iremos apresentar os resultados eleitorais e os fatos marcantes da política neste período.

Após 38 anos o sistema eleitoral espanhol é considerado institucionalizado, permitindo, assim, que dê conta tanto dos efeitos imediatos – psicológicos e mecânicos –, bem como dos efeitos em longo prazo, concernentes à atuação das lideranças e dos partidos políticos (Montero, Llera e Torcal, 1992). Com forte tendência ao bipartidarismo congressional, porém, a emergência das novas forças partidárias que se organizaram de forma nacionalizada pode romper a lógica vigente até o momento. A seguir iremos apresentar o percurso do sistema partidário e como essa nova lógica multipartidária vai reconfigurar as forças políticas na Espanha.

Pode-se dividir o percurso do sistema de partidos espanhol de 1977 a 2011 em três períodos (CALVET, 2012). O primeiro é o que nasce da primeira eleição em 1977 e engloba a eleição seguinte, de 1979. Nele podemos denominar como período inicial/ formação do sistema. O segundo, que vai das eleições nacionais de 1982 a eleição de 1989, é caracterizado como o período de hegemonia do PSOE. E, a partir do pleito de 1993 até a eleição de 2011, temos a fase de disputa entre PSOE e PP. As eleições de 2015, por sua vez, podem ser

consideradas o marco do início de uma nova fase do sistema, a fase das coligações ou da fragmentação.

Para apresentar de forma mais pormenorizada esse percurso, iremos nos ater aos dois principais atores que dominavam o jogo até a eleição de 2015, seguido das características de cada período e, depois disso, a análise dos indicadores do sistema partidário de forma agregada para, ao final, apresentamos uma discussão do que enfrentaremos como cenários para o período estudado nesta tese.

1.3.1. Atores dominantes – PSOE e PP

Como este trabalho foca sua análise no processo que possibilitou a emergência de novas forças partidárias que mudaram a dinâmica bipartidária que era a presente no sistema político-partidário espanhol, faz-se necessário apresentar os partidos políticos que dominavam o jogo político, *Partido Socialista Obrero Español (PSOE)* e *Partido Popular (PP)*.

Antes de entrar nos casos em análise neste trabalho é necessária uma explanação sobre a totalidade dos partidos políticos espanhóis e as características que os distinguem. Durante a Segunda República Espanhola (1931-1939) o espectro ideológico dos partidos políticos espanhóis era repleto das mais diferentes clivagens. Estavam presentes na disputa as oposições clericalismo/anticlericalismo; militarismo/antimilitarismo; Monarquia/República; esquerda/direita; socialismo/marxismo; comunismo/capitalismo; centro/periferia. Contudo, após o período franquista apenas as clivagens esquerda/direita e centro/periferia tiveram preponderância nas disputas. A explicação para a

emergência apenas destas duas únicas clivagens é diversa, mas devemos destacar que algumas das anteriores já não se faziam mais presentes.

O papel da monarquia não foi colocado em questão no atual período democrático (após 1977) devido a atuação do Rei Juan Carlos durante o período de transição. A Igreja Católica, que se fez muito presente na Segunda República e como incentivadora do Regime Franquista⁴¹, já não possuía tanta força e sai fragilizada ao final do Regime, bem como a constituição social espanhola havia mudado. Os militares já estavam submetidos ao controle civil e, após a tentativa de Golpe de 1981, ficaram com as suas forças mais fragilizadas. As disputas dos campos de esquerda, por sua vez, foram centralizadas na configuração de social democracia (Przeworski, 1989;1988), onde não se pleiteava mais revolução e sim a participação do jogo democrático, o que era reforçado para o caso espanhol devido aos traumas causados pela Guerra Civil.

Com isso temos a disputa centrada no clássico confronto programático de esquerda e direita e em uma clivagem muito relevante para o caso espanhol que é a centro/periferia⁴².

Na Espanha está díade direita-esquerda está presente na organização dos partidos políticos desde a redemocratização, principalmente no que toca os partidos de organização nacional, o campo da esquerda que ficou na ilegalidade durante todo o Regime Franquista se organizou com base no exterior e nas

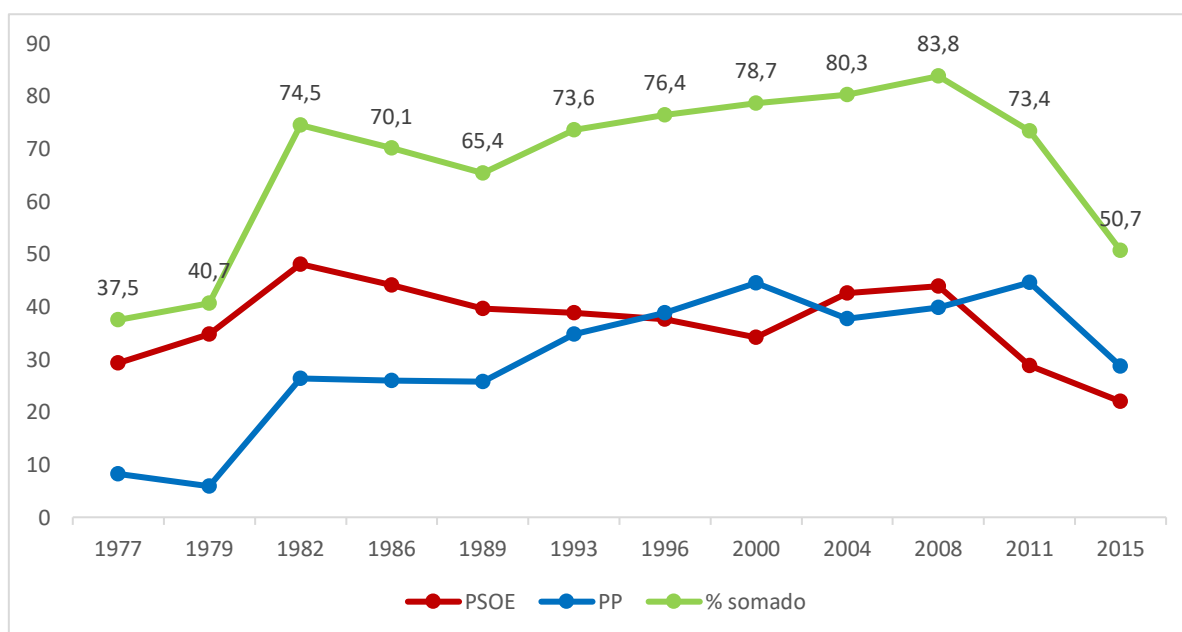
⁴¹ Que havia denominado como Cruzada.

⁴² Bobbio (2001) afirma que a disputa entre direita e esquerda estão presentes no campo político da Revolução Francesa até os dias atuais. Está díade serviu para balizar as disputas ideológicas e formatar o campo político-partidário em todo o mundo democrático. Contrapondo a ideias, interesses e valores a quais a sociedade deve ser direcionada. Os conceitos e as suas interpretações foram se moldando e adaptando-se com o transcorrer da história, mas não deixou de ser o balizador das disputas políticas.

universidades, o que possibilitou a ele se enraizar em todo o país, ao passo que a direita, durante o período ditatorial, era o governo, e se organizava em torno a *FET y de las JONS*⁴³. Após a volta a legalidade dos partidos políticos em 1975 o campo de esquerda foi capitaneado pelo PSOE, que vence a disputa com o PCE. A esquerda é mais fragmentada com um maior número de partidos, ao passo que a direita possui como único representante o Partido Popular (Delgado, 2011).

PSOE e PP dominam o jogo político espanhol com uma devida tranquilidade entre 1982 e 2011, se observarmos a quantidade de votos que os dois partidos conquistam nas 9 (nove) eleições disputadas entre o período temos um média de 75% de todos os votos validos dado pelos eleitores.

Gráfico 01: Percentual de Votos PSOE e PP (1977 - 2015) (%)



Fonte: Ministério do Interior

⁴³ Falange Española Tradicionalista y de las Juntas de Ofensiva Nacional Sindicalista.

Para melhor apresentar os dois partidos iremos apresentar um quadro comparativo, baseada na exposição de 13 dimensões organizacionais, institucionais, territoriais e programáticas: origem, fonte de criação, liderança, desenho institucional, organização e dinâmica interna, bandeiras, programa, ideologia, base territorial, identidade partidária, destaques e, finalmente, o modelo do partido. Esse modelo apresentado por Sáez e Freidenberg (2011) nos possibilita a comparação entre os partidos de forma que enxergamos de forma estruturada as diferenças e similitudes dos componentes organizacionais dos partidos que dominavam o jogo.

Os indicadores institucionais e políticos selecionados para caracterizar os partidos são: (1) Tipo de origem; (2) Fonte de criação; (3) Líder; (4) Organização Interna; (5) Dinâmica Interna; (6) Desenho Institucional; (7) Programa; (8) Bandeiras; (9) Ideologia; (10) Base social de apelo; (11) Base territorial; (12) Legislação eleitoral da primeira disputa; (13) Destaques da disputa eleitoral em 2015.

Quadro 1: Características partidárias (PSOE e PP)

	PSOE	PP
1. Origem	O <i>Partido Socialista Obrero Español</i> (PSOE) foi fundado em 1879 de forma clandestina por um grupo de intelectuais e trabalhadores liderados por Pablo Iglesias. A data precisa da fundação é dia 02 de maio de 1879. O partido foi um dos primeiros partidos socialistas do continente e foi forjado para ser um braço de luta pelos direitos dos trabalhadores e dos desfavorecidos. Ajudou a formar o sindicato da <i>Unión General de Trabajadores</i> (UGT). Recriado em 1974 (Suresnes -França)	Partidos que apoiaram a ditadura franquista – Aliança Popular
2. Fonte de criação	Fora-Legislativo	Políticos – Intra-legislativo
3. Líder	Pedro Sanchez	Mariano Rajoy
4. Desenho Institucional	Grande número de caciques, mas com poder forte poder do Secretário-Geral e no comitê nacional	Grande número de caciques, mas com poder centralizado no Presidente do partido
5. Organização Interna	Grande número de grupos e líderes que disputam entre si os espaços e o poder.	Poder concentrado na presidência do partido.
6. Dinâmica Interna	Centrifuga – apesar do secretário geral ter muito poder, este é colocado a prova pelos “barões” locais do partido	Centrípeta
7. Bandeiras	Socialdemocracia	Recuperação econômica, com reformas liberais
8. Programa ⁴⁴	Socialista	Liberal
9. Ideologia	Centro-esquerda	Direita
10. Base Territorial	Descentralizada. Mas, com forte presença nos grandes distritos	Dispersa em todo o país, grande força nos distritos de baixa magnitude
11. Identidade partidária	Principalmente a população urbana	Eleitores de distritos menores e mais velhos
12. Destaque nas eleições	O partido vem acumulando o recorde negativo em votações	O partido mante-se como o partido mais votado, mas perde um número considerável de cadeiras e votos de 2011 para 2015.
13. Modelo	Catch all	Catch all

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Sáez e Freidenberg (2001).

⁴⁴ CASTLES, F., MAIR, P.. “Left-right political scales: Some ‘expert’ judgements.” *European Journal of Political Research* 12(1):73–88. 1984.

A origem dos dois partidos é bem distinta, enquanto o PSOE possui sua origem fora das instituições vigentes, na redemocratização visto como grande oposição à ditadura franquista, o PP tem origem na AP, que é uma aliança de membros do governo de Franco⁴⁵, capitaneados pelo ex-ministro Franquista Manuel Fraga.

De um lado, o PSOE, em 1979, liderado por Felipe Gonzáles, inicia um processo para suprimir o marxismo da definição ideológica do partido. Em setembro, marxismo foi retirado da definição ideológica do partido e foi restabelecida a disciplina partidária (Gillespie, 1991: 367-369, apud Verge, 2007).

“El nuevo discurso permitía apelar a electores más moderados y ponía énfasis en la responsabilidad mostrada por el PSOE en el período constituyente (Linz y Montero, 1999: 20). Asimismo, el programa político adoptado tenía un carácter marcadamente socialdemócrata (Escudero, 1991; Puhle, 1986).” (Verge, 2007: 49).

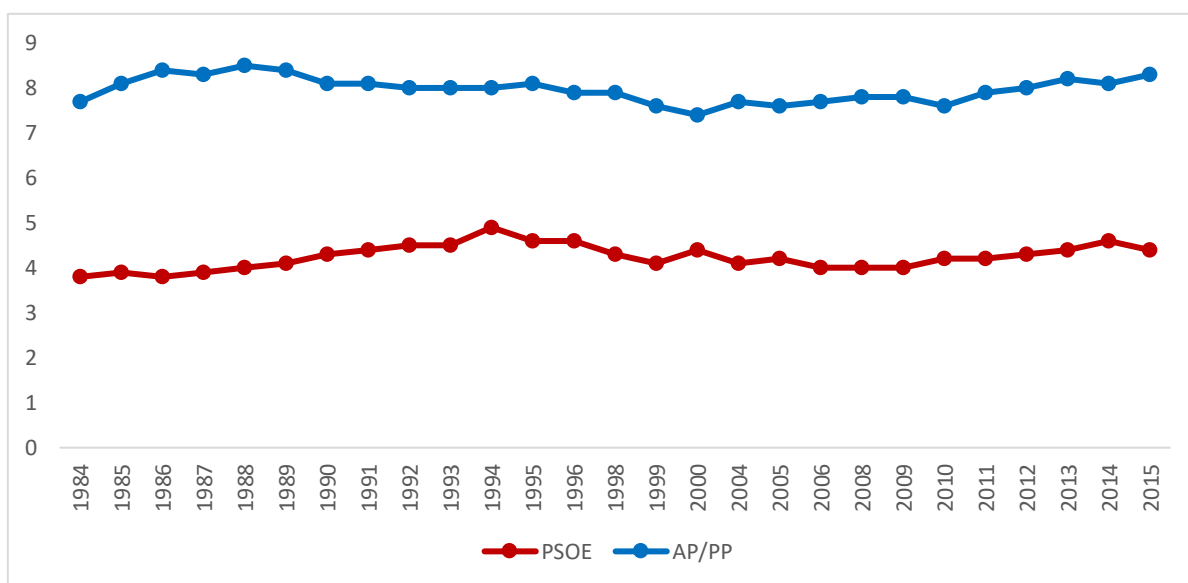
Por outro lado, devido à está origem ligada umbilicalmente ao Regime Franquista, a AP era vista como um partido que defendia a continuidade das ideias franquistas e identificada como um partido de extrema direita. Porém, o IX Congresso do partido, realizado em janeiro de 1989, é considerado o congresso da refundação da instituição. O partido passa a se chamar Partido Popular e introduz algumas mudanças ideológicas neoliberais em seu conteúdo programático. O X Congresso do partido (1990), consolida o “novo

⁴⁵ (i) Reforma Democrática, liderada por Manuel Fraga Iribarne, que foi ministro de Información y Turismo entre 1962 y 1969, e também vice presidente do Gobierno e ministro de la Gobernación entre 1975 y 1976. (ii) Unión del Pueblo Español, liderada por Cruz Martínez Esteruelas, ministro de Planificación y Desarrollo entre 1973 y 1974 e ministro de Educación y Ciencia entre 1974 y 1976. (iii) Acción Democrática Española, liderada por Federico Silva Muñoz, ministro de Obras Públicas entre 1965 y 1970. (iv) Democracia Social, liderada por Licinio de la Fuente y de la Fuente, ministro de Trabajo entre 1969 y 1975, assim como vice presidente do Governo entre 1974 y 1975. (v) Acción Regional, liderada por Laureano López Rodó, ministro entre 1965 y 1967, ministro de Planificación y Desarrollo entre 1967 y 1973 y ministro de Asuntos Exteriores entre 1973 y 1974. (vi) Unión Social Popular, liderada por Enrique Thomas de Carranza. (vii) Unión Nacional Española, liderada por Gonzalo Fernández de la Mora, ministro de Obras Públicas entre 1970 y 1974.

posicionamento” do partido (BARAS E BARBERÀ, 2012), com um maior aceno ao eleitorado centrista.

Observando a atual localização ideológica⁴⁶ do PSOE e do PP, dada pelo posicionamento dos seus representantes e pela população, observam-se: a confirmação do posicionamento do PSOE como um partido localizado na centro-esquerda ideológica, enquanto que o PP é de direita.

Gráfico 02: Escala Ideológica PSOE e PP, pelos eleitores



Fonte: CIS

A pesquisa com eleitores e representantes feitas em 2009 possibilita a visão sobre como a comparação da imagem que eleitores e representantes fazem do seu partido.

⁴⁶ A literatura sobre ideologia fala que podemos mensurar a ideologia de um partido com base no estudo dos seus programas, a posição que lhe é dada pelos especialistas, pela opinião dos especialistas e, a opinião dos seus membros.

Tabela 02: Escala de Classificação Ideológica PSOE e PP (2009)

	Autoclassificação dos Parlamentares	Parlamentares sobre o seu partido	População
PSOE	3,91	3,3	4,04
PP	7,45	5,9	7,83

Fonte: CIS, 2827 e 2930

Os partidos possuem atualmente como líderes Pedro Sanchez (PSOE) e Mariano Rajoy (PP). O processo de chegada ao poder dos dois é bem distinta. Pedro Sanchez chega ao poder após o primeiro processo eleitoral para a Secretária-Geral⁴⁷, feita diretamente pelo filiados. A eleição direta foi uma resposta do partido a necessidade de mudanças internas, após o PSOE perder 9 cadeiras na eleição para o Parlamento Europeu em 25 de maio de 2014. Contudo, Mariano Rajoy teve de conviver com a influência do ex-presidente do partido, José Maria Aznar, em seus primeiros anos frente ao PP, devido a presença dos antigos colaboradores do ex-presidente na administração do partido. De forma a contrabalancear esse poder, Rajoy buscou apoio nos barões locais do partido em todas as regiões autonômicas. Rajoy assume o total domínio do partido no XVI Congresso do PP de 2008, quando é reeleito presidente do partido. A recondução de Rajoy é baseada nos resultados das eleições de 2008, na qual consegue um resultado eleitoral melhor do que a última eleição encabeçada por Aznar (2004). Após esta vitória, Mariano Rajoy, inicia uma nova reestruturação da cúpula do PP, colocando nos cargos chave pessoas de sua confiança, o que lhe possibilita um maior controle sobre todo o partido.

⁴⁷ Em 13 de junho de 2014, Pedro Sánchez é eleito com o apoio de 49% dos votos.

Essa forma da eleição e o tempo de cada líder sobre a liderança do partido denotam a força que cada um possui. Enquanto Mariano Rajoy tem o total controle do PP, Pedro Sanchez enfrenta grande resistência das lideranças locais e históricas do PSOE. A principal crítica ao PSOE é a de perda dos seus vínculos sindicais e com uma força cada vez mais centrípeta para os barões do partido. A teoria da oligarquização (Michels, 1980), atinge mais fortemente ao PSOE e aos partidos de esquerda. Isso se dá pela forma que os partidos são forjados: enquanto partidos de direita já surgem próximo a lideranças, os partidos de esquerda possuem origem vinculada às massas (Duverger, 1950).

Quando a ideologia da esquerda se torna mais rarefeita, aproximando o partido de um modelo catch-all, tem-se um maior prejuízo eleitoral do que aos partidos de direita. Parafraseando Duverger (1950), o modelo catch-all é um contágio a direita do modelo de partidos de massas (Melo, 2013).

As características estruturais, apresentadas sobre os partidos que dominavam o jogo político espanhol, serão retomadas no decorrer da tese, para ajudar a elucidar o surgimento de novos partidos.

1.3.2. Rendimento Eleitoral e fases da disputa partidária

Para facilitar a compreensão do sistema político-partidário espanhol iremos dividir o mesmo em três fases que percorrem da eleição da constituinte de 1977 até o pleito de 2011. Com essa divisão já poderemos iniciar o desenho da explanação das mudanças que iremos apresentar nesta tese, com o novo período de disputa que se inicia a partir da eleição de 2015.

Apresentamos a seguir um quadro que pretende organizar os três períodos apresentados a seguir.

Quadro 02: Fases de disputa partidária na Espanha

Período	Nomenclatura	Destaques
1977-1979	Inicial	Eleições de 1977 - Volta a eleições livres depois de 41 anos; 11 candidaturas com cadeiras no Parlamento; UCD e PSOE concentram 64% dos votos.
		Eleições de 1979 - UCD e PSOE concentram 65% dos votos
1982-1989	Hegemonia	1982 - PSOE (48%) consegue maioria absoluta dos votos por três legislaturas (1982-1993); 1982 a UCD se divide devido à falta de unidade e um projeto político comum. O que a leva de 34% dos votos em 1979 a 6% em 1982; AP assume o papel de 2º partido no país; PSOE transforma seu discurso em menos radical (marxista) e Felipe Gonzalés é muito bem avaliado;
		1986 e 1989 - PSOE mantém a hegemonia (44%; 40%); AP estabiliza em 26% como segunda força; UCD não apresenta mais candidaturas;
1993-2011	Disputa	PP e PSOE monopolizam a disputa, com 74% dos votos em 1993 a 84% em 2008. O que vai representar um bipartidarismo parlamentar com 86% das cadeiras em 1993 e 92% em 2008.
		Eleições de 2011 - PSOE sofre uma queda de apoio de 15%, como punição por como lidou com a crise econômica. O que foi demonstrado pela maior abstenção dos seus eleitores e um aumento de votos em legendas regionais; PP consegue um apoio de 45% dos votos o que significou um total de --% dos assentos no Congresso dos Deputados.

O primeiro período do sistema político espanhol é marcado pela transição para a democracia. Devido as disputas presentes em todo o jogo que levaria a Espanha da ditadura franquista a atual democracia a UCD assumiu a centralidade – com base na liderança de Adolfo Suárez e em um acordo tênue

com o PSOE e uma baixa adesão social⁴⁸. A UCD, assumindo o papel de centro-direita no espectro ideológico, apresentou a maior parte das reformas e das leis que viriam a conformar o sistema partidário. A legislação buscada, que detalhamos anteriormente, visava garantir a governabilidade em uma sociedade plural, mesmo que para isso fosse necessário forçar algumas maiorias.

As duas primeiras eleições deste sistema comprovaram que o desenho das regras possibilitava a vitória dos desenhistas. Com base em seu enraizamento em todo o país, a UCD conseguiu a maioria das cadeiras legislativas e, por consequência, a presidência do governo, ao passo que o PSOE se valia de sua força nos maiores distritos e se assumia como líderes da oposição. O PP estava imerso em sua grande divisão e o peso que o passado recente do franquismo o deixava.

Sin duda alguna, y a juzgar por estos indicadores, la decisión que tomaron los políticos españoles a comienzos de la transición democrática sobre el sistema electoral no puede sino calificarse como un éxito completo. (MONTERO, LAGO, 2015, p.3)

Esse tipo de sistema adotado visa favorecer aos grandes e com maiores máquinas partidárias, pois estes conseguem ter braços na maior parte dos distritos. A conquista de votos nesses distritos de baixa magnitude e com poucos eleitores é a base para a manutenção de uma desproporcionalidade na composição do parlamento.

No entanto, ao início do segundo mandato de Suárez, após a aprovação da Constituição, o fino arranjo que unificava o partido começou a se deteriorar. As alas dentro do próprio partido entram em conflito pelo domínio da sigla e para

⁴⁸ “La dictadura franquista ha dejado una herencia remarcable en forma de una sociedad más alejada de la política y con unos partidos más débiles.” (CALVET, 2012:262)

influenciar no governo em exercício. Afrontado pela grave crise econômica causada pelo aumento do petróleo de 1979 e pela forte oposição do PSOE, que já não tinha as amarras do processo constituinte, Suárez se demite do governo e antecipa as eleições em seis meses.

As eleições de 1982 foram marcadas pela presença de um PSOE menos radicalizado e com a forte atuação de Felipe Gonzalés. Com base no enraizamento que o partido já possui em todo o país, a candidatura carismática de Gonzalés, a disciplina implementada por Gonzalés e Guerra ao partido, a implosão da UCD e ainda a fragilidade da direita, o PSOE dá um início a um período de três legislaturas (1982 – 1993) de hegemonia política. O partido alcançou maioria das cadeiras da Câmara dos Deputados nas três eleições e empossou Felipe Gonzalés como presidente as três vezes⁴⁹. Com o total desaparecimento da UCD, a Aliança Popular, comandada por Manuel Fraga, que iniciou um processo de refundação do partido e de sua institucionalização, assumiu o papel de segunda força partidária no país e líder da oposição aos governos socialistas. Baseados na tese de que a Espanha possui uma “maioria de direita”, o partido começou a sua remontada paulatinamente, se reforçando cada vez mais.

Devido aos desgastes da governança, a reestruturação da direita como um polo de grande presença, com um eleitorado fiel e as fraturas do próprio PSOE que não se identificavam com as políticas liberais implementadas pelo governo Gonzalés, as eleições de 1993 marcam o fim do período de hegemonia do

⁴⁹ Apenas na última disputa os votos da Izquierda Unida foram necessários para a composição do governo, dado que o PSOE não superou a barreira da maioria das cadeiras (176).

partido socialista. Durante todo o processo eleitoral que levaria para as eleições de 6 de junho de 1993, o PSOE já apresentava um decréscimo nas intenções de voto e o PP continuava o seu crescimento. Liderados por José María Aznar, o PP fez uma campanha em busca desse eleitorado de direita e abandonava de vez seus vínculos originários com o regime franquista.

Os resultados do pleito já demonstram o início da nova era de disputa no país. O PSOE perde um total de 16 cadeiras legislativas, o que não lhe garante mais a maioria simples para a composição do governo. Ao passo que o PP alcança a sua maior votação até o momento e aumenta em 34 cadeiras a sua presença no Congresso dos Deputados. Felipe Gonzalés alcança um acordo com IU e CiU e é empossado para o seu último mandato como presidente de governo. O quarto governo Gonzalés enfrenta mais uma crise econômica e é levado a introduzir um novo pacote de recordes em programas sociais e ao mesmo tempo foi afrontado com a grave crise política de 1995.

O Centro Superior de Información de la Defensa (CESID), antiga agência de inteligência do governo espanhol, comandada por Luis Roldán Ibáñez (PSOE), teria passado os últimos 10 anos fazendo espionagem sem autorização judicial, gravando as conversas telefônicas privadas de políticos e de empresários. Esse escândalo teria repercussão por muitos anos na história política espanhola.

As eleições para o Parlamento Europeu de 1994 foram o primeiro sinal de que a maioria socialista que vigorava no país desde o pleito de 1982 estava no seu final. Pela primeira vez o PP ganhou as eleições e se firmou como uma alternativa possível para as eleições de 1996. Após a vitória no Parlamento o PP logrou vitórias em várias eleições nas comunidades autônomas e nas

municipais de 1995 (Verge, 2001). O descontentamento com os socialistas era fragrant e crescente.

As eleições, que foram celebradas em 3 de março de 1996, estavam antecipadas em 6 meses devido ao fim do apoio do CiU ao governo socialista⁵⁰. A disputa de 1996 possui três destaques: (i) a final da migração do PP para a centro-direita e o domínio completo do campo; (ii) as fraturas que os 14 anos de governos do PSOE causaram – seja em seu interior com a disciplina imposta por Gonzalés e Guerra, seja em seu eleitorado que viu o partido migrando cada vez mais ao centro; (iii) a primeira vitória do PP nas eleições gerais.

A disputa foi a mais acirrada até hoje na atual história democrática, com o PP superando o PSOE por apenas 1,16% dos votos. Porém, devido a regra eleitoral, o PP aumentou em 15 cadeiras a sua bancada, o PSOE perdeu 18 cadeiras e a IU teve um aumento de 3 cadeiras. Com base em uma campanha que apontava a necessidade de mudança no governo depois de 14 anos e as crises de corrupção e de desemprego a mensagem do PP foi mais valorada.

Com base nos seus 156 deputados o PP iniciou um processo de negociação com os partidos nacionalistas – principalmente o CiU – para conseguir as cadeiras necessárias para a investidura. Com o denominado Pacto de Majestic, o PP conseguiu o apoio do CiU. O pacto previa que, em troca ao apoio a Aznar no Congresso dos Deputados, o PP apoiaria a candidatura do CiU ao governo da Comunidade da Catalunha. Ele incluiu a transferência de competências administrativas do âmbito nacional para o local, o fim do serviço militar

⁵⁰ O CiU rompeu seu pacto com PSOE, em 1995, e impossibilitou a aprovação do orçamento para o ano de 1996. O que levou a Felipe Gonzalés pedir ao Rei a dissolução do parlamento e a convocação de novas eleições.

obrigatório e o aumento do percentual do IVA e do Imposto de Renda que é transferido para as comunidades autónomas (de 15% passou para 30% do total coletado). Depois de firmado o pacto com o CiU, Aznar ainda conseguiu o apoio do Partido Nacional Vasco (PNV) e da Coalizão Canaria (CC), o que possibilitou a investidura de Aznar com o apoio de 181 deputados. O PSOE, que foi liderado pela última vez por Felipe Gonzales – que, posteriormente, foi substituído por Joaquin Almunia –, assumiu o papel de líder da oposição com 141 cadeiras. Mesmo com o decréscimo do PSOE, os dois maiores partidos ainda possuíam 76,42% das cadeiras do Congresso dos Deputados, o que reforça a característica predominante deste período de disputa: o domínio da câmara pela lógica bipartidária.

Com base no apoio da União Europeia que buscava planificar as economias do bloco, com o fim maior de implementar o Euro, a Espanha viveu um período de grande estabilidade e crescimento econômico. Com a diminuição das taxas de desemprego, o incentivo à indústria e às melhoras na infraestrutura.

Devido a todo esse sucesso, o PP liderado por Aznar enfrentou o pleito que se celebrou em 12 de março de 2000 em clima de continuísmo⁵¹, onde a principal bandeira era a maior redução do desemprego da atual história democrática espanhola. Também colheu os frutos da entrada na zona euro e os seus investimentos em educação, infraestrutura e meio ambiente. A campanha do PSOE se baseou na crítica ao modelo econômico implementado, no qual o aumento do emprego não era acompanhado das melhoras dos serviços públicos e dos direitos dos trabalhadores.

⁵¹ O que era expresso em seu slogan “Vamos a más”

O resultado foi a vitória do PP, com o aumento de 27 cadeiras e alcançando a maioria absoluta da Câmara baixa. O PSOE sofre mais uma grave derrota, até então, com a redução de 16 acentos. Após a apuração, o centro-direita pela primeira vez ultrapassou a soma das forças de esquerda desde a restauração da democracia. Oñate e Ocaña (2000) apontam que esta eleição marcou um grande passo na mudança no sistema partidário espanhol, com a menor fragmentação e polarização do sistema até então. O que foi possível devido a migração ao centro realizada pelo PP nos últimos anos, ao passo que essa eleição marcou o fim da reestruturação do partido como o líder da centro-direita espanhola. Enquanto o eleitor de direitas se viu livre das “amarras” que ligavam a direita ao passado franquista.

O PSOE dá início assim a um processo de reestruturação interna de suas bases e de suas articulações internas. Rodriguez Zapatero é eleito para coordenar essa transição com um projeto denominado por muitos como um projeto “socialismo-liberal” (Verge, 2007).

Durante o seu segundo mandato, Aznar realiza uma aproximação ao Governo Bush e apoia a guerra ao Iraque, com envio de tropas e respaldo internacional. Enquanto no âmbito interno implementa com o apoio do PSOE uma série de pacotes antiterroristas e enfrentou as centrais sindicais por uma reforma trabalhista (BARAS E BARBERÀ, 2012). Com as eleições marcadas para 11 de março de 2004, o PP realizou em 3 de setembro de 2003 a convenção que elegeu Mariano Rajoy para a candidatura à Presidência de governo, frente ao desejo de Aznar de não se apresentar mais uma vez como candidato. Apesar de todos os prognósticos apontarem para uma vitória do PP nas eleições de 2004,

o atentado a estação de trem de Atocha (Madri) em 11 de março de 2004 mudou o panorama e levou a uma vitória do PSOE, com a conquista de 43,27% dos votos e 164 cadeiras. O PP perdeu 37 cadeiras e perdeu quase 700 mil votos o que lhe retornava ao papel de líder da oposição.

O primeiro mandato de Zapatero foi marcado por sucesso econômico e pelas negociações de paz com o ETA. No primeiro caso, o estado de bonança econômica lhe permitiu fazer reformas para ampliar o estado de bem-estar e avanços nas negociações com os estatutos de autonomia. Na outra frente, porém, as negociações de paz com o ETA sofreram um grave revés após os atentados ao Aeroporto de Barajas em dezembro de 2006. Em 2007 o PP já supera o PSOE em número de votos nas eleições locais, o que desperta ao partido de Zapatero a necessidade de se preparar para o pleito de 9 de março de 2008.

As eleições de 2008 são marcadas pela disputa acirrada entre Zapatero e Rajoy. O ponto auge se deu no debate cara-a-cara entre os dois candidatos, em que Rajoy acusou Zapatero de ser culpado pelas mortes causadas no atentado a Barajas. No entanto, ainda contando com os reflexos do sucesso econômico o PSOE alcança 43,64% do total de votos e 169 cadeiras. Com a abstenção de 23 deputados durante a eleição de investidura, Zapatero é eleito para o seu segundo mandato como Presidente de governo.

O segundo mandato de Zapatero é marcado pela grave crise econômica e pela série de manifestações populares contra os governantes. Em março de 2008 o Ministro da Fazenda espanhol diminui a expectativa de crescimento do PIB espanhol de 3,1% para 2,3%. O superávit do governo espanhol, que em 2007 foi

de 2% do PIB, passa a um déficit. E no terceiro trimestre de 2008 a economia espanhola entra oficialmente em recessão. No ano de 2009 a crise econômica se agrava, com a perda de 3,6% do PIB, o que leva o governo do PSOE adotar um pacote de Austeridade Econômica de 50 mil milhões de euros⁵².

No primeiro trimestre de 2010 a Espanha tem uma taxa de desemprego de 20%, isso não havia acontecido no atual período democrático, o que significava um total de 4,6 milhões de pessoas sem trabalho. O caso é agravado por um pacote de reformas trabalhistas⁵³ aprovadas pelo governo em julho. Essa decisão leva a primeira greve geral em setembro deste mesmo ano. Segundo os dados das centrais sindicais, 70% dos funcionários paralisaram suas atividades – cerca de 10 milhões de trabalhadores.

Com base em todo esse substrato de crise econômica, chegamos ao ano de 2011. Este ano é marcado por uma série de manifestações da sociedade que se articulou com um mote de descontentamento com os representantes eleitos, com a atual democracia espanhola, com o bipartidarismo vigente (designado como sistema PPSOE⁵⁴), com a grande influência que o capital – financeiro e industrial – tem sobre a política. A série de manifestações que ficou conhecida como Movimento 15M⁵⁵, ou movimento dos indignados.

⁵² Estas medidas foram anunciadas por José Luís Zapatero, Presidente do governo do PSOE), entre elas estão o corte de investimentos, aumento da idade para aposentadoria, cortes dos salários dos funcionários públicos e congelamento das pensões e subida de 2 pontos percentuais do IVA (Imposto de Valor Agregado).

⁵³ A indemnização do trabalhador despedido passa a ser de apenas 20 dias por cada ano de serviço, com um máximo de 12 meses e as indemnizações pagas ao trabalhador com contrato temporário passa a ser de apenas 8 dias de salário por cada ano de serviço, tais medidas levaram a uma série de demissões coletivas.

⁵⁴ A Espanha possui partidos tradicionais que remetem a origem do atual sistema político, principalmente as duas principais máquinas partidárias o Partido Popular (PP) e o *Partido Socialista Obrero Español* (PSOE), partidos institucionalizados, com grandes máquinas partidárias, um número relevante de eleitores identificados com eles e vem organizando governos e disputando eleições desde a redemocratização espanhola.

⁵⁵ 15 de março – data da primeira manifestação que ocorreu neste dia na *Puerta del Sol – Madrid*.

Zapatero anuncia que não será o candidato do PSOE ao Governo da Espanha e abre o processo de primarias dentro do partido, ao mesmo tempo que anuncia a antecipação das eleições. A antecipação das eleições é um sinal claro do desgaste do governo do PSOE ocorrido devido aos reflexos da crise econômica. O vice-presidente Alfredo Pérez Rubalcada foi o escolhido para ser o candidato do PSOE e enfrentar a Mariano Rajoy que iria para o seu terceiro pleito a frente do PP. A série de manifestações e a crise econômica machucaram de forma brutal ao PSOE, dado que ocupava a presidência de governo. Conforma-se um período de desacerto no qual não souberam capturar os anseios da sociedade que foram às ruas.

O processo eleitoral de 2011 colocou frente a frente PP de Mariano Rajoy e Alfredo Pérez Rubalcaba do PSOE. Em uma campanha marcada pelos reflexos da crise econômica, o PP chegou a uma vitória histórica, elegendo 186 deputados, enquanto que o PSOE perdia mais de 4,3 milhões de votos⁵⁶, marcando a maior derrota do partido em todo o período democrático. Enquanto o PP alcançava um total de 10.866.566 de votos, o PSOE perderia mais quatro milhões de votos e 59 cadeiras. Mariano Rajoy conseguiria com isso uma maioria absoluta nas duas casas legislativas espanholas e conseguiriam assim governar sem muita negociação com estas. O que segundo o PSOE e os candidatos de oposição ao PP em 2015, esta maioria absoluta, levou ao PP realizar um governo quase que por decreto, ou seja, as decisões aconteciam todas no *Palácio de La Moncloa*⁵⁷ e não no Congresso dos Deputados.

⁵⁶ Para maiores detalhes das eleições de 2011 consultar Anduiza et. al., 2014.

⁵⁷ Sede do poder Executivo Espanhol.

As eleições de 2011 são as últimas do período que nomeamos de disputa, ou de “*rasgos bipartidários*”. As eleições de 1993 a 2011 foram marcadas pela existência de duas grandes forças partidárias nacionalizadas e que organizavam o jogo político espanhol, um médio partido nacional (IU) e de tendência de esquerdas e um grupo de 7 partidos (CiU, PNV, UPyD, ICV, BNG, CC, NaBai) com tendência a regionalismos que compunham ou negociavam com os governos de PP e PSOE (Verge, 2001). Nenhuma das outras forças partidárias presentes no sistema até então conseguiram se organizar de forma nacionalizada e disputarem a centralidade do jogo frente a dupla PSOE e PP, o que creditava um sucesso a formula eleitoral desenhada durante o processo constituinte.

As três fases do sistema político-partidário desenhadas acima nos fornecem uma série de ferramentas para pensar o que possibilitou o processo de crise política com apogeu no 15M e nas mudanças perceptíveis a partir das eleições para o Parlamento Europeu de 2014. As mudanças e os seus efeitos serão trabalhados com detalhamento no capítulo 4 desta tese, mas algumas notas devem ser levantadas: (i) o enrijecimento do sistema (uma alta institucionalização) levou ao descontentamento da população para com o mesmo; (ii) A crise econômica iniciada em 2008 acentuou o descontento (Montero, Gunther e Torcal; 1998) o que levou a um movimento atitudinal (*desafeccion*) sobre todo o sistema (Di Palma *apud* Monteiro, Gunther e Torcal 1998).

1.3.3. Indicadores do sistema partidário (1977 – 2011)

Ressaltando os três períodos do sistema, iremos apresentar e repercutir três indicadores do sistema partidário. O trabalho com os indicadores agregados vai possibilitar a visualização de todo o período e reforçar os pontos de análise que

desenhamos acima poderão ser reforçados. Os índices selecionados foram a volatilidade, o número efetivo de partidos – eleitoral e parlamentar – e o de desproporcionalidade do sistema. A volatilidade capta o grau de fidelidade do eleitorado para com os partidos que compõem o sistema partidário, analisado a transferência de eleitores entre os partidos do sistema. Figueiredo (1995) ressalta que “apesar das restrições que se possa fazer a este índice, ele é potencialmente proveitoso para nos mostrar o padrão de movimentação do eleitorado” (Figueiredo, 1995:194).

Ruiz e Otero (2013) indicam que a alta volatilidade ocorre quando os partidos estão enfrentando grandes oscilações no apoio que recebem de uma eleição para outra, o que pode significar mudanças em todo o sistema. Isso é interpretado como um indicador de baixa estabilidade do sistema partidário, já que é incapaz de reter as opções políticas anteriores. Se a volatilidade é baixa, significa que é um sistema partidário estável formado por legendas partidárias, com níveis significativos de apoio.

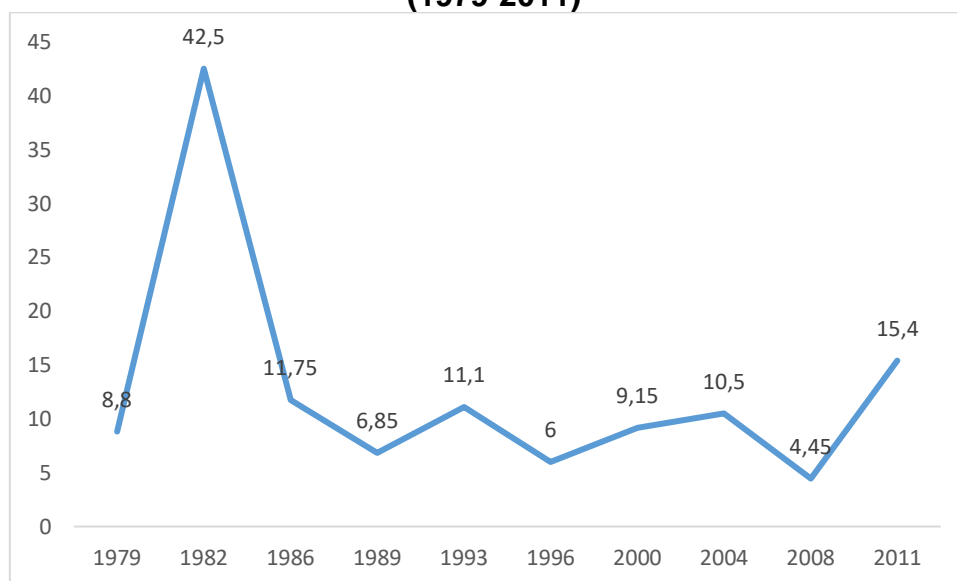
Figueiredo (1995:194), destaca quais são os fatores que podem explicar as alterações na volatilidade.

“1. Variáveis do tipo institucionais, tais como alterações na lei eleitoral, criação, fusão ou desaparecimento de partidos e, ainda, crescimento burocrático dos partidos; 2. Variáveis sociológicas, tais como incorporação de novos contingentes de eleitores, mudanças na estrutura social - notadamente em períodos de alta mobilidade social e o “entra e sai” de eleitores no sistema, quer pela via da abstenção ou pela via do voto em branco e nulo. 3. Variáveis políticas, tais como mudanças sensíveis no discurso e comportamento dos partidos e experiência governativa de um ou mais partidos, em governos de coalizão”. Figueiredo (1995:194)

A volatilidade do sistema espanhol, se olhada toda a série histórica, possui uma média baixa. Porém, possui dois pontos de grande destaque, as eleições de

1982 e a de 2011. As eleições de 82 são as que marcaram o início do período de domínio do PSOE sobre as eleições e vai voltar a se repetir em 2015, demarcando o fim a tendência ao bipartidarismo. A volatilidade desses dois pontos em destaque pode ser explicada pelas mudanças nos atores do sistema, nas eleições de 82 a UCD desmoronou e o PP assume o papel de líder da oposição a nova liderança do PSOE. Já as eleições de 2015 marcam a entrada do PODEMOS e C's no jogo. As duas mudanças são de grande relevância e marcam as novas eras que surgiram. O indicativo que essas eleições marcam a mudança, que logo após o pico temos um decréscimo significativo na volatilidade, o que indica que o sistema adota um novo patamar de previsibilidade. Ruiz e Otero (2013) já destacam que a mudança dos atores – seja a entrada ou pela saída – devem ser analisadas como oferta na demanda e não necessariamente como uma mudança no comportamento do eleitor.

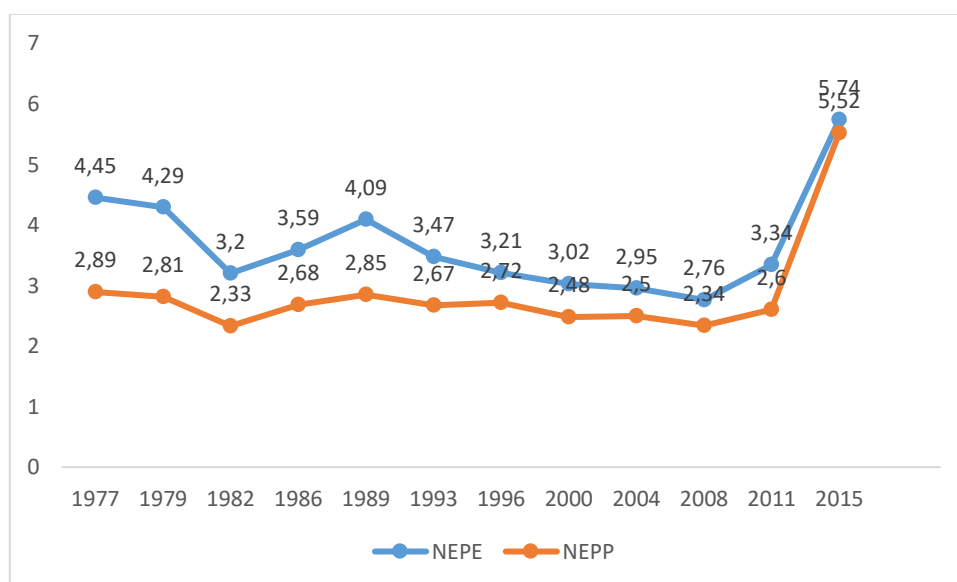
Gráfico 03: Volatilidade Eleitoral nas Eleições para o Congresso dos Deputados (1979-2011)



Fonte: Elaborado pelo autor com dados do Ministério do Interior Espanhol

O segundo indicador que vamos centrar a nossa atenção é sobre a fragmentação do sistema. Para esta mensuração iremos usar o índice desenvolvido por Marku Laakso e Rein Taagepera (1979), que visava simplificar a forma de visualizar a fracionalização proposta por Douglas Rae (1967). O índice propicia a visualização da quantidade de atores que são relevantes na tomada de decisão, pois sinaliza o grau da dispersão do poder.

Gráfico 04: Numero Efetivos de Partidos na Espanha (1977 – 2011)



Fonte: Elaborado pelo autor com dados do Ministério do Interior Espanhol

Com base na análise da série história, observa-se que o número efetivo de partidos, seja ele eleitoral ou parlamentar deu um salto em após o pleito de 2015. Com um novo patamar de mais de cinco partidos efetivos na Espanha, fica demonstrado mais uma vez, a quebra do antigo padrão bipartidário que imperava principalmente no âmbito parlamentar. Apesar de não observarmos o NEPE eleitoral, onde um maior número de partidos se faz presentes, os efeitos do sistema eleitoral concentravam o poder a dois atores centrais e em alguns pontos em alguns atores chaves, que viriam a ajudar a compor os governos. As eleições de 2015, que são reforçadas pelas eleições de 2016, demonstram que a maior

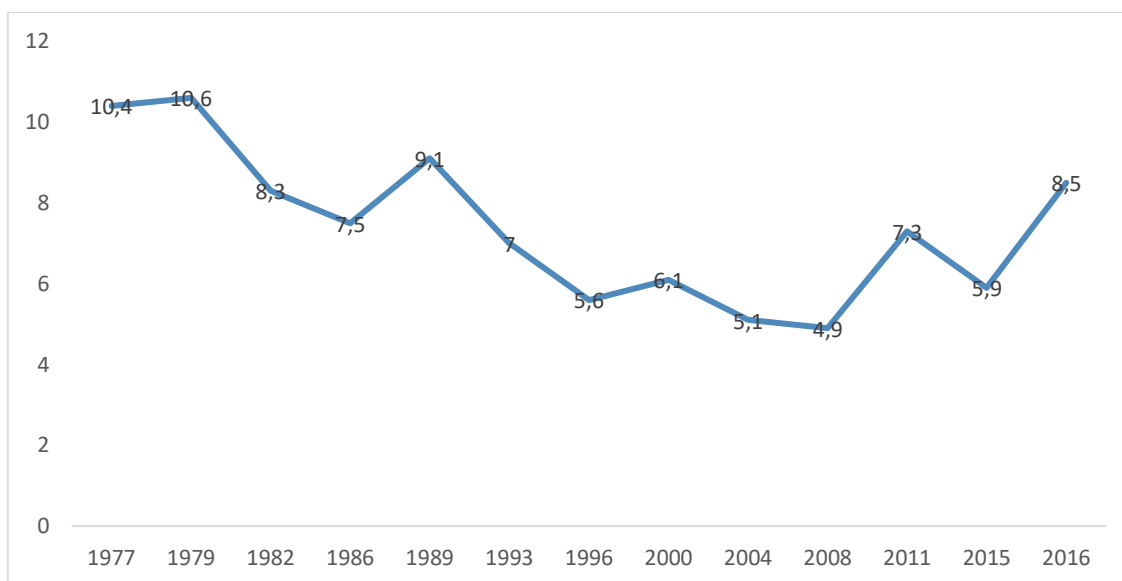
fragmentação se faz presente e com a necessidade de uma política de coalizão parlamentar.

O terceiro indicador que devemos analisar, que tem como base a distribuição dos distritos, é a quebra da regra “em uma democracia todo voto tem o mesmo valor”. O sistema espanhol possui uma grande desproporcionalidade do voto (Penadés 1999, 294-295 *opcit* Lago e Montero, 2005), o que nos leva a discussão do *malapportionment*. O *apportionment* seria quando as distribuições das cadeiras acontecem apenas tendo como base os votos, garantido assim que o valor dos votos seja igual independentemente do local de onde ele seja dado. No entanto, como já anunciado, a distribuição dos votos no caso espanhol é feita primeiro por um valor mínimo por distrito e depois obedecendo a regra populacional. Com isso dependendo do local de onde o voto é dado ele terá mais “peso” na escolha do representante (Somón Cosano, 2009). Os eleitores dos maiores distritos são os que possuem o menor peso em seus votos, ao passo que os pequenos distritos possuem mais relevância. Os dados da desproporcionalidade de todo o sistema nos demonstram isso.

Para medir a desproporcionalidade usaremos o índice dos quadrados mínimos, conhecido como Índice de Gallagher⁵⁸ (1991). Esse índice possibilita que se realce as grandes desproporcionalidades e diminua o efeito das pequenas desproporcionalidades, o que viria a minimizar os efeitos de sistemas com um grande número de pequenos partidos (Ocaña e Oñate, 1999).

⁵⁸ Índice de desproporcionalidade Gallagher é mensurado da seguinte forma: é a raiz quadrada da soma das diferenças entre a percentagem de votos e cadeiras de cada partido ao quadrado, dividido por dois. Quanto mais próximo de zero o seu valor é o sistema eleitoral mais proporcional, ou seja, mais perto a percentagem de votos e assentos ganhos por candidatos.

Gráfico 05: Desproporcionalidade voto-cadeira na Espanha (1977 – 2016)



Fonte: Elaborado pelo autor com dados do Ministério do Interior Espanhol

Como apresentamos acima, o sistema eleitoral espanhol foi desenhado para a formação de maiorias que possibilitassem a governabilidade, mesmo que para isso algum grau de representatividade fosse sacrificado. Essa desproporcionalidade é prejudicial a todo o sistema, pois o *malapportiment* do sistema leva a um efeito perverso de desconfiança do eleitor para com a representatividade.

As eleições de 1982 e de 2015 podem ser consideradas “eleições críticas”. Entretanto, a análise que deve ser empreendida é se essa eleição irá determinar um novo patamar de competição ou só foi um “solução” de um certo pleito. A eleição de 1982 foi o primeiro sinal de mudança, que criou a partir desta um modelo com tendência bipartidária. Por isso, o próximo passo é discutir como regras eleitorais criadas para a formação de maiorias e a diminuição dos atores no jogo político, foram rompidas e possibilitaram a emergência de novos partidos com poder de veto.

1.4. As regras eleitorais e emergência de novos partidos

Como detalhado neste capítulo o sistema institucional que baseiam a decisão do voto na Espanha não se alterou nos desde a redemocratização. O sistema que foi forjado em 1977 foi feito de forma a produzir maiorias legislativas, fazendo para isso em muitos casos o aumento da desproporcionalidade.

Porém, o pleito de 2015 foi marcado pelo fim do bipartidarismo imperfeito (Sánchez Muñoz, 2017) e a emergência de um sistema com viés multipartidário. Os dados da volatilidade do sistema demonstram como a mudança nos apoios dos cidadãos aos partidos que anteriormente se modificou.

Sánchez Muñoz (2017:252) nos aponta como as Leis de Duverger sobre o peso do sistema eleitoral para a configuração do sistema partidário foram amenizadas pela ciência política no decorrer dos últimos anos. Entretanto, acredito que certo detalhamento deve ser dedicado a certa parte da teoria do Duverger, como a abertura da oportunidade de nascimento de novo partidos.

Segundo a configuração original, o autor destaca que regras majoritárias levam o sistema a ter uma tendência bipartidária, ao passo que regras proporcionais levam ao sistema a tendência de sistema multipartidário (Duverger, 1950). O sistema eleitoral espanhol é proporcional, embora as outras características do sistema o conduzem para a fabricação de maiorias, como detalhamos no item 3.2.1 desta tese.

Lago e Montero (2005) apontam que o sistema espanhol na verdade pode ser considerado um triplo sistema, que varia pelo tamanho da magnitude dos distritos. Acreditamos que aí está uma diferença importante para explicar a

mudança vivenciada em 2015. O sistema na verdade deve ser analisado de forma separado entre os três subsistemas eleitorais.

O primeiro detalhamento que pode ser dado é na volatilidade entre os três subsistemas. Como podemos observar no quadro a baixo, os distritos com menor magnitude são os que possuem a menor volatilidade.

Tabela 03: Volatilidades espanholas - 2015

Volatilidade total do sistema 2015		37,84		
Volatilidade por tamanho de distrito	Uninomial	Pequena	Média	Grande
Média (1979-2015)	23,76	17,77	20,78	19,63
Do ano de 2015	29,96	33,01	42,51	40,03

Fonte: Ministério do Interior, cálculos do autor.

Em consonância a essa variância na volatilidade, temos de observar de onde os partidos conquistaram as suas cadeiras para o Congresso dos Deputados. Enquanto a distribuição das cadeiras do PSOE e do PP estão distribuídas de forma mais uniforme, enquanto PODEMOS e C's conquistam a maior parte das suas cadeiras em distritos de maior magnitude.

Tabela 04: De onde vem as cadeiras dos partidos nas eleições de 2015

Tabela 02: De onde vem as cadeiras dos partidos		
Tamanho	PSOE e PP	PODEMOS e CS
Grande	27%	44%
Média	36%	35%
Baixa	36%	21%
Uninomial	1%	0%

Fonte: Ministério do Interior, cálculos do autor.

A confirmação dos efeitos do sistema partidário pode ser confirmada na Tabela 02, na qual estão expostos os percentuais de votos e de assentos no parlamento dos quatro maiores partidos. Nela observamos que o PP e o PSOE são os partidos mais “favorecidos” pela regra eleitoral, principalmente se olharmos a diferença de cadeiras para votos nos distritos de pequena magnitude, local

também que PODEMOS e C's mais “sofrem”. Enquanto PP e PSOE possuem um ágio de 13% nos menores distritos, PODEMOS e C's tem um prejuízo de 7%. Agora ao olhar para os maiores distritos os blocos partidários possuem um lucro de 3% para os “velhos” e 2% para os “novos”.

Tabela 05: Votos e cadeiras dos partidos por magnitude dos distritos, em 2015

Magnitude	PP		PSOE		PODEMOS		CIUDADANOS	
	Votos	Cadeiras	Votos	Cadeiras	Votos	Cadeiras	Votos	Cadeiras
Grande	25,86%	27,97%	20,11%	21,19%	22,99%	24,58%	16,04%	16,10%
Media	28,36%	32,03%	22,74%	27,34%	18,46%	19,53%	12,09%	10,16%
Pequena	36,15%	46,08%	25,48%	29,41%	17,41%	14,71%	12,69%	7,84%
Uninomial	44,95%	100,00%	24,06%	0,00%	13,02%	0,00%	14,50%	0,00%
Total	28,95%	35,14%	22,19%	25,71%	20,17%	19,71%	13,91%	11,43%

Fonte: Ministério do Interior, cálculos do autor.

Sánchez Muñoz (2017:252), destaca quatro apontamentos sobre os efeitos do sistema de eleitoral sobre o resultado de 2015: (i) que o sistema continua favorecendo a PP e PSOE; (ii) apesar de sua estruturação para formar maioria, ele não conseguiu dar ao PP uma maioria que lhe garantisse a presidência do Governo; (iii) na centro-esquerda a desproporcionalidade desfavoreceu muito o C's; (iv) na disputa por liderar o bloco de centro-esquerda, o PSOE foi favorecido pelas regras frente ao PODEMOS.

Acrescentamos um dado importante, que apesar das regras eleitorais na Espanha não terem alterado para as eleições de 2015, a existência de três subsistemas partidários possibilitou a emergência dos partidos novos. A existência de distritos de maior magnitude possibilitou que os novos partidos rompessem o bloqueio institucional dado pela legislação eleitoral.

O caso espanhol demonstra que janelas de oportunidade podem existir até em sistemas institucionalizados e com regras com desincentivos ao surgimento de

novos partidos, mas para usar desta janela se faz necessário um movimento comportamental que possibilite a sua abertura.

Capítulo 2: Porque emergem Novos Partidos?

Como detalhado no capítulo 1, a Espanha era considerada um país com sistema institucional com atores partidários muito bem delineados, inclusive com um sistema desenhado para que os partidos, já presentes no sistema, se mantivessem como os atores estruturantes. Entretanto, em 2015 essa tendência ao bipartidarismo se rompeu. Por isso, uma pergunta teórica se impõe: por que surgem novos partidos?

A primeira definição necessária para essa análise é a de que é um novo partido. A concepção mais clássica sobre o que é um novo partido é a empreendida por Sartori (1980:22), na qual um novo partido é aquele que se apresenta pela primeira vez a uma eleição. Para este trabalho, porém, iremos adotar a definição de Mair (1999:210), que define um novo partido como sendo aquele que, não sendo originalmente membro do sistema de partido vigente, ao se consolidar e entrar no jogo, é capaz de mudar as dinâmicas da competição estabelecida. Estes novos partidos podem ser de três tipos, sendo que a diferença entre elas está na maneira em que foram criados (Harmels, 1985; Mair, 1999). O primeiro modelo é oriundo da fusão de partidos já existentes, o segundo, por sua vez, é devido a rupturas de algum partido já existente e, por último, o terceiro se baseia naqueles que não são oriundos de união e/ou de cessão, o que o faz um partido verdadeiramente novo.

A literatura recente sobre novos partidos possui investigações sobre partidos específicos, como libertários de esquerda (Kitschelt, 1988; Müller-Rommel, 1993), nova direita (Harmel e Svåsand, 1997; Ignazi, 1992). Também discute os motivos que possibilitam a emergência dessas novas forças partidárias de uma

forma mais ampla (Haus, Rayside, 1978; Rosenstone et al., 1984; Hug, 2001; Kitschelt, 1994; Tavits, 2006), ou busca explicar e demonstrar o êxito eleitoral destes partidos (Carreras, Morgernstern, Su, 2012; Crisp, Olivella, Potter, 2012; Lago, Martínez, 2011; Mainwaring et al., 2010; Selb, Pituctin, 2010; Sikk, 2011).

Neste capítulo iremos explicitar quais são os indicadores que analisamos ao investigar o surgimento de novos partidos. Para a construção do capítulo e da análise teórica, iremos nos basear no percurso analítico sugerido por Boix (2007). O autor acredita que para que se possa fazer um estudo do surgimento de novos atores partidários devemos delinear a estrutura de incentivos no qual os atores emergem, a análise institucional e, posteriormente, as interações históricas e sócias que possibilitam esta emergência, análise comportamental. Enquanto no primeiro passo investigativo se descreve as regras e o ambiente institucional de um determinado sistema político, com isso os incentivos presentes, o segundo, apresenta a sequência de eventos e sentimentos que abrem a oportunidade para a emergência de novas forças partidárias.

2.1. O mercado político e o surgimento de novos partidos

O mercado eleitoral deve ser analisado como o mercado econômico, no qual existe o mecanismo de troca entre representas e representados e que esses buscam o equilíbrio (Cox, 1997). A oferta partidária, devido ao mercado, deve responder às demandas postas pela sociedade na qual ele está inserido. Quando as necessidades não são contempladas, temos aberta a janela de oportunidade para que se criem novos partidos políticos. As reivindicações da sociedade guiam também o número de ofertas que serão expostas no mercado,

entretanto, quando todos os anseios da população estão contemplados não se abre a oportunidade para novas ofertas.

A emergência de novas agremiações partidárias passa pela observância dos líderes do mercado político e um cálculo de custos sobre a entrada ou não desses na arena eleitoral (Cox, 1997). A decisão dos políticos se baseia em uma lógica simples de oportunidade, na qual devem calcular se os custos da entrada e da disputa são no mínimo proporcionais aos benefícios que o poder conquista proporciona.

O segundo fator observado pelos políticos é a probabilidade de apoio eleitoral. Para isso as lideranças observam se o mercado possui alguma abertura na qual os partidos insurgentes consigam conquistar cadeiras (Cox, 1997). Para isso, devem observar duas características do sistema em disputa: em primeiro lugar, se existe algum nicho eleitoral que não está explorado a contento pelos partidos já existentes (demanda) e, em seguida, se a estrutura da disputa possibilita a entrada dessa força desafiante (sistema institucional). Deve-se observar o grau de institucionalização do sistema, dado que, quanto maior ela for, menores são as chances dos novos atores na disputa. (Carreras et al., 2012; Mainwaring et al., 2010; Tavits, 2006). Caso ao final da análise as elites observem a possibilidade de sucesso e consigam compartilhar a crença desse sucesso com os outros membros da elite partidária, eles se lançariam a arena eleitoral.

A formação de novos partidos pode ser incentivada tanto por fatores institucionais, como por comportamentais. Cada um desses fatores abre janelas de oportunidades para que partidos desafiantes possam emergir. Mudanças de regime político, de regras eleitorais, de aumento de cadeiras em disputa já são

naturalmente uma grande janela de oportunidade. O mesmo ocorre quando temos uma série de movimentos comportamentais, mudanças na base social, crises estruturais, mudanças geracionais e a percepção da sociedade sobre os representantes também é uma das grandes janelas de oportunidades.

Przeworski (2003) ressalta que, como todo o mercado, o mercado político é incompleto, dado a falta de uma informação completa, o que gera a ineficiência deste. O déficit nessa informação pode ser gerado por dois mecanismos: (i) a diferença entre a percepção dos partidos e do cidadão; (ii) os ruídos gerados na comunicação (Lago, Martinez, 2011). Enquanto o dispositivo é causado pela má interpretação dos sinais emitidos pela sociedade pelos políticos, o segundo é causado pelos obstáculos que a ideologia do partido põe à possibilidade de adaptação dos partidos já existentes. Como ressaltado por Sanchez-Cuenca (2004), alterações de posições em partidos muito idealizados pode gerar graves conflitos internos. A falta da compreensão e/ou do atendimento das demandas pelo mercado existente abre a oportunidade que as novas forças precisam (Miragliotta, 2012).

Hug (2001) realiza um estudo com os argumentos presentes nos estudos anteriores, e pondera que o surgimento de novos partidos, independentemente do tipo de partido, se dá com base no resultado do jogo presente no mercado político. O jogo acontece no ambiente estruturado de um sistema político. As implicações extraídas da formulação teórica do jogo de seu argumento se traduzem em um modelo empírico que abrange diferentes conjuntos de variáveis explicativas. Essas variáveis podem ser agrupadas sob os seguintes tópicos:

novas questões, custos de formação, benefícios de alta demanda e custo de luta eleitoral. (Tavits, 2006)

Lago e Martinez (2011) dividem essas variáveis em dois grupos: um com base nos aspectos sociológicos e o outro no institucional. A seguir iremos apresentar as variáveis separadamente, seguindo a estrutura de oportunidade que é criada e elucidada por Lago e Martinez. Porém, devemos ressaltar que essa sistematização não tem nenhum viés hierárquico ou que elas são excludentes. Os dois mecanismos podem ocorrer mutuamente ou separadamente, levando ao surgimento de novas forças partidárias.

2.1.1. Novos partidos: respostas institucionais

Como discutido acima, para o surgimento de novos partidos podemos apresentar a discussão de fatores culturais/sociais e institucionais, no qual cada um destes representa um lado de uma mesma moeda. A seguir nos ateremos a como mudanças institucionais podem levar ao surgimento de novos partidos.

No “modelo institucionalista” apresentado por Duverger (1950) e revisto por Aldrich (1995), os partidos têm sua origem devido à necessidade de os políticos terem um mecanismo institucional que os possibilite a reeleição e a realização de políticas, ou seja, alcançarem o poder. Eles acrescentam que os partidos políticos são mais que um bloco parlamentar. Duverger, diferentemente de Weber (1991), demonstra que os parlamentares tiveram que alcançar apoios de comitês eleitorais locais, o que dá sentido a uma origem dos partidos de forma “parlamentar-eleitoral”. Segundo esse modelo, os partidos são meios.

No modelo racional apontado por Downs (1999), a criação de partidos se dá apenas pela necessidade de se construir caminhos que levem os políticos ao poder. O que dialoga com Przeworski (2003), que compreende que os partidos são máquinas de conquista de votos. Nessa leitura, os partidos existem para cobrir o vácuo de ligação entre os eleitores e os parlamentares, suprimindo a necessidade imposta pelo jogo político. Partidos se organizam então como máquinas para que a ambição dos líderes, da conquista do poder, seja contemplada.

Como a entrada de novos partidos políticos só é possível devido aos cálculos estratégicos dos atores políticos (Cox, 1997), uma série de variáveis institucionais foram elencadas e testadas pela literatura. Entre as mais usadas, temos: a magnitude do distrito eleitoral (Hug, 2001; Mainwaring et al., 2010; Tavits, 2006); a cláusula de barreira efetiva (Lago, Martínez, 2010; Selb, Pituctin, 2010); a fórmula eleitoral (Hauss, Rayside, 1978); a forma de governo (Hauss, Rayside, 1978; Mainwaring et al., 2010); a forma do financiamento dos partidos (Hug, 2001; Mainwaring et al., 2010; Sikk, 2007; Tavits, 2006); o grau de fragmentação do sistema de partidos (Mainwaring et al., 2010; Robberts y Wibbels, 1999; Robbins y Hunter, 2012; Tavits 2006), e o grau de centralização política (Hauss y Rayside, 1978; Lago y Martínez, 2010).

A primeira discussão na literatura sobre os motores institucionais para a formulação de partidos políticos e pela forma que o sistema partidário vai assumir é baseada no sistema eleitoral. Duverger (1950) apresenta a sua “lei” na qual (i) O sistema majoritário de um só turno tende ao dualismo dos partidos, e (ii) O

sistema majoritário de dois turnos e a representação proporcional tendem ao multipartidarismo.

Sartori (1976), traduz a “Lei de Duverger” para uma ideia de tendência, na qual (i) Fórmulas de maioria simples favorecem um formato bipartidário e, inversamente, dificultam o multipartidarismo, e, (ii) Formulas de representação proporcional favorecem o multipartidarismo e, inversamente, dificilmente produzem o bipartidarismo.

Taagepera e Shugar (1991) sintetizam os dois apontamentos anteriores e os seus efeitos psicológicos e mecânicos sobre o voto. Segundo os autores, a regra da maioria simples tende a reduzir o número de partidos para dois, independentemente do número de clivagens políticas, ao passo que regras de representação proporcional tendem a não reduzir o número de partidos, caso o número de clivagens políticas favoreça a existência de muitos partidos.

Porém, a tendência que todos os sistemas eleitorais em práticas nas democracias têm de sub-representar os menores partidos e sobre-representar os maiores. Levando a concretização do efeito mecânico – de punição para os menores partidos – pode estimular os eleitores a deixar de votar em um partido sub-representado em eleição anterior para não desperdiçar o voto.

O número de partidos eleitorais efetivos tende a ser reduzido pelos efeitos psicológicos, mas qualquer redução adicional do número de partidos eleitorais para o de partidos eleitorais para o de partidos parlamentares é produzida exclusivamente por fatores mecânicos. (Lijphart, 1994:96)

Levando a conclusão de Harmel e Robertson (1985) de que sistemas proporcionais possibilitam que um maior número de partidos de façam

representar, o que por consequência levaria a um incentivo à formação de novas agremiações.

O segundo indicador que podemos destacar é o custo para a formalização das agremiações de forma a possibilitar que estas possam competir nas eleições (Krause et al, 2016; Hug, 2000; Tavits, 2006). Esses custos podem ser financeiros ou a quantidade de assinaturas necessárias para se conseguir o registro da agremiação partidária. Quanto maior o número de assinaturas necessárias, e em caso de cobrança financeira quanto maior o montante, menor as chances de um partido entrar na disputa (Hug, 2001; Mainwaring et al., 2010; Sikk, 2007; Tavits, 2006).

O próximo indicador institucional é a disponibilidade de financiamento público para os partidos. A inexistência de algum tipo de financiamento pode reduzir potencialmente a entrada direta de novos partidos. No entanto, a existência de financiamento não significa imediatamente a entrada de novos partidos, pois em muitos sistemas é necessário que os partidos atinjam um certo limite de votos para a conquista dos recursos disponibilizados para a disputa eleitoral. Por isso, o indicador de disponibilidade de financiamento público deve ser usado de forma menos automática, tendo seu efeito balanceado pela probabilidade de receber apoio eleitoral. (Hug, 2001; Mainwaring et al., 2010; Sikk, 2007; Tavits, 2006).

Os dois últimos indicadores apontados pela literatura como variáveis institucionais são indicadores do sistema partidário, a abstenção (Lago y Martínez, 2010) e a fragmentação (Mainwaring et al., 2010; Robbets y Wibbels, 1999; Robbins y Hunter, 2012; Tavits, 2006). Entretanto, acreditamos que esses indicadores devem ser analisados em uma área sombreada entre fatores

institucionais e comportamentais. O nível de abstenção é incorporado como um elemento importante para o sucesso de novos partidos no jogo político, pois a abstenção pode ser vista como um sinal de baixo enraizamento dos partidos na sociedade, o que abre a possibilidade maior de que novos partidos conquistem essa parte do eleitorado que não está participando do jogo. A existência de eleitores que não estão satisfeitos com os partidos que já participam do mercado é um sinal de que se algum partido se posicionar a suprir a demanda desses eleitores, eles obterão sucesso eleitoral.

A abstenção pura é um sinal de descontentamento, entretanto, outra resposta também é possível, que é a votação em um partido que a literatura aponta como "anti-establishment" (BE'LANGER, 2004: 1054-7; ver também KITSCHOLT, 1989; POGUNTKE, 1996; LAGO E MARTINEZ, 2011). Os eleitores insatisfeitos com os partidos que dominam o sistema podem ser levados a votarem em partidos com retórica antipartidária, ou contra "tudo o que está aí". O sentimento antipartidário generalizado pode mobilizar parte do eleitorado a depositar suas esperanças e frustrações em partidos desafiantes. Ou seja, partidos que expressem a voz contra a política como de costume, pode servir como veículos para canalizar o descontentamento político ao fornecer aos eleitores uma representação alternativa na estrutura partidária existente (Lago e Martinez, 2011).

A fragmentação dialoga com a abstenção e também está inserida nessa área sombreada entre instituição e comportamento. Um sistema muito fragmentado é um sinal de que nenhum dos partidos que está presente no sistema é dono e dominante da disputa eleitoral. Sistemas multipartidários sempre estão abertos à entrada de um novo ator na disputa e com possibilidade de sucesso, dado que

o sistema já se mostra com muitas opções e todas com acesso aos cargos em disputa.

Em suma, a oferta de novos partidos é a resposta ao cálculo realizado pelas lideranças políticas. Os líderes buscam se cercar de informações para embasar a sua decisão de lançar ou não um novo partido na disputa eleitoral, as restrições e possibilidades que estão presentes no mercado político guiam a decisão dos políticos sobre a conveniência de entrar ou permanecer em um partido já existente ou criar um novo (Losada; Liendo, 2015).

Como destacamos no final do capítulo, não houve mudanças nos fatores institucionais na Espanha. O sistema possui incentivos, baixo custo para o registro das candidaturas e a possibilidade de financiamento público. Mas, o sistema eleitoral é um forte cerceador ao surgimento de novos partidos (Lago e Montero, 2005). Todavia, como demonstramos mesmo um sistema tão rígido ele possui brechas que possibilitam o surgimento de novas siglas. A seguir iremos apresentar como as características sociológicas são importantes para o modelo que estamos desenvolvendo neste trabalho.

2.1.2. Novos partidos como respostas a demandas

Após a análise das variáveis institucionais, os líderes partidários precisam enfrentar o cálculo das condições sociológicas para a determinação da possibilidade de sucesso do lançamento de um novo partido no jogo político. Os fundadores de um novo partido político devem conseguir superar o desafio de articular um projeto político claro e convincente, que aborde problemas sociais⁵⁹

⁵⁹ “The term ‘problem’ implies an actor-orientated approach; institutionalists, functionalists and behaviouralists may prefer terms like ‘social strain’ or ‘stress’ instead (see, for example, Daalder, 1966; Pinard, 1975; Hauss and Rayside, 1978; Jaschke, 1987; Hug, 1990).” (Lucardie, 2000).

considerados urgentes por um número significativo de eleitores (Lucardie, 2000). A percepção do que é problema social, porém, dialoga com a sociedade com a qual os novos partidos irão se inserir. Eleitores de diferentes sociedades possuem anseios e desejos diferentes.

LaPalombara e Weiner (1966:14) apresentam uma construção teórica que possibilita o estudo do surgimento dos partidos com base nas contrações da sociedade (guerras, depressões econômicas e crises de sistemas políticos). Os autores argumentam que, para que se tenha a possibilidade de emergência de novos partidos, as sociedades as quais eles irão se inserir podem passar por três formas de crises do sistema. Eles ressaltam que essas crises podem acontecer de forma separada ou conjunta, sendo que, ao existirem conjuntamente, a força de mudança aumenta

A primeira crise que pode levar ao surgimento de novas forças é uma **Crise de legitimidade**. Essa é caracterizada pela perda da credibilidade dos entes de poder frente à sociedade a quais eles governam. Quando a população não reconhece mais que as autoridades do país as representam abre-se a possibilidade para que novos atores que representem surjam. Em outras palavras, a falta de representatividade dos poderes instaurados é o motivo para que o sistema se torne instável e, a partir disso, abre uma janela de oportunidade para o surgimento de forças desafiantes.

Outra crise que pode levar ao surgimento de atores desafiante é um tipo de **crise de integração**. A percepção de que certo território não se faz representado pelas instituições de poder, leva ao surgimento de oportunidades no mercado político para o surgimento de atores que façam essa representação. Isso é ressaltado

pela literatura (BARTOLINI E MAIR, 1990; LIPSET E ROKKAN, 1967; ORDESHOOK E SHVETSOVA, 1994), uma vez que uma sociedade heterogênea possibilita que se estabeleçam a representação política de forma a dar voz as diferentes expressões presentes.

Já a terceira crise que possibilita o surgimento de novos atores de poder é a **crise de participação**. Mudanças socioeconômicas na estrutura social, são as responsáveis para que os eleitores se interessem menos pelos atores que antes o representavam. Como discutido no tópico anterior, essa crise é sombreada com a discussão sobre a abstenção. A oportunidade é gerada quando os eleitores se sentem divorciados dos representantes e se afastam do sistema vigente, explicitando um nicho de mercado com pessoas que não participam.

Estas crises podem ser interpretadas como fatores de curto ou longo prazo. As mudanças relacionadas à estrutura de clivagens são consideradas de prazo longo, ao passo que as causadas por impacto econômico, mudança institucional ou algum fato político e social, são consideradas de curto prazo. Desta forma, quando as demandas da sociedade não são canalizadas pelas agremiações vigentes, sejam estas de curto prazo ou longo, abre-se a brecha para a emergência de novas formações.

Os estudos com variáveis explicativas de longo-prazo são pautados pelo estudo seminal de Lipset e Rokkan (1967). O trabalho inovador que ressalta como se dá a relação entre clivagens sociais e o surgimento de partidos e sistemas partidários. O estudo de Lipset e Rokkan (1967) ressalta como fatores de longo prazo são estruturantes da disputa política. Estas clivagens se originam em duas revoluções: as nacionais e a industrial. Da revolução nacional surge o conflito

entre os defensores do surgimento da ideia de construção de uma nação centralizada e a resistência das regiões locais e das características corporativistas históricas, o que gera a clivagem centro vs periferia e a clivagem Estado vs Igreja. Ao passo, que da revolução industrial surgem as clivagens Industria vs Terra e Capital vs Trabalho. Segundo os autores essas clivagens guiaram o surgimento de todos os partidos:

"the party systems of the 1960's reflects, with few but significant exceptions, the cleavage structures of the 1920's. This is a crucial characteristic of Western competitive politics in the age of 'high mass consumption': the party alternatives, and in remarkably many cases the party organizations, are older than the majorities of the national electorates." (Lipset e Rokkan, 1967: 50): (itálicos in original)⁶⁰

A análise empreendida por Lipset e Rokkan (1967) afirma que os partidos surgem em decorrência dos conflitos presentes na sociedade, sejam esses conflitos de origem econômica, política, de integração ou local-familiar. Destaca-se que estas características são anteriores aos próprios eleitores. Disputas ou diferenças são motivos para a separação e responsáveis pela geração dos novos partidos, e estes levam as "bandeiras", políticas e ideais da sua origem. As clivagens que vão guiar a fundação dos partidos serão diferentes e de intensidades distintas, dependendo das sociedades em que elas estão inseridas. O que nos leva a clivagens sociais em alguns ambientes, mas também encontramos clivagens religiosas, assim como étnicas. Segundo os autores, após a revolução industrial temos uma "uniformização" nessas clivagens. Um ponto importante na análise dos autores é quanto à importância dessa ancoragem social. Segundo eles, partidos com essas ancoragens sobrevivem inclusive fora do poder, o que não

⁶⁰ "Os sistemas de partidos da década de 1960 refletem, com poucas, mas exceções significativas, as estruturas de clivagem da década de 1920". Esta é uma característica crucial da política competitiva ocidental na era do "alto consumo de massa": as alternativas do partido e, em muitos casos, as organizações do partido, são mais antigas do que as maiorias dos eleitorados nacionais. "(Itálico no original)

ocorre nas outras abordagens apresentadas. Os preceitos apontados pelos autores, apontam para uma ideia de "congelamento dos sistemas partidários", todavia, a literatura mais recente argumenta que esses grandes rasgos sociais têm perdido força explicativa para o surgimento de novos partidos (Gunther et al., 2016).

Cada vez mais fatores de curto prazo são elencados como as forças que possibilitam a mudança no sistema político. Os estudos mais recentes (KRIESI et al., 2008; HOOGHE e MARK, 2017; TAVITS, 2007; DALTON e WELDON, 2006; LAGO e MARTÍNEZ, 2011; LINDVALL, 2014; HERNÁNDEZ e KRIESI, 2016; ORRIOLS e CORDERO, 2016; BOSCH e DURÁN, 2017), demonstram que a crise econômica e de descontento com a política na Europa, propiciaram um terreno bastante fértil para o surgimento de novos partidos. Temas relacionados com a globalização, a imigração e a União Europeia, incrementado pela grave crise econômica e indiferenciação dos partidos vigentes levou parte da população a apoiar formações partidárias nascentes e com discurso *anti-establishment*. A crise do sistema partidocrático (Mair, 2015) possibilita a emergência de agremiações que dialoguem melhor com as demandas insurgentes, com partidos mais alinhados com o interesse da sociedade.

Os indicadores comportamentais que pautam a possibilidade de surgimento de novas forças (Mainwaring y Zucco, 2007; Mainwaring et al., 2010; Tavits, 2006), como a percepção do desempenho do governo, os fatores econômicos – como desemprego, inflação, crescimento do PIB – e os de percepção sobre o sistema político como o desencanto e o distanciamento dos líderes dos liderados, serão aprofundados no capítulo 3 desta tese.

Para finalizar, é necessária uma discussão sobre como a ideologia se enquadra na discussão do surgimento ou não de novos partidos. Lucardie (2011), afirma que o estudo da distinção entre novas e velhas ideologias é mais fácil na prática do que na teoria, dado que ideologias que parecem novas à primeira vista acabam sendo versões atualizadas de vertentes ideológicas antigas.

Um exemplo é a discussão sobre o surgimento de partidos nomeados como “Nova Direita”. Segundo a bibliografia (IGNAZI, 1992; KITSCHOLT, 1995; HAINSWORTH, 2008; GIVENS, 2005; NORRIS, 2005; BRANDALISE, 2005; LAUDE, 2011; IGNAZI, 2003), eles são partidos diferentes dos partidos nazistas e fascistas surgidos no período entre guerras, entre os anos 1920 e 1930. Essas novas agremiações se desenvolveram baseando a sua posição ideológica em um nacionalismo etnocêntrico em junção ao liberalismo econômico. Na mesma linha, pode-se questionar a adequação do termo "Nova Esquerda" (ver Lucardie, 1980), esses partidos não têm raízes profundas nas ideologias marxistas, guardam uma intrínseca relação com correntes vinculadas à globalização e às vertentes da socialdemocracia que esteve presente nos países europeus.

Um novo partido não precisa se ater a antigas ideologias, no entanto. Novas ideologias podem se desenvolver em torno de novas questões, como a crise ecológica (Ignazi, 1995; Lucardie, 1995: 134-5; Natuurwetpartij, 1998). Ocasionalmente, a ideologia parece muito obscura e confusa para fazer sentido para qualquer pessoa fora dos fundadores do partido, bem como em algumas vezes ela pode significar apenas um sistema sem uma ideologia clara. Contudo, a existência de novos partidos é possível quando os partidos estabelecidos

parecem ignorar ou negligenciar essas questões que são postas pela sociedade da qual eles buscam angariar votos.

Em suma, a emergência de um novo partido só é possível se: (i) os novos desejos apresentados pela sociedade consegue angariar um número significativo de eleitores; (ii) Os partidos existentes no sistema não conseguem suprir as demandas colocadas pela sociedade, gerando um déficit de representação; (iii) políticos ambiciosos percebem uma oportunidade no mercado político e conseguem organizar e lançar um Novo Partido para capitalizar com esse nicho de mercado; e (iv) os eleitores escolhem esse novo partido porque representa esses novos anseios. Possibilitando assim que o surgimento da demanda da sociedade pode explicar o surgimento de novos partidos. (Mainwaring et al., 2010:4)

2.2. Modelo analítico apresentado no capítulo

Baseando nos pontos apresentados por Lucardie (2000), apresentaremos um resumo sobre a teoria do surgimento de novos partidos. O primeiro estágio que o surgimento de um novo partido deve superar é a construção de um projeto político que atenda aos problemas sociais percebidos como importantes por um número significativo de eleitores a fim de obter apoio. Esse projeto pode se basear na ambição de atores políticos, ou na necessidade destes de se movimentarem de forma a conseguirem a sua sobrevivência (BARNEA e RAHAT, 2007). Ou, os anseios de organizações extrapartidárias (sindicados, movimentos sociais, grupos de interesse) para entrarem no jogo político (HAUSS & RAYSIDE, 1978). Novas organizações realizam o cálculo se a criação de um

novo partido lhes possibilitará maiores ganhos ou devem preferir apoiar as estruturas partidárias já presentes no jogo (TAVITS, 2008).

O segundo destaque é a necessidade de se garantir apoios na sociedade para o projeto político de um novo partido. Novos partidos só conseguirão assentos de poder caso consigam mobilizar pelo menos uma quantidade mínima de eleitores quem chancelem a entrada deste novo ator. Por isso, faz-se necessário o cálculo da possibilidade de apoio eleitoral. Lucardie (2000) afirma que novos partidos terão mais sucesso se usarem as tradições e ideologias históricas que podem ter sido negligenciadas ou reprimidas pelos partidos estabelecidos nos últimos anos. Ou seja, o surgimento de novos partidos é possível se as elites conseguirem interpretar os momentos históricos de oportunidade, na qual as demandas da sociedade não estão saciadas, ou que valores e *issues* que antes não eram relevantes assumirem preponderância. Casos, por exemplo, dos partidos verdes (IGNAZI, 1995) ou dos movimentos sociais indígenas na Bolívia (VAN COTT, 2003)

O próximo item a ser mensurado é dos os custos de entrada em um jogo político. Um partido para obter sucesso, precisa angariar um certo número de membros, uma certa quantia em dinheiro, alguma atenção da mídia de massa e uma liderança eficaz. Esse custo também tem de pesar os incentivos institucionais presentes no sistema, sistemas institucionalizados e bipartidários têm menor possibilidade de sucesso para partidos desafiantes. Ao passo que sistemas multipartidários e de representação proporcional facilitam a entrada de novos atores. A existência de incentivos legais (como, a legislação partidária, a

existência, ou não, de financiamento público, os custos para o registro do partido) também devem ser apreciados (Kestler, Krause & Lucca; 2013).

Novos partidos surgem e, em muitos casos, conseguem sucesso. Pedersen (1982) pontua que a construção de um projeto político relevante, com ideologia e atores que encarnam essas teorias, não necessariamente irá desencadear na formalização de um partido. Para o estágio final, a saída desse projeto como um partido tem de passar pelo filtro do cálculo do mercado político (Cox, 1997).

Lawson (2007) afirma que os partidos são estruturas maleáveis, que se adaptam às circunstâncias que lhe são postas. Segundo o autor, por maior que sejam as crises enfrentadas, os partidos não morrem. Os partidos possuem uma capacidade darwinista de sobrevivência às mudanças da sociedade (Lopes, 2009). A crise da representatividade dos partidos tem se colocado o maior desafio para os partidos na contemporaneidade, levando a eles um desafio adaptativo novo.

Kestler, Krause e Lucca (2013) argumentam que as mudanças de matriz estatocêntrica para a mercadocêntrica criaram a oportunidade para a emergência de novos partidos – “breaki-in parties”. Esses novos partidos possuem a capacidade de desafiar o *status quo* e de incorporar novas lideranças ao jogo político, proporcionando assim uma nova metamorfose aos partidos políticos e possibilitando a sobrevivência dessa instituição. As existências desses novos partidos possibilitam o fortalecimento da democracia ao estabelecer novas formas de representação e incorporando novos setores à vida política.

Capítulo 3: A crise da representação: teorias explicativas, indicadores e efeitos

Este capítulo tem o objetivo de apresentar as principais teorias explicativas sobre a crise da representação. Uma das hipóteses desta tese é a de que tal crise de representação espanhola, dentre outros fatores, foi um dos elementos que possibilitou o desalinhamento do sistema bipartidário espanhol, que era congelado em torno de dois partidos tradicionais: o PSOE, de centro-esquerda e socialdemocrata, e o PP, de centro-direita. Ambos se alternavam no poder desde 1993, mas a partir das eleições de 2015 passaram a perder eleitores, o que resultou numa janela de oportunidade para a emergência de dois novos partidos – Podemos e C's - que passaram a disputar os eleitores das organizações tradicionais e obtiveram assentos no parlamento. A crise de representação significou o aumento da *desafección* e do descontento dos eleitores e, conjugado com valores do público, podem ter permitido o êxito das novas organizações. A entrada de novos atores teve como efeito uma Câmara mais fragmentada, a ruptura do bipartidarismo, bem como maior dificuldade para produzir governos, uma vez que nenhuma das forças tradicionais obteve maioria dos votos nas eleições.

Neste capítulo iremos apresentar quais são os fatores presentes na oferta e nas demandas que possibilitam a abertura da janela de mudança nos sistemas partidários. Para isso iremos apresentar as teorias sobre alinhamento, desalinhamento ou realinhamento do sistema partidário, como essa nos fornece ferramentas para caracterizar o cenário de mudança. Posteriormente, iremos investigar a emergência de novos valores, que são relevantes para que se questionem os partidos existentes e abrem a oportunidade para a emergência

dos novos partidos. Para finalizar iremos expor como o populismo e neopopulismo é visto como uma possível resposta a essa crise da representação, fornecendo ferramentas que possibilitem que os novos partidos adentrem ao jogo político.

3.1. Explicações para a crise de representação: crise dos partidos e mudanças de valores

3.1.1. As ofertas: representação e crise dos partidos políticos

De acordo com Pitkins (1979), a formulação da representação foi o balizador para que fosse aceita a democracia como modelo de governo. O direito de se fazer presente, que deita raízes no direito romano, passando pela elaboração do Parlamento inglês do Séc. XVII é o que pressupõe que todo atingido por uma decisão esteja presente, ou representado, no ato da sua tomada de decisão. Assim, a representação acontece quando atores *falam, advogam e atuam* em nome de outros na arena política. Todavia, a modernidade leva ao aumento do número de vozes a se representar, o que dificulta a ação de representar a opinião pública no jogo político. Por isso a democracia moderna nasce com os partidos políticos, ente responsável por fazer a ligação entre a sociedade e o governo. Ou seja, a democracia representativa moderna se baseia nos partidos políticos. Segundo Manin (1995), isso se deve ao fato deles se tornarem a forma mais objetiva e clara para que os cidadãos compreendam o sistema político e a representação.

Além disso, o aumento do sufrágio exigiu a inserção de outras classes sociais, ademais da necessidade de construir uma máquina mais organizada e de maior alcance. Em concordância com essa interpretação, pode-se acrescentar a

relevância que alguns autores atribuem aos partidos de massas. Para Manin (1995), Duverger (1980) e La Palombara (1982), o modelo de partidário de massas aproximou os representantes dos seus representados.

Os partidos se revelam adaptáveis, adquirindo características diferenciadas de acordo com as sociedades que os acolhem ou nas quais eles foram gerados. Panebianco (2005) apresenta um modelo de três fases de sobrevivência de um partido. A primeira fase, denominado sistema de solidariedade, é composta da seguinte maneira: “1) Modelo Racional: o objeto é a realização da causa comum. Ideologia Manifesta; 2) Prevaecem os incentivos coletivos (participação do tipo movimento social); 3) Ampla liberdade de manobra dos líderes; 4) Estratégia de domínio sobre o ambiente”. A segunda fase é a fase da institucionalização dos partidos. A terceira fase é assim composta: “1) Modelo do sistema natural: o objetivo é a sobrevivência e o equilíbrio dos interesses específicos. Ideologia Latente; 2) Prevaecem os incentivos seletivos (participação profissional); 3) Liberdade de manobra restrita; 4) Estratégia de adaptação ao ambiente”.

Na fase de pós-institucionalização, os partidos estão imersos em uma sociedade mais complexa, em que a existência de outros meios de compreensão da política, além dos partidos, é possível. Tal fato os leva a adaptar o seu discurso e seu modelo partidário à visão da sociedade emana, buscando a sobrevivência do partido.

Mais precisamente, enquanto um sistema de solidariedade é “(...) um sistema de ação tendo em vista a solidariedade entre os agentes”, um sistema de interesses é “(...) um sistema de ação tendo em vista os interesses do agente”. No primeiro caso, prevalece à cooperação para a realização de um fim comum; no segundo, a competição para satisfazer interesses divergentes. Quando um partido político se constitui, ele é uma “associação entre iguais”, organizada para a realização de um fim comum.

Trata-se, portanto de um sistema de solidariedade. (...). Porém, com o passar do tempo, o partido tende a transformar-se de sistema de solidariedade em sistema de interesses: com a burocratização e o progressivo envolvimento na rotina quotidiana, a organização se diversifica no seu interior, criando, sobre as cinzas da igualdade inicial, novas desigualdades. “A curva de participação tende, portanto, a declinar”. (Panebianco, 2005: 35-36).

À medida que se desenvolvem, os partidos assumem uma série de funções que Mair (2003) nos apresenta em dois blocos, as procedimentais e as representativas. Como funções representativas, teríamos (i) a função de integração e de mobilização da sociedade; (ii) a função de articulação e agregação de interesses dos indivíduos, e (iii) a função de transformar as demandas em políticas públicas. Já as funções procedimentais são (iv) a elaboração de políticas públicas, (v) o recrutamento e seleção das lideranças políticas, e (vi) a organização do parlamento e os governos. Em suma, os partidos são responsáveis por organizar o sistema político.

Baseados em seu papel nas democracias contemporâneas e em suas funções, podemos definir os partidos “como instituições do sistema democrático que têm como função primordial a disputa pelo poder político, seja por fins objetivos ou pelo desejo de patronagem - favorecimento a alguém ou algo, como forma de angariar adeptos e conquistar apoios. Com o objetivo de alcançar o poder político, apresentam candidatos para concorrer às eleições, com capacidade para organizar governos e os processos legislativos” (Melo, 2013:33).

O debate atual sobre a vinculação entre partidos e sociedade é composto por duas correntes analíticas distintas, enquanto uma série de estudos apontam para a estruturação e rigidez das disputas (ROSE e URWIN, 1970; BARTOLINI e MAIR, 1990; MAIR, 1993:1997; GOLDBER, 2003), outros apontam para o

processo de desalinhamento ou realinhamento dos vínculos (PEDERSEN, 1983; DALTON, 1984; DALTON e WATTEMBERG, 2000).

O século XX inicia um processo acelerado de modificações da sociedade com a mobilização cognitiva, mudanças econômicas, diminuição da identidade ideológica e a preponderância da comunicação política fora do aparato partidário (SARTORI, 1982; MAIR, 2003). Os somatórios das mudanças apontadas acima levaram às modificações na estrutura dos partidos, que tendem a cumprir um processo de transição de um modelo ideológico para um modelo competitivo. Os partidos profissionais-eleitorais assumem como característica principal a busca incessante por votos e cargos. Os partidos se constituem como uma estrutura profissional para auxiliar os candidatos na busca por votos.

Otto Kirchheimer, em *The Transformation of the Western European Party System* (1968), identifica essa mudança em associação com um movimento de perda dos vínculos das bases classistas dos partidos de massa, da progressiva adequação de sua mensagem e de sua estrutura a um público mais amplo, na tentativa de expandir sua votação e conquistar cargos, o que denomina como a tendência ao partido ônibus (*Catch all Party*). A transformação dos partidos em partidos *catch-all* ou partidos “pega-tudo”, como esse autor os denominou, não resulta no rompimento total com a classe de origem do partido, mas na sua abertura a outros grupos sociais, transformação essa que implica uma atenuação de pontos mais dogmáticos e radicais que orientavam programaticamente a legenda. A análise de Kirchheimer nos permite entender a relação que os partidos estabelecem com suas bases em um contexto de heterogeneidade social, que marca os tempos atuais. A transformação que ele descreve é, em

parte, fruto do desenvolvimento da sociedade moderna, na qual há enfraquecimento do peso do apelo ideológico - característico dos partidos de massa - em favor de argumentos pragmáticos.

Em um contexto como esse, a volatilidade eleitoral cresce como resultado da perda dos vínculos entre votantes e partidos. Os partidos se veem diante de um eleitorado mais sensível às mensagens vinculadas pela mídia de massa, nas quais predominam argumentos de grande apelo emocional e ênfase nos projetos de governo e não nos valores programáticos partidários. Assim, conforme verifica Ângelo Panebianco (2005), está em curso uma progressiva profissionalização das organizações partidárias, a qual se caracteriza por um deslocamento do centro de gravidade das legendas: dos filiados para os eleitores. Os partidos não são mais organizadores de identidades e têm que recorrer a uma conexão direta com o eleitorado para se manterem competitivos.

Tal flexibilização ideológica se manifesta no sentido de ampliar a gama de políticas propostas, de forma a contemplar o maior número possível de interesses, mantendo, porém, um mínimo de coerência ideológica. Como resultado, os partidos cada vez mais integram em seus quadros figuras de variadas tendências e apelos populares, capazes de estabelecer vínculos fortes com a opinião pública e de contemporizarem com um eleitorado detentor de interesses difusos. Isso demonstra uma ação mais estratégica e eleitoral e menos ideológica. A filiação partidária não é mais o principal objeto a ser alcançado pelos partidos, já que esses se ligam às suas bases sobretudo nos períodos eleitorais.

Os partidos começam a ser financiados em menor parte por seus eleitores e mais por grupos de interesses. A estrutura interna é reduzida, passando a contar com uma burocracia contratada, o que fortalece o líder partidário, que tem como norte a conquista de votos, levando ao uso mais extensivo do marketing político. Outra mudança que se deve destacar é quanto à função que os partidos exercem no jogo político, eles perdem uma parte importante da sua função de mobilização e de guia do eleitor e ganham muito na função de estruturador do sistema.

Kitschelt (2000) traz uma interpretação importante da relação partido-eleitores-governo. O autor ressalta as outras características que podem levar a sociedade a se relacionar diretamente com as elites: (i) o líder carismático; (ii) os incentivos materiais seletivos. Essa relação depende das sociedades nas quais os partidos e eleitores se encontram. Sociedades nas quais o Estado não consegue prover os indivíduos com as suas necessidades básicas, o clientelismo emerge com a função de levar as benesses do Estado ao cidadão, o que gera um sistema de traço clientelista em detrimento de um traço programático de relação cidadão-partido.

Em relação aos partidos políticos, Manin afirma que, se no passado eles propunham aos eleitores um programa que se comprometiam a cumprir (embora nem sempre o fizessem), hoje a estratégia eleitoral dos partidos e candidatos (via marketing eleitoral) é a construção de imagens vagas que projetam a personalidade dos líderes.

Frequentemente se afirma que a representação política está passando por uma crise nos países ocidentais. Durante décadas, a representação parecia estar fundamentada em uma forte e estável relação de confiança entre o eleitorado e os partidos políticos; a grande maioria dos eleitores se identificava com um partido e a ele se mantinha fiel. Hoje, porém, o eleitorado tende a votar de modo diferente de uma eleição para a outra, e as pesquisas de opinião revelam que tem aumentado o número dos eleitores que não se identificam com partido algum. Até pouco tempo atrás, as diferenças entre os partidos pareciam um reflexo das clivagens sociais. Mas hoje tem-se a impressão que são os partidos que impõem à sociedade clivagens, cujo caráter "artificial" é lastimado por alguns observadores. No passado, os partidos propunham aos eleitores um programa político que se comprometiam a cumprir, caso chegassem ao poder. Hoje, a estratégia eleitoral dos candidatos e dos partidos repousa, em vez disso, na construção de imagens vagas que projetam a personalidade dos líderes. MANIN (1996)

A perda do monopólio da tradução política para a sociedade, leva aos partidos a adoção de uma imagem com peso programático menor, com a perda da força das lideranças políticas sobre a representação, com cada vez mais está sendo realizada pelos meios de comunicação, internet e os mais diferentes dados. Essas mudanças se dão pelas transformações da sociedade na qual os partidos estão inseridos e decorrem das mudanças nas funções exercidas pelos partidos políticos.

A diferença entre as opiniões e comportamentos dos líderes e as vontades das massas pode ser vista como o principal problema das democracias contemporâneas, o que abre a brecha para a crise de todo o sistema. O excessivo processo centralizador das tomadas de decisão partidária e a vigorosa "profissionalização" das campanhas e da relação entre os eleitores e lideranças levou a um cenário de baixa identificação e representatividade dos partidos, o que é majorado com a entrada de novas demandas e valores proporcionados pela globalização. Ao não ver a sua face representada pelos partidos políticos

vigentes, temos aberta uma janela de oportunidades para a emergência de novas formações partidárias. É no estudo e análise desta janela de oportunidade que este trabalho se insere.

Como ressaltado por Mair (1995), os governos representativos modernos são marcados por um abismo entre governo e sociedade, entre representantes e representados. O autor sugere que vivemos numa fase que se caracteriza por uma crise da representação política (uma vez que, fundamentalmente, não há uma efetiva representação).

O puro jogo político das democracias não parece ser suficiente para reunir o pluralismo social e a enorme e contraditória diversidade de demandas. O problema surge no momento em que se supõe que o poder popular reside nas assembleias representativas, e que o Poder Executivo, apesar de emanar do povo, não age de acordo com os eleitores. Essa tensão em relação às formas de representação e a legitimidade do poder constitui um problema moderno. No Estado Moderno, o poder político está na cúpula de um sistema complexo de aparatos, distante da vida comum. O afastamento político das exigências e demandas imediatas dos eleitores é inevitável também devido aos prazos que regem a implantação de grandes decisões e reformas, de modo que os eleitores sempre assistem a promessas e expectativas que nunca se cumprem. Esse afastamento não prejudica somente as decisões do Poder Executivo, como também do Poder Legislativo.

O Estado cresce em suas funções e demandas a ele impostas de tal maneira que os cidadãos podem se sentir impotentes. Com as novas demandas, o Estado começa a ter um tamanho e exercer certas funções que muitas vezes parece

não atuar em consonância com a sociedade, dado que a arena política vem sendo “progressivamente dominada por fatores técnicos que os cidadãos não dominam”. (Manin 1998). Esse insulamento burocrático está na raiz da atual crise da representação e, por consequência, na crise que os partidos vêm enfrentando.

Dado que os partidos são a base da representação na democracia moderna, compreender as mudanças na forma deles atuarem e nos poderes que eles dispõem é essencial para compreender a atual crise enfrentada. Um dos assuntos mais discutidos pela imprensa e pela literatura é que os partidos políticos estão em crise. Que cada vez mais eles não cumprem as suas funções e não representam os anseios dos cidadãos.

(...) os partidos estão em declínio e foram assumidas, pelo menos parcialmente, por outros organismos, ao passo que as suas funções processuais foram preservadas, chegando mesmo a adquirir uma maior relevância. Por outras palavras, assim como os partidos mudaram da sociedade para o Estado, as funções que estes desempenham, e se espera que desempenhem, mudaram de uma ação principalmente representativa para uma ação principalmente governativa. Esta mudança enfatiza também um aspecto importante relativo ao suposto «declínio dos partidos»: de facto, os partidos enquanto tais não declinaram, mas modificaram-se e encontram-se hoje cada vez mais implantados nas instituições. Por outro lado, parece cada vez mais evidente a ocorrência de um acentuado declínio das organizações partidárias — pelo menos quando avaliadas em termos de simples dimensão, penetração social e relevância. (MAIR, 2003:285)

Os partidos cada vez mais são considerados frágeis na sua função de representação. Ao ter a sua principal função em questionamento, tem-se a abertura de uma janela de oportunidade para mudança nas características político-partidária.

A primeira fissura da clivagem velhos/novos se apresenta aí, dado que os novos apresentam uma forma de participação mais ativa da sociedade, o que contrasta

com as burocracias institucionalizadas e oligarquizadas dos partidos tradicionais. Em casos de partidos de esquerda, essa fissura é mais redundante, devido à própria origem destas agremiações, que guardam raízes nos partidos de massa. Essa cisão tem origem no momento em que a participação do cidadão tende a ser reduzida ao momento eleitoral. Partidos de esquerda sempre necessitaram de maior apoio popular para a instalação e divulgação de suas agendas. Todavia, o distanciamento entre sociedade e política, provocado pela lógica da democracia liberal, inicia o ferimento às bases destes partidos (Offe, 1988).

As sociedades contemporâneas possuem uma economia produtiva muito diferente das primeiras democracias ou da Europa pós-guerra, estabeleceu-se o que se conhece como Estado de Partidos. Como apresentado por Esping-Andersen (1990), a dinâmica de institucionalização da negociação do mundo do trabalho e o aumento da tecnocracia corporativa da vida política as políticas da social-democracia perdem força. A globalização e a economia pós-industrial da revolução digital levaram à demanda de novas formas de representação.

O avanço da economia de serviços, em detrimento a uma economia mais centrada na produção, leva ao surgimento de um número cada vez maior de carreiras profissionais e com isso a uma visão de trabalhadores mais fluida. Ao perder a uniformidade de uma “classe trabalhadora”, temos uma ferida importante aberta nos partidos de esquerda.

Os partidos de esquerda são os responsáveis pelos partidos de massa (Duverger, 1950), ou seja, dependem deste forte vínculo com os trabalhadores e a sociedade para pautarem a sua existência. Quando as massas não são tão

diferenciáveis assim e a abordagem da sociologia política perde força explicativa (Gunther, *etall.*, 2013), temos aberta uma fissura no poder dos partidos socialdemocratas.

A crise dos partidos socialdemocratas é agravada pelo que Mair (2013) ressalta ao analisar os problemas decorrentes da criação da União Europeia (EU), e posteriormente do Euro, sobre partidos de sua zona de atuação. Desde a criação da União Europeia e posteriormente do Euro, os governos perderam o poder de gerir e manusear as suas decisões econômicas. As definições sobre valor da moeda, política tarifária, entre outros são tomadas pelo Banco Central Europeu. Ao assumir os governos de seus países, os partidos possuem um ator com grande poder de veto nas medidas econômicas a serem adotadas. A existência desses vetos é ainda mais grave para os partidos de centro-esquerda e esquerda, dado que necessitam negociar as suas ações pensando nesse organismo supranacional. Modelos de desenvolvimento econômico mais socialdemocratas em muitas vezes são barrados por uma defesa maior da austeridade econômica.

As mudanças nas relações de trabalho e no mercado de trabalho propiciam um cenário de desmobilização e de des-ideologização das disputas políticas. Na Espanha, estes processos desencadeiam em uma menor previsibilidade do voto com base na ideologia, principalmente no que toca a esquerda, por consequência ao PSOE (BARREIRO, 2002). Esse fenômeno é explicado por dois motivos: (i) a impressão de proximidade ideológica entre os partidos de esquerda e direita; (ii) que os principais temas em disputa não são mais os

pautados pela clivagem esquerda-direita (corrupção, defesa da constituição ou terrorismo).

Outros dois motivos também atuaram para o aumento desta brecha: (i) o abandono da referência teórica Keynesiana para uma resposta à crise; (ii) as denúncias de corrupção nos financiamentos dos partidos. O primeiro ponto leva a um “vácuo referencial” (Galbraith, 1992) na atuação dos partidos social-democratas, quando as respostas keynesianas mostram lacunas para responder as demandas de uma economia globalizada estes partidos perdem a sua referência de atuação. O que é agravado no caso Espanhol, devido a mudança das decisões macroeconômicas para Genebra. As decisões tomadas por uma instância supranacional, impossibilita muitas das medidas de controle econômico dos partidos social-democratas. E estas medidas também tem seu poder minimizado em tempos de grave crise econômica.

A crise causada pelas decisões econômicas supranacionais, é explicitado pela literatura (Mair, 2013; Castells, 2018), bem como nos movimentos sociais (15M) e em pautas dos partidos desafiantes (PODEMOS, Movimento 5 Estrelas, Liga Norte, Frente Nacional, VOX). Os banqueiros europeus e a União Europeia são construídos como um “inimigo” da população e dos seus direitos, o que faz crescer o euroceticismo em toda a Europa. O discurso eurocético é muito incentivado por partidos de extrema-direita, bem como por partidos de esquerda, que buscam romper com a ordem estabelecida. Ao edificar um inimigo do “povo”, caracterizado pela União Europeia, os partidos possuem uma janela de oportunidade para entrar no sistema.

Partidos ao fazerem a leitura estratégica, diagnosticam a oportunidade de darem respostas a sociedade (Cox, 1999). Com a fragilidade do poder explicativo dos fatores de longo-prazo, temos a emergência de fatores de curto-prazo, que depõe contra os partidos políticos, principalmente os já estabelecidos. Os novos partidos buscam ofertar respostas que possibilitem a religação da sociedade com as instituições, com uma forma de atuação mais horizontal e menos “profissionalizada”, encurtando caminhos que o desenvolvimento do Estado alargou. Destaque-se, contudo, que esse modo de agir em muitas vezes atua fragmentando ainda mais o sistema. A seguir, iremos apresentar como as demandas se alteraram e abriram a possibilidade da emergência de novas forças.

3.1.2. As demandas: o embate entre valores materialistas e pós-materialismo

A partir do final da Segunda Guerra Mundial, os padrões de comportamento do eleitor mudaram e os argumentos de uma mudança nos alinhamentos surgiram. A mudança no comportamento dos eleitores foi desencadeada por mudanças, econômicas e técnicas, como a secularização, a expansão das oportunidades educacionais, o aumento dos padrões de vida e o aumento da industrialização (que mudou o setor industrial, o contexto do local de trabalho e o bairro residencial), o crescimento da mídia eletrônica (Dalton, et al., 1984b), o surgimento da política social, o estado de bem-estar social, o colapso do bloco comunista (Kitschelt, 1994: 21) e, finalmente, o advento da globalização, onde as fronteiras nacionais evaporaram (Kriesi, et al., 2008a).

Inglehart foi o primeiro a argumentar que uma nova divisão - materialista/pós-materialista - substituiu clivagens tradicionais (como classe e religião) como base para o alinhamento. Essa nova divisão diz respeito à segurança física versus a

qualidade de vida não material. Enquanto o primeiro enfatiza os ganhos e a segurança econômica (por exemplo, as questões da lei e da ordem), as prioridades deste são "um senso de comunidade e a qualidade de vida não material" (como o ambientalismo, os direitos das mulheres, o desarmamento unilateral, a oposição à energia nuclear, etc.) (Inglehart, 1987: 1296). Essa nova divisão, de acordo com Inglehart, alterou os laços socio estruturais históricos entre eleitores e partidos, como descrito por Lipset e Rokkan (1967).

Tradicionalmente, a polarização política reflete os conflitos entre as classes sociais: os apoios aos partidos de esquerda vêm da classe trabalhadora e a classe média tende a apoiar os partidos de direita (Inglehart, 1977: 70; 1984: 25). Esta situação mudou: os eleitores pós-materialistas, apesar de seus níveis relativamente altos de renda e suas ocupações, se tornaram mais propensos a alinhar com posições de esquerda ou liberais e o materialista (que é mais pobre) é mais propenso a apoiar a direita; essa tendência se fortaleceu ao longo do tempo (Inglehart, 1977: 70, 183, 230, 1987: 1299). Dito de outra forma, Inglehart (1987: 1296) afirmou que a base do alinhamento mudou "de baseada em classes para baseada em valores".

Os termos sobre quais esses novos *issues* vão se estruturar estão diversos na literatura. Inglehart identifica como valores pós-materialista, Flanagan (1987) os denomina "libertários" (e sugere que ambos os rótulos incluem ênfase na liberdade pessoal, participação, igualdade e tolerância das minorias). De acordo com Flanagan (1987: 1305-6), esta nova base de valor para o alinhamento criou duas clivagens distintas. A primeira divide os materialistas e os não-materialistas, ou a Política Antiga e a Nova Política. A segunda é uma clivagem baseada no

valor dentro da Nova Política em si, e distingue a Nova Esquerda e a Nova Direita. A Nova Esquerda é composta por libertários que apoiam questões morais como a liberalização do aborto, os direitos dos homossexuais e outros problemas de "qualidade de vida". A Nova Direita é composta por autoritários que endossam questões como antiaborto, valores morais e religiosos tradicionais, patriotismo, lei e ordem, etc. As duas divisões, enfatizou Flanagan (1987: 1306-7), são independentes uma da outra. O autor argumentou que um novo padrão de alinhamento apareceu: nele as pessoas da classe média cruzaram a linha para suportar os valores da Nova Esquerda e a classe trabalhadora mudou para apoiar os interesses do Direito Antigo.

Kitschelt (1994) apresentou um argumento muito parecido, alegando que a mudança na base de alinhamento foi estimulada pela aparência de uma divisão "libertária versus autoritária", na qual a configuração do eleitor mudou "de uma alternativa simples entre o socialista (esquerda) e o capitalista (à direita) política a uma configuração mais complexa."(Kitschelt, 1994: 30-1).

Ao todo, esses quatro estudiosos apoiaram a identificação de uma nova clivagem e argumentaram que a base do alinhamento mudou, mas diferem em suas avaliações da estruturação da nova divisão. Inglehart afirma que a nova organização substituiu a estrutura de anterior, ou seja, valores substituiu a clivagem social. Flanagan afirmou que a nova divisão apareceu ao lado da antiga, todavia, a nova segmentação se baseia nas questões da "Nova Política". Já Kitschelt apoiou o argumento de Flanagan, mas argumentou que as duas clivagens (ou seja, antigas e novas) se atravessam e criam uma estrutura de

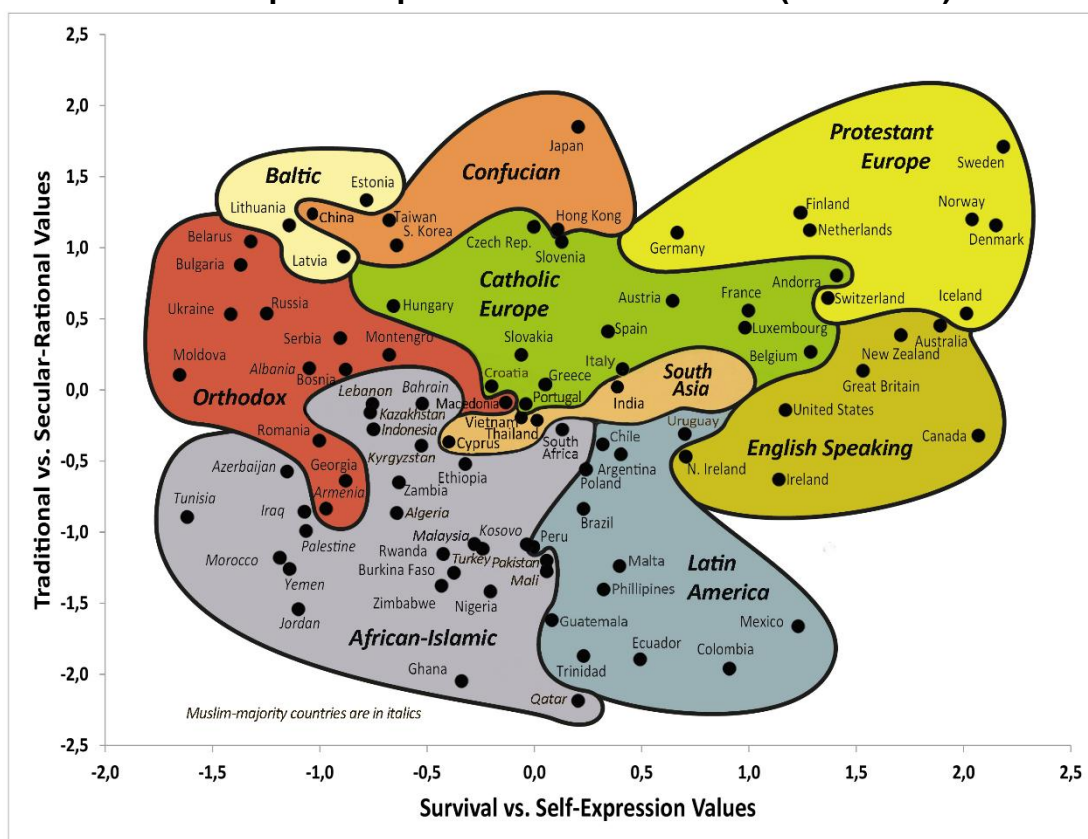
dois eixos ortogonais. Um argumento semelhante pode ser encontrado no trabalho de Stubager (2010b).

A visão de valores apresentada por Inglehart (1967) de que valores são os responsáveis por organizar a disputa política, baseia-se na visão de que valores são uma orientação atitudinal, que vai guiar como interpretamos ou reinterpretamos os conceitos sociais, econômicos e políticos (Moreno, 2013). Ou seja, podemos pensar esses como a forma de olhar dos indivíduos sobre uma série de temas, forma como eles imaginam e constroem uma sociedade desejável. Valores são estáveis, pois o indivíduo terá a sua configuração sobre a sociedade estabelecida, entretanto elas não são imutáveis.

Valores também não são se expressam da mesma maneira em todo o globo. Existem diferenças regionais importantes que guiam o poder de atuação desses nas sociedades. Como destacado por Moreno (2013), as características históricas, educacionais e organizacionais de cada sociedade levam à emancipação de formas valorativas diferentes e também determinam a força dessa nova forma de organização da sociedade.

Inglehart; Welzel (2005) constroem um mapa no qual dispõem os países com base na média das respostas dos entrevistados do World Value Survey. Com base nesse mapeamento, podemos observar que a região da qual um país faz parte a religião praticada pela maior parte da população influenciam no comportamento. Ressaltamos, assim, a importância do contexto (tempo e espaço) quando se trata de valores.

Mapa 1: Mapa Cultural- WVS wave 6 (2010-2014)



Fonte: World Value Survey⁶¹.

A mudança da compreensão sobre temas como ordem, liberdade, direitos políticos, igualdade, o Estado de Bem-Estar Social, impostos, o papel do Estado, aborto, religião, participação civil, meio-ambiente, diversidade étnica, entre outros gerou um cenário de mudança em apoios políticos. Uma janela de oportunidade para que novos atores pudessem disputar o poder. Entretanto, a existência de novos valores por si não modifica o sistema, esses precisam ser ativados pelos atores, articulando-os com ideologias e respostas às novas demandas (Gunther e Kuan Hsin-chi, 2011; Gunther et all, 2016). A mensuração dos valores é uma tarefa difícil. Moreno (2013) destaca que valores nem sempre viajam bem no tempo, além da dificuldade de estudá-los com base em metodologias unidimensionais, por isso apresenta-se uma grande disputa

⁶¹ <http://www.worldvaluessurvey.org/WVSContents.jsp>

metodológica sobre o tema. Os primeiros e mais longevos estudos sobre o tema são coordenados por Inglehart. Com base em uma pesquisa mundial, com amostra em mais de 50 países, o World Value Survey (WVS) realiza uma série de perguntas para a construção de indicadores sobre valores.

No quadro a seguir, iremos apresentar as características e as variáveis usadas pelo WVS para a construção dos índices materialismo e pós-materialismo, bem como as utilizadas para a construção do mapa cultural.

Quadro 03: Variáveis do World Value Survey

INDICADORES	Indicador / Pergunta		
índice de materialismo e pós materialismo	1) manter a ordem		
	2) aumentar a participação dos cidadãos nas decisões importantes		
	3) combater o aumento de preços		
	4) proteger a liberdade de expressão		
	5) manter altas taxas de crescimento econômico;		
	6) assegurar que o país tenha importantes forças de defesa		
	7) dar maior importância à opinião das pessoas sobre os assuntos em seu trabalho e comunidade		
	8) fazer das cidades e paisagens mais bonitas		
	9) manter a economia estável		
	10) progredir em direção a uma sociedade menos impessoal e mais humana		
	11) lutar contra a delinquência		
	12) progredir em direção a uma sociedade onde as ideias são mais importantes que o dinheiro		
Mapa Cultural (Inglehart; Welzel, 2005)	Sentimento de felicidade		
	A maioria das pessoas pode ser confiável		
	Mudanças futuras: Maior respeito pela autoridade		
	Ação política: assinando uma petição		
	Quão importante é Deus em sua vida		
	Justificável: homossexualidade		
	Justificável: aborto		
	Quão orgulhoso da nacionalidade		
	Post-Materialist index 4-item	1) manter a ordem	
		2) aumentar a participação dos cidadãos nas decisões importantes	
		3) combater o aumento de preços	
		4) proteger a liberdade de expressão	
Autonomy Index	Qualidades Importantes para a Criança: Fé Religiosa		
	Qualidades Importantes para a Criança: Obediência		
	Qualidades crianças importantes: Independência		
	Qualidades Importantes para a Criança: Determinação, Perseverança		

Fonte: World Value Survey⁶².

O Comparative National Elections Project⁶³ (CNEP) revê algumas características do WVS, principalmente no tocante aos valores sociopolíticos. Baseado em três rodadas de questionários, desde 1990 (CNEP I, CNEP II e CNEP III), foca seu

⁶² <http://www.worldvaluessurvey.org/WVSContents.jsp>

⁶³ <<https://u.osu.edu/cnep/>>

estudo nos processos de intermediação política (redes sociais, organizações secundárias e mídia). O CNEP, que é coordenado por Richard Gunther, acredita que as mensurações empreendidas pelo WVS centram fortemente suas análises em orientações pessoais, não necessariamente relevantes para a política (Gunther e Kuan Hsin-Chi, 2013). No WVS os valores democráticos são de natureza abstrata, não havendo a preocupação a respeito dos valores democráticos na estruturação de clivagens que afetem o comportamento eleitoral. Já o questionário do CNEP foi construído com o objetivo de captar estes embates ideológicos (Gunther e Kuan Hsin-Chi, 2013). No quadro 3 apresentamos as características usadas pelo CNEP.

Quadro 04: Variáveis do CNEP

Domínio	Indicador	Pergunta
"Tradicionalismo-Conservadorismo"	Religião e Liberdade	escolha do respondente entre duas alternativas: "Defend our traditional religious and moral values" ou "Respect the freedom of individuals to be and believe whatever they want" em escala de 10 pontos;
	Ordem e Liberdade	escolha entre "Maintaining law and order" ou "Defending civil liberties"
"Socialismo"	Equidade ou Individualismo	escolha entre "These should be more equal distribution of wealth" ou "There should be more incentives for individual initiative"
	Privado ou público	escolha entre "Privatize public enterprises" ou "Maintaing existing public enterprises"
	Competição	escolha entre "Work hard and compete, so that you can get ahead at work" ou "Avoid competition with fellow workers in order to maintain good relations"
"Social-Democrático"	Serviços ou impostos	escolha dos respondentes entre "Improve government services and social assistance" ou "Reduce taxes"
"Pós-materialismo"	Economia ou crescimento	escolha entre "Protect the environment, and try to make her cities and countryside more beautiful" ou "Encourage economic growth without environmental restrictions on business"
	Participação	escolha entre "Increase citizen participation in government decision making" ou "Government should quickly make decisions based on the knowledge of experts"
"Valores da família"	Aborto	escolha entre "Abortion should always be illegal" ou "Abortion should be legal" (variação dependendo do status legal do aborto em cada país)

Fonte: CNEP.

Apesar das diferenças de mensuração, as duas referências concordam em apontar que compreender as mudanças valorativas da sociedade nos últimos anos é essencial para a compreensão das mudanças nos sistemas políticos contemporâneos.

3.1.3. *Indicadores da crise de representação: Desafección e descontento*

Muito embora se considere a existência da crise dos partidos políticos espanhóis, optou-se nesta tese por verificar apenas um dos aspectos. Pretende-se demonstrar que a desafeição e o descontento, em alguma medida, explicam a emergência de novos partidos políticos na Espanha. A literatura recente trata muito da crise da representação e do aumento do desencanto entre política e sociedade. Desde a década de setenta já se detecta estudos sobre a crise de desconfiança com a política (Crozier, Huntington, Watanukii, 1977, *apud* Castillo, Bartolomé Martínez, 2016), todavia essa assume uma importância crescente. A literatura aponta que a desconfiança da política e das instituições assume cada vez mais relevância (KLINGEMANN, 1999; LIPSET, SCHNEIDER, 1983; NORRIS, 1999A; NYE, ZELIKOW, 1997; PHARR, PUTNAM, 2000; TORCAL, MONTERO, 2006; TORCAL, 2014). A explicação sobre esse aumento é baseada em dois enfoques teóricos, o primeiro se refere à desconfiança com as instituições pela queda da representatividade delas (ALESINA, WACZIARG, 1999) e o segundo é baseado em uma premissa mais instrumental, na qual a atitude de desconfiança é incentivada pela piora das condições econômicas e do estado de bem-estar social (OFFE, 2003).

Segundo Torcal (2014:19), *“The main problem in these democracies is the perception that representative institutions are not responsive to their demands*

*and concerns*⁶⁴, ou seja, a percepção assume papel primordial. Como já foi discutido pela literatura, “o contexto político e econômico é relevante para determinar a confiança” (Lopes, 2004: 182), já que interfere em como a população enxerga as instituições políticas e o seu funcionamento. Temos de acrescentar a isso o enfoque midiático, ou seja, a percepção gerada na população sobre o funcionamento dos entes governativos (partidos, governo, congresso). Como a confiança é baseada nas experiências que temos com o outro (Moisés, 2005), a percepção tem papel preponderante.

As notícias sobre o mundo político nestes últimos anos têm se focado apenas na sua baixa eficiência e em como as instituições políticas não representam os interesses da sociedade, indiferente da clivagem que observamos. Dessa forma foi crescendo na sociedade o sentimento de indignação para com os políticos, sejam esses de esquerda ou de direita, conservadores ou liberais, (...). A inclusão da questão das novas demandas da sociedade ao discurso político dos partidos não alcançou evitar uma crise dos partidos políticos e o antipartidarismo. Tanto um quanto o outro podem ser entendidos como sentimentos negativos de desconfiança nos partidos políticos (TORCAL, MONTERO, GUNTHER, 2007).

*“Contemporary democracies are being challenged as a consequence of globalization, supranational integration, and other issues that are placing these institutions under further scrutiny by citizens*⁶⁵” (Torcal, 2014: 19). Por isso, nota-se que cada vez mais os políticos e os partidos são vistos como incapazes de responderem as demandas da sociedade, o que gera grandes uma visão

⁶⁴ “O principal problema nessas democracias é a percepção de que instituições representativas não respondem às suas demandas e preocupações”.

⁶⁵ “As democracias contemporâneas estão sendo desafiadas como consequência da globalização, integração supranacional e outras questões que colocam essas instituições sob mais escrutínio pelos cidadãos.”

negativa para a confiança nas instituições (della Porta, 2000; Pharr, 2000; Offe, 2006). Essa desconfiança leva a uma dinâmica na qual os representantes estão predominantemente interessados em si mesmos, lutando eternamente entre si em vez de esforçarem-se na busca de um bem comum, incapazes de sustentar ideias políticas consistentes e propensos à corrupção. Devemos abrir um destaque para o papel da corrupção no declínio da confiança institucional. Segundo Torcal (2014), esse fator é primordial para que os partidos e as instituições sejam desacreditados⁶⁶. Tudo isso acabou por levar ao declive generalizado da percepção sobre o mundo político.

A literatura sobre o peso dos fatores econômicos sobre as mudanças recentes nas democracias está dividida em dois tópicos explicativos: (i) uma visão mais exógena e outro, (ii) uma visão mais endógena. A primeira análise centra a sua análise nas condições econômicas puramente e como elas afetam a configuração da sociedade (CHANLEY, RUDOLPH e RAHN, 2001; CLARKE, DUTT e KORNBERG, 1993; CLARKE e KORNBERG, 1989; MCALLISTER, 1999). Já a outra, defende que a crise econômica atua como um catalizador da crise da representação, o que leva a grandes mudanças nos sistemas políticos (NORRIS, 1999; PHARR, PUTNAM, 2000, CONSEJERO, 2016; ARMINGEON E GUTHMANN, 2013; DENTERS, GABRIEL E TORCAL, 2007; OFFE, 2006; VAN DER MEER, 2010). Catteberg e Moreno (2005) apontam que em momentos de crise econômica a confiança institucional é negativamente afetada, pois ela exacerba os problemas sociais e o sentimento de descredito.

⁶⁶ “*Citizens’ conclusions are clear: Representative institutions and their members are not responsive and, furthermore, are corrupt.*” (Torcal, 2014: 20)

Torcal (2014; 2018), com base em seus estudos sobre a Espanha e Portugal, afirma que não devemos centrar a explicação da queda da confiança apenas na influência nos fatores econômicos. O autor acredita que a crise econômica submete o sistema político a um teste de stress, todavia os mesmos sistemas já passaram por essas experiências anteriormente e sobreviveram. O que vivenciamos hoje é um teste que é uma combinação da crise econômica e da percepção exacerbada dos problemas de corrupção. Sistemas como o espanhol, que sempre foram permeados por altos índices de *dessafección*, encontram agora uma crise de descontento.

Faz se necessário elucidar o que a literatura denomina de desencanto político. Di Palma (1970) nos apresenta o principal enfoque teórico desse desencanto com a distinção entre *desafección política* e descontento político. Esta distinção é depois aprofundada por uma série de autores (Citrin, 1970; Montero, Gunther e Torcal, 1998; Torcal, 2003 e 2006). A *desafección política* é dividida em duas vertentes: (i) a *desafección institucional* e (ii) o desapego político.

Como *desafección política*, temos a visão de impotência e cinismo frente às instituições, o que leva a uma desconfiança destas e de seus agentes. Enquanto o descontento é conjuntural, influenciado pela crise econômica, por casos de corrupção e pelo sentimento de ineficácia das instituições políticas. A *desafección* é atitudinal que é demonstrada pelo desapego e rechaço ao sistema político, que leva a uma aversão afetiva ao sistema político, mas sem questionar o regime. A diferença dessa se dá pela legitimidade que é conferida ao sistema, enquanto no descontentamento temos o questionamento do sistema político, a

desafección política gera uma atitude negativa frente às políticas e aos atores políticos.

O fenômeno do desencanto para com a política está presente na maior parte das democracias contemporâneas, pautando boa parte das decisões políticas tomadas nos últimos anos. Como discutimos no primeiro capítulo desta tese, eles embasam as mudanças nos sistemas partidários e nos partidos presentes no sistema, possibilitando uma importante brecha para o surgimento de novos partidos.

As democracias contemporâneas estão sendo desafiadas como consequência da globalização, integração supranacional e outras questões que colocam essas instituições sob mais escrutínio pelos cidadãos. O que leva a queda na confiança nos políticos, instituições, processos políticos e, no regime político preferível.

Como forma de mensurar esses dois fenômenos, a bibliografia (Montero, Gunther e Torcal, 1998; Torcal, 2003 e 2006) buscou correlacionar uma série de indicadores. No Quadro 2, apresentaremos cada um desses indicadores e o porquê de eles serem usados nesta mensuração.

Quadro 05: Indicadores do desencanto político

Fenômeno	Indicador	Variável	Autores
<i>Desafección política</i>	Preocupação com a política	Subjetiva: definida pelo grau de curiosidade que a política desperta no cidadão	VAN DETH, 1989
		Objetiva: a frequência com que se discute política	ALMOND e VERBA, 1965, 78; SS.; VAN DETH, 1991; TOPF, 1995.
	Eficácia política do cidadão	Interna: a falta de capacidade do cidadão em entender a política	MONTERO, GUNTHER e TORCAL, 1998
		Externa: a falta de preocupação dos políticos com o que pensa o cidadão ou a falta de eficiência da opinião do cidadão nas decisões do governo	MONTERO, GUNTHER e TORCAL, 1998
	Confiança	Confiança nos políticos, nas instituições e nos processos	TORCAL, 2003; 2006
		Identificação ou filiação partidária	
Descontento	Eficácia do sistema	Grau de satisfação com o funcionamento da democracia	MONTERO, GUNTHER e TORCAL, 1998; TORCAL, 2003; 2006
	Análise da conjuntura política e econômica	Avaliação da atuação do governo ⇒ Voto no partido do governo	MONTERO, GUNTHER e TORCAL, 1998; TORCAL, 2003; 2006
		Avaliação política	MONTERO, GUNTHER e TORCAL, 1998; TORCAL, 2003; 2006
		Avaliação da economia	MONTERO, GUNTHER e TORCAL, 1998; TORCAL, 2003; 2006
Legitimidade	Legitimidade	A democracia é o melhor sistema político	MONTERO, GUNTHER e TORCAL, 1998; TORCAL, 2003; 2006

Fonte: Elaborado pelo autor

3.2 Efeitos Políticos e Institucionais: o populismo e mudanças no sistema partidário

3.2.1. O Populismo como resposta para a crise da representação

Quando se fala em resposta à crise de vínculos entre o mundo político e o mundo da sociedade, Mair (2015) aponta que uma das respostas é certa tentação ao populismo. Dada as características desta forma de atuação política, poderíamos ter uma forma de diminuição do “gap” entre os representantes e os representados. Dado que o viés democrático de uma decisão e/ou da atuação política está associado à capacidade de a política representar os interesses de pessoas, o populismo pode ser interpretado como uma forma de se fazer uma representação mais democrática. Por isso apresentaremos a seguir as características do populismo, também um breve relato desta forma de atuação política, bem como ele está se reformulando e como essa atuação repaginada aparece na contemporaneidade. Ao final, discutiremos se essa pode ou não ser uma resposta à crise da representação.

Populismo é um conceito chave para a compreensão da política e da formação de governos na Europa e principalmente na América Latina em todo o século XX e início do século XXI (Ferreira, 2001). Entendido como uma ideologia ou movimento social que tem como base a capacidade e sapiência do “homem comum”, em demérito das elites, para tomar a “melhor decisão”. O populismo é entendido como um importante agente para gerar a desconfiança e posteriormente mudanças do *status quo* da política vigente. Atuando com uma ferramenta de mudança contra hegemônica de estruturas políticas que “prejudicam as classes menos favorecidas”. Essa forma de fazer política defende

formas de governo mais diretas pelo povo e combate os padrões preconizados pelas elites, como o capitalismo (Laclau, 1979).

Entretanto, o conceito não possui uma delimitação clara e objetiva (Laclau, 2013). A dificuldade de elaborar uma definição clara do populismo levou alguns autores a indicar que essa categoria não conta com status científico, a ponto de propor o abandono do termo (ROXBOROUGH, 1984), duvidar de sua utilidade (SOLARI et al., 1976: 543), negar-se a elaborar uma teoria explicativa geral (CANOVAN, 1981), ou seguir tratando-o de maneira intuitiva (MOUZELIS, 1985, CONAVAN, 1981). Essa falta de precisão, entretanto, possibilita uma série de imprecisões, mas também a sua utilização de forma mais flexível. A primeira referência sobre populismo que encontramos na literatura é sobre um ponto de vista bastante negativo, no qual essa prática visa cortejar as massas de eleitores, ignorando e desmerecendo as instituições, fortalecendo a pessoa do líder (NOGUEIRA, 2018). Ou seja, essa forma de atuação política preza pelo relacionamento pessoal entre o líder e o cidadão, no qual o líder é a representação dos anseios da sociedade. Neste enfoque, o populismo é visto como uma forma imperfeita de representação, na qual o cidadão é conduzido de forma a tomar uma decisão baseada em emoções.

Uma segunda visão sobre o populismo define este com uma leitura mais positiva, na qual o líder exerce uma liderança carismática, o que possibilita que se façam reformas sociais e políticas, com representatividade principalmente das classes mais populares (DEBERT, 1979). Essa ambiguidade de sentido leva a uma interpretação de dominação das massas por um lado e de vocalização das massas pelo outro. Todavia, Laclau (2013) afirma que o populismo deve ser

entendido como uma forma neutra de atuação, devendo ser visto como uma lógica social de se construir a política. A intenção do autor é a de que devemos retirar esse caráter marginal do termo, principalmente na ciência política, e dar a ele uma interpretação de uma forma racional de fazer política.

"O populismo não só tem sido degradado, mas também denegrido. Seu rechaço tem sido parte da construção discursiva de certa normalidade, de um universo político ascético do qual sua lógica perigosa teria que ser excluída" (Laclau, 2013).

Laclau baseia a sua defesa na psicologia das massas, nesta, observa-se que o conjunto de setores da sociedade, ou do seu conjunto, constroem lógicas próprias, com posicionamentos complexos e profundos de interpretação do momento. Ao desconsiderar o populismo como uma forma de construção da política, pode se ocorrer no erro de desconsiderar a formulação de lógicas e denegrir o comportamento das massas. Ao mesmo tempo, aponta que essa prática política possibilitou de certa forma a consolidação da democracia na América Latina, incluindo partes importantes da população no jogo político, rompendo dinâmicas antes consolidadas.

Segundo o autor, o populismo não tem tendência, não tem ideologia e nem uma base social particular. O populismo deve ser interpretado como uma forma. Uma forma de se construir, interpretar e atuar na política. A lógica populista se baseia na construção de retórica de uma sociedade dividida em campos opostos, geralmente a divisão do "povo" versus a "elite" (seja essa a oligarquia, os capitalistas, os políticos vigentes). Com a simplificação do processo político, temos a possibilidade de uso pelas mais diferentes posições políticas e movimentos sociais.

Laclau acredita que essa forma de ação política é incentivada quando as reivindicações da sociedade não são absorvidas e trabalhadas pelas instituições vigentes. Por isso observamos que essa forma possui mais força na América Latina, que possui um grau de descredito maior das instituições do que a Europa, na qual a sociedade acreditava na possibilidade de mudança por dentro do sistema. (LACLAU, 2013)

Entretanto, com o crescimento do descontentamento da sociedade com os governos e com os partidos, iniciou-se um debate sobre o ressurgimento do conceito e a sua reinterpretação. O “neopopulismo” é visto como a possibilidade de atuação política em uma sociedade mais fragmentada e globalizada. Essa nova forma é vista como a possibilidade de se atender a novas demandas e expectativas da sociedade, principalmente aos que se consideram excluídos (NOGUEIRA, 2018), criando “inimigos” do povo, sejam essas forças estrangeiras, o capital, a corrupção ou os líderes que dominavam o jogo político.

Os neopopulismos emergiram devido a uma nova transição no modelo de desenvolvimento que supunha novas condições sociais e políticas que leva a emergência de outras formas de participação. A primeira é o aumento das desigualdades socioeconômicas, em que as faltas de acesso a serviços coletivos de uma grande parcela da população. A segunda é a de cenário de profunda crise política. A terceira é quando a população vê as instituições democráticas como ineficientes, levando a uma grave crise institucional ou de representação partidária. O somatório dessas características criando condições propícias para o cultivo do personalismo político, criando uma abertura na sociedade para aderir uma liderança populista.

Freidenberg (2007), ao analisar o populismo e seus alcances, indica o surgimento do “telepopulismo”, no qual os meios de comunicação são catapultados à principal ferramenta de ligação entre o líder e a massa. O “telepopulismo” é visto como uma forma de “vídeo-demagogia”, o qual converte a política em um espetáculo, personalizando ainda mais a relação eleitor-candidato e potencializando os apelos emocionais frente aos pragmáticos (Eco, 2007). Potencializando o poder dos líderes populistas falarem diretamente a seus seguidores, as redes sociais incrementam ainda mais essa tendência, dado que tornam essa ligação ainda mais barata e pessoal.

Tendo como pressuposto os apontamentos de Laclau⁶⁷ (2013), de que o populismo é uma forma de fazer política e como este se caracteriza, observa-se que as correntes “neo-populistas” são uma resposta a essa crise de representação que desenhamos no item anterior. Para essa tese, temos de nos perguntar se alguns dos partidos emergentes utilizam das ferramentas dessa forma de fazer política para lhe proporcionarem dividendos eleitorais. Para isso é necessário elencar as ferramentas de análise que nos possibilitem a detecção de ações populistas. Devemos destacar que o nosso estudo se baseia na emergência de partidos e não de lideranças individuais, como preconiza a teoria do termo. Todavia, o uso de ferramentas desse modo de fazer política pode auxiliar no surgimento e crescimento do partido.

Freidenberg (2007) lista as ferramentas que devemos considerar para analisar e caracterizar o movimento como populista: (i) o contexto em que surge a liderança, analisando a situação política e econômica internacional e nacional.

⁶⁷ LACLAU, Ernesto. *A razão populista*. São Paulo: Três Estrelas, 2013.

Analisa-se também o mecanismo empregado para alcançar as instituições democráticas (eleições competitivas, semicompetitivas, golpe de Estado, designação presidencial); (ii) A natureza do estilo da liderança, onde se explora o modo em que se dá a relação líder-seguidores. Apontando o tipo de vinculação: presença ou não de uma organização que mediará esta relação e o modo como o faz; (iii) a base social de apoio e o tipo de mobilização, onde se busca identificar as características simbólicas e reais dos seguidores, o modo com que percebem a liderança, as alianças e acordos que sustentam o líder, seu governo e movimento. Ainda se investiga o modo com que o líder mobiliza os grupos; (iv) as estratégias discursivas que são utilizadas para legitimar a ação política, onde é explorado o modo com que se caracteriza o “povo” e a “oposição” ao povo; e (iv) o conteúdo das políticas econômicas e sociais, que estuda o tipo de política que os líderes implementaram, ou seja, o seu conteúdo.

3.2.2. Efeitos institucionais: Alinhamento, desalinhamento e realinhamento do sistema partidário

Como discutido anteriormente, o principal papel de um partido político seria o de “articular e representar os interesses existentes dentro de uma sociedade” (DALTON, 2009: 170). Por isso, os estudos sobre a conexão entre eleitores e representantes são centrais nos estudos da ciência política e das democracias contemporâneas. Entretanto a literatura, desde os anos 50⁶⁸, apresenta a discussão entre alinhamento, realinhamento e desalinhamento dos sistemas partidários e os fatores que podem levar às mudanças. Em consonância com estudo de LaPalombara e Weiner (1966), vamos apresentar este debate de

⁶⁸ Key (1955)

forma a possibilitar a discussão sobre as crises de *legitimidade, integração e participação* com o vínculo com os eleitores.

A literatura, porém, discute atualmente se os sistemas partidários estão em alinhamento ou desalinhamento (FEDERER, 2013). Como este trabalho discute o surgimento dos novos partidos na Espanha, faz-se necessário a exploração dessa discussão, dado que o efeito do desalinhamento sobre o sistema pode ser a janela necessária para emergência dos novos partidos. Se o eleitor realizar um voto baseado em uma única questão (*issue*), ou, orientado para um candidato, ou pela avaliação do desempenho do governo temos um cenário que pode acarretar também no desaparecimento de partidos antigos. E por consequência, a abertura da oportunidade de entrada de novos partidos na arena política, O desalinhamento torna o sistema mais imprevisível.

O estudo seminal sobre o processo de desalinhamento é o de Key (1955), o qual identifica o que denomina de eleição crítica e realinhamento crítico. O primeiro conceito é denominado quando “voters are, at least from impressionistic evidence, unusually deeply concerned, in which the extent of electoral involvement is relatively quite high, and in which the decisive results of the voting reveal a sharp alteration of the pre-existing cleavage within the electorate” (KEY, 1955:4) o que levará ao “the realignment [which commenced at this election] made manifest in the voting in such elections seems to persist for several succeeding election” (Key, 1955:4). Em uma obra posterior, o mesmo autor refere-se a outra forma de desalinhamento, o *realinhamento crítico* que seria a manutenção das mudanças iniciadas na eleição crítica nas eleições sucessivas (KEY, 1959:198-9).

Inglehart e Hochstein (1972) retomam o tema e identificam o desalinamento a um grande declínio da Identificação partidária, seja essa com qualquer partido, desencadeando uma mudança multidimensional, afetando todo o sistema. Uma série de estudos⁶⁹ posteriores voltaram o olhar para as democracias ocidentais. Sunquist (1973) define que “realignment is a durable change in patterns of political behavior”.

A literatura apresenta três grandes argumentos teóricos sobre o debate de desalinamento partidário. A primeira proposição teórica é a de que eleitores e partidos continuam interligados, que o sistema de partido continua *alinhado*, ou seja, que as relações entre eleitores e partidos são estáveis. A segunda abordagem sugere que desde a década de 1970 a afinidade entre partidos e eleitores passou por um *realinhamento*, no qual temos novas formas de vínculos entre eles. E, a terceira interpelação, é a de que os sistemas partidários das democracias industrializadas têm experimentado um processo de *desalinamento* desde a década de 1970, com uma menor conexão entre eleitores e partidos políticos, sendo que nenhuma conexão alternativa se afirmou.

A primeira exposição teórica ganhou repercussão nos estudos de Bartolini e Mair (1990: 68) que, ao observarem a taxa de volatilidade de treze estados europeus entre 1885 e 1985, afirmam que estes estavam estabilizados. O que é retomado por Mair (1997: 78) que afirma que até os anos 90 o que se observa é um

⁶⁹ Dalton, et al. (1984a) Electoral Change in Advanced Industrial Democracies- Realignment or Dealignment?, Crewe and Denver (1985) Electoral Change in Western Democracies, Bartolini e Mair (1990) Identity, Competition and Electoral Availability: The Stabilization of European Electorates 1885-1985, and finally Dalton and Wattenberg (2000) Parties without Partisans Political Change in Advanced Industrial Democracies.

congelamento dos sistemas partidários, uma vez que os antigos "adaptam e modificam seus recursos e seus métodos de mobilização de apoio" (MAIR, 1997: 89). Contudo o próprio Peter Mair (2002) aponta que se observa nas democracias ocidentais um aumento do desalento e desapego da população para com os partidos políticos. Gallagher et al., (2006: 296) apontam que mudança significativa no sucesso do partido, tanto na esquerda quanto na direita, está ocorrendo e com estes sinais reais de desalinhamento. A disputa entre os termos é tão grande que estudos dentro de um mesmo país e em uma mesma época indicam resultados diferentes (FEDERER-SHTAYER, 2012:35).

A discussão sobre realinhamento aparece pela primeira vez na obra de Key. O autor identificou o que ele chamou de "*eleição crítica*" (KEY, 1955: 4). Esta é uma eleição "na qual os eleitores estão [...] extremamente preocupados, em que a extensão do envolvimento eleitoral é bastante alta e em que os resultados decisivos da votação revelam uma alteração acentuada da clivagem pré-existente dentro do eleitorado" (KEY, 1959: 198-9). Após a ocorrência desta eleição cria-se um novo alinhamento, que guiará o novo padrão de votação e de comportamento dos atores para as eleições futuras. Esta forma de realinhamento será posteriormente chamada de "**realinhamento crítico**". Todavia outra forma de realinhamento também nos é apresentada por Key, por esta se observa que algumas mudanças ocorrem de forma mais lenta e paulatinamente, operando mudanças quase imperceptíveis a cada eleição e ao final levam a um novo alinhamento e grupo de partido. Esta forma foi nomeada de "**realinhamento secular**" (Key, 1959: 198-9).

O realinhamento pode ocorrer devido a três fatores: (i) mudanças no eleitorado, (ii) mudanças na estrutura do sistema de partidos, e (iii) mudança nas clivagens⁷⁰. A primeira mudança ocorre quando o eleitorado muda a lealdade do seu partido e começa a se identificar como partidário de outro partido, esta pode se dar de forma individual (BECK, 1974; INGLEHART e HOCHSTEIN, 1972; JOHNSTON, 1987; STANLEY, 1988; DALTON, et al., 1984b: 13), ou, quando um segmento que era identificável com este partido muda em conjunto para outro partido (PETROCİK, 1981: 15; DALTON, ET AL., 1984B: 13; LADD, 1981: 3; PETROCİK, 1987; SHEINGOLD, 1973; VAN DER EIJK e NIEMÖLLER, 1983).

A outra forma de realinhamento, é definida ocorre uma mudança no formato da competição partidária ou na redefinição nas alternativas de partido (WOLINETZ, 1988: 299; SHEA, 1999). A mudança pode acontecer com o surgimento de novos partidos, bem como com a mudança no domínio do jogo por outros partidos (PETROCİK e BROWN, 1999; PINKNEY, 1986; TRILLING e CAMPBELL, 1980; CLUBB, et al., (1980: 78). Crewe (1985b) apresentou três tipos de processo de realinhamento que diferem um do outro em relação à mudança na estrutura do sistema do partido. O primeiro tipo é um realinhamento social ou ideológico em que "as bases sociais e ideológicas do apoio do partido mudam, mas o número e a força dos partidos existentes permanecem bastante iguais" (CREWE, 1985b: 17). Esse tipo de realinhamento é uma mudança no eleitorado, mas não na estrutura do sistema do partido e, ao contrário das definições anteriores, refere-se ao eleitorado como sendo composto de diferentes grupos sociais. A segunda definição é um realinhamento de duas forças partidárias, em que os identificados

⁷⁰ Uma clivagem é um grande conflito político que funciona como base para o alinhamento político.

com um partido mudam seu apoio político de um para o outro. A terceira definição é um realinhamento multipartidário, em que o apoio do eleitorado muda de forma a influenciar os principais partidos, juntamente com agremiações menores ou novas.

E finalmente, o realinhamento pode ocorrer devido a mudanças nas clivagens, ou seja, como um processo em que grupos sociais específicos desenvolvem distâncias atitudinais em relação a certa atitude e interesse. Flanagan e Dalton (1984: 8) explicaram que o realinhamento ocorre quando "os partidos e seus eleitores ajustam sua posição ao longo de uma nova dimensão de clivagem". Gallagher, et al., (2006: 284) usaram uma definição semelhante, observando que "à medida que as clivagens tradicionais diminuem de importância e as novas clivagens emergem, os eleitores passam por um processo de "realinhamento". Inglehart (1984: 68) argumenta que essas mudanças se dão devido aos eleitores passarem a refletir um eixo baseado em valores.

Como alternativa aos argumentos relativos à aparição de novas clivagens, Flanagan e Dalton (1984: 13) declararam que os alinhamentos diminuíram "como produto da perda de funções por parte dos partidos políticos e do declínio do valor funcional da identificação do partido para um grande número de cidadãos". Isso ocorreu devido ao processo que Dalton denomina "mobilização cognitiva", quando os eleitores possuem as habilidades políticas e os recursos necessários para lidar com as complexidades da política e tomar suas próprias decisões políticas sem depender de indícios externos (DALTON 1996: 213-4; 2006: 194).

Segundo Dalton, essa mobilização cognitiva produziu nova tipologia de eleitores. Tradicionalmente os estudiosos que seguem a Escola de Michigan diferenciam-

se entre partidários e eleitores independentes (que não possuem identificações de partido). Ao adicionar o componente de mobilização cognitiva, Dalton poderia identificar quatro padrões de mobilização política: os partidários rituais (aqueles que têm identificação do partido, mas baixa mobilização cognitiva e, portanto, mobilizam-se apenas com base no apego ao seu partido), partidários cognitivos (que são altos nestes dois componentes e, portanto, envolvem-se na política, mesmo quando as falhas do partido faltam), eleitores apolíticos, que não estão ligados nem a um partido nem cognitivamente (este grupo é equivalente aos eleitores independentes da Escola de Michigan) e os eleitores apartidários, que são os "novos independentes". Eles têm alta mobilização cognitiva, mas não são partidários (DALTON 1996: 214-5; 2006: 195-6).

Assim, esses novos eleitores independentes são menos consistentes em seus padrões de apoio ao partido. O apartidarismo, segundo Dalton (1996: 214; 2006: 195), está concentrado principalmente entre os jovens, os mais escolarizados e com viés valorativo pós-materiais. As mudanças socioeconômicas estão na base do aumento dos apartidários, o que leva à conclusão de que esta não é uma situação temporária, mas uma tendência duradoura.

Já o debate sobre realinhamento é apresentado por Rohrschneider (1993) com base em dois cenários. No primeiro, denominado "Realinhamento de novos partidos"⁷¹, os eleitores começam a apoiar um novo partido devido a uma nova clivagem, que cria a mudança do sistema do partido. No segundo, "Realinhamento da velha esquerda"⁷², os partidos, principalmente os de esquerda, adotam os problemas da clivagem que surge, entretanto, a escolha

⁷¹ *"New party realignment"*

⁷² *"Old Left realignment"*

ainda se dá sobre a égide partidária, portanto, a mudança do sistema do partido é evitável.

Embora exista um enorme número de definições para o fenômeno do realinhamento, as definições de desalinhamento são raras. Beck (1984: 233) define como "uma decadência nas bases de massas preexistentes de apoio aos partidos políticos - isto é, uma erosão das coalizões dos partidos de massa"⁷³. Ladd (1981: 3) argumenta que "em um desalinhamento, os eleitores se afastam completamente dos partidos; a lealdade aos partidos, aos candidatos dos partidos e aos programas enfraquecem, e cada vez mais do eleitorado se torna disponível para a conquista a cada eleição"⁷⁴. Denver (1985:402) acredita que tanto a identificação individual dos cidadãos com partidos vem se enfraquecendo, quanto a ligação entre partidos e grupos sociais, e por isso encontraríamos um sistema em desalinho.

A literatura apresenta como indicadores e sinais de que o sistema está em desalinho (i) a diminuição da filiação partidária, (ii) o declínio da identificação partidária, (iii) o aumento dos eleitores que se dizem independentes dos partidos, (iv) o aumento dos eleitores que "traem" a sua identificação partidária, (v) o aumento da volatilidade, (vi) as mudanças de intenção de voto durante a campanha e (vii) uma erosão da simpatia partidária dos vários grupos sociais.

Kriesi (2008: 38) diferenciou dois tipos de desalinhamento: (i) **o desalinhamento estrutural**, que é o enfraquecimento da adesão dos eleitores aos partidos

73 "a decay in the preexisting mass bases of support for the political parties – that is, an erosion of the mass party coalitions."

74 "[i]n a dealignment, voters move away from parties altogether; loyalties to the parties, and to the parties' candidates and programs weaken, and more and more of the electorate become 'up for grabs' each election."

estabelecidos e o (ii) **desalinhamento funcional** que é o desapego dos eleitores aos partidos em geral. O desalinhamento estrutural pode ser temporário e dar origem a um novo alinhamento, ao passo que o funcional pode acarretar em uma perda da capacidade de estruturação do sistema realizado pelos partidos. Bonschier (2010: 61) argumentou que os vínculos entre partidos e grupos sociais podem tornar-se mais fracos devido ao que Martin (2000) e Lachat (2004) definiram como desajuste estrutural e comportamental. Enquanto o estrutural é baseado nas mudanças sociodemográficas, o comportamental é causado quando novas questões políticas e valorativas assumem a preponderância.

Entretanto para chegarmos à explicação do desalinhamento, é necessário um maior detalhamento e elucidação do conceito de *alinhamento*. Alinhamento deve ser entendido quando o sistema é de tal maneira estruturado que possibilita uma alta previsibilidade dos resultados eleitorais e da futura formação do governo. Para a existência e permanência deste modelo, é importante que os fatores apontados pela literatura para a decisão do voto sejam baseados em determinantes de longo prazo (GUNTHER et all, 2016). Essa conceptualização possibilita que a proximidade entre representantes e representados seja mais duradoura.

O primeiro viés estruturante pode ser dado pela abordagem da sociologia política, principalmente no paradigma imposto por Lipset e Rokkan (1967), no qual as clivagens sociais seriam as determinantes para a escolha do voto. A segunda aproximação das características de voto de longo prazo é dada pelas escolas sociológica e psicológica do voto.

As escolas de Columbia e de Michigan possuem diferentes abordagens - abordagem sociopsicológica e socio estrutural – sobre como se cria e se desenvolve o alinhamento entre eleitores e partidos políticos. A escola de Michigan tem seu enfoque na identificação dos eleitores com um partido político, uma união estável e de difícil modificação (CAMPBELL, et al., 1960: 149). Já a Escola de Columbia foca sua interpretação no vínculo dos eleitores com seu segmento social, o que leva ao apoio eleitoral aos que melhor representem os anseios e vontades desse grupo.

Paul Lazarsfeld e o seu grupo de estudo pautaram em 1944, com a sua obra seminal *Peoples Choice* (1948), o poder das bases sociais para a determinação de vínculos entre eleitores e representantes. Os estudos, nomeados como Escola de Columbia, utilizam das bases socio estruturais para a explicação do voto. O voto, segundo esse grupo de pesquisadores, dialogaria com o seu contexto social e interpessoal ao qual os indivíduos pertencem e no qual convivem. A abordagem socio estrutural caracteriza-se por sua ênfase nos conceitos de identidade social e lealdade social como fatores fundamentais na criação de alinhamentos. Os estudos da teoria socio estrutural apontam que, nos países ocidentais, o vínculo, aproximação e lealdade a um grupo é transmitida para a arena política, com isso temos o surgimento dos partidos políticos que representarão os anseios destes. Com isso teríamos partidos trabalhistas que representariam prioritariamente os interesses dos trabalhadores. Ou seja, o sistema do partido é um reflexo desta estrutura socio estrutural.

Já abordagem proposta por Converse (1975) e seus colaboradores aponta que as decisões políticas dos indivíduos não estão baseadas nos acordos coletivos,

como prevê a abordagem de Columbia. Essa nova abordagem aponta que os indivíduos desenvolvem uma relação afetiva com os seus partidos. Essa afetividade é causada pela combinação da socialização e do estilo de vida dos pais (Converse, 1969: 142). E por isso possuem certa estabilidade, dado que ao entrar para a arena política, eles reforçam as pré-disposições já existentes. “Os valores adquiridos no processo de socialização podem ser relevantes para as decisões políticas, o que significa que o voto será orientado ao partido que melhor represente esses valores”. (Telles, *et al.*, 2009:92). Existindo apenas um pequeno grupo de experiência que possibilitaria a mudança na identificação partidária. Essas mudanças podem ser separadas em dois grupos, (i) circunstâncias pessoais (casamento, novo emprego ou mudança na vizinhança) e fatores sociais (como uma nova polarização em resposta a forças econômicas ou catástrofes nacionais) (CAMPBELL, *et al.*, 1960: 150).

Em contraste a estas duas escolas, a escola econômica (DOWNS, 1999; KEY, 1966; FIORINA, 1981; POPKIN, 1994) destaca que os eleitores votariam após um cálculo que determinasse aquele partido que lhe traria maiores benefícios, uma decisão de curto-prazo e próxima à eleição. Por isso, essa abordagem é considerada a mais instável das três aqui elencadas. Federer-Shtayer (2012) aponta que para se pensar em alinhamento, devemos focar nas duas primeiras abordagens, pois são as que geram vínculos em longo prazo.

Gunther *et al.* (2016) afirmam que nas democracias estabelecidas os fatores sociológicos estão tendo seus efeitos preditivos do voto enfraquecidos, fatores de longo prazo (orientação ideológica e identificação partidária) foram substituídos por fatores específicos de campanha de curto prazo (atitudes em

relação à liderança e candidatos; avaliações do desempenho do governo na gestão da economia). Isso implicou também uma mudança de paradigma, longe das explicações sociológicas para os relatos psicológicos/racionais dos processos do cálculo do voto (LAU e REDLAWSK, 2006; KENWORTHY e OWENS, 2011).

A literatura (DALTON, FLANAGAN E BECK 1984; FRANKLIN ET AL. 1992; THOMASSEN 2005; GUNTHER et al., 2016) questiona o poder da abordagem da sociologia política na definição do voto, devido principalmente ao “declínio da política de clivagem”. Os autores afirmam que “partidos e seus eleitorados mudaram nas democracias contemporâneas: eleitores tornaram-se mais independentes das formas tradicionais de lealdade social (Dalton 1984), enquanto os partidos baseados em massa evoluíram para partidos “eleitorais-profissionais” (PANEBIANCO, 2005), “eleitoralistas” (GUNTHER e DIAMOND 2001) ou “cartéis” (KATZ e MAIR 1995) ” (GUNTHER *et al*, 2016).

Estas pesquisas questionam o paradigma imposto por Lipset e Rokkan (1967), dado que os eleitores estão cada vez menos fieis a partidos de sua região ou local (BARTOLINI E MAIR 1990). Ao mesmo tempo que se presencia o surgimento de novas questões e *issues* não são necessariamente expressões dos grupos tradicionais (FRANKLIN et al., 1992). Acrescentemos a isso a crescente secularização do eleitorado, que modifica a preponderância da explicação religiosa (BROUGHTON e TEN NAPEL 2000; NORRIS e INGLEHART 2004).

Já o aumento do poder explicativo dos fatores de curto prazo é dado por dois fatores. O primeiro é discutido por Dalton *et al.* (1984), que defende que a

mobilização cognitiva vivenciada nos últimos anos levou ao desenvolvimento de eleitores mais independentes dos partidos. Estes eleitores conseguem tomar as suas decisões com base em suas interpretações e não mais com base nos atalhos proporcionados pelos partidos. Assim, o peso da questão em debate e a capacidade do candidato em responder a ela têm seu papel aumentado.

O segundo aspecto é o aumento do apartidarismo. Cada vez mais as democracias são pautadas por sociedades com baixos índices de população com identidade partidária (CLARKE e STEWART, 1998; DALTON e WATTENBERG, 2000; HOLMBERG, 2007). Ao mesmo tempo em que uma série de autores (JOHNSTON, 2006; CLARKE et al. 2009; ROSEMA e THOMASSEN 2009) afirmam que a identidade partidária não deve ser mais vista como um motor imóvel e sim como uma resposta de atitudes de curto prazo, por isso ela se torna tão mais volátil.

As críticas ao poder explicativo da identidade partidária podem ser divididas em dois grupos: (i) o processo de criação da identificação partidária; (ii) a estabilidade desta identificação. Para o primeiro tópico os estudos de Dalton e Weldon (2007: 189-90) apontaram que, nas democracias estabelecidas, o fator experiência eleitoral é mais importante do que o componente de socialização, o que é corroborado por Van der Eijk e Franklin (2009) que apontam que a vivência com o mercado político é mais decisiva que o partidarismo inicial.

O segundo grupo de crítica é pautado pelos estudos de Fiorina (1981) e dos pressupostos da escolha racional, no qual o principal fator para a construção da identificação partidária são as condições sociais, os eventos políticos e a atuação dos líderes políticos. Posição que foi referendada por Franklin e Jackson (1983:

968), ao apontar que as identificações estão passíveis de mudança quando as preferências individuais se alteram pelo somatório das experiências com as eleições anteriores e os desempenhos dos líderes durante as campanhas eleitorais e no cargo. As alterações na fidelidade política não são indiscriminadas, mas sim “representam uma série de ajustes razoáveis às circunstâncias políticas que modificaram” (Franklin, 1984: 475). Abramowitz e Saunders (1998, 2005) em consonância argumentam que os eleitores se posicionam com base em como os políticos e os partidos se posicionam frente a um problema.

Com isso, temos um sistema partidário caracterizado por uma baixa ancoragem socio estrutural e passível de uma grande volatilidade e de mudança de atores (KITSCHOLT et al. 1999; ROBERTS 2002, GUNTHER et al, 2016). Esse cenário de baixo enraizamento estrutural pauta a discussão de crise dos partidos políticos, como discutido acima, as funções representativas dos partidos são questionadas e a população não se vê representada. Essa crise de legitimidade dos partidos políticos (LAPALOMBARA e WEINER,1966) leva a uma falta de vínculos mais estruturantes e possibilita uma janela de oportunidade para o surgimento de novas formas de representação.

Ainda que os valores tenham adquirido importância nas democracias avançadas, provocando divisões polarizadas em relação a questões como o aborto ou a imigração, nem sempre estes conflitos são incorporados na arena política a ponto de impactar o comportamento eleitoral. A politização dos valores e a importância destes para o comportamento eleitoral estão fortemente vinculadas ao papel estratégico dos partidos políticos em articulá-las em ideologias

políticas, conforme demonstrou Gunther e Kuan Hsin-chi (2011), a partir dos dados do *Comparative National Elections Project* (CNEP). As preferências e os valores não são apenas o reflexo de padrões culturais, os atores coletivos têm importância significativa na politização destas questões. E, como se verá, PODEMOS e C's conseguiram articular estes valores para a esfera institucional, aproveitando as oportunidades produzidas pela crise dos principais partidos políticos, PSOE e PP, envolvidos em escândalos de corrupção e desgastados pela crise econômica.

Capítulo 4: O desencanto e a crise política na Espanha: a entrada de novos atores na disputa

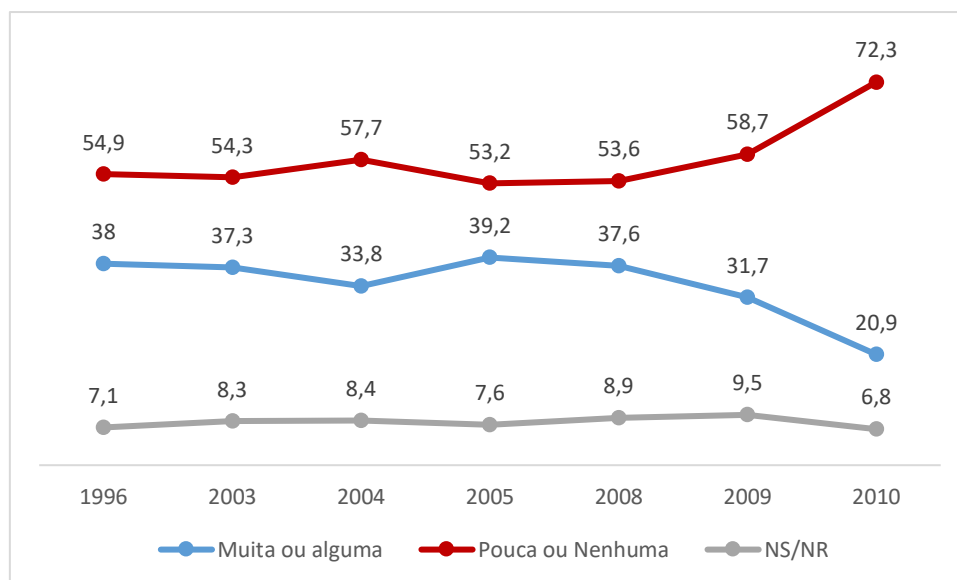
Tanto as democracias mais consolidadas quanto as mais recentes, ainda que com diferenças culturais significativas, vem acompanhando a transformação no campo valorativo de suas sociedades, como discutimos no capítulo anterior. Os cidadãos apresentam ao sistema político e aos seus atores novas demandas e, com isso, novos desafios. Surge, assim, a necessidade de readaptação dos entes partidários presentes no sistema ou abre-se a janela para o surgimento de novos partidos.

Entretanto, devemos trazer destaque feito por McDonough *et al.* (1992), sobre a cultura política espanhola e a formação do atual sistema partidário. O autor afirma que a transição espanhola para a democracia, após a morte do General Francisco Franco, na década de 1970, “foi um caso de grande sucesso de democratização” (1992, p. 187). Todavia, a consolidação da democracia não significou aumento da participação política dos espanhóis. A Espanha não vivenciou aumento do associativismo, devido ao tempo que foi forjado o novo sistema político.

Segundo o autor, a Espanha sofreu a influência do mal, de ter seu sistema político democrático surgido no momento em que partidos e sindicatos sofriam a concorrência dos meios de comunicação como mobilizadores sociais e entidades responsáveis pela representação. Aranguren (1991) afirma que a forma pactuada com a qual a transição foi realizada levou a uma moderação dos partidos políticos, que já emergem sobre a égide da “ética do consenso”.

Essa política é agravada pelas mudanças no sistema econômico, como aumento da presença das indústrias estrangeiras e multinacionais em deterioração das indústrias espanholas, o que leva ao aumento do poder do setor de serviços, principalmente o financeiro na Espanha (ARANGUREN, 1991). Essa mudança, por sua vez, leva a um aumento da desconfiança dos sindicatos. A redução da participação dos sindicatos no jogo político espanhol enfraquece principalmente os partidos de esquerda. O que, na visão de Aranguren (1991), leva a um sistema em que, por mais que o país seja governado por um partido de esquerda, a política real é mais próxima das matizes ideológicas de direita.

Gráfico 06: confiança nos sindicatos (%)



Fonte: CIS.

Contudo, como já destacamos, a Espanha era considerada um país com alto grau de institucionalização e com os partidos possuindo boa previsibilidade dos resultados que saíam das urnas. Essa tendência se modificou em dezembro de 2015, o que nos incentiva a olhar para outras variáveis.

Os movimentos de março de 2011 (15M) constituem o primeiro sinal redundante de que algumas das bases da previsibilidade e da institucionalização do sistema espanhol estavam em “risco e mudança”. Por isso, avaliaremos os dados a seguir com base nesse marco, visando detectar os sentimentos relacionados a esse acontecimento.

Como estamos falando sobre as atitudes em referência ao sistema político, os dados da Tabela 06 são bastante interessantes. Observa-se o aumento do sentimento de irritação para com a política e, principalmente, o sentimento de desconfiança, que alcança os seus maiores valores nos anos 2011 e 2012. A desconfiança foi incentivada pela série de atos do 15M, que levaram para as ruas, mídia e redes sociais as críticas ao sistema político, principalmente aos dois principais partidos do sistema, PSOE e PP.

Tabela 06: sentimento sobre a política (somatório do 1º e 2º citação)⁷⁵

	Jun. 93	Fev. 94	Fev. 95	Fev. 96	Fev. 02	Jan. 06	Jan. 07	Out. 11	Out. 12
Tédio	28	30	31,1	27,6	34,9	31,6	34,1	29,8	26,1
Entusiasmo	5,6	3,2	3	4,5	4,1	4,3	4	3,1	3
Irritação	20,2	22,6	25,9	20,2	15	23	24,4	34,4	10,6
Interesse	23,9	16,8	15,5	25,7	20,5	25,2	21,6	16,4	15,5
Indiferença	30,6	28,3	33,9	25,2	41,7	31	31,4	27,1	20,6
Compromisso	10,8	11,7	10	9	14,5	14,9	13,8	9,3	9,3
Desconfiança	37,8	48,2	48,2	37,6	52,3	53,3	55	65,1	70,9
NS/NR	43,1	5,4	5,3	3,1	17,1	16,7	15,5	14,7	14,2

Fonte: CIS.

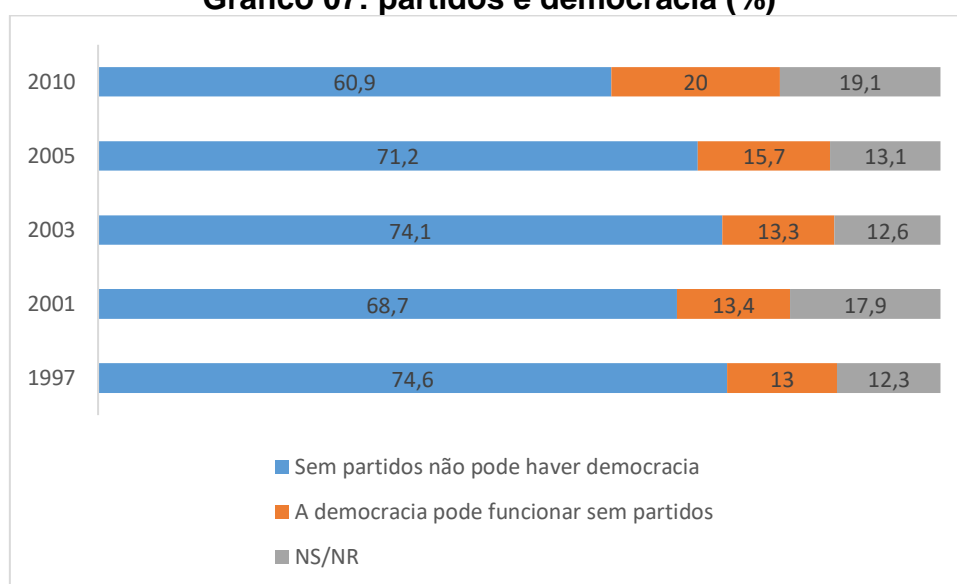
Essas sequências de considerações negativas sobre o funcionamento deixam reflexos na confiança do cidadão nas instituições. A confiança tem efeitos sobre o voto do cidadão, assim como deixa reflexo sobre como é vista a competência dos atores (ZMERLI,HOOGUE, 2011; WEATHERFORD, 1987). Easton (*apud*

⁷⁵ Pergunta: “De los siguientes, ¿qué dos sentimientos le inspira a Ud., principalmente, la política?”

CASTILLO, BARTOLOMÉ MARTÍNEZ, 2016) afirma que podemos interpretar confiança como um apoio difuso às instituições a todo o sistema. O indivíduo se baseia em diferentes informações e percepções para determinar a sua atitude de desconfiança ou confiança em alguma instituição ou pessoa.

No caso espanhol, os principais atores do sistema político, os partidos, são percebidos pela sociedade cada vez mais distante, baseado em um sentimento de que eles “não nos representam” (OÑATE, 2016). Verge (2012) discute os esforços dos partidos em busca de adaptarem as suas ofertas, aproximando-as das demandas dos cidadãos, porém, não obtiveram sucesso, o que é comprovado pelo aumento constante do antipartidismo, dos sentimentos negativos e a desconfiança (TORCAL, MONTERO, GUNTHER, 2007). Todavia, os partidos, ainda, são consideráveis imprescindíveis para o funcionamento da democracia, segundo os espanhóis.

Gráfico 07: partidos e democracia (%)



Fonte: CIS.

No primeiro capítulo, apresentamos o percurso histórico da democracia espanhola e os seus principais indicadores político-partidários. Entretanto,

observa-se que o pleito de dezembro de 2015 demarcou mudanças profundas no sistema partidário espanhol, em virtude de romper com a dinâmica bipartidária, que pautava o sistema político espanhol e, iniciar uma prática de atuação dos partidos políticos.

Neste capítulo, apresentaremos dados que agregarão mais informações ao cenário já desenhado e apresentaremos quais são os dois atores que surgem como novidade e rompem com a dinâmica que vigorava nos primeiros 37 anos do atual período democrático. Com base em uma série de dados do *Centro de Investigaciones Sociológicas*, podemos traçar mapa das mudanças de percepção dos eleitores para com o governo, as instituições e a representação.

Acreditamos que a crise da representação e a crise econômica desenharam cenário propício para a emergência partidos desafiantes (HARMEL; ROBERTSON, 1985; MAIR, 1989; RYDGREN, 2004). A desconstrução da política institucional vigente é em muito majorada pela grave crise econômica, os cidadãos têm, assim, maior incentivo para buscarem outras alternativas e apostarem em novos atores. Este trabalho tem como pressuposto o fato de que a janela de oportunidade é alimentada e retroalimentada pelas duas crises. A Espanha já passou por outras crises políticas e/ou econômicas, mas o sistema se adaptou. Mas, ao ocorrer as duas crises de forma conjunta, abre-se a possibilidade de rompimento do antigo modelo do sistema político-partidário.

Com o intuito de facilitar a leitura e análise, apresentaremos, separadamente, os parâmetros de demanda da sociedade e de oferta, como indicadores de descontento *desafección política* e *descontento político*. Posteriormente é

realizada como essas duas correntes propiciam as mudanças vivida pelo sistema político-partidário espanhol em 2015.

4.1. Demandas do sistema: cultura política, crise econômica e crise da representação

A Espanha saiu da ditadura mais longeva do continente europeu para uma democracia consolidada nesses últimos quarenta anos. Entretanto, se olharmos os dados quanto à legitimidade do regime democrático, observa-se que estes, desde o início, foram bem aceitos pela sociedade espanhola.

Todavia, observa-se o declínio mais significativo da confiança institucional entre 2008 e 2012, embora os níveis originais de confiança já fossem baixos (MAGALHÃES, 2005; MARIEN, 2011; TORCAL, 2006; TORCAL e MAGALHÃES, 2010).

O lema “não nos representam” constitui um dos maiores motes dos cidadãos atualmente na Espanha. Oñate (2016) apresenta que uma das raízes para essa diferença pode se dar pelas incongruências ou inconsistências a respeito da forma que os cidadãos e deputados têm de modelo de representação. A forma de atuação dos deputados é pauta crucial neste debate. Os representantes devem agir como delegados, colocando instruções dos representados acima do seu próprio julgamento, ou como administradores, seguindo seu próprio julgamento, em vez dos seus constituintes?

Por sua própria natureza, a representação implica que o representante não pode agir somente de acordo com as demandas e interesses dos representados, mas também não pode ignorá-las, no mandato-independência não há representação.

Tabela 07: modelos de representação (%)

		Cidadãos	Representantes
Direção prioritária da relação de representação	Top-down	62,8	16,7
	Ambas		36,5
	Botton-up	37,2	46,8
Momento prioritário de controle sobre os deputados	Ex-ante	31,4	32,5
	Ambas	11,6	51
	Ex-post	57	16,5

Fonte: Oñate, 2016.

Cada vez mais, os partidos são vistos como predominantemente interessados em si mesmos, competindo entre si em vez de esforçarem-se pela busca de um bem comum, incapazes de sustentar ideias políticas consistentes, e propensos à corrupção (POGUNTKE, 1996: 320).

Tabela 08: grau de representatividade dos partidos políticos (PP e PSOE) (%)

Representa realmente os interesses dos espanhóis	18,9
Representa o interesse de uma parte dos cidadãos	24,9
Representa os interesses próprios dos partidos	51
NS/NR	5,2

Fonte: Metroscópia – junho de 2011.

Observa-se o declive generalizado dos partidos políticos e a desconfiança nas instituições democráticas. Segundo Urquizu (2016), esse processo se dá, pois, os cidadãos não sentem que participam das decisões políticas, cabendo a estes, apenas, o voto no período eleitoral. Esse comportamento levará ao divórcio entre sociedade e elites, que embasa as mudanças no sistema partidário que estudamos.

A confiança nas instituições políticas é essencial para o funcionamento da democracia, já que esta foi forjada com base na possibilidade de os representantes fiarem seus anseios e aspirações nos representantes (MOISÉS, 2005). Ao não existir mais essa confiança, todo o sistema está em risco. A confiança é um conceito multidimensional, influenciado por vários fatores

diferentes e pelas experiências de cada indivíduo. A confiança nas instituições políticas é influenciada pela vivência que cada um tem com as instituições, pela avaliação do seu desempenho, pela atuação dos atores políticos e pelo nível de adesão dos cidadãos a estas.

Outro fator importante a se destacar refere-se à tendência à moderação política (MAGRE, 2012). Desde a transição para a democracia, como retratamos anteriormente, a sociedade espanhola tende a rechaçar as posições mais extremas do espectro ideológico. Todavia, esta era uma tendência que sofreu certa retração na atual disputa. Downs (1999) já havia destacado que partidos, para buscarem o sucesso eleitoral, devem, primeiramente, buscar o centro do espectro ideológico. Contudo, o autor alertou, também, que, ao migrar muito ao centro, os partidos abrem a possibilidade do surgimento de novas forças na franja da ideologia.

Tabela 09: auto identificação do eleitorado espanhol na escala ideológica esquerda-direita (%)

	1977	1982	1986	1989	1993	1996	1999	2000	2002	2004	2006	2008	2010	2012
<i>Esquerda</i>	4	9	9	8	8	9	6	6	6	6	6	7	8	7
<i>Centro-esquerda</i>	17	32	35	26	31	28	26	23	25	26	28	28	25	23
<i>Centro</i>	41	28	23	22	24	31	31	31	32	33	30	28	31	33
<i>Centro-direita</i>	15	16	8	9	12	11	11	9	8	9	9	10	11	11
<i>Direita</i>	4	3	3	3	3	3	3	2	2	2	2	3	3	3
<i>NS/NR</i>	19	12	22	32	22	18	23	29	27	24	25	24	22	23

Fonte: Para 1977–1989, Montero e Torcal, 1990; para 1993–2012, CIS.

Como já foi discutido pela literatura, “o contexto político e econômico é relevante para determinar a confiança” (LOPES, 2004: 182), já que interfere em como a população enxerga as instituições e o seu funcionamento. Temos de acrescentar a isso o enfoque midiático, a percepção sobre o funcionamento, ou o mal funcionamento, das instituições políticas reforçam o sentimento de descredito

das instituições. No capítulo anterior, destacamos como a crise econômica serve de enzima para acelerar as mudanças, modificando a percepção da sociedade sobre temas antes desconsiderados.

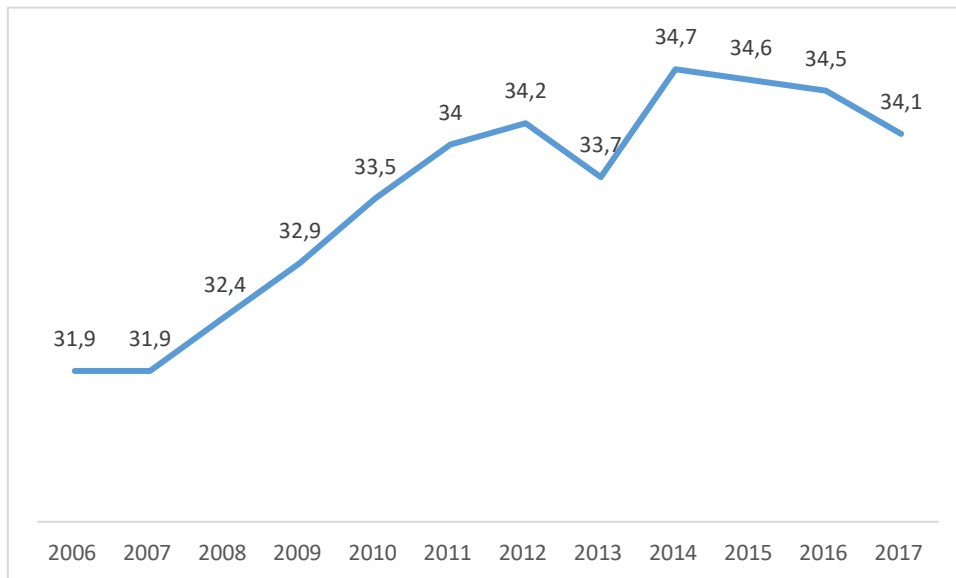
A relação entre política e economia é uma das mais estudadas pela literatura de ciência política. Por isso afirmar que essa relação é de importância à percepção da população de um governo não é uma novidade. A situação econômica interfere na renda, trabalho e dia a dia da população, ela afeta a avaliação de governo e as decisões eleitorais. Ou seja, ela constitui a premissa central em que o cidadão tende a punir ou premiar os mandatários de acordo com a avaliação que eles fazem da economia. (LEWIS-BECK, M. e STEGMAIER, M, 2008; RATTO, 2011; CAMARGOS, 2013; VEIGA, SILVA, 2015).

A escolha de analisar o índice de GINI e do desemprego é, ao nosso ver, mais interessante que a mensuração do PIB, pois ela atua, diretamente, na percepção do cidadão sobre o desempenho da economia (ZUCCO, 2008).

A Espanha passou, nos últimos anos, por um aumento no seu Coeficiente de Gini⁷⁶, o aumento deste significa o aumento da desigualdade de distribuição de renda no país. No ano de 2011, o indicador assumiu o valor 34, o que dialoga com o descontentamento da população com a democracia.

⁷⁶ O Coeficiente de Gini constitui medida de desigualdade desenvolvida pelo estatístico italiano Corrado Gini, comumente utilizado para medir a desigualdade de distribuição de renda. Ele pode variar 0 a 100, em que 0 corresponde à completa igualdade (no caso do rendimento, por exemplo, toda a população recebe o mesmo salário) e 1 corresponde à completa desigualdade (uma pessoa recebe todo o rendimento e as demais nada recebem).

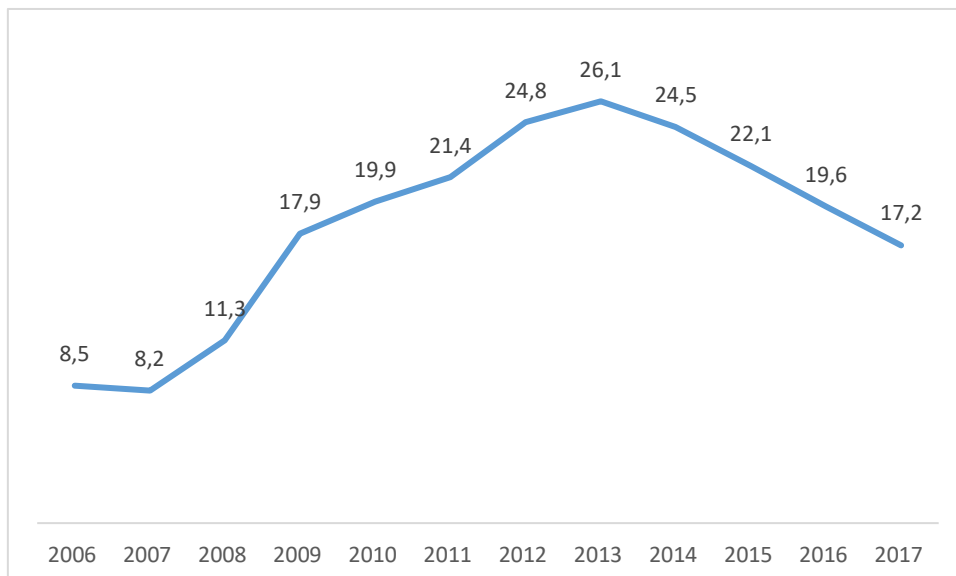
Gráfico 08: Índice de Gini Espanha



Fonte: EUROSTAT.

A informação sobre o deteriorando da situação econômica pode ser observado com o aumento do desemprego entre os espanhóis como observamos no Gráfico 02.

Gráfico 09: desemprego na Espanha



Fonte: EUROSTAT, ano.

O aprofundamento dessas desigualdades possibilita a emersão da crise que o atual sistema vivencia e estudamos neste trabalho. Como destacado no capítulo

3 desta tese, crise econômica incentiva o descontento com a política, o que propicia terreno bastante fértil para o surgimento de novos partidos.

Todavia, como destacou Torcal (2016), somente a crise econômica não é capaz de explicar todas as mudanças vivenciadas nas democracias contemporâneas. Destacamos, no capítulo anterior, como as mudanças nos valores e no descontento com as instituições são essenciais para essa compreensão. A atual democracia espanhola é marcada por um forte viés pós-materialista (TORCAL, MONTERO e GUNTHER, 2007; DEL GIUDICE, RAMIREZ e MELO, 2014; MORENO, 2015).

Ao analisar as mudanças nos valores da sociedade espanhola, Torcal (1989) descreve que estas acontecem devido à mudança geracional e estão em consonância com as mudanças ocorridas em toda a Europa. Outros pesquisadores (INGLEHART, 1990; TORCAL, 1989; RIBERIO e BORBA, 2010) apresentam que as transformações valorativas são resultantes, em grande medida, do desenvolvimento econômico e social de cada sociedade, consoante com estudos de Moreno (2013). Esse autor nos indica que o incremento de valores pós-materialistas na Espanha se deve, fundamentalmente, ao rápido desenvolvimento econômico ocorrido ao final do século XX, e, com isso, desenvolve-se uma nova classe média.

O surgimento e reforço desses novos valores são impulsionados e impulsionam algumas transformações na sociedade, como a ampliação dos direitos das mulheres, o aumento do *accountability* das instituições democráticas, o aumento do interesse por questões de meio ambiente e a introdução de mais clivagens

políticas, para além das sociais, como as culturais e as de qualidade de vida (MORENO e MARITA, 2013).

A atual sociedade espanhola tem como mote valores de liberdade, felicidade, crenças religiosas, racionalidade e capital social, com grande presença de valores pós-materialista entre os mais jovens. Inclusive, essa presença é crucial para a emergência da atual crise política. Mas devemos destacar que essa mudança de valores pautadas pelas mudanças etárias demanda tempo para a sua cristalização, o que leva a Espanha a possuir a convivência entre os diferentes cidadãos. O que é reforçado por Moreno (2013), que apresenta evidências da existência de clivagens de valores cristalizadas, de modo que os valores constituem, apenas, um dos determinantes do voto atualmente, necessitando que partidos políticos articulem esses novos valores, fato que virá a ser explorado pelas novas formações partidárias.

A inclusão da questão dos valores ao discurso político dos partidos não alcançou evitar uma crise dos partidos políticos e o antipartidarismo, em grande parte porque os partidos tradicionais adaptaram algumas demandas pós-materialistas de maneira superficial, como mera estratégia para tentar maximizar o número de votos. Tanto um quanto o outro podem ser entendidos como os sentimentos negativos e a desconfiança nos partidos políticos (TORCAL, MONTERO e GUNTHER, 2007). Nota-se que, cada vez mais, os partidos são vistos como predominantemente interessados em si mesmos, competindo entre si em vez de esforçarem-se pela busca de um bem comum, incapazes de sustentar ideias políticas consistentes, e propensos à corrupção (POGUNTKE, 1996: 320). Tudo isto acabou por levar ao declive generalizado dos partidos políticos.

Geralmente, os partidos tradicionais ou mais antigos continuam representando as demandas mais tradicionais e estão identificados com o sistema, em que pese haver incluído alguns novos valores. Por outro lado, os novos partidos foram capazes de gerar novas demandas como ecologia, a excessiva centralização do estado ou a imigração. Na Espanha, a esquerda, por meio de diversas crises, captou mais rapidamente as novas dimensões do conflito, conectando-se com os valores dos mais jovens, enquanto a direita continua, ainda, pendente de evoluir aos valores pós-materialistas (TORCAL, 1989: 252). Contudo, observamos, na atual crise, crescimento do descontentamento, o que nos apresenta indícios que a atuação dos partidos não tem suprido as necessidades apresentadas pelos indivíduos que concebem esses novos valores.

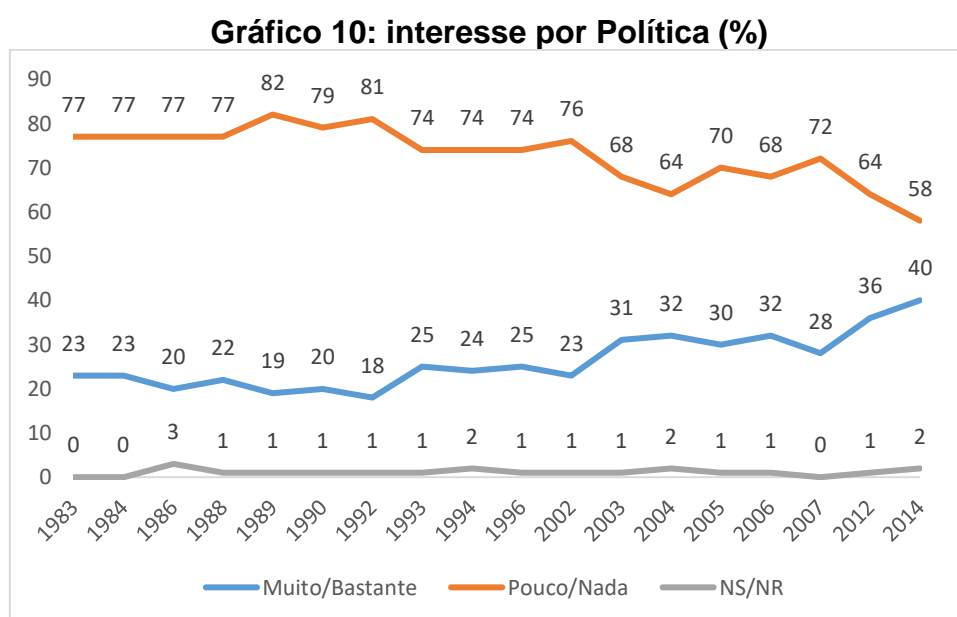
Melo *et al.* (2014), ao estudarem o efeito desses novos valores sobre a confiança dos eleitores sobre os partidos políticos, demonstraram que não há distinção entre ser pós-materialista e ser mais desconfiado frente aos partidos políticos. Não somente o pós-materialismo e a mudança de valores explicam a falta de confiança nos partidos políticos. O que nos apresenta um desafio que consiste em pensar o descontentamento e a *desafección* para além dos valores. Eles são importantes para a compreensão do fenômeno da crise da representação, mas sozinho ele não nos fornece toda a explicação.

4.1.1. Desafección política

Como discutimos acima, os sentimentos em relação ao sistema político constituem a base para esse fenômeno. Por isso, a discussão sobre o aumento ou não nos últimos anos na Espanha se baseia em visualizar as percepções da

população sobre os vários aspectos valorativos da democracia, suas instituições e procedimentos.

O primeiro indicador é apresentado pela literatura, e o grau de interesse da sociedade sobre política. O Gráfico 10⁷⁷ nos demonstra que o interesse da sociedade espanhola sobre política nunca foi majoritário. A população se mostra em todo o período pesquisado bastante desinteressada em política, alcançando o maior número de interessados em 2014.



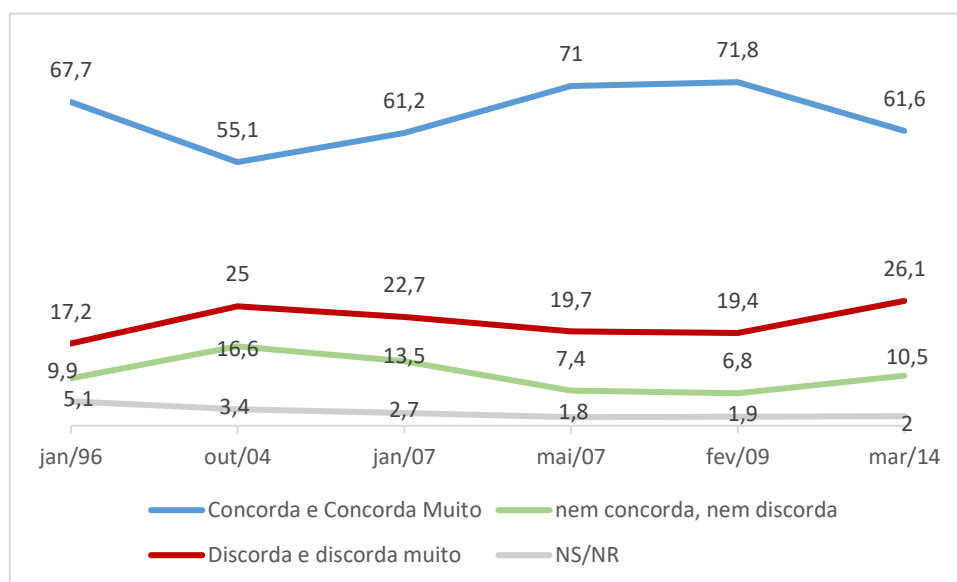
Fonte: CIS.

O segundo indicador listado pela literatura, como destacamos no capítulo anterior, é a eficiência política do cidadão. A eficiência “externa” é mensurada pela percepção sobre a influência do cidadão sobre o governo⁷⁸.

⁷⁷ Pergunta: ¿diría Ud. que la política le interesa mucho, bastante, poco o nada?

⁷⁸ Pergunta: “¿en qué medida está Ud. de acuerdo o en desacuerdo con las siguientes frases? (La gente como yo no tiene ninguna influencia en lo que hace el Gobierno)”.

Gráfico 11: influência sobre a política (%)

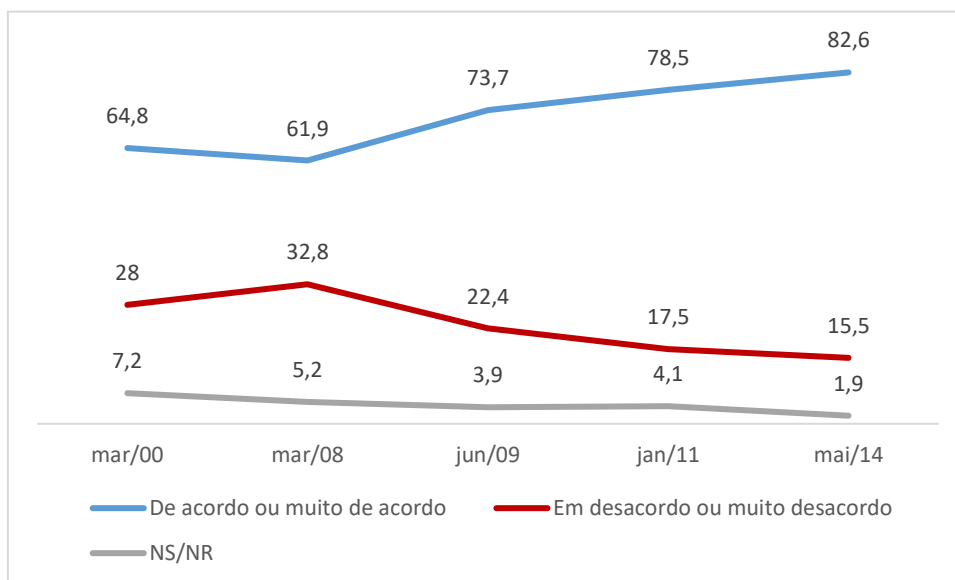


Fonte: CIS.

Em toda a série histórica, observa-se que os entrevistados, em sua maioria, não acreditam que eles possam exercer alguma influência sobre o Governo. Percebe-se que, na última pesquisa da década passada, temos o maior percentual de entrevistados que concordam com essa incapacidade de influência na arena governativa. Esse dado também deve ser adicionado ao conjunto de percepções que desencadearão no 15M.

O segundo dado refere-se a quais interesses guiam a atuação dos políticos. Encontramos, nas pesquisas do CIS, algumas informações importantes que possibilitam a visão de como os eleitores não acreditam que as suas opiniões não são as prioritárias para embasar as decisões dos políticos.

Gráfico 12: políticos buscam interesses pessoais (%)



Fonte: CIS.

Os dados do Gráfico 12⁷⁹ indicam que a maioria dos espanhóis acredita que os políticos sempre tendem a contemplar os seus direitos pessoais em sua atuação no governo. O que é referendado quando comparamos as opiniões dos cidadãos com os parlamentares sobre quais opiniões devem ter prioridades quando há a disputa entre a opinião dos líderes partidários e os interesses da sua base territorial.

Tabela 10⁸⁰: interesses territoriais versus partidos (%)

	Parlamentares (2009)	Eleitores (2012)
Dar prioridade aos interesses de suas províncias ou comunidades autonômicas	17	62
Seguir as direções do partido	6	9
Tentar influir para moderar a atitude só partido a respeito do tema em questão	77	29

Fonte: CIS.

⁷⁹ Pergunta: “¿en qué medida está Ud. de acuerdo o en desacuerdo con las siguientes frases? (La gente como yo no tiene ninguna influencia en lo que hace el Gobierno).”

⁸⁰ Pergunta: “cuando la posición de un partido respecto a un tema entre en contradicción con los intereses de una provincia o comunidad autónoma, los/as diputados/as elegidos/as por esa provincia o comunidad deberían...”

A confrontação entre as opiniões dos parlamentares e dos cidadãos é uma das ferramentas mais eficazes para a construção de conhecimento comparativo sobre as atitudes ao entorno da representação. Como o descontento se baseia nessa quebra de similaridade entre a opiniões, ações e anseios entre esses dois principais atores, a sobreposição dos dois auxilia muito a nossa análise. A Tabela 10 demonstra grande dissociação entre a opinião dos interesses, enquanto eleitores acreditam, em sua maioria, que os desejos locais devem ser prioritários; os parlamentares acreditam em uma atitude mediana entre os desejos da comunidade e do partido.

Tabela 12⁸¹: objetivo da representação

	Parlamentares (2009)	Cidadãos (2012)
A todos os cidadãos da minha comunidade	54	-
A todos os eleitores da minha circunscrição	21	7
Aos votantes do meu partido	14	19
Ao meu partido político	6	32
A um grupo específico da sociedade	3	1
A sociedade em geral	2	-
Aos desfavorecidos	1	-
A todos os espanhóis	-	33
A nós mesmos	-	2
Aos ricos e poderosos	-	3

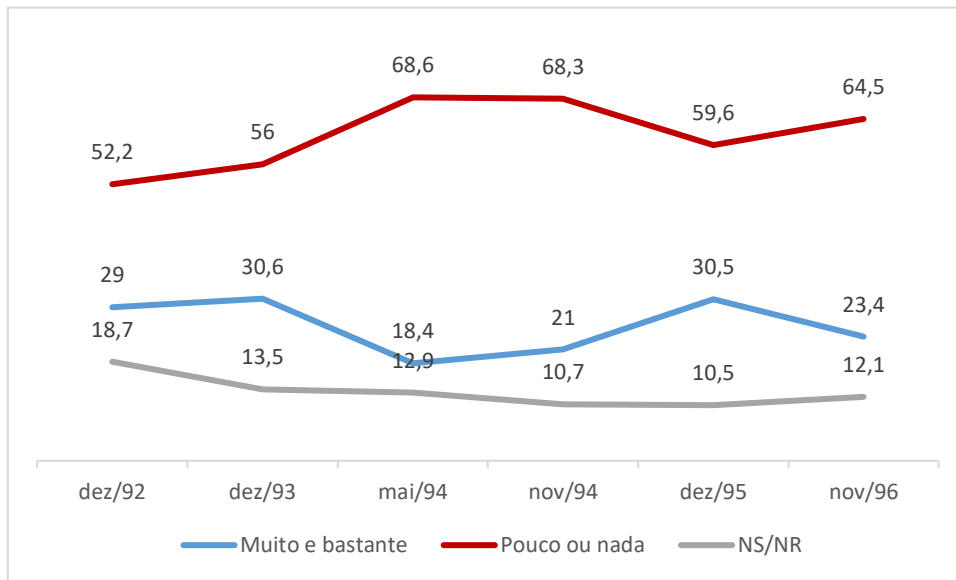
Fonte: CIS.

A segunda acareação de opiniões refere-se a quem, prioritariamente, os representantes representam. Novamente, temos dissociação entre qual deve ser o principal enfoque da representação. Essa dissonância alicerça a crise da percepção de que os parlamentares não representam a sociedade, como podemos observar no Gráfico 13⁸².

⁸¹ Pergunta: “a continuación, me gustaría que me dijera, según su opinión, ¿a quién cree Ud. que representan nuestros diputados/as?”

⁸² Pergunta: “¿en qué medida cree Vd. que los diputados y senadores españoles representan los intereses de las personas que los eligieron?”

Gráfico 13: representatividade dos parlamentares (%)



Fonte: CIS.

Os estudos presentes no CIS demonstram que o cidadão, em sua maior parte, não se sente representados pelos políticos. O que, novamente, embasa o descontentamento que aflora no 15M e abaixa a valorização dos atores políticos. A confirmação dessa tendência de diminuição da força dos atores políticos na Espanha é dada na Tabela 18. Nela, observa-se que os atores políticos perdem bastante influência, na percepção dos eleitores.

Tabela 13⁸³: atores com poder

Itens	Dez_98	Dez_98	Mai-01	Out_03	Set_04	Out_05	Out_06	Nov_06	Nov_10
As grandes empresas	34,8	34,8	38,6	44,9	44,1	44,5	45,9	45,8	15,1
Os militares	10	8,6	8,3	5,1	4,6	5,8	4,2	4,6	0,9
Os sindicatos	8,7	6,5	5,5	4,7	4,6	4,8	4,8	4,6	2,1
O Poder Judiciário	-	17,3	-	-	-	-	-	-	-
Os meios de comunicação	-	-	-	31,5	35,1	34,4	35,3	34,9	8,7
Os bancos	54,2	50,2	57,2	44,5	40,8	39,2	50,4	51,7	31,6
Os partidos políticos	24,7	21	17,4	20,4	23,4	26,3	28,4	19,5	7,6
As multinacionais	32,4	27	32,7	-	-	-	-	-	-
O Governo	50,7	54,2	62,4	55,4	48,5	47,1	50,3	46,9	26,4
O Parlamento	11,6	14,9	11,7	9,3	7,6	10,5	9	9,1	2,6
N.S./N.C.	6,8	15	8,1	8,6	8,1	5,3	5,7	5	5,1

Fonte: CIS.

Partidos políticos, Governo e o Parlamento presenciam depreciação significativa na sua força como os principais atores com poder, tendo os agentes econômicos assumindo a preponderância no sistema. Devemos dar um destaque que o peso dos agentes financeiros dialoga, também, com a crise financeira e com a outra pauta relevante apresentada durante as manifestações do 15M, o excesso da influência financeira nas decisões políticas tomadas na Espanha.

Os dados da Tabela 14 confirmam como a desconfiança nas três instituições, Parlamento, Partidos e Governo, passaram por um crescimento a respeito do momento em que a pergunta foi feita. O que constitui mais um indicador do aumento da *desafección*.

⁸³ Pergunta: “de las siguientes instituciones o colectivos, ¿cuál cree Ud. que tiene más poder en España? ¿y en segundo lugar? ¿y en tercer lugar?”

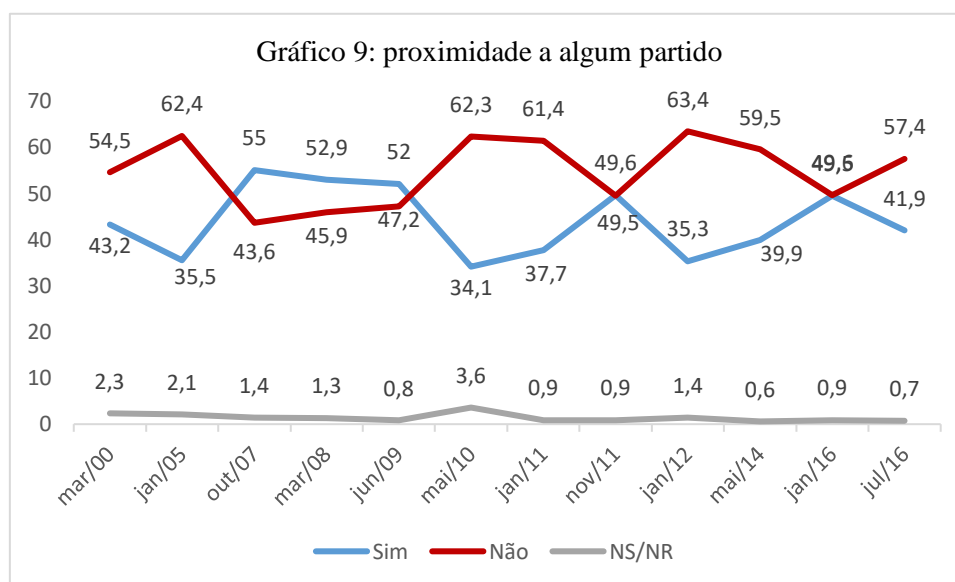
Tabela 14: confiança média nas instituições democráticas (escala de 0 a 10)

	2002	2004	2006	2008	2010	2012	Media
Parlamento	4,8	5,1	5	5	4,3	3,4	4,6
Partidos Políticos e Políticos		3,7	3,5	3,2	2,7	1,9	3
Justiça	4,9	5,3	5,5	5,2	5,3	4,8	5,2

Fonte: Europa Social Survey.

Outro destaque a respeito da Tabela 14 refere-se ao fato de como os partidos políticos constituem a instituição com a menor confiança por parte dos entrevistados. Alcançando média na escala de 1,9 em 2012. Esse dado vai de encontro com as manifestações do 15M, quando, principalmente, houve a baixa representatividade de PSOE, e PP. Esses dados são corroborados pelo Gráfico 14⁸⁴, em que se observa, em 2010 e 2011, o maior percentual de eleitores que não se identificam com nenhum partido existente⁸⁵.

Gráfico 14: proximidade a algum partido



Fonte: CIS.

⁸⁴ Pergunta: “¿podría indicarme si se siente Ud. cercano/a o próximo/a a algún partido o coalición política?”

⁸⁵ Devemos destacar o dado de novembro de 2011, onde o número de próximos e distante é igual. Esse dado pode ser explicado pela proximidade da eleição nacional.

O resultado prático a essa baixa confiança e proximidade aos partidos é a queda do número de filiados aos partidos políticos. A literatura recente, ao se debruçar sobre as democracias ocidentais, aponta a queda significativa no número de filiados aos partidos políticos (Van Biezen; Mair; Poguntke, 2012; Delwit, 2011). A queda no número de filiados aos partidos é um dos sinais mais importantes para demonstrar a *desafección política* e o aumento do sentimento anti-partidário.

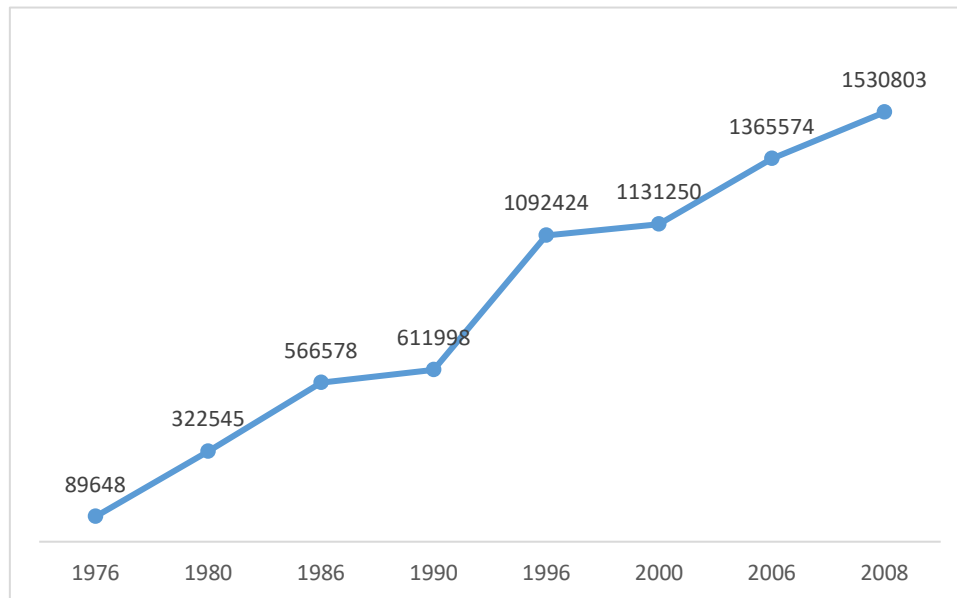
A explicação para esse aumento é pautada pelas mudanças sociais, com a pluralização dos estilos de vida, o aumento da heterogeneidade nos interesses pessoais e a erosão de culturas unificantes como a trabalhadora. Partidos, também, passam a sofrer com o aumento de outras formas de representação como os movimentos sociais, as ONG's, a atuação virtual e o fim de mobilizações de rua.

O efeito disso sobre os partidos é que estes passam a se constituir cada vez mais como estruturas profissionais de disputa do voto. Essa profissionalização leva à erosão dos vínculos entre os partidos e a sociedade (Katz; Mair, 1995), o que, por consequência, aumenta o sentimento de que os partidos não representam os anseios da sociedade que eles simbolizam.

Apesar da tendência em todas as democracias ocidentais apontadas pela literatura, a Espanha sempre foi considerada um caso desviante (VAN BIEZEN; MAIR; POGUNTKE, 2012).

Spain, however, stands out as an exception. Not only has the absolute level of party membership (M) increased steadily over time, but the same can be said of the relative level (M/E). Spain is the only country in Europe with an absolute and linear increase in party membership. (Delwit, 2011)

Gráfico 15: número de filiados a partidos na Espanha



Fonte: Van Biezen ; Mair; Poguntke, 2012; Delwit, 2011.

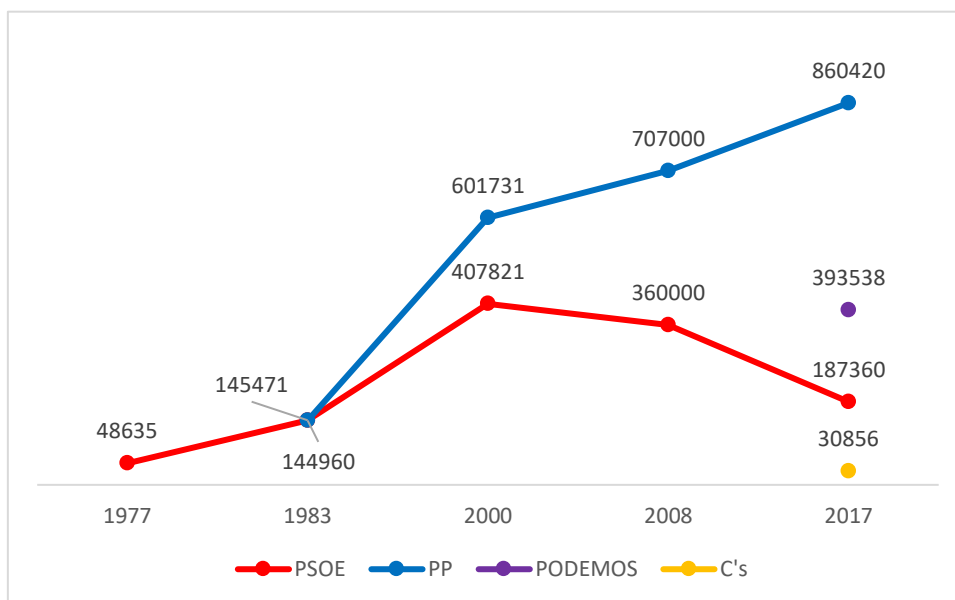
Todavia, um destaque importante deve ser feito, a indicação da quantidade de filiados é feita pelas próprias instituições, e cada instituição possui formas próprias de identificar quem são os filiados ao seu partido. Para alguns partidos, a determinação passa pela contribuição financeira — seja esta mensal ou anual — como é o caso do PSOE⁸⁶ e do C's⁸⁷. Para outros, essa taxa somente é cobrada se o filiado quiser participar das discussões internas do partido, como a votação para a executiva. No entanto, conta-se mesmo os não pagantes como filiados, esse é o caso do PP e PODEMOS. O PP não apresenta informação sobre o número de filiados, quanto são os pagantes e os não. O PODEMOS apresenta que 393.538 são os inscritos ao partido, 204.844 são os considerados ativos, ao passo que 149.513 são os que participam dos processos internos e 13.458 são os que executam atividades de militância direta no partido.

⁸⁶ Atualmente a cota do PSOE é de 60 euros ano.

⁸⁷ O C's cobra o valor de 120 euros anuais dos seus filiados.

Como podemos observar, no Gráfico a seguir, mais de 50% dos filiados a partidos são os o PP, seguidos por PODEMOS, que apresenta mais que o dobro de filiados do PSOE.

Gráfico 16: filiados aos partidos estudados



Fonte: partidos políticos.

O uso do dado agregado apresentado pelos partidos pode não demonstrar a completa realidade da filiação partidária na Espanha, uma vez que, como demonstramos, os parâmetros para mensuração são distintos. Devido a essas diferenças, somamos a análise à Tabela 12, que nos apresenta a imagem que o funcionamento dos partidos espanhóis tem na sociedade. Observa-se o crescente aumento da percepção de que os partidos são todas iguais, bem como a sua baixa representatividade, já que não se preocupam com os entrevistados, em sua percepção.

Tabela 16: avaliação da valoração dos partidos na Espanha (%)

Dimensão	Variáveis	1980	1992	2000	2005
<i>Funcionamento</i>	Os partidos só servem para dividir as pessoas	24	41	37	44
	Os políticos não se preocupam com gente como eu	22	55	67	49
	Os partidos são todos iguais	13	63	65	67

Fonte: CIS, (Magre. 2009).

Essa informação demonstra maior semelhança com os apontamentos teóricos para *desafección*, que discutimos neste trabalho. As informações da Tabela 13⁸⁸ agregam mais um importante dado sobre a imagem da política na Espanha logo após a série de manifestações do 15M. Como já discutido, durante a série de protestos, observou-se o questionamento aos partidos e as instituições existentes. Por isso, expor quais são os motivos que levam à desconfiança sobre os entes políticos é de grande importância.

Tabela 17: principal motivo para se ter pouca ou nenhuma confiança na política (2012)

A falta de preparação de quem ocupa postos políticos	9,4
A corrupção de alguns políticos	60,6
A pouca preocupação dos políticos pelos reais problemas da sociedade	8,6
A prioridade que os políticos dão aos seus interesses sociais	8,7
A imagem de enfrentamento entre os principais líderes políticos	4,2
O mal funcionamento das instituições políticas	4,9
A imagem crítica gerada pelos meios de comunicação	0,8
Outros motivos	0,6
NS/NR	2,3

Fonte: CIS.

A grande maioria da população entrevistada aponta que a corrupção é o principal motivo para que se tenha descrença com a política. Esse aspecto no leva a fazer uma análise mais extensa sobre o peso da percepção de envolvimento da corrupção sobre todo o sistema político. O primeiro item que se deve observar é

⁸⁸ Pregunta: “pensando en aquellas personas que tienen poca o ninguna confianza en la política, ¿cuál de los siguientes motivos cree Ud. que es el principal por el que desconfían? ¿Y en segundo lugar?”

o quão grande são os casos de corrupção na Espanha. Destaque-se que o que lidamos com a percepção de corrupção⁸⁹ e não com a corrupção efetiva.

Os dados do CIS (2012) indicam que a população pesquisada acredita que o seu país é mais corrupto do que os outros países europeus. Esse dado guarda raízes aos recentes casos de corrupção que assumiram destaque na mídia espanhola nos últimos anos. Silva (2017) demonstra o papel do escândalo para o aumento da percepção da corrupção. Recentemente, a Espanha teve uma série de escândalos de corrupção (MIRALLES, 1992; LAPUENTE, 2016), que colocaram em xeque, principalmente, o PP⁹⁰ e, em alguns casos, o PSOE.

Lapuente (2016) ressalta que, nos primeiros anos do atual período democrático espanhol, não se houve casos de corrupção. Entretanto, após 1995, uma série de escândalos, principalmente envolvendo o mercado imobiliário, assumiu papel de destaque na mídia e nos debates entre os eleitores.

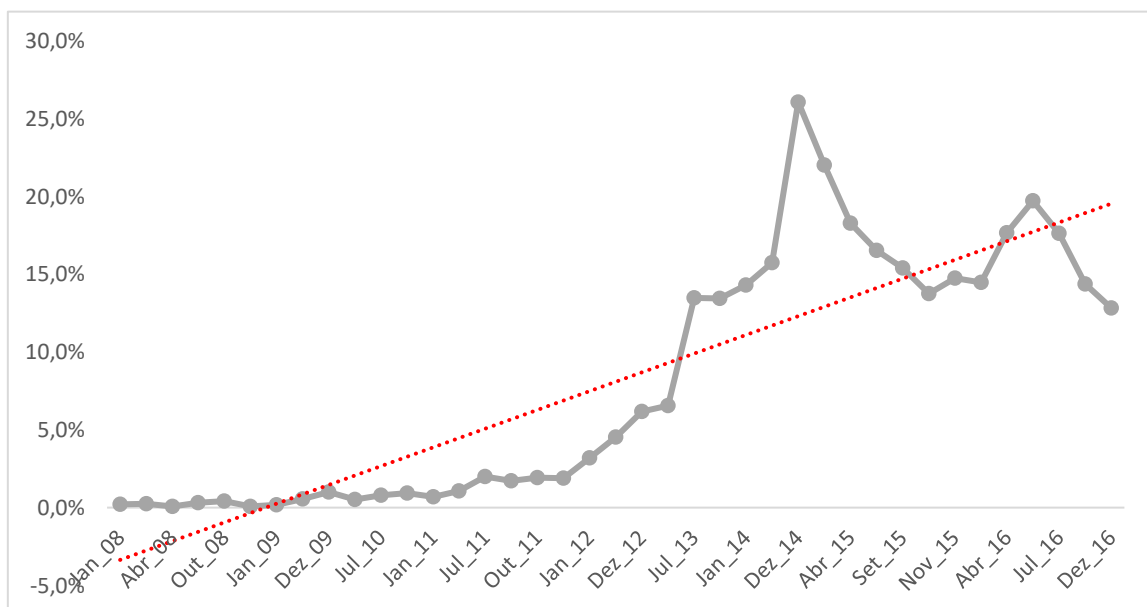
O Gráfico⁹¹ a seguir deixa claro como esse assunto vem assumindo relevância para a discussão política espanhola. Enquanto, anteriormente, a corrupção era residualmente citada como o principal problema da Espanha, com o passar do tempo, ela passou a ser citada como uma das principais preocupações dos entrevistados.

⁸⁹ Para maiores detalhamentos sobre percepção da corrupção, consultar Fraiha (2016).

⁹⁰ O PP implicou 68 casos de corrupção nos últimos 30 anos.

⁹¹ Pergunta: “ahora voy a leerle una lista de temas que preocupan hoy a la gente. Me gustaría que me dijese, ¿cuál es el que le preocupa a Ud. en primer lugar? ¿Y en segundo lugar? ¿Y en tercer lugar?”

Gráfico 17: corrupção principal problema (%)



Fonte: CIS

Todavia, Jiménez e Caínzos (2004) ressaltam como a disponibilidade de informação sobre os escândalos de corrupção são necessários para que haja punição dos políticos nas urnas. Lapuente destaca que, no caso espanhol, os eleitores são sensíveis à corrupção, contudo, o castigo eleitoral é modesto até a eleição de 2017, dado o baixo impacto da divulgação destes na mídia.

Tabela 18⁹²: a Espanha possui mais ou menos caso de corrupção que outros países da Europa? (%)

mais casos de corrupção	45,5
mais ou menos igual	32,2
menos casos de corrupção	5,1
NS/NR	17,2

Fonte: CIS

Como podemos observar na Tabela 15, os executores vinculados ao mundo político são os que possuem a imagem de mais corruptos, com destaque para

⁹² Pergunta: “¿y cree Ud. que en España existen más o menos casos de corrupción que en otros países de Europa?”.

os políticos. Segundo a grande maioria dos entrevistados (86,6%), no âmbito da política, a corrupção é muito ou bastante difundida.

Tabela 19⁹³: difusão da corrupção

	Muito e bastante difundida	Media difusão	Nada ou não existe	NS/NR
Forças de segurança	34,7	47,2	8,8	9,3
Justiça	46,9	40	4,8	8,3
Políticos	86,6	10,7	0,5	2,2
Autoridades que outorgam contratos públicos	75,9	16,8	1,4	5,9
Inspetores (de saúde, urbanismo, etc.)	47,7	33,5	4,6	14,2
Autoridades que concedem licenças de obras	76,5	16,3	1	6,4
Os trabalhadores da administração pública	22,6	49	18,7	9,7

Fonte: CIS, 2012

Temos de destacar dois pontos importantes para este trabalho ao final desse subitem: (i) como a desconfiança é muito forte sobre todo o sistema; (ii) como a percepção sobre a corrupção está na base do descredito sobre os agentes políticos. Esses dois indicadores aparecerão com maior força, do que anteriormente, na eleição estudada nesta tese e permearão o cerne da discussão do surgimento de PODEMOS e Ciudadanos. Os dois partidos pautam sua atuação como uma forma de mudar esse cenário e são, em grande parte, incentivados pela exposição maior aos escândalos de corrupção. Principalmente, o C's pauta muito da sua atuação ao combate à corrupção. E, ao defender um Estado menor, mais liberal, acreditam que os agentes públicos (fiscais, inspetores, políticos) tivessem menos espaço para que estes possam ter a oportunidade de serem corruptos.

⁹³ Pregunta: “me gustaría que me dijera si cree que la corrupción está muy extendida, bastante, poco o nada extendida en/entre...”.

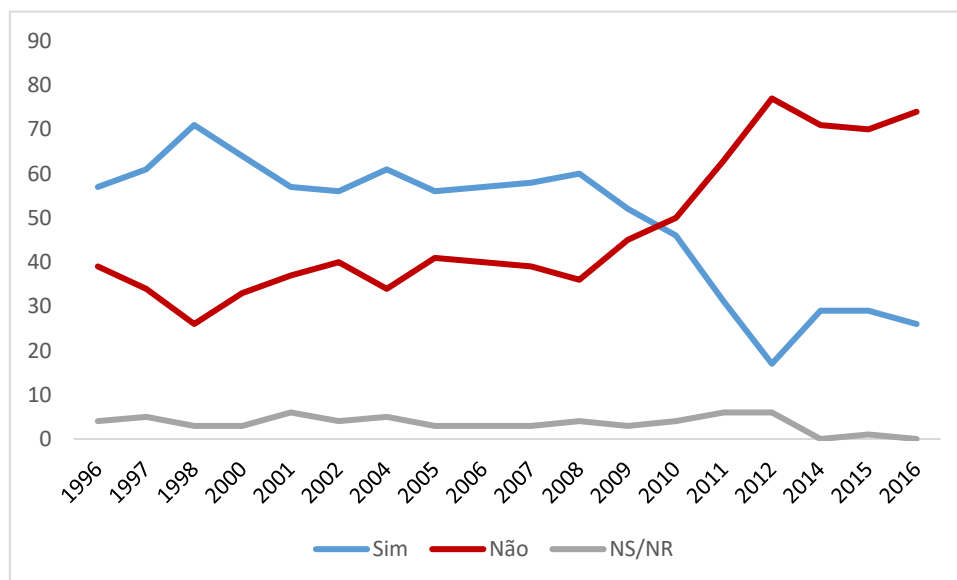
Se olhássemos, apenas, para esse dado, afirmaríamos que a Espanha estaria em processo de *desafección política*, em todo esse período democrático. O que é corroborado por Torcal (2016), que afirma que está possui índices de *desafección* altos em todo o atual período democrático. Mas, o grande sinal de mudança profunda se dá no aumento do descontento. Por isso, a seguir, apresentaremos os indicadores de descontento da sociedade espanhola para com o sistema político.

4.1.2. Descontento político

Como o descontento é a expressão de descrença para com todo o mundo da política, principalmente por estes não sentirem que os seus desejos estão sendo contemplados. Os indicadores, para a mensuração do descontentamento, estão fundamentados na crença de que a atuação dos governantes não está de acordo com os desejos ou anseios da sociedade. Quando os representantes não se vêm representados no sistema político, temos a principal crítica não somente ao sistema representativo, mas sim a todo o sistema democrático moderno.

Nos últimos anos, observa-se um aumento da insatisfação do cidadão espanhol com o funcionamento da democracia. No Gráfico 18, observa-se que não se tem mais aceitação tão forte a respeito do funcionamento da democracia.

Gráfico 18: satisfação com o funcionamento da Democracia



Fonte: Metroscópia.

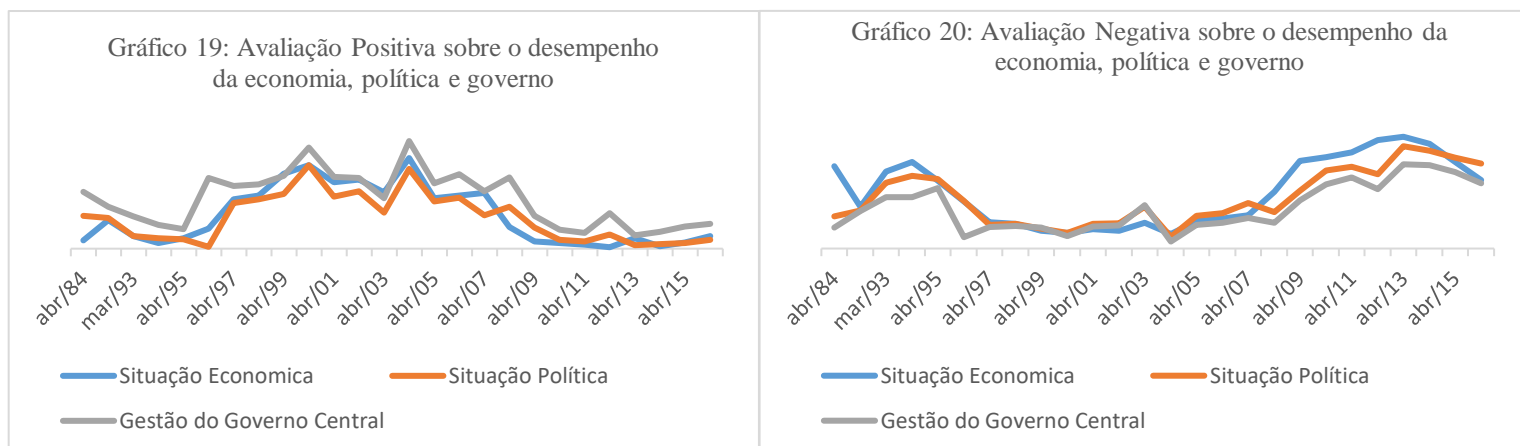
Como se observa, o ano em que temos o descontentamento com o funcionamento ultrapassando a aprovação é o ano de 2010. Essa mudança guarda relação com o que foi apontado por Przeworski (2010). Para ele aderir à democracia não é referendar que esta constitui o melhor sistema para reduzir as desigualdades sociais. A insatisfação com a política põe em risco a democracia como a conhecemos. No caso espanhol, temos uma série de informações para analisarmos o peso do descontento político.

Os outros indicadores de descontento político são a análise da conjuntura política e econômica (MONTERO, GUNTHER e TORCAL, 1998; TORCAL, 2003; 2006). Os gráficos 12⁹⁴ e 13 apresentam a avaliação que a população espanhola faz sobre a situação política, economia e da gestão do governo central.

⁹⁴ Perguntas: Economía - “Para empezar, refiriéndonos a la situación económica general de España, ¿cómo la calificaría Ud.: muy buena, buena, regular, mala o muy mala?”

Política - “Y refiriéndonos ahora a la situación política general de España, ¿cómo la calificaría Ud.: muy buena, buena, regular, mala o muy mala?”

Gobierno - “En su conjunto, ¿cómo calificaría Ud. la gestión que está haciendo el Gobierno del PSOE: muy buena, buena, regular, mala o muy mala?”



Como podemos observar, há grande correlação entre a avaliação que a população dá aos três entes do sistema, seja ela positiva ou negativa. Ou seja, quando a população avalia os indicadores em um determinado sentido, há tendência de convergência dos outros indicadores. Todavia, destaca-se que a maioria dos entrevistados acredita que a situação política, econômica e, por consequência, o desempenho da ação do Governo decaiu ao decorrer do tempo, o que denota o aumento do descontentamento com todo o sistema.

Observa-se, ao final desta análise, que o descontento é crescente na sociedade espanhola, e este assume papel importante para o movimento de mudança que tem início no 15M e tem o seu auge no pleito de dezembro de 2015. O descontento é um fator comportamental importante para a emergência dos dois novos partidos e leva, em seu corolário, a mudança no sistema vigente.

4.2. Novas ofertas no sistema: *Ciudadanos* e *Podemos*

Os estudos contemporâneos revelam que o comportamento dos eleitores varia de acordo com os termos da escolha eleitoral. Por exemplo, os cidadãos votam em diferentes partidos em eleições presidenciais, legislativas e municipais,

sugerindo que as decisões de voto levam em conta a percepção do que está em jogo numa eleição específica, e não são decorrentes das características socioeconômicas e culturais dos eleitores (Gunther et al., 2016). Assim, também, as decisões do eleitorado parecem ser suscetíveis às questões levantadas durante as campanhas políticas. Os resultados da votação variam significativamente, até mesmo em períodos curtos de tempo, conforme a ênfase atribuída às questões no transcorrer das campanhas. Os eleitores parecem *responder* (aos termos específicos que os políticos propõem em cada eleição), mais do que *expressar* (suas identidades sociais ou culturais). Desse ponto de vista, a situação atual representa afastamento do processo de formação das preferências políticas na democracia de partido. Atualmente, predomina a dimensão reativa do voto. (MANIN, 1995).

Os cidadãos não se conformam com a representação de interesses e a participação eleitoral que os partidos propiciam (em seu aspecto institucional), mas demandam (tanto fora como dentro dos partidos) outras vias e âmbitos para a representação e participação política (Oñate, *no prelo*). Essa tensão em relação às formas de representação e a legitimidade do poder constitui um problema moderno. No Estado Moderno, o poder político está na cúpula de um sistema complexo de aparatos, distante da vida comum. O afastamento político das exigências e demandas imediatas dos eleitores é inevitável também devido aos prazos que regem a implantação de grandes decisões e reformas, de modo que os eleitores sempre assistem a promessas e expectativas que nunca se cumprem (QUIRÓS, 2012). A percepção que se tem é de rompimento dos vínculos entre representantes. Ramiro e Morales (2010) aquiescem que os partidos espanhóis, cada vez mais, se distanciam da sociedade e se aproximam

de uma representação do Estado. Ou seja, os partidos estão mais próximos de um modelo cartel (MAIR, 1995).

O vácuo proporcionado por essa crise de “*descontento* política” (TORCAL, 2003) levou a sociedade ao perceber os partidos cada vez mais como iguais entre si e não sabendo os diferenciar. Os partidos continuam tendo importância para os eleitores, mas eles não conseguem saciar as demandas que lhe são impostas. Com isso abre-se a oportunidade de surgimento de novas frentes desafiantes aos tradicionais partidos políticos.

Como este trabalho foca sua análise no processo que possibilitou a emergência de novas forças partidárias que mudaram a dinâmica bipartidária que era a presente no sistema político-partidário espanhol, faz-se necessário apresentar os partidos políticos focos deste estudo. O capítulo enfoca os dois partidos que se organizam de forma nacionalizada e pautam a quebra da dinâmica bipartidária, PODEMOS e *Ciudadanos (C's)*.

O sistema político-partidário espanhol era considerado bastante institucionalizado. Todavia, as suas variações regionais conferem ao sistema características únicas e plurais (DELGADO, 2001). A Espanha possui, em seu sistema partidário bastante vasto, cada vez mais partidos que apresentam candidaturas nas eleições para as *Cortes Generales*⁹⁵. Entretanto, poucos partidos conseguem se organizar de forma nacionalizada e com sucesso eleitoral. O sistema político espanhol possibilita a candidatura de agremiações partidárias que representem as suas regiões autônomicas e causas, com

⁹⁵ Nas eleições de 2015 foram 55 agremiações na disputa eleitoral.

existência de partidos que se assemelham a ONG's. Todavia, para o trabalho que vamos desenvolver, centramos nossos esforços nos dois partidos que se organizam de forma a disputarem votos em todo o país, e são responsáveis por romper a dinâmica bipartidária (CAAMAÑO, 2016).

Deve-se fazer um destaque inicial quanto à clivagem que guia essa dissolução do sistema até hora vigente, a clivagem que tem se destacado e que será de ponto de comparação neste trabalho, a existência de partidos novos e partidos velhos. A respeito dos partidos velhos, remetemo-nos às formações políticas que possuem origem antes do período de redemocratização e perpassaram todo o período atual a democracia — PSOE e PP —; e, partidos novos, às novas siglas que surgiram recentemente na Espanha – PODEMOS e C's.

Como já destacado, o sistema partidário espanhol possui diversas formações políticas com as mais diferentes inclinações. Todavia, para este trabalho, estamos centrando nas siglas que possuem organização nacionalizada, o que leva a trabalhar a clivagem centro/periferia de forma secundária. Quanto às outras duas clivagens centrais presentes no jogo, trabalharemos com dois partidos em cada uma destas, a saber: esquerda/direita⁹⁶ — dois partidos de esquerda (PSOE e PODEMOS) e dois partidos de direita (PP e C's); velhos/novos — dois partidos velhos (PSOE e PP) e dois partidos novos (C's e PODEMOS). Apresentaremos os partidos por ordem de fundação.

O relato a seguir pode ser considerado um pouco extenso, mas acreditamos ser necessário para uma tese defendida no Brasil. Exibiremos as suas origens, o

⁹⁶ Neste ponto do trabalho, estamos utilizando a distribuição da escala em três pontos (esquerda-centro-direita). Mas, uma discussão que teremos durante o trabalho é sobre o posicionamento de cada partido na escala de forma contínua e com maior número de pontos.

seu percurso e a sua atual configuração. As características levantadas no subitem a seguir poderão nos fornecer grandes enfoques de análise para a tese que desenvolvemos. Méndez e Santamaría (2001) já destacam a relevância de se estudar a origem e o percurso dos partidos políticos, de forma a compreender como eles se estruturam e relacionam com a sociedade na contemporaneidade. Esta elucidação é importante, pois permite explicar os fatores que possibilitam a emergência das novas forças partidárias e como estas refletem nas agremiações vigentes.

Apenas um último destaque deve ser feito, PODEMOS e Ciudadanos são considerados partidos novos de fato ao sistema. Essa afirmação pode ser feita, pois, como discutido pela literatura (Harmels, 1985; Mair, 1999), partidos são caracterizados como novos no sistema, quando não são oriundos de fusões ou de rupturas de partidos já existentes no sistema. Os dois casos estudados neste trabalho possuem lideranças que já pertenceram aos partidos tradicionais do sistema espanhol. Todavia, a sua consolidação como partido político e seus anseios não são baseados em fusão ou ruptura de partes desses partidos, mas sim a expressão de novas demandas.

4.2.1. Ciudadanos – Partido de la Ciudadanía (C's)

O *Partido de la Ciudadanía (C's)* é um partido que tem sua origem na Catalunha, mas que já foi forjado com a intenção de ser um partido com ambição nacional. O partido guarda a sua origem do incomodo de uma série de intelectuais catalães⁹⁷ que não se viam representados pelos partidos existentes. Ao mesmo

⁹⁷ Félix de Azúa, Albert Boadella, Francesc de Carreras, Arcadi Espada, Teresa Giménez Barbat, Ana Nuño, Félix Ovejero, Félix Pérez Romera, Xavier Pericay, Ponç Puigdevall, José Vicente Rodríguez Mora, Ferran Toutain, Carlos Trías, Ivan Tubau y Horacio Vázquez Rial.

tempo que se se sentiam aprisionados pela exigência, de sua região autônoma, de serem defensores da independência (ELLAKURIA e ALBERT DE PACO, 2015).

Os 15 intelectuais que deram início ao partido apresentaram, no dia 7 de junho de 2005, um primeiro manifesto em que a sociedade levantou a necessidade de criar novo partido político focado em resolver os problemas reais dos cidadãos. Um partido com origem na Catalunha, mas que não se prendesse à necessidade de lutar pelo “nacionalismo forçado” de sua região. Para organizar as discussões políticas empreendidas pelo grupo e dialogar com a sociedade, foi criada a *Ciutadans Plataforma Cívica da Catalunha*. Uma página virtual que servia de ponto de encontro para os embrionários do partido.

No dia 04 de março de 2006, foi apresentado o segundo Manifesto dos Cidadãos no Teatro Tivoli em Barcelona, em que se verificou o apoio social às ideias iniciadas na discussão. O manifesto defendia que um partido deveria lutar pelas melhorias na cidadania, pela liberdade e igualdade, o secularismo, o bilinguismo e a Constituição. O mesmo manifesto foi posteriormente apresentado no Teatro Reina Victoria em Madrid, no dia 9 de maio de 2016. Durante o referendo para a aprovação do Estatuto da Catalunha, junho de 2006, alguns dos líderes da organização foram agredidos por manifestantes independentistas.

O Congresso fundacional do partido se realizou em Belaterra, nos dias 8 e 9 de junho de 2006. Com a participação de 350 delegados, com representação de todos os distritos do país. Nesse congresso foram elaborados os estatutos e a organização de todo o partido. Como nenhum dos 15 intelectuais que deram origem ao manifesto que viria a dar origem ao partido, se apresentou a eleição

de secretário geral. A responsabilidade foi colocada a um advogado de 26 anos, que era próximo a Francesc de Carreras Serra. Alberto Carlos Rivera Díaz assumiu a secretaria do geral e a presidência do conselho do partido. O programa de políticas sociais da agremiação reside mais na esteira dos partidos socialdemocratas europeus, embora a área econômica defenda medidas liberais que teriam lugar como o centro-direita. Essa diferença possibilita o partido se colocar ao centro do espectro ideológico. Todavia, os analistas o colocam como um partido de centro-direita. O que abre críticas de seus opositores de o compararem a um “filho” do PP, “neodireita”.

O primeiro teste eleitoral do *Ciudadanos* foi a eleição para o Parlamento Catalão. O lançamento da candidatura aconteceu no dia 16 de setembro de 2006 e apresentou o icônico cartaz com Alberto Rivera nú. Com base em um posicionamento de se colocaram acima da direita e da esquerda, em defesa da constituição e do progresso, “despido” de interesses partidários e sim a favor das pessoas, da liberdade e da vontade de defender apenas o interesse dos cidadãos. O partido alcançou, na eleição de 1º de novembro de 2006, um total de 89.840 votos, elegendo três deputados⁹⁸.

⁹⁸ Albert Rivera, José Domingo e Antonio Robles.

Figura 1: campanha *Ciudadanos* 2006



“Sólo nos importan
las personas”

Albert Rivera,
candidato de Ciutadans
al Parlament de Catalunya

No nos importa dónde naciste.
No nos importa la lengua que hablas.
No nos importa qué ropa vistes.

Nos importas **tú**

A segunda tentativa do partido na disputa eleitoral aconteceu durante as eleições municipais de 2007, já que essa era a primeira vez que o partido concorreria para além das fronteiras da Catalunha. Com candidatos em vários municípios catalães e apenas em Salamanca e Alicante fora da Região Autônoma. O partido conseguiu eleger 13 *concejales* na Catalunha, número superior às suas projeções.

Entre os dias 30 de junho e 1º de julho de 2007, foi realizado o II Congresso do partido. Neste estabeleceu-se que as definições das listas eleitorais se dariam por forma de primarias internas e a escolha do Comitê Executivo por listas abertas. O segundo ponto foi a redefinição do ideário do partido. Com base na

proposta de Francesc de Carreras, foi decidido que o partido centraria sua atuação em quatro princípios: (i) a defesa dos direitos individuais, (ii) a defesa dos direitos sociais e do estado de bem-estar, (iii) a defesa do Estado das autonomias com "um modelo que é constitucionalmente perto não fique nas mãos dos nacionalistas", e finalmente, (iv) a defesa tecnocracia e a regeneração Democrática. Outro ponto central do Congresso foi o da inclusão da frase "*el vacío de representación que existía en el espacio electoral de centroizquierda no nacionalista*", no programa de fundação do partido. Fato que levou a muitos filiados do partido que eram mais à direita saíram do partido.

O partido se apresentaria em 2008 para o seu primeiro teste a eleições nacionais. Com uma sinalização clara de que era um partido com origem catalã, mas que rompeu as suas fronteiras, o partido apresentou candidatura nas 52 circunscrições eleitorais espanholas. Todavia, alcançou, apenas, 45.750 votos (0,18% do total), o que não lhe conferiu nenhuma cadeira no Congreso de Los Diputados. Em 2009, nas eleições para o Parlamento, o partido alcançou um total de 22.903 votos (0,14%) e nenhuma cadeira. Para as eleições catalãs, que ocorreram em 28 de novembro de 2010, Alberto Rivera foi escolhido pelas primarias como o candidato a *Presidencia de la Generalidad*. Com um discurso de que a Catalunha são várias e não somente a independentista, o partido alcançou um total de 106 142 votos (3,4 %) e manteve as suas três cadeiras no parlamento. Essa é considerada a eleição que deu mais corpo ao partido. O sucesso se repetiu nas eleições Catalãs de 25 de novembro de 2012, em que se obtiveram 274.925 votos (7,58 %) e nove deputados.

A eleição para o Parlamento em 2014 marcou a entrada do partido com maior presença para fora da região catalã. Com um total de 497.146 votos (3,16%) em toda a Espanha, dos quais 157.948 votos (6,28%, a sexta força política) vieram da Catalunha e 106.807 votos (4,81%, a sexta força política) da Comunidade de Madrid, o partido obteve 2 cadeiras. O ano de 2014 também marcou o início da expansão do partido. Devido a alianças com vários pequenos partidos⁹⁹, que posteriormente vieram a se fundir ao C's. Em 2015 mais uma série de partidos¹⁰⁰ e egressos dos partidos mais tradicionais também se uniram ao Ciudadanos, dando a ele mais corpo e máquina para a disputa das eleições de 2015.

O ano de 2015 marcou a efetiva formalização do Ciudadanos como um partido de grande presença em todo o território nacional e um ator pivotal no jogo político. Nas eleições para o Parlamento da Andalucía, essa região foi a 4ª força mais votada e obteve 9 cadeiras no parlamento. As eleições que se seguiram alcançaram um total de 59 deputados¹⁰¹ nos parlamentos locais e, em 27 de setembro, foi elegida a 2ª força da Catalunha com um total de 734.910 (17,93%) e 25 cadeiras.

⁹⁹ Centro Democrático Liberal, Unión del Pueblo Salmantino, Partido Regionalista de Castilla y León, Ciudadanos Independientes de Sanlúcar, Ciudadanos por San Fernando, Ciudadanos de Tiernes, Alternativa Independiente Sanroqueña, Unión Popular de Boiro, Ciudadanos por Alhama, Unión de Centro Liberal, Unión de Ciudadanos Independientes de Toledo, Partido para la Regeneración Democrática, Unión del Pueblo Extremeño e Loreños Independientes

¹⁰⁰ Ciudadanos Portuenses, Plataforma del Pueblo Soriano, Ciudadanos de Santa Cruz, Plataforma de Vecinos Amb Trellet de Gilet, Unión do Pobo Ribadense, Alternativa Independent per L'Alocra, Unión Popular de Alboraya, Gobierno del Pueblo (GOPU), Iniciativa por el Desarrollo de Soria, Canviem Santa Pola, Grup Independent del Masnou, Civiqus, Grupo Independiente Oropesino e la Plataforma Encuentro.

¹⁰¹ 5 na Corte de Aragón; 3 na Junta General del Principado de Asturias; 2 no Parlamento de las Islas Baleares; 2 no Parlamento de Cantabria; 5 na Cortes de Castilla y León; 1 na Asamblea de Ceuta; 1 na Asamblea de Extremadura; 17 na Asamblea de Madrid; 2 na Asamblea de Melilla; 4 na Asamblea Regional de Murcia; 4 no Parlamento de La Rioja; e 13 na Cortes Valencianas.

4.2.1.1. *Estrutura e ideologia*

Estrutura organizativa do Ciudadanos foi definida em seu segundo Congresso, realizado em junho de 2007. A organização central do partido é composta pelo Presidente, um secretário-geral, o Conselho Geral (responsável pelas decisões políticas nos momentos fora da Assembleia Geral, composto 125 membros eleitos durante a Assembleia Geral, via lista aberta), um Comitê Executivo (responsável pela administração do partido, composto por no mínimo vinte e máximo de quarenta membros), o Comitê Permanente (responsável por gerir e coordenar as atividades do partido, composto por quinze membros escolhidos pelo presidente do partido), e, a Assembleia Geral, que é o órgão decisório maior do partido, com votação de todos os filiados.

Alberto Rivera, presidente do C's possui um grande poder dentro do partido, desde que foi nomeado presidente em 2007. O líder vale-se, também, de sua boa avaliação frente à opinião pública¹⁰² e suas habilidades de oratória para ser o representante máximo do partido.

Pensando no posicionamento ideológico do partido, observa-se que, nos documentos elaborados após o seu segundo Congresso, quando ainda o partido concentrava-se apenas na região catalã, o partido se identificava como um partido de "centro-izquierda no nacionalista". Essa posição dialoga com os outros atores que o partido enfrentava dentro da região autônoma, principalmente o Convergència i Unió (CiU) e a Esquerra Republicana de Catalunya (ERC), que

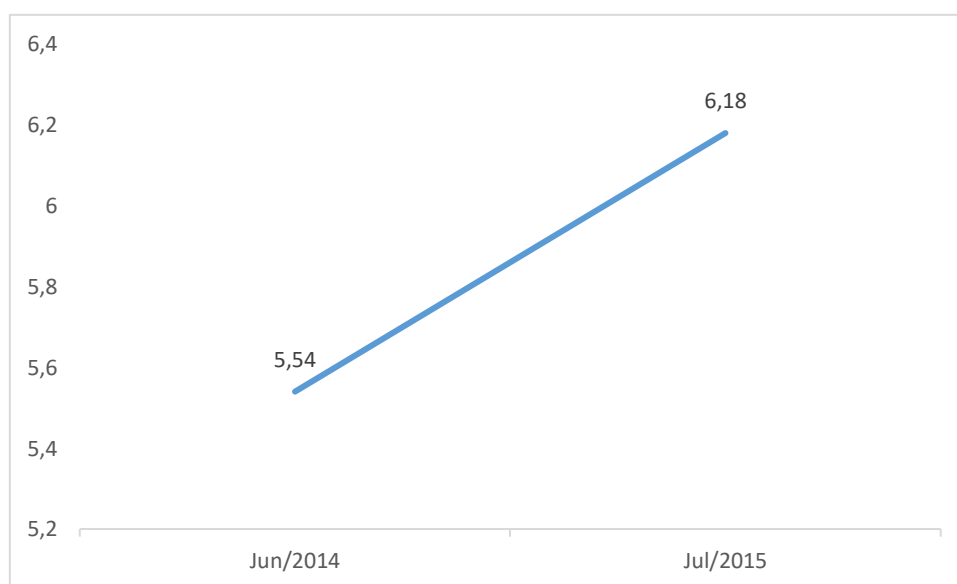
¹⁰² Na pesquisa do CIS de outubro de 2015, a nota média (a escala varia de 0 a 10 pontos) dos principais líderes políticos era a seguinte: Alberto Rivera – 4,98; Pablo Iglesias – 3,87; Pedro Sanchez – 3,84; e, Mariano Rajoy – 3,42.

eram partidos de direita e de esquerda, respectivamente, e com grande viés nacionalista.

Todavía, quando o partido adentra a disputa nacional, ele é visto por Oriol Bartomeus, profesor de Ciencia Política de la Universidad Autónoma de Barcelona, com um posicionamiento ambivalente: “ciudadanos es un partido próximo a la derecha por lo que respecta a la economía (liberalismo, cercanía con el mundo empresarial), pero cercano a la izquierda en los valores (aborto, matrimonios del mismo sexo)”¹⁰³.

Quando observamos como os eleitores classificam o partido, nota-se que ele é parte uma posição de centro (5,54) em junho de 2014, para uma posição de centro-direita (6,18) em julho de 2015, como podemos observar nos dados de pesquisas do CIS.

Gráfico 21: classificação Ideológica *Ciudadanos* (escala 1 a 10)



Fonte: CIS

¹⁰³ Disponível em: <<https://www.abc.es/espana/20150313/abci-ambiguedad-albert-rivera-ciudadanos-201503120923.html>>.

Porém, o partido se define como constitucionalista, pós-nacionalista, liberal e progressista. Defendendo temas ligados à transparência e ao combate à corrupção política e administrativa, uma forma de gestão do Estado com viés mais empresarial e eficiente, o que melhoraria os serviços públicos e combateria a corrupção.

En Ciudadanos creemos que recuperar y mantener la confianza del sistema democrático exige su permanente regeneración. Para ello, es condición esencial la efectiva división de poderes. Así mismo, un sistema electoral más moderno y más justo, la transparencia y la democracia interna en los partidos políticos, y la libertad de expresión en los medios de comunicación, resultan indispensables en una democracia de calidad. (Ciudadanos, 2017).

No próximo capítulo, iremos nos debruçar sobre a eleição de 2015 e explicar como um partido, durante 9 anos, conseguiu sair de uma plataforma virtual para a quarta força política da Espanha. O Ciudadanos, que obteve na eleição geral de 2008 0,18% dos votos e nenhuma cadeira para Congresso dos deputados, chega a 2015 com 13,9% dos votos e 40 cadeiras. Qual é o eleitor que se identifica e explica a emergência dessa força que ajuda a romper a dinâmica bipartidária que governava a Espanha.

4.2.2. *PODEMOS*

Podemos nasce da junção de dois processos que se somam — a crise econômica e a crise da representação. A crise econômica, iniciada em 2008, foi uma das mais longas e profundas da Espanha¹⁰⁴. O que gerou alto percentual de desempregados, aumento da pobreza, aumento da sensação de insegurança financeira e da falta de esperança de retorno do crescimento. Já a segunda crise,

¹⁰⁴ Crise que afetou muitos dos países chamados pejorativamente de PIIGS – Portugal, Irlanda, Itália, Grécia e Espanha. Nesses países grande parte da população ficou desempregada, perderam suas moradias, além de verem os sistemas de saúde serem desmontados em busca da recuperação financeira.

que teve seu despertar no 15M, apresentou que os partidos tradicionais e a forma como a representação estava acontecendo não conseguiam mais canalizar os anseios da sociedade para dentro do sistema político (FERNÁNDEZ-ALBERTOS, 2015).

O PODEMOS tem a sua origem ligada à série de movimentos sociais denominados 15M. O 15M foi constituído com base em uma série de movimentos sociais que se articularam via internet desde a aprovação das reformas trabalhistas de 2010¹⁰⁵. A partir de fevereiro¹⁰⁶ de 2011, articulam uma série de grupos locais que tentam despertar na população o interesse por participar de protestos apartidário contra o bipartidarismo PPSOE e em busca de uma “democracia mais participativa”. No dia 15 de maio de 2011, milhares de pessoas se reuniram na *Puerta del Sol* — Madri, e com cartazes como “No somos marionetas en manos de políticos y banqueros” ou “Democracia real ¡YA! No somos mercancía en manos de políticos y banqueros”, realizaram um protesto que depois deixaram reflexos em outros movimentos iguais pelo mundo como o “Occupy Wall Street”.

A principal força do partido é a sua vinculação com a indignação de jovens espanhóis que são os mais afetados pelo desemprego, pela precarização das universidades e pela exclusão social, ou seja, são os mais afetados pelas medidas de “austeridades” adotadas para reverter a crise econômica (BRAGA,

¹⁰⁵ Pagina no Facebook, “Yo soy un joven español que quiere luchar por su Futuro, que depois migrou para o blog www.juventudenaccion.info devido ao frande número de participantes.

¹⁰⁶ No dia 20 de Febrero de 2011, é criado no Facebook um grupo denominado “*Plataforma de coordinación de grupos pro-movilización ciudadana*”, que tem como objetivo a organização e coordenação da manifestação, bem como a redação de um manifesto. Esse grupo depois se transformou em um site denominado “*Democracia Real Ya*” que apresenta o manifesto do movimento e convocou a manifestação do dia 15 de Maio de 2011.

2014). Para demonstrar um pouco das reivindicações do movimento, apresentamos alguns dos cartazes elaborados.

Figura 2 – alguns cartazes criados no 15-M



Fonte: Pereira (2015).

Após esse grande ato, outros menores seguiram por toda a Espanha e os grupos locais de discussão continuaram ativos em suas regiões. Desse Movimento a *posteriori*, nasceram novos partidos políticos — Partido X e PODEMOS — que ajudaram a configurar o atual cenário político espanhol. Essa série de manifestações dialoga com um sentimento de não pertencimento aos partidos e de desvinculação entre sociedade e mundo institucional que é expresso em muitas maneiras diferentes, e sobre diferentes dimensões do complexo fenômeno da representação. Segundo um dos líderes do PODEMOS (IGLESIAS, 2015), o podemos é a melhor expressão política para os anseios da sociedade apresentados durante o 15M.

Ao final de semana de 12 e 13 de janeiro de 2014, foi apresentado, no jornal Público, o manifesto “*Mover ficha: convertir la indignación en cambio político*”¹⁰⁷, assinado por 30 intelectuais, estudantes, personalidades do meio cultural e ativistas ambientais, e sindicais¹⁰⁸. Esse manifesto tinha como intuito mostrar candidatura de esquerda para a eleição do Parlamento Europeu que ocorreria em maio de 2014. No dia 14 de janeiro, houve reunião, que ocorreu no *Teatro del Bairro* (Madrid). Esse primeiro lançamento de candidatura não foi por um partido, mas sim por “uma coalizão de forças para uma candidatura popular”. Pablo Iglesias, professor em ciência política, foi escolhido para ser o cabeça de chapa para a candidatura que se somava também o movimento *Juventud sin Futuro* e o partido *Izquierda Anticapitalista*.

O partido sempre valorizou a relação com os meios de comunicação, sabendo explorar as ferramentas que lhes eram dadas para as disputas. A fala de Pablo Iglesias e Iñigo Errejón, em 2010, deixava clara a necessidade de serem desenvolvidas ferramentas de comunicação efetivas e palatáveis para a sociedade, de forma que os seus posicionamentos ideológicos fossem capazes de funcionar no meio audiovisual.

¹⁰⁷ Disponível em: < <http://tratarde.org/wp-content/uploads/2014/01/Manifiesto-Mover-Ficha-enero-de-2014.pdf>>.

¹⁰⁸ Juan Carlos Monedero (professor CC. Política UCM); Alberto San Juan (actor); Marta Sibina (editora de da revista *Café amb Llet*); Santiago Alba Rico (Escritor); Cándido González Carnero (sindicalista, Asturias); Jaume Asens (advogado); Albano Dante-Fachin (editor da revista *Café amb Llet*); Jorge Riechmann (poeta, ativista ecologista); Jaime Pastor (professor CC. Políticas UNED); Cecilia Salazar-Alonso (ativista da Marea Verde-Madrid); Teresa Rodríguez (professora de secundária, delegada sindical y parte de Marea Verde Andalucía); Francisca Camacho (delegada sindical); Laura Mingorance (estudante da Universidad de Cádiz y parte da Asociación Estudiantil Contra la Precariedad); Jesús Jaén (ativista de la Marea Blanca-Madrid); Carmen San José (ativista de la Marea Blanca-Madrid); Javier Cordón (ativista de la Marea Blanca-Madrid); Sixto Casado (sindicalista ferroviário); Antón Gómez Reino-Varela (ativista social, Galiza); Jorge Moruno (sociólogo); Elena Maeso (Oficina Precária, Madrid); Isabel Serra (ativista social, Madrid); Tristán Meyer (La Tuerka); Bibiana Medialdea (profesora de economía de la UCM); Olga Abasolo (socióloga); Raimundo Viejo Viñas (professor de Ciências Políticas da UdG); Germán Cano (professor de Filosofía de la U. de Alcalá); Rita Maestre (estudante); Alejandro García (delegado sindical en McDonalds, Granada).

En sociedades tan mediatizadas como las nuestras lo fundamental de toda iniciativa política que aspire a cierto éxito es su capacidad de comunicar a partir del manejo de códigos simbólicos y golpes de efecto. El estilo hipermediático de líderes y movimientos tan dispares como Berlusconi, Obama, Chávez, Greenpeace, los colectivos antiglobalización o el Tea Party no es más que una prueba de que participar en la lucha ideológica del siglo XXI obliga a generar productos políticos capaces de funcionar en el medio audiovisual, incluso en condiciones muy adversas, como cuando la práctica totalidad de los medios de comunicación no son afines al actor político que interviene.” (Iglesias e Errejón, 2010)

Soma-se ao uso das redes convencionais de televisão o uso massivo de redes sociais e da internet para as campanhas. Liderados por Iñigo Errejón, um dos líderes políticos e intelectuais¹⁰⁹ do partido, afirma ascensão do Podemos pode ser explicada em partes por um “discurso bem-sucedido e visibilidade midiática” (GÓMEZ; PÉREZ-LANZAC, 2014). O líder acredita que a capacidade de fazer campanhas nas redes foi uma das diferenças para o PODEMOS, já que esta era uma área que os partidos tradicionais não dispunham de experiência e em parte interesse.

Álvaro García e Fonseca Porrás (2015) apresentam modelo de análise do comportamento do Partido PODEMOS. Segundo esses autores, esse novo método tridimensional de realizar marketing é o seguinte: primeiramente, seus componentes fazem um diagnóstico detalhado do problema a ser enfrentado; segundo eles se apresentam uma solução para o problema na qual eles constituem as peças centrais para resolver o problema; e finalmente, eles comunicam a todos os meios de comunicação a solução. Assim, nessa nova

¹⁰⁹ A tese de doutorado de Iñigo Errejón, defendida na Universidad Complutense de Madrid – *La lucha por la hegemonía durante el primer gobierno del MAS en Bolivia (2006-2009): un análisis discursivo* possui muitas ideias defendidas pelo PODEMOS. O trabalho de Errejón versa sobre como forças desafiantes ao discurso neoliberal ganharam poder na América Latina nos últimos anos. A volta da recuperação da soberania nacional é baseada em uma estrutura de oportunidades alavancadas pelo populismo, baseado no estudo de Ernesto Laclau (Iglesias, 2015).

metodologia de Marketing, o partido consegue se colocarem como os únicos que podem resolver os problemas da Espanha, possibilitando assim o seu sucesso eleitoral.

Essa dinâmica do “nós contra eles” está presente nas ferramentas de atuação do populismo. Como destacamos no capítulo anterior, o populismo baseia a sua retórica na construção de um mundo com os que usufruem das benesses que o poder lhes dá e os que bancam esses privilégios. O PODEMOS utiliza dessa dinâmica ao inserir, na imagem dos partidos vigentes, — “a troika” — a visão de inimigos da população que sofreu as perdas com a crise econômica (QUERIDO, 2014).

O registro do partido no Ministério do Interior foi obtido no dia 11 de março de 2014, o que possibilitou ao partido se apresentar às eleições europeias de maio. A lista de candidatura do PODEMOS, para a eleição ao Parlamento Europeu, foi realizada por meio de eleições primárias abertas, em que Pablo Iglesias liderou a listagem. O partido utiliza para a disputa mais uma das ferramentas disponíveis no arsenal populista, o personalismo da campanha. Visando aproveitar a imagem conhecida “do garoto de rabo de cavalo” (IGLESIAS, 2015), o partido formata a sua célula eleitoral não com o logo deste e sim com o rosto do seu líder Pablo Iglesias.

Figura 3 – Cédula do Podemos nas eleições para o Parlamento Europeu



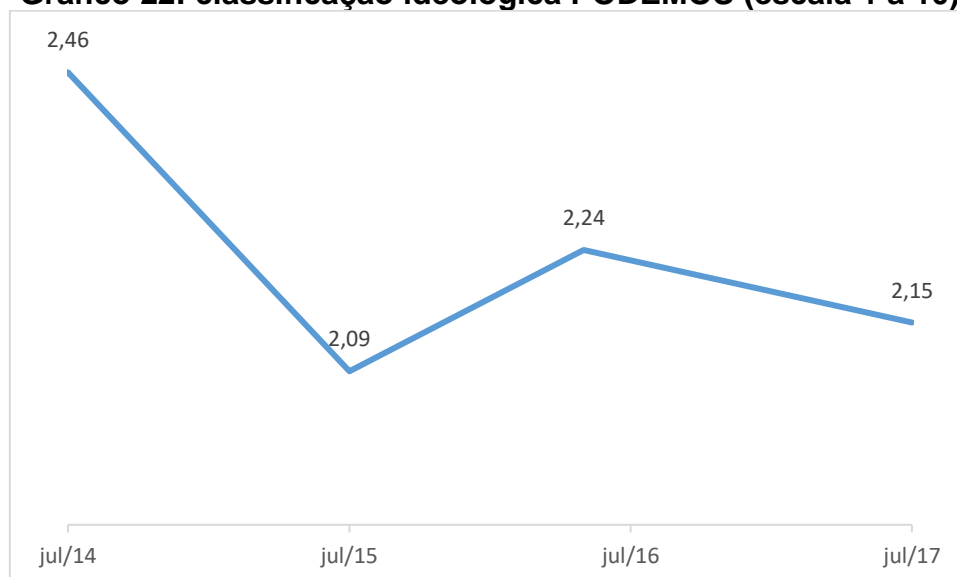
Fonte: Ministerio del Interior, 2015.

O partido alcançou o quarto maior número de votos (7,98%), o que lhe concedeu cinco cadeiras. O resultado foi considerado satisfatório e revelou o potencial do partido para as eleições gerais de dezembro. Os cinco eurodeputados¹¹⁰ do PODEMOS passaram a integrar o grupo da Esquerda Unida Europeia/Esquerda Nórdica Verde, defendendo a maior integração europeia justa, melhorias nos empregos, nas condições educacionais, a diversidade e uma economia baseada em um desenvolvimento sustentável. Além disso, defende que a União Europeia seja uma organização com a participação direta dos cidadãos.

PODEMOS sempre se posicionou como o partido que veio para disputar o campo da esquerda com o PSOE, levando este mais ao centro e se posicionando mais ao extremo da tabula de classificação. Essa imagem sempre foi respaldada pelos eleitores, segundo os dados das pesquisas do CIS, com uma média de 2,23.

¹¹⁰ Pablo Iglesias Turrión, María Teresa Rodríguez-Rubio Vázquez, Carlos Jiménez Villarejo, María Dolores Lola Sánchez Caldentey e Pablo Echenique Robba.

Gráfico 22: classificação ideológica PODEMOS (escala 1 a 10)



Fonte: CIS

O primeiro destaque eleitoral do partido ocorreu nas eleições municipais e regionais do primeiro semestre de 2015, em que o PODEMOS se firmou como a terceira força mais votada da Espanha e conquistou governos importantes como a cidade de Madrid e de Barcelona, com Manuela Carmena e Alda Colau. O que lhe fornece a força necessária para o pleito de dezembro de 2015.

Um destaque já deve ser dado sobre as vitórias do PODEMOS nas cidades. O partido assume grande força nos maiores centros urbanos, o que justifica que partidárias vinculadas ao partido assumam a prefeitura das duas maiores cidades espanholas – Madri e Barcelona. Essa grande presença nas grandes cidades dialoga com a existência de um maior número de jovens e desalentados pela crise política. A outra grande força do partido constitui a presença nas comunidades autonômicas com maiores anseios independentistas — Catalunha, País Basco e Galícia. Essa força se dá pela defesa de uma política que revise os tratados das autonomias, pauta considerada não saciada por parte importante

dos cidadãos destas regiões (CASTELLS, 2018). Eles tomam para si o papel de voz das disputas locais, frente aos outros três partidos que defendem a união.

Em agosto de 2014, quando o partido apareceu, pela primeira vez, nas sondagens eleitorais, ele surgiu com o percentual de 11% de intenções de voto, se mostrando, assim, como a terceira força partidária do país. A entrada de PODEMOS começa a alterar um pouco o cenário político, com um primeiro efeito a queda grande da Izquierda Unida (IU) na intenção de votos.

4.2.2.1. Estrutura e disputas internas

Após o sucesso das eleições europeias, o partido começou a se preparar para as disputas eleitorais que ocorreriam no ano de 2015 (Andalucía, Municipais, Catalunha e Nacionais). O partido alcançou grande sucesso nas redes sociais e já apareceu nas pesquisas do CIS como a segunda força das intenções de voto. Nos dias 17, 18 e 19 de outubro de 2014, houve a *Asamblea ciudadana Sí se puede*¹¹¹, que é a assembleia constituinte do partido.

Antes de detalharmos as disputas realizadas no Congresso do PODEMOS, temos de detalhar quem são os membros do partido e como eles se organizam. Para se envolver com as atividades do PODEMOS, o cidadão necessita ter acesso a uma conta de *e-mail* e se vincular ao partido. Esse(s) vínculo(s) pode(m) ter caráter territorial ou por área.

Son agrupaciones voluntarias y abiertas de personas que convergen interesadas por el cambio sustentado en la democracia y la participación. Existen dos tipos, territoriales, que son de un territorio determinado y sectoriales, de un área programática o categoría profesional. Tienen independencia organizativa siempre que se respeten los documentos aprobados por la asamblea ciudadana. Cualquier persona puede

¹¹¹ Pode-se encontrar com a referência de Vistalegre I.

poner en marcha un círculo y solicitar su validación, no hace falta estar inscrito o ser miembro de Podemos.” (PODEMOS, 2015).

A configuração dos círculos temáticos já reforça a necessidade de atuação midiática do partido, uma vez que se recomenda, a cada círculo, a criação de uma página no Facebook e a constituição de um núcleo de mídia que divulgará as ações e documentos elaborados pelo círculo. Esses círculos foram a base para a organização da Assembleia Cidadã de Madri. Para se inscrever a um cargo da cúpula do partido, o membro deveria ter o aval de um círculo vinculado ao partido e ser submetido a uma primária dentro do círculo.

A estrutura organizacional do PODEMOS possui, em sua cúpula nacional, O Secretário-geral, o conselho cidadão — formado por 62 membros, e uma comissão de Garantias Democráticas — formada por 10 membros. É exigida a paridade de sexo na composição do Conselho cidadão e da Comissão de Garantias.

A disputa sobre a forma de organização do partido marcou essa assembleia. De um lado, a proposta liderada por Pablo Iglesias, Juan Carlos Monedero, Luis Alegre, Iñigo Errejón e Carolina Bescansa, que defendia um modelo de partido mais centralizado, com um secretário geral forte, visando a uma maior eficiência eleitoral. De outro, a proposta liderada pelos eurodeputados Pablo Echenique e Teresa Romero (dois militantes da *Izquierda Anticapitalista*), que defendiam um modelo de partido mais em formato de assembleia com três secretários gerais e alguns cargos eleitos por sorteio (MARTÍNEZ, 2014).

A proposta do grupo de Iglesias saiu vencedora com 81% dos votos. O que, para os críticos do modelo, igualam o PODEMOS às outras forças partidárias, que ele afirmava enfrentar (Martínez, 2014). *A Asamblea ciudadana Sí se*

puede também definiu que o partido deveria centrar seus esforços em cinco linhas políticas: (i) educação; (ii) medidas anticorrupção; (iii) direito a habitação; (iv) direito a saúde pública para todos; e (v) auditoria e reestruturação da dívida pública.

A três semanas das eleições municipais, o PODEMOS passou por uma crise interna importante. Juan Carlos Monedero, professor da Universidad Complutense de Madrid, se demite da terceira posição do partido. Monedero, além de um dos formadores do partido, era um dos principais ideólogos do partido. A sua resignação foi feita devido aos rumos que o partido tomou para preparação para as disputas das eleições municipais. Segundo ele o partido abandonou as suas raízes de movimento e mirava, apenas, a conquista dos votos e dos cargos eletivos, priorizando as manchetes televisivas a consulta dos colaboradores do partido (MANETTO, 2015). Todavia, esse desligamento da direção também tem relação com um escândalo de pagamento de 425 mil euros pelo governo venezuelano a sua empresa. Independentemente do motivo, a saída de um dos principais nomes do partido demonstra que as disputas internas e a tendência a centralização da liderança não transformam o partido em um ente tão unicamente diferente do sistema partidário (SCHERER, 2015).

Para finalizar, devemos fazer alguns apontamentos do programa do partido. O programa do PODEMOS, para a disputa do Parlamento em 2014, foi realizado em três fases: (i) debates e emendas discutidas virtualmente; (ii) emendas dos círculos vinculados ao partido; e, (iii) um referendo *online* para a aprovação.

El programa político de Podemos, elaborado de manera participativa por miles de ciudadanos, ha sido capaz de materializar el anhelo compartido por millones de personas de todo el mundo en un proyecto político concreto: una ruptura con la lógica neoliberal del austericidio y la dictadura de la deuda; un reparto equitativo del trabajo y la riqueza; una democratización de todas las instancias de la vida pública; la defensa de los derechos sociales y los servicios públicos, y el fin de la corrupción y de la impunidad con las que el sueño europeo de igualdad, libertad y fraternidad ha degenerado en la pesadilla de una sociedad injusta, desigual, oligárquica y cínica. (Achcar, et al. 2014)

No entanto esse programa, cidadão, não foi utilizado nos pleitos posteriores, o programa teve seu viés ideológico diminuído, o que o transformou, de forma mais palatável, para a disputa eleitoral. Pontos como a auditoria das dívidas não estão presentes em alguns dos programas eleitorais para as comunidades autonômicas, que tiveram eleições em 2015. A reestatização de empresas privatizadas foi alterada para a não privatização de outras empresas que, ainda, pertençam ao Estado.

Apesar dessas alterações, o programa do partido continua fiel à maior parte de suas bandeiras fundacionais, com a presença de uma força maior do Estado na economia, para combater as injustiças sociais e rever as políticas de austeridade. Defende a moradia para todos os cidadãos, defende a educação pública e universal, defende a utilização de formas de energias renováveis e uma revisão nas políticas implementadas pelas instituições financeiras. No que compete à participação, o partido acredita que, com apenas uma maior democratização das instituições e das decisões, com a regulação dos *lobbies*, os cidadãos poderão ser mais atendidos pelos órgãos de poder (PODEMOS, 2015).

Com esse posicionamento e organização, o PODEMOS conquistou papel de relevância no espectro da esquerda e de todo o sistema, assumindo papel

central no terremoto que balançou e modificou o sistema político-partidário espanhol. Com uma agenda de democratização do Estado social e de direitos (BRAGA, 2014), o partido foi um dos principais responsáveis por contemplar algumas das agendas e parcelas da população que estava alijada do jogo político. Os líderes do partido realizaram análise do mercado político, principalmente com foco nos eleitores jovens, com sentimento de descontentamento das instituições vigentes. No próximo capítulo, será analisada a eleição de 2015 e revelado o perfil dos eleitores, e em que estes se basearam para votar nos dois partidos insurgentes.

Capítulo 5: As eleições de 2015: um novo sistema político-partidário?

Explicar um processo eleitoral, o voto, e as mudanças que ele gera não é apenas descrever o resultado eleitoral. As eleições são mais complexas e repletas de motivações, percepções e estratégias. Por isso é necessário traçar uma série de informações que nos possibilitem trazer luz para o mais importante momento das democracias contemporâneas. Já que a eleição é o momento que delimita mais claramente a existência de um governo democrático (FIGUEIREDO, 2008).

O interesse deste capítulo é compreender a lógica do voto nos novos partidos espanhóis, com destaque de como as demandas valorativas dos indivíduos e a crise de descontentamento político atuam sobre a decisão do voto. Baseada na discussão empreendida nos capítulos anteriores, esperamos que as novas agremiações se distingam dos partidos que dominavam o jogo político até o pleito de 2015. Podemos esperar que os valores e o descontento tenham efeito significativo no voto nos novos partidos em 2015, principalmente por essas características serem basilares na abertura da janela de oportunidade para o surgimento dos novos partidos. Por isso, acreditamos que estes indicadores deverão apresentar efeito estatisticamente significativo na variável dependente, o voto, mesmo quando controlados por outros indicadores, como as características sociodemográficas dos votantes.

Baseada na revisão da literatura empreendida até aqui, espera-se que (H.1) quanto maior o descontento do indivíduo, maior será sua chance de votar nos partidos desafiantes. O mesmo é esperado em relação aos valores materialistas e pós materialistas, pois os eleitores que percebem que as suas demandas não

estão contempladas nas agendas dos partidos tradicionais, tendem a dedicar a sua esperança nas novas agremiações (H.2).

As eleições de dezembro de 2015 serão as analisadas pois estão são as que demarcam a chegada do PODEMOS e do Ciudadanos ao Congresso dos Deputados espanhol. Os dois partidos que não possuíam cadeiras, se situam agora como players decisórios na política espanhola.

O capítulo está organização da seguinte maneira: uma breve revisão do ciclo eleitoral de 2015, seguida da análise empírica, onde analisaremos as características dos eleitores dos principais partidos.

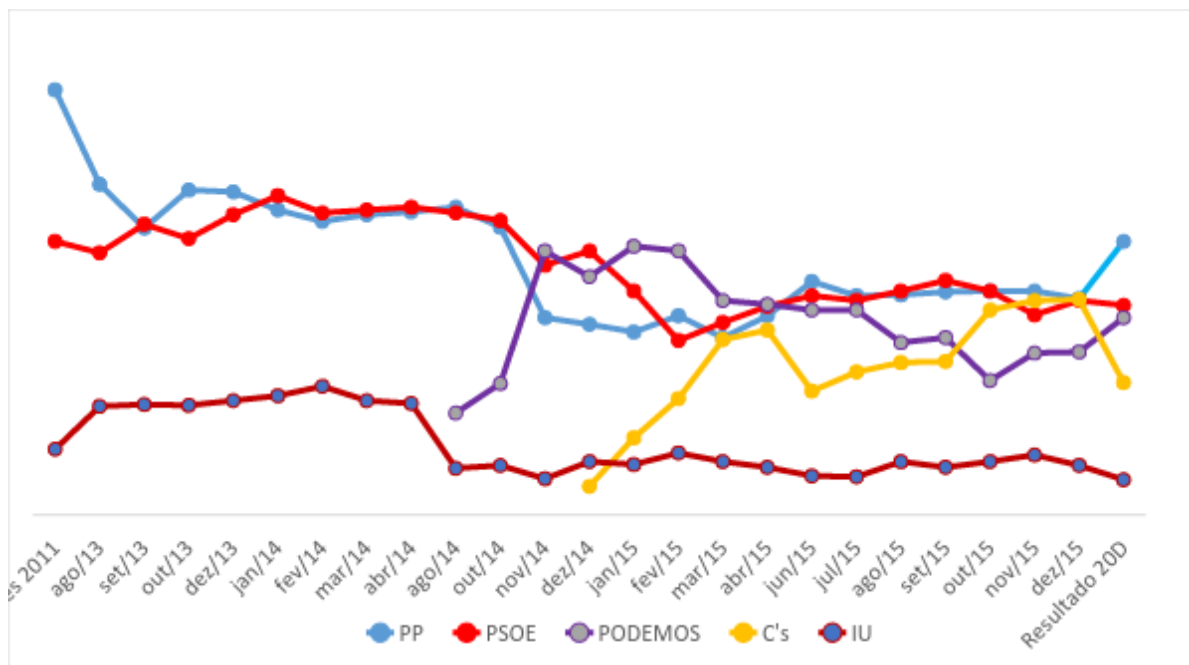
5.1. O “Tempo da Política” em 2015

As eleições nacionais de 2015 estão imersas no cenário de crise economia e de descontentamento que desenhamos no quarto capítulo desta tese. O sistema político-partidário espanhol passava por uma grave crise de confiança junto a população, era presente uma série de protestos e por consequência emergiram duas forças partidárias novas nas eleições que precederam o 20D – para o Parlamento em 2014 e nas eleições municipais de 2015.

Todavia, para analisar o encerramento e abertura de um novo ciclo político, devemos observar como transcorreu o percurso que se inicia na eleição de 2011 e se encerra na de 2015. Como primeiro enfoque, devemos observar a imensa variabilidade nas intenções de voto que estão expostas no Gráfico 23. Os dados que compõem o gráfico apresenta os dois resultados eleitorais que determinam o início e o fim do ciclo político 2011-2015 (as eleições), bem como, as pesquisas

de intenção de voto realizadas entre esses marcos. Como podemos observar, a variabilidade é o fator preponderante na série.

Gráfico 23: Intenção de Voto e resultado das eleições na Espanha (2011 – 2015)



Fonte: Instituto Metroscopia <www.metroscopia.org> e os dados das eleições disponibilizados pelo Ministério do Interior da Espanha.

Mas, devemos realçar também mais alguns pontos que parecem nesse gráfico. Em primeira instância, atentamos para o surgimento das duas novas forças partidárias que se apresentam para rivalizar com PP e PSOE no âmbito nacional. O primeiro partido que aparece para desafiar o bipartidarismo é o PODEMOS que guarda sua origem a série de movimentos sociais encabeçado pelo 15M. O PODEMOS aparece a primeira vez nas pesquisas em agosto de 2014 com um percentual de 11% das intenções de voto, se mostrando assim como a terceira força partidária do país. A entrada de PODEMOS começa a alterar um pouco o cenário político, com um primeiro efeito a queda grande da Izquierda Unida (IU) na intenção de votos. O segundo ator que devemos destacar é o Partido de La

Ciudadania – Ciudadanos (C's), que aparece nas pesquisas pela primeira vez em dezembro de 2014.

Após a entrada desses dois novos atores, com peso nacional na disputa, temos um cenário de grande incerteza. As incertezas eleitorais geradas durante este período nunca foram presenciadas na Espanha na atual democracia. Como podemos observar no gráfico de agosto de 2014 a dezembro de 2015 todos os quatro partidos tiveram na liderança das intenções de votos.

A incerteza gerada pelas grandes mudanças nas intenções de voto, levam a duas consequências: a primeira é o maior interesse da sociedade para o pleito e a segunda a maior relevância das campanhas eleitorais. A seguir vamos tratar desses dois pontos de forma separada.

Tabela 20: Comparativo Eleições 2011-2015

Indicador	2011	2015
Comparecimento às urnas	68,94%	73,20%
Votos nas Candidaturas	98,63%	99,25%
Volatilidade	15,4	37,84
NEP Eleitoral	3,34	5,74
NEP Parlamentar	2,6	5,52

Fonte: Ministério do Interior, cálculos do autor

A participação política em toda no atual período democrático sempre esteve na faixa de 70% do eleitorado. Após as eleições de 2011, com queda na participação política (-4,91% em relação ao pleito de 2008), tem-se em 2015 um aumento de 4,26% na participação eleitoral. O segundo item importante da Tabela 1 é observar que desde a redemocratização está a eleição que maior percentual dos eleitores que foram as urnas votou em algum candidato (99,25%). Outro destaque deve ser feito, a participação é maior nas eleições que demonstram mudanças, como podemos observar nas eleições fundacionais

(1979), na primeira vitória do PSOE (1982), a primeira vitória do PP (1993) e o fim do domínio do bipartidarismo (2015). Os momentos de mudança de períodos no sistema levam as pessoas a maior participação, já que as incertezas afloram com maior força o interesse das pessoas pelas mudanças no mundo político.

O que se destaca, também, diante de eleições tão incertas é a necessidade de se dedicar mais esforços a campanha eleitoral, pois é necessário fixar a sua mensagem de campanha na cabeça do eleitor que está volátil. A Espanha sempre foi marcada por campanhas destinadas aos seus públicos fiéis, sejam eles filiados ou simpatizantes, o que exacerbava a comunicação partidária. A literatura sobre campanhas eleitorais deixa claro que o efeito mais comum que uma campanha tem sobre a decisão do voto é o reforço de predisposições já presentes no pensamento do eleitor, reforço de suas orientações políticas já presentes (CAMPBELL et al., 1960; FIGUEIREDO, 2008; CRESPO, GARCÍA ORZA, 2010). Por isso sociedades com alta identificação partidária, as campanhas teriam menor efeito, ou seja, na medida que a identificação ideológica por um fique mais forte, menor é a possibilidade que a campanha eleitoral influencie e modifique o voto deste eleitor.

Todavia, como ressaltamos no terceiro capítulo da tese, as características de longo-prazo têm passado por uma redução importante no seu poder explicativo, reforçando a importância das campanhas políticas e do aumento das explicações do voto de características de curto-prazo (GUNTHER et. al., 2016). Essa tendência é reforçada na Espanha devido ao momento de desalinhamento da população para com os partidos políticos tradicionais (MELO, RAMIREZ, DEL GIUDICE, 2014), pautada principalmente pelas com grandes críticas ao seu modo de atuação e a forma de como este se relaciona com os seus eleitores.

Como bem deixou claro o estudo seminal de Graber (1980), em situações nos quais a uma diminuição da força explicativa dos votos pela presença do reconhecimento dos partidos, aumenta-se muito a influência dos meios de comunicação e da campanha política. E como vivemos cada vez mais em uma sociedade midiaticizada faz-se necessário desenvolver ferramentas de comunicação efetivas e palatáveis para a sociedade. De forma que os seus posicionamentos ideológicos sejam capazes de funcionar no meio audiovisual (MANIN, 1994).

E os dois novos partidos políticos espanhóis souberam como poucos mudar a forma de falar com a sociedade e com estes eleitores indecisos, o que levou a reboque alterações nas formas de fazer dos partidos mais tradicionais. A campanha eleitoral na Espanha nunca usou tanto mídias tradicionais (televisão e rádio) e digitais (internet, redes sociais, etc.) como nessas eleições. Formalmente, a campanha na Espanha é realizada apenas durante os 15 dias que antecedem o pleito, entretanto para as eleições nacionais de 2015 o cenário foi diferente. As propagandas, as discussões, os candidatos e as propostas estiveram ativos desde o pleito para a eleição do Parlamento Europeu de 2014, que aconteceram em maio de 2014, ou seja, até as eleições foram quase 18 meses de campanha.

A Espanha viveu uma série de cinco eleições em sequência que possibilitaram aos partidos políticos, principalmente os novos – PODEMOS¹¹² e C's, alcançarem uma maior divulgação de suas plataformas e se fixarem na cabeça do eleitor. A sequência completa foi a seguinte: Eleições para o Parlamento

¹¹² Apenas para facilitar o entendimento, estamos tratando como PODEMOS todas as suas denominações locais e os acordos feitos por região;

Europeu¹¹³; Eleições na Andaluzia¹¹⁴; Eleições Municipais¹¹⁵, Eleições Catalãs¹¹⁶ e finalmente as eleições nacionais de dezembro de 2015. Devido à essa série de eleições em sequência, um cenário de incertezas políticas, novos atores aparecendo e disputando visibilidade, viveu-se na Espanha um cenário que cada vez mais a busca por espaço de fala nos meios de comunicação se fez presentes, o que retrata mais uma mudança importante.

A quebra de paradigmas marcou a última campanha na Espanha. E como podemos comprovar isso? Primeiro, devemos observar o que destacamos sobre as mudanças nos meios de comunicação. Cada vez mais a televisão assume um papel central na estratégia dos candidatos e partidos. Todos os deputados buscavam ocupar espaço na televisão e com isso não se centravam apenas em participações tradicionais, como as entrevistas e aparições em noticiários; outros recursos foram utilizados como programas de entretenimento.

Outros dois destaques são importantes e dialogam com esse período de incerteza e necessidade de divulgação das candidaturas, o primeiro é o uso das redes sociais e o outro são os debates entre os candidatos. Todos os quatro principais secretários gerais possuem contas no Twitter e são bem ativos na mesma. Todas as suas declarações nessa rede social circularam em outras mídias e compartilhadas por outros usuários. Como bem destacou Rey Morató (2016), as campanhas desse ano foram as mais profissionalizadas da história da

¹¹³ Realizadas em Maio de 2014 e foi a primeira vez que os dois partidos desafiantes se fizeram presentes. Tanto PODEMOS como C's alcançaram cadeiras no Parlamento Europeu;

¹¹⁴ Realizadas em Março de 2015, com PODEMOS e C's já aparecendo com a 3º e 4º força nas eleições;

¹¹⁵ Realizadas em Maio de 2015. O Cenário político espanhol já começa a apresentar alguns reflexos do que poderia vir a ocorrer nas eleições nacionais. Muitas prefeituras importantes já foram conquistadas pelos partidos novos e em outros passou a existência de coalizões para governar;

¹¹⁶ Realizadas em Setembro de 2015. Marcadas pelo acirramento da disputa pela independência da região e por colocar em pauta umas das grandes pautas que esteve presente nas eleições nacionais.

Espanha. Os usos das redes sociais são muito bem estudados, e a elaboração de *hashtags* muito bem pensadas e alcançavam o *Trend Topics* do país. PODEMOS e C's são considerados cases de sucesso de redes sociais e de internet. O lançamento da candidatura e dos programas políticos foram feitos com transmissão online e com campanha destinada a internet e devemos lembrar estes dois partidos deitam raízes de suas origens a mobilizações virtuais. Como não possuem de máquinas de filiados para fazer campanha e divulgação de suas mensagens, as redes sociais são ferramentas essenciais para o sucesso de suas estratégias. A campanha de 2015 é marcada pela articulação da campanha feita por meio de televisão com intensa atividade em mídias e plataformas digitais a fim de engajar cidadãos (CASERO-RIPOLLÉS, 2016).

O estudo de Penteado et. al., (2016), ressalta de como o PODEMOS possui uma estratégia discursiva bastante clara para a sua atuação no Facebook. O uso das redes sociais possibilita uma maior interação entre a campanha e os eleitores, possibilitando uma maior proximidade dos líderes para com os cidadãos. As redes sociais também permitem a utilização de novas estratégias discursivas, com uma maior interlocução com a cultura pop e uma campanha negativa baseada no humor, defendendo as diferenças entre os novos e os velhos partidos.

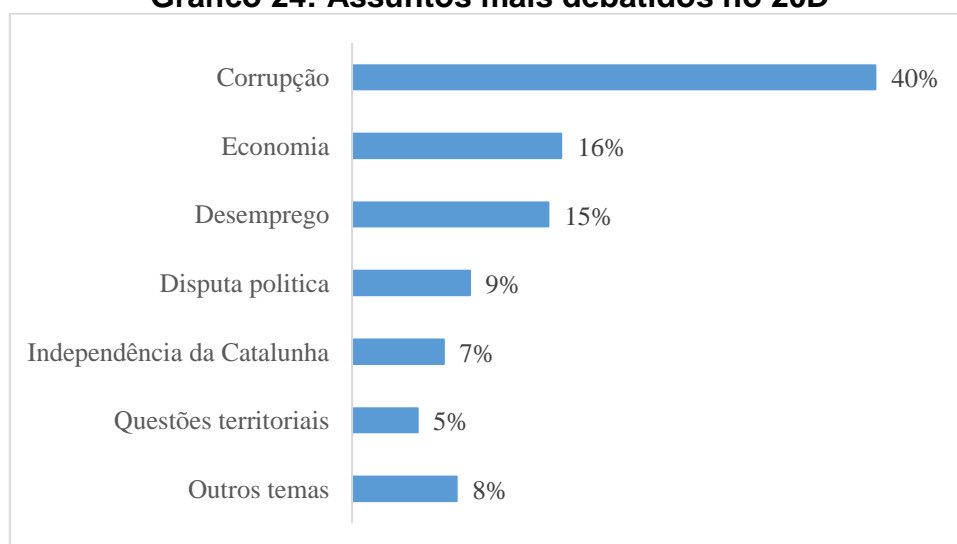
E também devemos destacar a série de debates que foram realizados no período de pré-campanha e de campanha eleitoral. O primeiro debate aconteceu na Universidad Carlos III no dia 27 de novembro, e teve como participantes a Rivera e Iglesias, com a recusa de participação de Rajoy e Sanches. O segundo foi o

debate do Jornal El País, que aconteceu no dia 30 de novembro, com a participação de Rivera, Iglesias e Sanchez. O próximo foi da Atresmedia que foi o primeiro a ter representação dos quatro principais partidos na disputa, o PP foi representado pela vice-presidenta Sáenz de Santamaría e foi realizado no dia 07 de dezembro. Dia 09 a TVE organizou um debate com os candidatos das duas forças emergentes C's e PODEMOS. E finalmente, no dia 14 de dezembro aconteceu o cara-a-cara entre Rajoy e Sanchez na TVE.

Todos os candidatos precisavam de espaço para divulgar as suas mensagens e os debates são momentos chaves para se colocar frente a frente as opiniões diferentes. A realização de debates ganha maior relevância para clarificar ao eleitor as diferenças de posicionamentos entre os partidos.

Para finalizar, devemos pontuar os principais temas debatidos durante a campanha eleitoral. A pesquisa do CIS, pós-eleitoral, que usamos para a realização das análises deste trabalho pergunta aos eleitores quais os temas foram mais debatidos durante a campanha eleitoral.

Gráfico 24: Assuntos mais debatidos no 20D



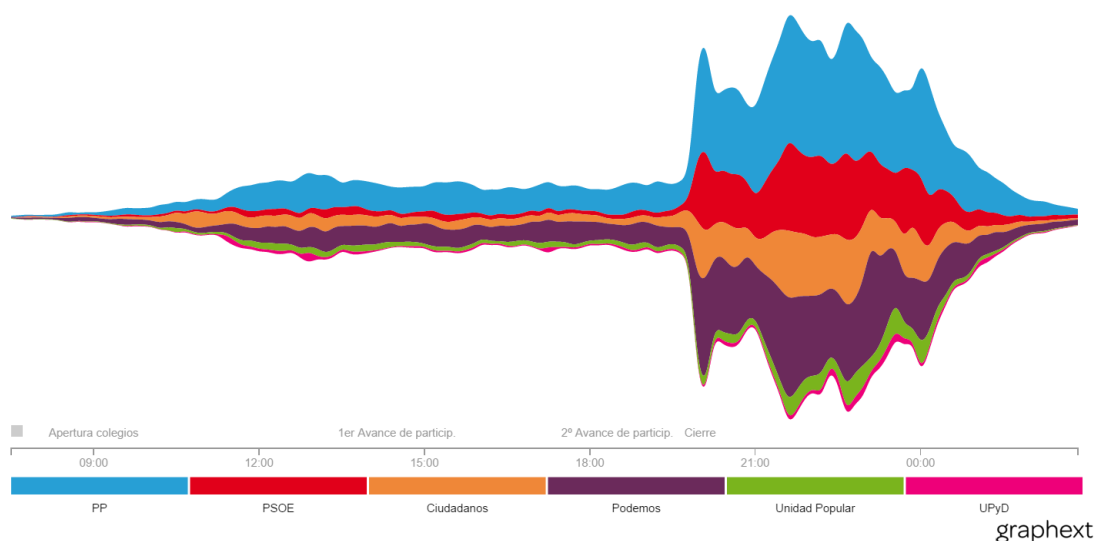
Fonte: CIS

Como podemos perceber no Gráfico 24, a corrupção foi o principal tema percebido pelos eleitores, seguido dos temas econômicos – economia em geral e desemprego. Esses dois temas mais debatidos se enquadram nos indicadores de crise de desencanto com a política. Ao apontar como esses temas como os mais debatidos na eleição, o eleitor reforça a imagem de desencanto com como a política estava sendo exercida.

Como destacamos anteriormente, a percepção é essencial no jogo político. Para reforçar a sensação de que a corrupção foi o tema mais presente na eleição de 2015, observa-se a presença forte dos partidos desafiantes. Podemos e C's passaram boa parte da campanha ligando os casos de corrupção, principalmente as do Partido Popular, aos males que a sociedade espanhola estava passando. Como os partidos “dominantes” possuíam casos de corrupção em sua história, as duas novas agremiações afirmavam que está era a causadora de uma gestão menos eficiente do Estado, o que levava a uma deterioração dos serviços prestados e o aumento dos efeitos da crise econômica.

Assim chegamos finalmente ao dia do Pleito, 20 de dezembro. Foi um dia movimentado e só teve a sua conclusão após as falas dos principais candidatos em cima dos resultados eleitorais, tudo coberto pelas redes de televisões, rádios, jornais e meios digitais. O Gráfico 18 apresenta a repercussão sobre as eleições e os partidos no Twitter no dia das eleições. A circulação de informações está presente desde a manhã, mas se intensifica ao final da tarde, quando as urnas são fechadas. E começa a se discutir os resultados das pesquisas boca de urna, até o resultado final divulgado pelo Ministério do Interior.

Gráfico 25: Menções aos partidos nas eleições do 20D



Fonte: El País

A partir desse percurso, o próximo passo é analisar os resultados finais da eleição. A Tabela 20 apresenta os resultados de votos e cadeiras conquistadas pelos partidos políticos espanhóis nas eleições gerais de 2015.

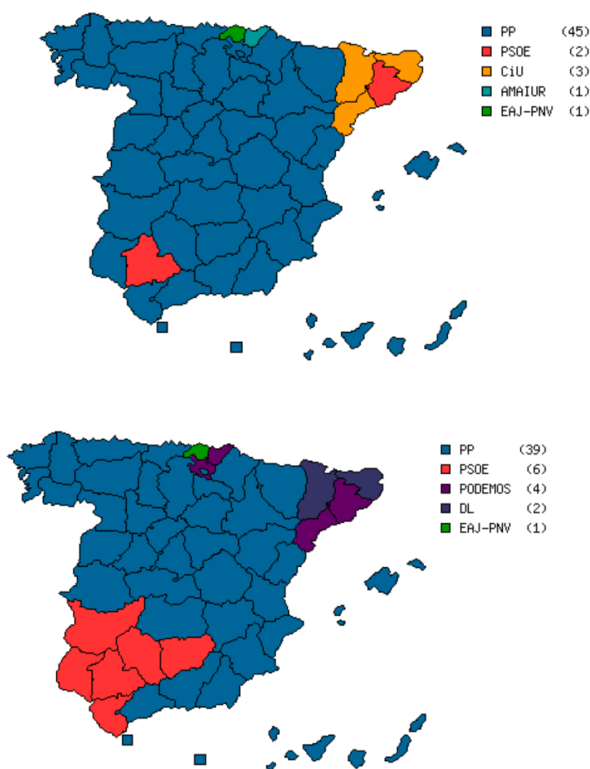
Tabela 21: Resultados eleitorais nacionais de 2015 (20D)

	Votos	% Votos	Deputados	% Deputados
PP	7.215.752	0,28937	123	0,351
PSOE	5.530.779	0,22180	90	0,257
PODEMOS	3.182.082	0,12761	42	0,120
C'S	3.500.541	0,14038	40	0,114
EN COMÚ PODEM	927.940	0,03721	12	0,034
COMPROMÍS-PODEMOS-ÉS EL MOMENT	671.071	0,02691	9	0,026
ESQUERRA REPUBLICANA DE CATALUNYA-CATALUNYA SÍ	599.289	0,02403	9	0,026
DEMOCRÀCIA I LLIBERTAT. CONVERGÈNCIA. DEMÒCRATES. REAGRUPAMENT	565.501	0,02268	8	0,023
EN MAREA	408.370	0,01638	6	0,017
EUZKO ALDERDI JELTZALEA-PARTIDO NACIONALISTA VASCO	301.585	0,01209	6	0,017
IU	923.133	0,03702	2	0,006
EUSKAL HERRIA BILDU	218.467	0,00876	2	0,006
COALICIÓN CANARIA - PARTIDO NACIONALISTA CANARIO	81.750	0,00328	1	0,003

Fonte: Ministério do Interior da Espanha

A Tabela 21 já nos apresenta que essas eleições foram marcadas pela menor diferença de votos entre os partidos, já que nenhuma legenda alcançou mais de 30% dos votos. O Partido Popular alcança o maior montante de votos (28,9%) e por consequência a maior bancada parlamentar 123 deputados. Em segundo lugar fica o PSOE com 22,1% dos votos e 90 deputados. E em sequência temos os dois novos partidos que se articulam de forma nacional e são considerados peças chaves para o rompimento do ciclo PPSOE, PODEMOS e C's somam ao total de 109 cadeiras no parlamento (69 cadeiras para o PODEMOS e as suas siglas parceiras e 40 para o Ciudadanos).

Mapa 2: Distribuição dos votos por circunscrição (2011 – 2015)



Fonte: <http://www.electionresources.org/es>

Os resultados eleitorais reforçam o que as pesquisas de intenções de votos já deixavam claro, a queda das votações e por consequência do número de deputados das duas siglas tradicionais. PP e PSOE alcançam nessa legislatura os seus piores percentuais de votos e cadeiras no atual período democrático. Por isso, observa-se na atual legislatura a maior fragmentação até agora.

Com base na análise da série história, observa-se que o número efetivo de partidos, seja ele eleitoral ou parlamentar deu um salto em após o pleito de 2015. Com um novo patamar de mais de cinco partidos efetivos na Espanha, fica demonstrado mais uma vez, a quebra do antigo padrão bipartidário.

Observando a Tabela 21, tem-se a explicitação dos efeitos do sistema eleitoral. Montero e Lago (2005) ressaltam como o sistema eleitoral espanhol foi desenhado. Segundo os autores, a fórmula eleitoral espanhola foi desenhada para que os grandes partidos e os mais conservadores alcançassem êxito nas disputas. A base para essa organização é a existência de um grande número de distritos eleitorais com baixa magnitude.

Esse tipo de sistema adotado visa a favorecer aos grandes e com maiores máquinas partidárias, pois estes conseguem ter braços na maior parte dos distritos. A conquista de votos nesses distritos de baixa magnitude e com poucos eleitores é a base para a manutenção de uma desproporcionalidade na composição do parlamento.

Como pode-se observar, as duas legendas mais tradicionais conseguem cadeiras com um número menor de votos do que as outras legendas. Esse quadro é agravado também pela existência de uma desproporcionalidade no voto. Devido à regra e às magnitudes, o sistema é altamente desproporcional com um índice de proporcionalidade de 88,7%. Os pequenos partidos só conseguem cadeiras em distritos de maior magnitude, e no caso Espanhol, só seis distritos possuem mais de dez cadeiras. Este ponto é central e muito discutido na campanha.

Por último, devemos fazer um destaque sobre o papel da força local do PODEMOS em algumas regiões, principalmente as com maiores vieses independentistas. Pela própria conformação organizacional do PODEMOS, o partido é o que melhor reflete a clivagem centro/periferia. O partido possui uma

organização central e as suas confluências locais¹¹⁷. Estas confluências são a base da força do partido na maior parte das regiões autônomas. Com uma defesa robusta de uma Espanha plurinacional e que guarda aos cidadãos das comunidades autônomas o direito a decidir se participam da unidade. Eles tomam para si o papel de voz das disputas locais, frente aos outros três partidos que defendem a união.

Com este posicionamento e organização o PODEMOS conquistou um papel de relevância no espectro da esquerda e de todo o sistema. Com a conquista de praças importantes que antes era preenchida pelo PSOE.

Apresentado como ocorreram as eleições e os resultados da mesma, vamos centrar o nosso foco no eleitor dos partidos estudados nesse trabalho. Para testar a hipótese de que os eleitores de PODEMOS e *Ciudadanos* se diferenciam dos do PSOE e do PP, vamos apresentar um modelo analítico para o voto em cada um desses partidos. Como elencamos na construção deste trabalho, as novas agremiações só conseguiram êxito por exploraram um campo da disputa que o eleitor acreditava desguarnecido. A janela de oportunidade para a emergência de novas forças partidárias só é possível pois os eleitores dos novos partidos se diferenciam dos eleitores dos partidos estabelecidos. Na seção final desta tese iremos explorar essa hipótese.

5.2. Os novos partidos no eleitorado em dezembro de 2015

De forma a realizar os testes para a comprovação das hipóteses levantadas neste trabalho, utilizaremos os dados disponíveis no *Survey* pós-eleitoral do

¹¹⁷ Em Comú (Barcelona), Em Mareas (Galícia) e PODEMOS-COMPROMÍS (País Basco), são as confluências locais que disputam a eleição nacional coligadas com o PODEMOS.

CIS¹¹⁸. Essa pesquisa foi aplicada em todo o território espanhol entre janeiro e março de 2016. Foram aplicados 6242 questionários em 649 municípios, que estão distribuídos nas 50 províncias espanholas. A pesquisa possui um erro amostral de 1,3%, para um intervalo de confiança de 95,5.

De forma a fazer uma primeira entrada nos dados, apresentamos uma tabela com os dados do perfil social e político dos eleitores que votaram nos partidos mais votados na eleição de dezembro de 2015. Partido Popular, Partido Socialista Español, Podemos e Ciudadanos são o foco da tese, dado que os dois primeiros dominavam o jogo político e os dois subsequentes são responsáveis pelo terremoto que abalou o sistema político.

¹¹⁸ Pesquisa 3126 CIS.

Característica		PP	PSOE	Podemos	Ciudadanos	Eleitorado
Magnitude do Distrito	Pequena	26%	25%	17%	21%	21%
	Media	37%	39%	34%	30%	36%
	Grande	36%	37%	49%	49%	42%
Idade	18 - 33	10%	13%	31%	24%	18%
	34 - 49	25%	26%	37%	43%	31%
	50 - 65	26%	36%	23%	24%	28%
	mais de 66	39%	25%	9%	8%	22%
Estudo	Sem estudo ou com educação primaria	34%	37%	11%	10%	23%
	Ensino médio ou técnico	47%	52%	62%	57%	54%
	Ensino superior	19%	12%	27%	33%	23%
Sexo	Homens	49%	44%	56%	51%	49%
	Mulheres	51%	56%	44%	49%	51%
Situação trabalhista	Trabalha	33%	34%	51%	60%	43%
	Aposentado	41%	33%	16%	13%	28%
	Desempregado	13%	21%	21%	17%	17%
	Estudante	2%	3%	8%	5%	7%
	Outros	11%	10%	3%	5%	0,4%
Identificação Partidária	Sim	60%	62%	59%	39%	54%
	Não	40%	38%	41%	61%	45%
Autoclassificação ideológica	Média	6,95	3,68	3,05	5,47	4,59
Como classifica seu partido	Média	7,58	3,96	2,63	5,85	-
Classe Social Percebida	Baixa e Media-Baixa	37%	57%	43%	31%	44%
	Media	45%	31%	32%	44%	37%
	Média-alta e alta	18%	12%	25%	25%	19%

Fonte: CIS, cálculos do autor.

Os eleitores do Partido Popular e do PSOE estão distribuídos em distritos de todas as magnitudes, ao passo que os do PODEMOS e C's são mais presentes em distritos maiores. Como apresentado por Lago e Montero (2005), o sistema espanhol na verdade guarda em seu interior três sistemas. No primeiro capítulo desta tese demonstramos que a existência desses subsistemas possibilitou que os novos partidos obtivessem sucesso na conquista de cadeiras no Congresso. Rama Caamaño (2016), usa para o seu estudo se o entrevistado mora na área

urbana ou rural. Aqui, preferimos adotar a distinção pela magnitude do distrito eleitoral, “de onde vem o voto”.

A segunda característica que temos de destacar é a idade dos entrevistados. O fator geracional é de extrema relevância para essa análise, pois como destacou Urquizu (2016), as mudanças presenciadas na Espanha nos últimos anos são reflexo das mudanças educacionais, tecnológicas e valorativas que passou a sociedade espanhola. As novas gerações desenvolveram características que as distingue dos seus antepassados, com novos anseios, experiências e insatisfações. Para a divisão da idade em faixas, observamos o apontado por Ortega e Gasset (2005) que afirma que uma geração é formada dentro de um intervalo de 15 anos. Novamente, observamos que os eleitores dos partidos tradicionais possuem um perfil de idade mais velha, do que os novos com eleitores mais jovens.

Em consonância com a característica geracional, passamos a análise do nível educacional dos eleitores. A literatura (MIGUEL, 2015; URQUIZU, 2016), demonstra que as novas gerações possuem níveis educacionais mais altos que os mais velhos. Segundo os autores, ao estudar a história educacional espanhola, observa-se que o acesso ao estudo era um privilégio. O aumento principalmente da educação universitária é bastante sensível. Como a maioria da população espanhola possui Ensino médio ou técnico (54%), observamos os dois extremos os que possuem educação primária ou não possuem estudo e os que possuem ensino universitário. Repete-se a tendência observada nos dois outros indicadores, os partidos tradicionais se assemelham, neste caso com maior presença no estrato inferior de educação, ao passo que os dois novos

também se assemelhem com maior presença de pessoas com curso universitário.

A distribuição dos eleitores no variável sexo, é importante pois ele dialoga com a teoria de que mulheres são mais conservadoras na mudança de votos do que os homens. Como podemos observar os partidos tradicionais tem a maioria das suas eleitoras mulheres, ao passo que os novos entre os homens. Essa distinção se destaca quando comparada com a distribuição da amostra por completo, mesmo as mulheres sendo maioria os partidos novos não conseguem que seus votos venham majoritariamente desse grupo.

Quando olhamos a situação de trabalho temos como pressuposto que aposentados sejam mais conservadores do que os estudantes, enquanto os desempregados possam estar mais descontentes com os partidos tradicionais que os empregados. Esses pressupostos são pensados pela imagem que possibilidade de mudanças possam causar nesses públicos, somado a idade de cada um destes públicos. A maior parte dos eleitores do PP são aposentados, o que pode ter duas explicações a idade dos entrevistados e o viés conservador. Mas, se compararmos os que estão trabalhando com os que estão aposentados, veremos que PP e PSOE estão acima da média espanhola de eleitores aposentados e abaixo entre os que estão trabalhando, ao passo que PODEMOS e Ciudadanos estão acima entre os trabalhadores e muito a baixo entre os aposentados. Observando os que estão desempregados, nota-se uma aproximação agora entre os partidos de esquerda e os de direita, PSOE e PODEMOS possuem maior inserção entre os aposentados.

A existência de identificação partidária e o uso desta como bom preditor do voto está bem relatada e utilizada na ciência política (Converse, 1969: 142; Downs, 1999). A discussão mais recente aponta que o aumento do desencanto com a política leva a um aumento do afastamento da sociedade para com os partidos (CROZIER, HUNTINGTON, WATANUKII, 1917, *apud* CASTILLO, BARTOLOMÉ MARTÍNEZ, 2016). Entretanto, na eleição de 2015 a maior parte dos espanhóis (54%) se sentiam perto a algum partido político. Entre os partidos elencados para esse estudo, só os eleitores do C's não se sentem, em sua maioria, como próximos a um partido político.

As próximas características que destacamos são o auto posicionamento ideológico do entrevistado e onde ele localiza o partido que ele votou. A consonância entre esses dois posicionamentos é um sinal de correlação entre representante e representados (Melo, 2013). Segundo Melo e Nunes (2014), existe uma tendência dos entrevistados se colocarem mais à esquerda do que colocam os seus partidos, essa tendência se dá, pois, os partidos como membros públicos devem participar do jogo político e disputar a eleição. No caso espanhol, a tendência de se posicionar mais à esquerda que o seu partido só não é confirmado pelos eleitores do PODEMOS. Acreditamos que esse posicionamento ocorre pois o PODEMOS tem a imagem de partido *antistabilishment*, e o que talvez seja o com posições mais “radicalizadas”.

5.2.1. Modelo do voto em 2015

Apresentada as variáveis independentes, como elas se comportam de forma estática e qual a base teórica¹¹⁹ que embasa a escolha de cada uma destas, vamos agora construir um modelo de regressão logística que vai possibilitar ver como estas variáveis se comportam de forma dinâmica e em relação de uma com a outra. Para isso, iremos tratar o voto nos partidos novos, PODEMOS e C's, e os tradicionais, PSOE e PP, como as variáveis dependentes¹²⁰.

Como variáveis de controle, elencamos os seguintes dados sócio demográficos da amostra: (i) idade; (ii) sexo; (iii) nível educacional; (iv) situação de trabalho; (v) o local do voto – magnitude do distrito. Algumas destas variáveis de controle também foram usadas por Rama Caamaño (2016) em seu estudo sobre as mudanças ocorridas após a eleição espanhola de dezembro de 2015.

Para testar a influência das variáveis comportamentais e culturais, construímos dois indicadores com base na literatura sobre desencanto com a política (Montero, Gunther e Torcal, 1998; Torcal, 2003 e 2006). A construção destes dois indicadores tem o intuito de que possamos mensurar como a desafeição com a política influenciou na possibilidade de voto dos novos partidos e por consequência penalizaram os partidos tradicionais.

¹¹⁹ Como cada variável do banco foi reclassificada, assim como as perguntas que deram origem ao dado, estão disponibilizadas no Anexo IV.

¹²⁰ Foi atribuído o valor 1 se o entrevistado votou no partido e 0 se ele não votou no partido.

➤ Indicador de Desencanto

Foi realizada uma análise de componentes principais com as variáveis presentes no banco que dialogam com a literatura, como apontamos no capítulo 3.

Onde:

- *Int_{pol}*: Interesse sobre a campanha eleitoral do 20D;
- *Dis_{Fam}*: Discutiu sobre as eleições com a família;
- *Dis_{Ami}*: Discutiu sobre as eleições com amigos;
- *Dis_{Trab}*: Discutiu sobre as eleições no trabalho ou no local de estudo;
- *Conf_{PP}*: Confiança nos Partidos Políticos;
- *Conf_{Cong}*: Confiança no Parlamento;
- *Conf_{Jus}*: Confiança na Justiça;
- *Sat_{Dem}*: Satisfação com o funcionamento da Democracia;
- *Aval_{pol}*: Avaliação da situação política na Espanha;
- *Aval_{EconE}*: Avaliação da situação econômica da Espanha;
- *Rep_{PP}*: Preocupação dos políticos com a opinião dos cidadãos;
- *Rep_{IP}*: Os políticos sempre buscam interesse pessoais;
- *Rep_{IV}*: O voto pode influir no que passa na política;

A Tabela a seguir apresenta os dois componentes gerados pela análise de componente principal. O Método de rotação adotada foi o Varimax. Segundo a tabela de variância explicada, o somatório dos componentes consegue explicar 46% dos casos.

Tabela 23: Matriz de componente - Desencanto

	Componente	
	1	2
Confiança nos partidos políticos	,786	
Confiança no Parlamento Espanhol	,776	,258
Confiança na Justiça	,679	,244
Satisfação com a Democracia	,615	,326
Avaliação da Política Espanha	,550	,273
Avaliação da Economia Espanhola	,519	,249
Representante Interesse Pessoal	,496	
Preocupação dos políticos	,472	
Representação Influencia do Voto	,379	
Discussão das eleições com os amigos	-,333	,764
Discussão Eleições com a Família	-,348	,719
Discussão das eleições no trabalho	-,266	,663
Interesse nas eleições	,471	-,485

Método de Extração: Análise de Componente Principal.

a. 2 componentes extraídos.

Conforme podemos perceber na Tabela 23, o componente 1 podemos detalhar com uma proximidade maior do que Montero, Gunther e Torcal (1998) denominam como desencanto, o fator compila em seu âmbito todas a maior parte das informações sobre desencanto, sejam elas elencadas antes como Desafección ou descontento. Enquanto o segundo componente é composto pelos eleitores que debateram mais sobre a situação política e são menos descontentes. As duas cargas de variáveis serão usadas no futuro modelo de regressão logística que vamos construir para explicar o voto do eleitor das novas forças partidárias.

Todavia, um destaque deve ser pautado sobre a junção das variáveis de descontento e Desafección em um mesmo fator. Acreditamos que esse fato se dá devido ao cenário da disputa que analisamos nesse trabalho. As eleições de 2015 foi o auge da crise de desencanto com todo o sistema político, por isso

mesmo com regras de formação de maioria presentes no sistema eleitoral, temos a emergência de duas novas forças partidárias com tanta força. A janela de oportunidade gerada pela crise de representação, teve de ser grande o suficiente para suplantar as regras institucionais.

Acrescentaremos ao teste, a influência das novas demandas da sociedade. Como prescrito na literatura (INGLEHART, 1984: 68), os valores desempenham o papel de clivagem, o que leva aos eleitores buscarem algum partido que melhor represente esses anseios, ou seja, essa mudança valorativa possibilita a emergência de novos partidos. Para testar os valores materialistas e pós materialista dos entrevistados foi construindo um índice de valores com base nos apontamentos da bibliografia (INGLEHART, 1977; 1990; TORCAL, 1989; TORCAL, MONTERO e GUNTHER, 2007).

➤ Indicador de valor

Foi realizada uma análise de componentes principais com as variáveis presentes no banco que dialogam com a literatura, como apontamos no capítulo 3.

- *Val_{Ext}*: Sentimento sobre a convivência com pessoas de origem e cultura diferente;
- *Val_{SI}*: Melhora nos serviços públicos ou redução de impostos;
- *Val_{SL}*: Mais liberdade ou mais segurança;
- *Val_{Nac}*: Orgulho da Nacionalidade;
- *Val_{Fel}*: Escala de Felicidade
- *Val_{Rel}*: Frequência em cultos religiosos
- *Val_{Gre}*: Participar de alguma greve

A Tabela a seguir apresenta os dois componentes gerados pela análise de componente principal. O Método de rotação adotada foi o Varimax. Segundo a

tabela de variância explicada, o somatório dos componentes consegue explicar 40% dos casos.

O primeiro componente gerado é o de pessoas mais pós-materialistas, dados que são pessoas que estão mais propensas a defender uma melhora no serviço público, uma maior liberdade a necessidade de convivência com pessoas de outras nacionalidades, participaram mais de greves, ao passo que frequentam menos a cultos religiosos e são menos nacionalistas. Ao passo que o segundo fator é composto de pessoas mais materialistas, já que são mais propensas a defender a diminuição de impostos, o aumento da segurança, a menor convivência com estrangeiros, são mais nacionalistas e frequentas mais aos cultos religiosos.

Tabela 24: Matriz de componente - Valores

	Componente	
	1	2
Val _{Ext}	,638	,319
Val _{SI}	,625	
Val _{SL}	,575	,387
Participar de uma greve	,538	
Escala de felicidade		,662
Orgulho da Nacionalidade	-,355	,464
Frequência que frequenta aos cultos religiosos	-,368	,464

Método de Extração: Análise de Componente Principal.
a. 2 componentes extraídos.

Para testar a influência das variáveis comportamentais e culturais, usaremos as quatro cargas fatoriais – desencanto; informação sobre a disputa eleitoral; pós-materialismo e materialismo – na explicação do voto dos partidos. A corrupção segundo Torcal (2016) foi o principal motivador para as mudanças de voto nas eleições de 2015, por isso acrescentamos ao nosso estudo a percepção da corrupção como o principal problema da Espanha em nosso modelo. Espera-se

que em consonância com o estudo de Torcal (2016), que os eleitores que percebam a corrupção como o principal problema da Espanha deem mais votos aos partidos novos e punam os partidos tradicionais.

Primeiro realizamos um modelo para cada um dos partidos e posteriormente para os partidos novos (PODEMOS e C's) e os tradicionais (PSOE e PP). A escolha pela regressão logística se deu devido a possibilidade que nos é dada por essa e a característica das nossas variáveis. O modelo logístico possibilita que observemos a relação das variáveis - independentes e dependente -, de uma forma não hierárquica e com a possibilidade múltiplas respostas pelo entrevistado (CALVET, 2012). No nosso estudo, temos uma variável dependente dicotômica (votou ou não votou no partido) e as variáveis independentes de controle categóricas (as de controle) e contínuas (os indicadores). Esse método possibilita que possamos estimar a probabilidade de ocorrência do voto nos partidos que elencamos como variável dependente.

Antes de realizar o modelo, foram realizados os testes de colinearidade entre as variáveis explicativas. A produção desses testes é essencial para garantir que o modelo não nos forneça informações pouco confiáveis. Conforme podemos observar na Tabela a baixo, os valores do VIF foram inferiores 1,35 em quase todos os casos, o que demonstra a multicolinearidade entre os casos.

Tabela 25: VIF Modelo

	VIF
Desencanto	1,094
Informação sobre a disputa eleitoral	1,107
Idade Recodificada	1,052
Estudo	1,257
Magnitude do distrito	1,025
Classe	1,167
Corrupção	1,198
Desempregado	1,037
Pós-materialismo	1,090
Materialismo	1,066

Na Tabela 25 apresentamos as variáveis que o modelo logístico nos indica como as principais indicadoras do voto nos partidos analisados. Com base nesses dados poderemos traçar as semelhanças e diferenças entre os partidos.

Tabela 26: Modelos por partido

Variáveis	PP ¹²¹		C'S ¹²²		PSOE ¹²³		PODEMOS ¹²⁴	
	B	Razão de Chance	B	Razão de Chance	B	Razão de Chance	B	Razão de Chance
Materialismo	0,66	1,938	0,30	1,351			-0,37	0,688
Pós-materialismo	- 0,64	0,528			0,17	1,186	0,48	1,619
Descontento	- 0,57	0,565	0,13	1,133	- 0,27	0,766	0,29	1,338
Informação	0,19	1,212	0,19	1,205	0,19	1,212	0,21	1,233
Corrupção	- 0,36	0,696					0,36	1,44
Idade	0,24	1,271	- 0,25	0,778	0,25	1,289	-0,21	0,81
Tamanho do Distrito					- 0,16	0,0851		
Escolaridade			0,50	1,651	- 0,44	0,646		
Classe			0,29	1,334	- 0,40	0,67	-0,25	0,783
Constante	- 1,53	0,216	- 2,06	0,127	- 0,87	0,42	-1,77	0,17

¹²¹ O modelo para o Partido Popular explica 78% dos casos presentes na pesquisa.

¹²² 81% dos votos do *Ciudadanos* podem ser explicados por esse modelo.

¹²³ Com esse modelo explica-se 82% dos votos do PSOE.

¹²⁴ O modelo desenhado para o PODEMOS explica 87% dos votos.

Os modelos de regressão logística para cada um dos partidos, apresentam achados importantes, que demonstra como cada um dos partidos deve sua atuação na conquista dos votos. Os modelos desenhados para cada um dos partidos realizam a explicação de mais de 70% dos votos dos partidos. Para facilitar a análise irei apresentar a interpretação por variável do modelo.

A primeira variável explicativa a aparecer é se o eleitor é materialista ou não, eleitores materialistas possuem maior chance de votarem em PP (1,94 vez) ou no C's (1,32 vez), ao mesmo tempo que diminui a chance de votar no PODEMOS. Essa correlação já era esperada, dado a literatura (INGLEHART, 1976), detalha que partidos de direita teriam a sua possibilidade de sucesso majorada em eleitores materialistas. Em consonância com o achado anterior, ao analisar o constructo que denominamos de pós-materialista, observamos que eles aumentam a chance de votos nos dois partidos de esquerda, PSOE e PODEMOS, ao mesmo tempo que reduz a possibilidade de voto no Partido Popular.

Todavia, ao analisar os fatores de descontento, observa-se que esse diminui a possibilidade de voto nos dois partidos tradicionais – PSOE e PP-, enquanto explica bastante o voto no PODEMOS. Já o indicador de debate das eleições, aumentou a possibilidade de voto em todos os partidos analisado, o que pode ressaltar como eleições disputadas aumenta o interesse da sociedade. A eleição de 2015 foi marcada pelo aumento do comparecimento dos eleitores as urnas, e ao que tudo indica levou a um debate mais engajado. O maior debate político é causado pelo fato novo de uma maior disputa e de uma possibilidade real da mudança do jogo político.

Como destacamos anteriormente, o fator geracional é de grande relevância para os partidos desafiantes. A entrada de um novo público possibilita a abertura de oportunidade para o crescimento de novos partidos. Soma-se a isso, que os jovens espanhóis foram os maiores atingidos pela crise econômica de 2008. Essas características ajudam a explicar de o porquê eleitores mais jovens possuem maiores chances de votarem em PODEMOS e C's, ao passo que os mais idosos dedicam seus votos aos partidos tradicionais.

A percepção da corrupção como o principal problema da Espanha tem efeito significativo apenas nos eleitores do PODEMOS e do Partido Popular. Entretanto, o efeito sobre o voto em cada um dos partidos é bem distinto, enquanto a percepção da corrupção reduz a chance de voto no PP ela aumenta no PODEMOS. Esse é efeito confirma o esperado, dado que o PP como partido que teve mais casos de corrupção divulgados recentemente, ao passo que o PODEMOS é o partido que mais atacou os casos de corrupção durante a campanha.

As duas últimas variáveis que se mostraram significativas no modelo, foram escolaridade e classe social. Enquanto o PSOE perde possibilidade de votos entre os mais escolarizados, a classe social mais alta favorece os votos no partido socialista e no C's.

5.2.2. Clivagens Eleitorais em 2015: a explicação da ruptura do sistema

Os resultados da análise empírica fornecem evidências interessantes acerca do voto dos novos partidos espanhóis. Como explicitamos no início deste capítulo, eleições marcam o início e o fim de um ciclo político, as eleições de 2015 demarcam o fim da fase bipartidária e a emergência de uma fase multipartidária,

com um sistema eleitoral se fragmentando. O voto do PODEMOS e do *Ciudadanos*, apresentam características que os distingue por um lado e os aproxima pelo outro dos dois partidos que dominavam o jogo político espanhol.

Como já destacado na revisão teórica, as clivagens que se firmaram como explicativas do voto espanhol até a eleição estudada neste trabalho eram à esquerda-direita e a de centro-periferia (AGUILERA DE PRAT, 2001:48; RODRÍGUEZ-AGUILERA, 2012:63). Todavia, para explicar a emergência dos novos partidos que mudaram o sistema político espanhol, faz-se necessário dar um passo a mais e acrescentar a clivagem que diferencia os partidos velhos e novos.

Como podemos observar nos modelos apresentados, existe pontos de convergência e de distinção entre os principais partidos espanhóis. O primeiro destaque que se tem é como PP e PODEMOS ocupam polos postos em quase todas as variáveis explicativas, isso se dá pois os dois se antagonizam tanto na clivagem esquerda/direita quanto na de velhos/novos. Essa distinção se repete no comparativo entre PSOE e *Ciudadanos*, dado que eles são opostos também nas duas clivagens. A total distinção não existe entre nenhuma outra combinação de partidos – PP/PSOE; PODEMOS; C's; PP/C's; PSOE/PODEMOS – dado que em alguma outra das clivagens os outros partidos se aproximam.

PODEMOS e C's são diferentes no que toca a posição ideológica, mas se aproximam na novidade no sistema. PODEMOS e PSOE se distinguem quanto a data de entrada no jogo, mas são próximos no campo da esquerda. PP e C's são bem diferentes quanto a clivagem velho/novo, mas são próximos quanto as ideias de direita.

A nosso ver, é a combinação dos elementos da clivagem direita/esquerda e velho/novo que possibilitaram a abertura de oportunidade para a nova configuração do sistema político-partidário espanhol. Se por um lado o descontentamento reforça a visão de que novas forças políticas são necessárias para que os eleitores se sintam representados pelo sistema, com a possibilidade de que novas demandas sejam contempladas no jogo. A velha clivagem direita/esquerda une partidos novos e velhos em consonância com as disputas de valores. Valores pós-materialistas que são vinculados a forças da esquerda continuam com grande poder explicativo nas novas e velhas agremiações. E por consequência, valores materialistas são melhores encabeçados por partidos de direita, sejam esses novos ou velhos.

A interpretação da decisão do voto é o ponto crucial para a compreensão dos efeitos gerados em todo o sistema político-partidário. Demonstramos nesse capítulo que os eleitores dos maiores partidos se distinguem e se aproximam em alguns pontos. A diferença entre os votantes que levaram a possibilidade da ruptura do sistema. A crise econômica de 2008 gera o cenário propício para que demandas que antes estavam adormecidas emergissem, o descontento, a percepção cada vez maior que a corrupção é o principal problema e o não atendimento dos valores da sociedade globalizada finalizam o cálculo que proporciona o fim de um modelo com tendência bipartidária e a emergência de uma nova configuração de sistema político na Espanha. Um modelo multipartidário, com maior fragmentação e com menor previsibilidade dos resultados eleitorais.

Conclusão e Apontamentos

A ciência que estuda os ventos, deixa claro que o ar flui sempre de uma área de alta pressão para uma de baixa pressão. Na política se tem uma máxima de que não existe espaço vazio. Ou seja, sempre que tem um vácuo de poder, alguma força irá ocupar. Os partidos políticos são entes essenciais para a democracia contemporânea, mas o papel representativo destes estão em profundo questionamento na atualidade (Mair, 2003). Contudo, não se encontrou nenhum ente institucional que possa exercer as funções representativas destas democracias contemporâneas.

Os novos partidos que surgem nos jogos políticos em várias democracias ocidentais podem significar tanto a sobrevivência da instituição, com algumas modificações, como uma crise que pode levar ao surgimento de novas formas de representação. Castells (2018), aponta que o que vivenciamos é o fim da democracia liberal, com o fortalecimento de uma representação mais direta, com a possibilidade de que as conexões entre representantes e representados sejam refeitas, com maior presença dos cidadãos no jogo político.

A construção desta tese possibilitou a exploração teórica e de dados que demonstram como as mudanças na sociedade levaram a mudanças profundas nas instituições representativas. Conforme o modelo apresentado por Boix (2007), realizamos a análise em duas etapas, para visualizar as duas faces que possibilitam a emergência dos novos partidos na Espanha.

No primeiro estágio, realizamos a descrição dos incentivos institucionais presentes no sistema político espanhol e posteriormente na descrição histórica

da sequência de eventos e nos incentivos de comportamentais. Este percurso analítico possibilitou a construção do conhecimento de como se chegou à eleição crítica de dezembro de 2015 e a emergência de novas forças partidárias em um sistema institucionalizado como o Espanhol.

Para concluir este trabalho, iremos trazer um debate sobre como essas mudanças no sistema partidário são reflexo de mudanças estruturais profundas e que podem contribuir a uma agenda de debate de constituição de uma nova conjunção mundial. O caso espanhol possibilita uma visão dessas mutações de forma robusta e clara.

Mudanças Social e Estruturais

Samuel Huntington (1968) apresenta a discussão seminal sobre as consequências dos processos de modernização sobre os sistemas políticos. O autor nos apresenta a tese de que a instabilidade política tem as suas raízes na rápida mudança social e na rápida mobilização de novos grupos, ao passo que as instituições políticas não acompanharam esse desenvolvimento.

O autor ressalta que existe uma relação razoavelmente direta entre mobilização social e instabilidade política. Governos eficientes são os que possibilitam uma ordem política estável e com isso uma estabilidade política. Todavia, a modernização e a falta de acompanhamento das aspirações sociais pelas instituições podem levar ao enfraquecimento dos governos e a instabilidade. “As mudanças sociais e econômicas desagregam necessariamente agrupamentos sociais e políticos tradicionais e solapam a lealdade a autoridades tradicionais.”

(Huntington, 1975:49)

Com as mudanças causadas pela modernização levam ao cidadão a busca de novos prazeres, novos desejos, novas demandas, o que leva ao questionamento a ordem tradicional estabelecida. O autor ressalta que “quanto maior o nível de educação dos desempregados, alienados ou pessoas insatisfeitas por qualquer outro motivo, mais extremista se torna o comportamento instabilizador” (Huntington, 1975:61). Destacando também que a desigualdade é um fator que incentiva a instabilidade e está é mais percebida quando pessoas com maiores escolaridades são atingidas por desemprego.

A urbanização, a alfabetização, a educação, os meios de massa e outros fatores expõem o homem tradicional a novas formas de vida, a novos padrões de prazeres, a novas possibilidades de satisfação. Essas experiências rompem com as barreiras cognitivas e atitudinais da cultura tradicional e promovem novos padrões de aspirações e anseios. Mas a capacidade de uma sociedade em transição de satisfazer essas aspirações aumenta num ritmo muito mais lento que as aspirações em si. Consequentemente, desenvolve-se um hiato entre aspirações e expectativas, a formação do anseio e a sua satisfação, entre a função das aspirações e a função de vida real. Esse hiato gera a frustração social e a insatisfação. Na prática, a extensão do hiato proporciona uma medida razoável da instabilidade política. (Huntington, 1975, 67).

O cenário apresentado por Huntington guarda relações com o ambiente que apresentamos neste trabalho. Tem-se verificado nos últimos anos, não apenas nas democracias industriais avançadas, como também nas novas democracias, ainda que com diferenças culturais significativas, a ocorrência de uma

transformação na prioridade que os cidadãos dão a antigos valores e o surgimento de novas demandas valorativas.

Segundo Inglehart (1977: 70; 1984: 25; 1987: 1296), vivenciamos um novo alinhamento de demandas que não se baseia mais em classes e sim em valores. Enquanto há um grupo de indivíduos entre os quais predomina objetivos dirigidos à satisfação de necessidades fisiológicas e segurança física, tem-se os que passam a dar maior importância a valores de integração, auto-expressão e satisfação intelectual e física (Inglehart, 1990).

As mudanças nos interesses, desejos e anseios da sociedade nos últimos séculos é em grande parte procedente do desenvolvimento econômico e social que os países foram submetidos (INGLEHART, 1990; TORCAL, 1989; RIBERIO e BORBA, 2010). Atualmente vivemos em uma “aldeia global” na qual temos acesso à informação dos bens e interesses de todo o globo. Os valores que cultivamos são apenas reflexo das atitudes dos que estão em nossa proximidade física. A globalização também reflexiona sobre as pessoas que nos relacionamos e onde buscamos informações.

Enquanto antes a disputa política era mapeada pelos conflitos de classes sociais, nas quais trabalhadores eram vinculados a partidos de esquerda e a classe-média e proprietária tinha uma tendência maior a apoiar a partidos de direita, atualmente essa fronteira não é tão bem delimitada assim.

Em outro sentido, tem-se percebido, de forma generalizada, uma crise dos partidos políticos, representada, sobretudo, pelo declive nos níveis de afiliação e por sentimentos antipartidistas, entendidos como uma desconfiança

generalizada nos partidos políticos. Os cidadãos têm se mostrado céticos em relação aos partidos políticos, vistos cada vez mais como incapazes de sustentar ideias políticas consistentes, interessados maiormente em si mesmos do que na busca pelo bem comum.

Partidos políticos são instituições adaptáveis. Eles vieram se adaptando as demandas e desafios que lhes foram impostos desde a sua fundação. O que devemos observar como estudiosos do tema é como ela irá sobreviver a esta crise de “*descontento* política” (Torcal, 2003). Os partidos continuam tendo importância para os eleitores, mas eles não conseguem saciar as demandas que lhes são impostas. Com isso abre-se a oportunidade de surgimento de novas frentes desafiantes aos tradicionais partidos políticos.

A percepção que se tem é de rompimento dos vínculos entre representantes e representados. Todavia, a existência de partidos só é justificável, e possível, devido a esta relação entre representantes e representados.

A discussão mais recente sobre as democracias se baseia muito na teoria da institucionalização do sistema partidário e de todo o sistema, entretanto devemos discutir sobre o excesso de institucionalização.

Como apresentado por Huntington (1968, p. 12 *apud* MAINWARING, TORCAL, 2005), "institucionalização é o processo pelo qual organizações e procedimentos adquirem valor e estabilidade". A literatura da ciência política se baseou na defesa de que um sistema institucionalizado seria “melhor”, já que possibilitaria aos atores envolvidos uma melhor compreensão do funcionamento deste, o que possibilita a previsão das ações dos atores.

Destaque-se que Mainwaring e Torcal (2005), se diferem em partes da teoria de Huntington, um trabalha com a ideia de sistema partidário enquanto o outro com partidos. E Huntington, prevê uma atuação mais independente dos partidos para com as organizações sociais, enquanto Mainwaring e Torcal creem em uma raiz mais profunda entre os partidos e os grupos sociais.

Não obstante, a institucionalização tanto a dos partidos como a dos sistemas partidários é prejudicial para a representação política. Enquanto a primeira leva a um excesso de formalização da relação da sociedade com os partidos políticos, a segunda possibilita a “diminuição” das opções de escolhas pela sociedade. As duas consequências estão na raiz da discussão da crise da representação.

A discutidos sobre a crise dos partidos políticos estão em crise, tem sua fonte na imagem que cada vez mais estes não cumprem as suas funções e não representam os anseios dos cidadãos. A revisão da teoria que define os partidos políticos, a trajetórias das organizações partidárias, os modelos de partidos apontados pela literatura, a trajetória dos partidos e as duas atuais configurações, bem como de todo o sistema partidário, feitas ao longo da tese nos deram um panorama de como a representação mudou nos últimos anos.

Elaborar governos ou fazer parte dos mesmos e organizar os processos legislativos realça-se como o cerne do poder dos partidos contemporâneos.

(...) os partidos estão em declínio e foram assumidas, pelo menos parcialmente, por outros organismos, ao passo que as suas funções processuais foram preservadas, chegando mesmo a adquirir uma maior relevância. Por outras palavras, assim como os partidos mudaram da sociedade para o Estado, as funções que estes desempenham, e se espera que desempenhem, mudaram de uma ação principalmente representativa para uma ação principalmente governativa. Esta mudança enfatiza também um aspecto importante relativo ao suposto «declínio dos partidos»: de facto, os partidos enquanto

tais não declinaram, mas modificaram-se e encontram-se hoje cada vez mais implantados nas instituições. Por outro lado, parece cada vez mais evidente a ocorrência de um acentuado declínio das organizações partidárias — pelo menos quando avaliadas em termos de simples dimensão, penetração social e relevância. (Mair, 2003:285)

Essas mudanças nas estruturas funcionais dos partidos políticos acarretaram em mudanças significativas em suas estruturas. A alteração das funções partidárias foi decorrente dos ambientes sociais nos quais os partidos estavam inseridos, ou seja, os partidos se modificaram em função das mudanças da sociedade.

Como discutido nesta conclusão, os partidos se modificaram e se adaptaram as mudanças impostas com a revolução industrial, posteriormente com a modernidade, agora enfrentam os desafios impostos pela globalização. A sociedade passou e passa recentemente por grandes mudanças valorativas e estas influem diretamente sobre as atuais configurações dos partidos.

Nossa proposição é de que a emergência de novas forças partidárias é incentivada e acelerada pela crise econômica e a grande recessão que atingiu as democracias ocidentais nos últimos anos (LINDVALL, 2014; HERNÁNDEZ Y KRIESI, 2016).

[E] resultado más consistente de los estudios sobre emergencia de partidos em democracias avanzadas es el efecto de la economía en el corto plazo. Estudios previos han argumentado que la Recesión incrementa las entradas, porque provee a las élites de los nuevos partidos de una oportunidad para beneficiarse de los fallos de las políticas económicas adoptadas por los partidos establecidos. Cuando la economía no camina por la buena senda, los nuevos partidos tienen un tema claro y destacable sobre el que movilizar a los votantes, y los partidos existentes aparecen como menos creíbles. (Tavits, 2007: 118)

Essa eclosão é possível em sistemas partidários consolidados é possível pela crise do sistema partidocrático (Mair, 2015) e as mudanças sociais e culturais que a globalização nos trouxe. O surgimento de novos *issues*, valores e

interesses na sociedade não foram bem contemplados pelas formações partidárias tradicionais (HOOGHE e MARKS, 2017). A *dessafección* e o descontento com os partidos tradicionais e com a política em geral, possibilita que os eleitores se sintam mais atraídos pelos partidos insurgentes (ORRIOLS e CORDERO, 2016; BOSCH e DURÁN, 2017), que irão responder a essas demandas não respondidas pelos partidos já estabelecidos.

Assim como Huntington diagnosticou como as mudanças causadas pela modernidade não foram bem acolhidas pelas instituições vigentes em muitos países, que levou a possibilidade de mudanças. Acredito que demonstramos nesta tese que vivemos um novo cenário de instabilidade nas democracias ocidentais pela falta de atendimento das demandas valorativas causadas pela modernidade.

O surgimento de novos partidos na Espanha, tem como pressuposto que crise são o momento da expressão da perda da hegemonia das elites tradicionais, com ascensão de uma nova elite. O surgimento de novos partidos na Espanha pode ser o reflexo na verdade da mudança de fatores estruturais causados pela globalização, nos mesmos moldes das mudanças diagnosticadas por Huntington (1968) durante o processo de modernização.

A Espanha como um caso sintomático

Castells (2018) afirma que os movimentos sociais, e seu braço institucional o PODEMOS, que colocaram fim ao sistema bipartidário espanhol, é o embrião para o surgimento de uma nova transição democrática. Os ideias presentes no 15M, que posteriormente foi replicado em manifestações em outros países

européus, na América Latina e nos EUA são a clara resposta “à crise económica e à ruína da legitimidade política”. (CASTELLS, 2018:142).

O trabalho desenvolvido nesta tese demonstra como as duas novas formações partidárias, PODEMOS e Ciudadanos, conseguiram usufruir das brechas disponíveis no jogo político espanhol e com isso emergirem como forças partidárias importantes. Os novos partidos aproveitaram a janela de entrada institucional que foi acelerada pela recessão económica e pela percepção de que os partidos haviam deixado para responder a questões políticas anteriores a 2008.

No primeiro capítulo da tese demonstramos como o sistema espanhol, apesar de ter sido forjado em sua origem para formar maiorias legislativas (Lago e Montero, 2005), possui uma brecha institucional que possibilitou que as forças emergentes conquistassem cadeiras no *Congreso de los Diputados* e rompensem a dinâmica bipartidária vigente. As novas forças partidárias basearam as suas eleições nos grandes distritos eleitorais, que possuem dinâmica eleitoral mais proporcional que nos pequenos distritos.

O segundo capítulo é realizada a revisão conceitual e a construção do marco teórico sobre o que são os novos partidos e como surgem forças desafiantes em sistemas consolidados. As ferramentas teóricas e metodológicas apontadas neste capítulo basearam a discussão a seguir sobre como essas novas forças conseguiram romper o sistema com tendência bipartidária da Espanha.

A seguir, dedicamos um olhar atento ao debate sobre a crise dos partidos políticos. Conceituando e levantando quais os procedimentos metodológicos

utilizados pelos autores para configurar a crise da representação, esses indicadores foram posteriormente testados no quinto capítulo.

Ja no quarto capítulo expomos os indicadores de desencanto com a política presentes na Espanha, bem como, aspectos culturais que nos auxiliam na construção do mapa ambiental que a eleição estudada nesta tese está inserida. Para completar, apresentamos aqui são atores, PODEMOS e Ciudadanos, que ao se inserirem na disputa eleitoral de 2015 colocam em marcha as mudanças em todo o sistema político espanhol. Os dois partidos são os entes centrais da mudança, pois são os que conseguem romper a dinâmica bipartidária até então vigente. Apresentamos a história da construção das legendas, quem são suas principais lideranças, sua ideologia, suas estratégias discursivas e de propagandas, como se organizam internamente e o seu papel nas eleições estudadas.

Para finalizar a tese, realizamos testes estatísticos com os dados CIS para a eleição de dezembro de 2015 (15D). Estudar a decisão dos votos dos eleitores é crucial para a compreensão das mudanças e se soma a janela institucional detectada no capítulo 2. Ao final da análise comprova-se que a clivagem novos e velhos se soma a clivagem esquerda-direita que regia o sistema político espanhol (Aguilera de Prat, 2001:48; Rodríguez-Aguilera, 2012:63). Se por um lado o descontentamento reforça a visão de que novas forças políticas são necessárias para que os eleitores se sintam representados pelo sistema, com a possibilidade de que novas demandas sejam contempladas no jogo. A velha clivagem direita/esquerda une partidos novos e velhos em consonância com as disputas de valores. Valores pós-materialistas que são vinculados a forças da

esquerda continuam com grande poder explicativo nas novas e velhas agremiações. E por consequência, valores materialistas são melhores encabeçados por partidos de direita, sejam esses novos ou velhos.

Acreditemos que com o estudo deste caso possibilitamos aprofundar os conhecimentos sobre o conhecimento dos desafios que os partidos políticos têm nos novos contextos sociais e econômicos, principalmente nas mudanças e respostas que terão de dar partidos tradicionais e novos as demandas de uma sociedade de democracia antiga, mas em mudança. A seguir iremos apresentar como cada um dos quatro maiores partidos, que saíram das urnas de 2015, dialogam e interagem com as disputas que apresentamos nessa tese.

PSOE - A demissão de Sanchez, expõe novamente o racha interno do partido. Sanchez buscou ancorar a sua atuação no posicionamento dos filiados ao partido, e em alguns casos em oposição os líderes regionais. Essa atuação já se apresenta como a tentativa de uma reaproximação com os liderados, no entanto, o caso demonstra como a centralização decisória do partido, levam a uma situação de crise do PSOE. O partido que mais ganhou espaço com o descontentamento com o PSOE, é o PODEMOS, e como veremos a seguir propõe uma forma de atuação mais horizontalizada, com participação ativa dos filiados.

A representatividade e o diálogo com a sociedade se mostra mais importante para o PSOE, dado que este deveria presar por obedecer as demandas da sociedade. A visão de que os partidos de esquerda se aproximam das empresas e se distancia do financiamento por parte dos seus filiados é grave para os partidos de esquerda. Por isso, a forma de atuação dos partidos frente as

denúncias de corrupção atingem e ferem com maior força partidos do espectro a esquerda.

O PSOE é partido que mais sofreu com a emergência dos novos partidos sendo “achacado” pela esquerda pelo PODEMOS e ao centro pelo *Ciudadanos*. Assim tanto sobre a análise do espectro esquerda/direita, tanto pelo velho/novo realizam mudanças importantes no PSOE.

PARTIDO POPULAR - A corrosão gerada pelas mudanças econômicas e pela centralização decisória não gerou um problema tão grande os partidos conservadores. As políticas liberais e ortodoxas adotadas em momentos de crise vão em acordo com a opinião e valores conservadores de direita. Políticos de direita são adeptos de políticas que se prega a redução do papel do Estado na economia, bem como a adoção de corte de gastos. O que não gera um problema ao PP nas possibilidades de mudança em busca de uma gestão mais eficiente da econômica e do Estado.

A tendência a oligarquização não se mostra um problema grave para as agremiações conservadoras, dado que está guardada raízes a origem destes partidos. Os partidos de direita surgem oligarquizados, no percurso de adaptabilidade ao jogo eles aumentam a sua participação dos filiados, todavia o regresso a sua origem não se mostra um processo de grande desgaste.

Acreditamos, que o fator que mais leva a ranhuras ao Partido Popular, são a série de casos de corrupção que o partido foi envolvido nos últimos anos. Membros do partido foi envolvido em denúncias, julgado e sentenciado por casos de financiamento ilegal de campanhas e de aumento de patrimônio. Essas

denúncias levaram a mudança no comando do Partido em 2018, com a demissão de Mariano Rajoy e a eleição de Pablo Casado.

Mas, essa mudança não altera a posição centralizadora da atuação do partido, bem como as suas posições econômicas. O Partido mesmo flanqueado pelo *Ciudadanos*, mantém o domínio da centro-direita espanhola, tendo menores prejuízos que o PSOE na disputa velhos/novos partidos.

CIUDADANOS - As pautas econômicas do partido são facilmente adotadas pelo PP, restando as pautas de crise da confiança no partido devido aos casos de corrupção, que como discutimos anteriormente não afligem muito o partido. Com isso o C's fica achatado entre o PP e o PSOE, o que possibilita a conquista dos votos, mas não a dominância sobre a agenda.

PODEMOS - A defesa de uma democracia mais direta, longe das amarras da oligarquização são um fator importante para o partido e que o possibilita crescer a esquerda do PSOE, empurrando o mesmo para o centro da clivagem esquerda/direita. Entretanto, esta crise levou ao reforço da horizontalização das tomadas de decisão do partido. As decisões de Pablo Iglesias foram depois submetidas ao sufrágio dos filiados ao partido e tivemos a confirmação de suas decisões. Como destacamos durante a apresentação do PSOE, o processo de proximidade e de menor burocratização do partido é importante para as agremiações a esquerda. O PODEMOS se apresenta como a possibilidade de se reavivar pautas a esquerda que para muitos o PSOE, ao se dirigir ao centro e “pausterizar” a sua ideologia não conseguem mais cumprir. Assumindo como os defensores do bem-estar social, a modernização da economia, a eficiência energética e principalmente a regeneração da democracia. Finalmente, o

PODEMOS se posiciona como o maior defensor, quando se observa os partidos que se organizam de forma nacional, da clivagem centro/periferia.

A representação tem de ser feita nas democracias contemporâneas, todo o sistema político sofre as pressões atmosféricas – institucionais e culturais – só que a forma que cada ente do sistema responde é diferente. Partindo do princípio físico que todo sistema tende a um equilíbrio, o sistema representativo é igual. Diferentes forças exerceram “calor” sobre o sistema, entes que forem mais passíveis a essa pressão abrirão oportunidade para que massas de ar ocupem esse espaço. Quanto maior a diferença de temperatura entre as massas de ar, mais forte é o vento.

Colocar um ponto final nesta tese é apenas uma formalidade necessária. Colocamos como ponto final ao marco temporal desta tese a eleição espanhola de 2015, porém esse ponto não é o ponto final das mudanças que a Espanha vem presenciando. Logo após está eleição pela primeira vez no atual período democrático a Espanha não conseguiu constituir governo, o que levou ao Rei Don Felipe IV dissolver o Congresso e convocar novas eleições. As novas eleições foram realizadas em julho de 2016, com o PP conquistando novamente o maior número de votos e cadeiras¹²⁵, o PSOE¹²⁶ tem um resultado eleitoral ainda pior que nas eleições anteriores e PODEMOS¹²⁷ e C's¹²⁸ ainda se mostram como atores com poder de veto.

¹²⁵ O PP obteve 33,3% dos votos, o que lhe garantiu 137 cadeiras.

¹²⁶ O PSOE conquistou 22,66% dos votos, o que garantiu 85 cadeiras, cinco a menos que a eleição de 2015.

¹²⁷ Se manteve como a terceira força. Com a união com Izquierda Unida (IU), o partido conquistou 71 cadeiras (21,10% dos votos).

¹²⁸ Apesar da redução do número de deputados (de 40 para 32) o partido se manteve como a quarta maior força do Congresso.

Para que fosse instituído um Governo, foi necessário que o PSOE se abster-se durante a votação de investidura, mais um fato inédito, de Mariano Rajoy. Os debates internos ao PSOE para que ele tomasse esta atitude levou a demissão do Secretário-Geral Pedro Sanchez e uma junta diretiva, com grande “presença” dos barões do partido, toma-se o poder. Pedro Sanchez, renunciou seu cargo no Congresso dos Deputados para não ter de e abster durante a votação de investidura e se lançou novamente como candidato a Secretário-Geral.

No processo de primárias realizado a 21 de maio de 2017, Pedro Sanchez (50%) vence Susana Díaz (40%) e Patxi López (10%) e é novamente empossado como Secretário-Geral do PSOE. A vitória sobre Susana Díaz é importante para demarcar a vitória sobre a estrutura oligárquica do partido, pois ela é a presidente da Andalucia e considerada uma das baronesas mais fortes do partido. Como a eleição para o Secretário-Geral é feita diretamente pelos filiados, forma adotada pela primeira vez em 2014 quando Pedro Sanchez foi eleito pela primeira vez, essa possibilita uma influência direta na estrutura do partido.

Outro destaque deve ser feito, o PODEMOS passa por um processo de disputa e fissuras internas. A principal rachadura é entre Iglesias e Errejón. PODEMOS realizou uma nova convenção¹²⁹ que fortaleceu ainda mais seu líder Pablo Iglesias, vencendo a disputa com seu antigo número 2 Íñigo Errejón. Iglesias trocou o secretario de programa do partido, substituindo Sergio Pascual, grande amigo de Errejón, por Pablo Echenique, o que significou uma grande guinada à esquerda no partido. Já que Errejón sempre defendeu um partido mais plural. E depois teve o caso da demissão de nove membros do Conselho Cidadão da

¹²⁹ Assembleia realizada entre os dias 11 e 12 de fevereiro de 2018- Vistalegre II.

comunidade de Madrid¹³⁰, todos próximos a Errejón. Esse episódio reforçou apenas a visão de que qualquer partido em formação as distinções internas ainda estão bem presentes. Essa fricção levou a saída de Ínigo Errejón, um ano depois. Um dos principais ex-líderes políticos e intelectuais do PODEMOS irá disputar o governo da Comunidad de Madrid em 2019, junto ao partido da prefeita da cidade Madrid, Manuela Carmena (Más Madrid). A saída de Errejón põe fim a uma disputa interna, mas abre mais uma possibilidade de fragmentação do sistema político-partidário.

As alterações no sistema continuam acontecendo e muitas delas inéditas. Pela primeira vez, um voto de censura a um Presidente de Governo é aprovado, colocando fim ao mandato de Mariano Rajoy após dois anos de mandato. O voto de censura que foi proposto pelo PSOE se baseou na condenação final de membros do PP por casos de corrupção. Pedro Sanchez conta com o apoio do PODEMOS e dos partidos independentistas para aprovar o voto de censura e com isso assumir a presidência de Governo.

A derrota de Mariano Rajoy levou a sua demissão como presidente do PP e a eleição de Pablo Casado. Casado um jovem, com perfil mais à direita do que Mariano Rajoy está reestruturando o partido na oposição. Alberto Rivera que fez parte do Governo Rajoy passa a oposição a Pedro Sanchez, pautando sua atuação contra principalmente as ações do PODEMOS e dos partidos independentistas.

¹³⁰ Os demissionários foram: Pablo Padilla, Clara Serra, Jazmín Beriak, Sarah Bienzobas, Loreto Arenillas, Olga Abasolo, Cristina Castillo, César Mendoza e Leticia Sánchez.

No momento que coloco um ponto final neste trabalho, a Espanha se prepara para as eleições locais. Os quatro partidos, os já estabelecidos e os novos retratamos neste estudo, ainda se apresentam como as maiores forças. Todavia, deve-se ressaltar a emergência do partido de extrema-direita VOX. O VOX alcançou apenas 0,2% dos votos das eleições nacionais de 2016, surgiu como grande fenômeno nas eleições regionais da Andaluzia, alcançando 12 deputados na e se posicionando como um ator importante para que o PSOE perdesse o governo da região pela primeira vez após a redemocratização.

Após a “eleição crítica” de 2015, temos a consolidação de um sistema multipartidário efetivo. Os resultados eleitorais, principalmente da Andaluzia, apontam para que o sistema político espanhol se encontra em processo de desalinhamento. Um novo equilíbrio das forças ainda não foi alcançado. A institucionalização que a Espanha vivenciou nos seus primeiros 40 anos da atual democracia, foi completamente desestruturado. Por mais que o sistema eleitoral foi forjado para a formação de maiorias (Lago e Montero, 2005), a crise da representação e o descontentamento com o sistema propiciaram as brechas necessárias para o surgimento de um sistema multipartidário.

As estruturas foram mexidas e levaram a esse novo sistema, ao que tudo indica está nova estrutura não está se estabilizando. Sistemas, partidos e instituições devem sempre se adaptarem as circunstâncias que lhe são impostas, se não novos ventos podem soprar.

Referências

ABRAMOWITZ, Alan I., SAUNDERS. Kyle L.. "Ideological realignment in the U.S. Electorate." **The Journal of Politics** 60 (3): 634-52. 1998

ABRAMOWITZ, Alan I., SAUNDERS. Kyle L... "Why Can't We All Just Get Along? The Reality of a Polarized America." **The Forum: A Journal of Applied Research in Contemporary Politics** 3 (2). 2005

ACHCAR, Gilbert et al. **Apoyo Internacional a Podemos**. 12 jun. 2014. Disponível em: <<https://apoyointernacionalapodemos.wordpress.com/>>. Acesso em: 01 jan. 2019.

AGUILERA DE PRAT, Cesáreo R.. La transición política en España, 1975-1982. In: ALCÁNTARA, M; MARTÍNEZ, A. **Política y Gobierno en España**. Tirant lo Blanch, Valencia, 2001.

Aldrich, John H. **Why Parties? The Origin and Transformation of Political Parties in America**. Chicago, Ill.: University of Chicago Press.1995.

ALESINA, Alberto; WACZIARG, Romain. "Is Europe Going Too Far?" **Carnegie-Rochester Conference Series on Public Policy**, 51(1), pp. 1– 42.December 1999.

ALMOND, Gabriel; VERBA, Sydney. **The Civic Culture: political attitudes and democracy in five nations**. Boston: Little, Brown and Company, 1965.

ÁLVARO GARCÍA, David e FONSECA PORRAS, Enrique Alberto. El Método Podemos: Marketing marxista para partidos no marxista. **Última Línea de Ensayo**. Madrid, 2015.

ANDUIZA, Eva; GALLEGO, Aina; MUÑOZ, Jordi. "Turning a Blind Eye: Experimental Evidence of Partisan Bias in Attitudes towards Corruption". **Comparative Political Studies**. 2014.

ANTÓN, Joan. El Franquismo (1936-1975): Una dictadura militar fascistizada. In: REUNIU, Josep M.. **Sistema político español**. Huygens. Barcelona, 2012.

ANTÓN, Joan. El Franquismo (1936-1975): Una dictadura militar fascista. In: REUNIU, Josep M.. **Sistema político español**. Huygens. Barcelona, 2012.

ARANGUREN, José Luis L.. Moral Española de la democracia, 1976-1990. **Claves de Razón Práctica** 1:2-8. 1991.

ARMINGEON, KLAUS; GUTHMANN, KAI . Democracy in crisis? The declining support for national democracy inEuropean countries, 2007–2011. **European Journal of Political Research**, 2013

B.O.E - **Boletim Oficial do Estado**.

BAQUÉS, Josep. La construcción del Estado en España (SS. XIX-XX): Una perspectiva politológica. In: REUNIU, Josep M.. **Sistema político español**. Huygens. Barcelona, 2012.

BARAS, Montserrat; BARBERÀ, Oscar. Los partidos políticos españoles. In: REUNIU, Josep M.. **Sistema político español**. Huygens. Barcelona, 2012.

Barnea S., Rahat G.. Reforming Candidate Selection Methods: A Three-Level Approach. **Party Politics**, vol. 13, no. 3, pp. 375-394. 2007.

BARREIRO, Belén. “La progresiva desmovilización de la izquierda en España: un análisis de la abstención en las elecciones generales de 1986 a 2000”. **Revista Española de Ciencia Política**, 6: 183-208. 2002.

BARTOLINI, Stefano and MAIR, Peter. **Identity, Competition and Electoral Availability. The Stabilization of European Electorates 1885-1985**. Cambridge, Cambridge University Press, 1990.

BE´LANGER, Eric. ‘Antipartyism and Third-Party Vote Choice. A Comparison of Canada, Britain, and Australia’, **Comparative Political Studies** 31: 312–32. 2004.

BECK, P. A.. A Socialization Theory of Partisan Realignment. In R. G. Niemi & Associates (Eds.), **The Politics of Future Citizens** (pp. 199-219). San Francisco (etc.): Jossey-Bass Publishers. 1974.

BECK, P. A.. Patterns of Dealignment In R. J. Dalton, P. A. Beck & S. C. Flanagan (Eds.), **Electoral Change in Advanced Industrial Democracies- Realignment or Dealignment?** (pp. 233-239). Princeton: Princeton University Press. 1984b.

BECK, P. A.. The Dealignment Era in America. In R. J. Dalton, P. A. Beck & S. C. Flanagan (Eds.), **Electoral Change in Advanced Industrial Democracies- Realignment or Dealignment?** (pp. 240-263). Princeton: Princeton University Press. 1984a.

BENOIT, Kenneth. “Which electoral formula is the most proportional? A new look with new evidence”. **Political Analysis** 8 (4): 381-388. 2000.

BOBBIO, Norberto. **Direita e Esquerda**. São Paulo: UNESP, 2001.

BOIX, Carles. ‘The Emergence of Parties and Party Systems’, in Carles Boix and Susan Stokes (eds) **Oxford Handbook of Comparative Politics**, pp. 314–34. New York: Oxford University Press. 2007.

BORNSCHIER, Simon. The New Cultural Divide and the Two-Dimensional Political Space in Western Europe. **West European Politics**, 33 (3): 419-444. 2010.

BOSCH, A.; DURÁN, I. M.. “How does economic crisis impel emerging parties on the road to elections? The case of the Spanish Podemos and Ciudadanos”. **Party Politics**, 1- 11. 2017.

BOTTI, A. Cielo y dinero: **El nacional-catolicismo en España (1881-1975)**. Alianza Editorial, Madrid. 1992.

BRAGA, Ruy. Organizando a Indignação. **Blog da Boitempo**, São Paulo, p. 1, 10 nov. 2014. Disponível em: <http://blogdaboitempo.com.br/2014/11/10/organizando-a-indignacao/?blogsub=confirming#blog_subscription-3>. Acesso em: 06 jan. 2019.

BRANDALISE, Carla. **Les rapports internationaux de l'Italie envers l'Amérique latine: 1922-1936**. Lille: ANRT, 2005.

Broughton, David & Hans-Martin ten Napel (red.): **Religion and mass electoral behaviour in Europe**. London & New York: Routledge. 2000.

CAAMAÑO, Rama. Ciclos electorales y sistema de partidos en España, 1977-2016. **Revista Jurídica Universidad Autónoma de Madrid**. 2016.

CALVET, Jordi. Las Elecciones Generales: Quiénes pueden votar, cuantos votan Y con qué Resultados? In: REUNIU, Josep M.. **Sistema político español**. Huygens. Barcelona, 2012.

CAMARGOS , M. Refinando a teoria do voto econômico: América Latina revisitada. In: TELLES, H. e MORENO, A. (orgs.). **Comportamento Eleitoral e Comunicação Política na América Latina**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

CAMPBELL, Angus; CONVERSE, Philip; MILLER, Warren; STOKES Donal. **The American Voter**. New York: John Wiley & Sons, 1960.

CAMPBELL, B. A. (1980). Realignment, Party Decomposition, and Issue Voting. In B. A. Campbell & R. J. Trilling (Eds.), **Realignment in American Politics - Toward a theory** (pp. 82-109). Austin and London: University of Texas Press.

CAMPILLO, Óscar. Zapatero. Presidente a la Primera. **Esfera de los Libros**. Madrid, 2004.

CARBALLO, Marita; MORENO, Alejandro. **El cambio de valores en America Latina: Hallazgos de La encuesta mundial de valores**. CESOP: DF (Mexico), 2012. 2013.

CASTLES, F., MAIR, P.. "Left-right political scales: Some 'expert' judgements." **European Journal of Political Research** 12(1):73–88. 1984.

CENTRO DE INVESTIGACIONES SOCIOLOGICAS. **Barómetro pos-electoral 2015**. Estudios. Disponível em: <http://www.cis.es/cis/opencm/ES/1_encuestas/estudios/>. Acesso em: 26 fev. 2015.

CONVERSE, P. E. (1969). Of Time and Partisan Stability. **Comparative Political Studies** 2(2), 139-171.

CONVERSE, P. E. (1976). **The Dynamics of Party Support**. Beverly Hills and London: Sage.

CONVERSE, Philip. The nature of belief systems in mass publics. In: APTER, David (Org.) **Ideology and discontent**. New York: **The Free Press**, 1964._____. Public opinion and voting behavior. In: GREENSTEIN, Fred; POLSBY, Nelson. **Handbook of Political Science**. Princeton: Addison-Wesley Publishing Company, v. 4, 1975.

COX, Gary W.. 'Electoral Rules and Electoral Coordination', **Annual Review of Political Science** 2: 145–61. 1999.

COX, Gary W.. **Making Votes Count. Strategic Coordination in the World's Electoral Systems**. New York: Cambridge University Press. 1997.

CREWE, I. (1983). The Electorate: Partisan Dealignment Ten Years On. **West European Politics**, 6(4), 183-215.

CREWE, I. (1985a). Great Britain. In I. Crewe & D. Denver (Eds.), **Electoral Change in Western Democracies** (pp. 100-150). New York: St. Martin's Press.

CREWE, I. (1985b). Introduction: Electoral Change in Western Democracies: A Framework For Analysis. In I. Crewe & D. Denver (Eds.), **Electoral Change in Western Democracies** (pp. 1-22). New York: St. Martin's Press.

CREWE, I., & Denver, D. (1985). **Electoral Change in Western Democracies**. New York: St. Martin's Dalton, R. J. (1984). The West German Party System between Two Ages. In R. J.

DALTON, P. A. Beck & S. C. Flanagan (Eds.), **Electoral Change in Advanced Industrial Democracies- Realignment or Dealignment?** (pp. 104-133). Princeton: Princeton University Press.

DALTON, R. J. (1996). **Citizen Politics - Public opinion and Political Parties in Advanced Industrial Democracies** (2nd ed.). Chatham, New Jersey: Chatham House Publishers.

DALTON, R. J. (2000). The Decline of Party Identification. In R. J. Dalton & M. P. Wattenberg (Eds.), **Parties without Partisans - Political Change in Advanced Industrial Democracies** (pp. 19-36). New York: Oxford University Press.

DALTON, R. J. (2004). **Democratic Challenges, Democratic Choices - The erosion of political**

DALTON, R. J. (2006). **Citizen Politics - Public Opinion And Political Parties In Advanced**

DALTON, R. J. (2009). Economics, Environmentalism and Party Alignments: A note on partisan change in advanced industrial democracies. **European Journal of Political Research**, 48(2), 161-175.

DALTON, R. J. **The apartisan American: dealignment and changing electoral politics**. Washington, DC: Sage, 2013.

DALTON, R. J., & STEVEN, W. (2007). Partisanship and Party System Institutionalization. *Party Politics*, 13(2), 179-196.

DALTON, R. J., & WATTENBERG, M. P. (Eds.). (2000). **Parties without Partisans – Political Change in Advanced Industrial Democracies**. New York: Oxford University Press.

DALTON, R. J., BECK, P. A., & FLANAGAN, S. C. (1984a). **Electoral Change in Advanced Industrial Democracies - Realignment or Dealignment?** Princeton: Princeton University Press.

DALTON, R. J., BECK, P. A., & FLANAGAN, S. C. (1984b). Electoral Change in Advanced Industrial Democracies. In R. J. Dalton, P. A. Beck & S. C. Flanagan (Eds.), **Electoral Change in Advanced Industrial Democracies- Realignment or Dealignment?** (pp. 3-22). Princeton: Princeton University Press.

DALTON, R. J., BECK, P. A., & FLANAGAN, S. C. (1984c). Political Forces and Partisan Change. In R. J. Dalton, P. A. Beck & S. C. Flanagan (Eds.), **Electoral Change in Advanced Industrial Democracies- Realignment or Dealignment?** (pp. 451-476). Princeton: Princeton University Press.

DALTON, R. J., MCALLISTER, I., & WATTENBERG, M. P. (2000). The Consequences of Partisan Dealignment. In R. J. Dalton & M. P. Wattenberg (Eds.), **Parties without Partisans - Political Change in Advanced Industrial Democracies** (pp. 37-61). New York: Oxford University Press.

DALTON, R. y WELDON, S.. "Public images of political parties: A necessary evil?". *West European Politics*, 28 (5) 931-951. 2006.

DALTON, Russell. Cognitive mobilization and partisan dealignment in advanced industrial democracies, *The Journal of Politics*, Vol. 46, no. 1, pp. 264-284, 1984

DELGADO, Irene. Partidos y sistema de partidos: 1977-2000. In: _ ALCÁNTARA, M; MARTÍNEZ, A. **Política y Gobierno en España**. Tirant lo Blanch, Valencia, 2001.

Denver, D.; FISHER, J.; HANDS, G.. Party Membership and campaign Activity in Britain. *Party Politics*, vol. 12, nº4, pp. 505-519. 2006.

DOWNS, Anthony. **Uma teoria econômica da democracia**. São Paulo: EDUSP, 1999 [1957].

ELLAKURIA, Iñaki; ALBERT DE PACO, Jose Mari. Alternativa Naranja. Madrid. Debate, 2015

ESPAÑA. **La Constitución española**, 1978.

FERNANDEZ MIRANDA CAMPOAMOR, A.. El sistema electoral del Congreso de los Diputados. *Revista de Derecho Político*, 52. 2001. Pp. 29-30.

FERNÁNDEZ-ALBERTO, José. **Los votantes de PODEMOS: del partido de los indinados al partido de los excluidos.** Los libros de la Catarata/Alternativas, Madrid. 2015.

FIGUEIREDO, Marcus. **A decisão do voto: democracia e racionalidade.** 2. ed. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2008.

FIORINA, M. **Retrospective voting in American National Elections.** New Haven: Yale University Press, 1981.

FLANAGAN, S. C. (1987). Value Change in Industrial Societies. **American Political Science**

FLANAGAN, S. C., & Dalton, R. J. (1984). Parties Under Stress: Realignment and Dealignment in Advanced Industrial Societies. **West European Politics**, 7(1), 7-23.

FONTANA, J. **España bajo el franquismo.** Crítica, Barcelona. 1986.

FRANKLIN, C. H. (1984). Issue Preferences, Socialization, and the Evolution of Party Identification. **American Journal of Political Science** 28(3), 459-478.

FRANKLIN, C. H. (1992). Measurement and the Dynamics of Party Identification. **Political Behaviour**, 14(3), 297-309.

FRANKLIN, C. H., & Jackson, J. E. (1983). The Dynamic of Party Identification. **American Political Science Review**, 77(4), 957-973.

FRANKLIN, M. N. (2004). **Voter Turnout and The Dynamic of Electoral Competition in Established Democracies Since 1945.** Cambridge: Cambridge University Press.

FRANKLIN, M. N., Mackie, T., & Valen, H. (1992). Introduction. In M. N. Franklin, T. Mackie & H. Valen (Eds.), **Electoral Change: Responses to evolving Social and Attitudinal Structures in Western Countries.** New York: Cambridge University Press.

FUSI, Juan Pablo. Franco: **Autoritarismo y poder personal.** El País, Madrid. 1985.

GALLAGHER, M.. Proportionality, disproportionality and electoral systems, **Electoral Studies**, vol. 10, 1991, p.p. 33-51.

GONZÁLES, María Holgado. **La financiación de los partidos políticos en España.** Tirant Lo Blanch, Valencia. 2003.

GUNTHER, R.. Spain: The Very Model of the Modern Elite Settlement. In: Higley, J, Gunther, R.. **Elites and Democratic Consolidation in Latin America and Southern Europe.** Cambridge: Cambridge University Press.1992.

HALL, Peter A.; TAYLOR, Rosemary C. R.. As três versões do neo-institucionalismo. **Lua Nova**, São Paulo, n. 58, 2003

HARMEL, R. (1985), «On the Study of New Parties», *International Political Science Review* 6: 403–18.

HERNÁNDEZ, E. y HANSPETER, K. (2016). «The Electoral Consequences of the Financial and Economic Crisis in Europe», *European Journal of Political Research* 55(2): 203-224.

HOOGHE, L. y MARKS, G. (2017). «Cleavage theory meets Europe's crises: Lipset, Rokkan, and the transnational cleavage», *Journal of European Public Policy*, 25 (1): 109-135.

HOPKIN, J. **Candidate Selection through Primary Elections: Theoretical Reflections and Observations on the Spanish Case**. Paper apresentado na Joint Sessions of workshops, ECPR. Mannheim, 1999.

HUNTINGTON, S. P. **The Third Wave**. Norman: University of Oklahoma Press.1991.

IGLESIAS, Pablo. Understanding Podemos. **New Left Review**, n. 93, p. 7-22, maio-jun. 2015. Disponível em: <<https://newleftreview.org/II/93/pablo-iglesias-understanding-podemos>>. Acesso em 14 dez. 2018.

IGLESIAS, Pablo; ERREJÓN, Íñigo. *Tarjetas rojas y rendición de cuentas de los políticos*. Publicado no site Rebelión, em 11 de novembro de 2010. Acessado em 15/02/2015. << [INGLEHART, R. \(1984\). The Changing Structure of Political Cleavage in Western Society. In R. J. Dalton, P. A. Beck & S. C. Flanagan \(Eds.\), **Electoral Change in Advanced Industrial Democracies- Realignment or Dealignment?** \(pp. 25-69\). Princeton: Princeton University Press.](http://www.rebelion.org/noticia.php?id=116403&titular=tarjetas-rojas-y-rendici%F3n-de-cuentas-de-los-pol%EDticos->></p></div><div data-bbox=)

INGLEHART, R. (1987). Value Change in Industrial Societies. **The American Political Science Review**, 81(4), 1289-1303.

INGLEHART, R., & HOCHSTEIN, A. (1972). Alignment and Dealignment of the Electorate in France and the United States. **Comparative Political Studies**, 5(3), 343-373.

INGLEHART, R., & RABIER, J.-R. (1986). Political Realignment in Advanced Industrial Society: From Class-Based Politics to Quality-of-Life Politics. **Government and Opposition**, 21(4), 456-479.

INGLEHART, R.; WELZEL, C. **Modernização, mudança cultural e democracia: a sequência do desenvolvimento humano**. São Paulo: Francis, 2009.

INGLEHART, Ronald. **The Silent Revolution**. Princeton, Princeton University Press, 1990.

INGLEHART, Ronald; ABRAMSON, Paul. Measuring postmaterialism. **American Political Science Review**, n. 93, p. 665-77, 1999.

INGLEHART, Ronald; WELZEL, Christian. Modernization, cultural change, and democracy: the human development sequence. New York: Cambridge University Press, 2005.

JORNAL EL PAIS. <
http://elpais.com/diario/2000/03/13/espana/952902020_850215.html>

KATZ, Elihu; LAZARFELD, Paul. Personal influence: the part played by people in the flow of mass communications. Glencoe, IL: Free Press, 1955. KEY, Valdimer. **The responsible electorate: rationality in presidential voting 1936-1960**. Cambridge: Harvard University Press, 1966.

KATZ, R. S. and MAIR, P. **How parties organize: change and adaptation in party organizations in Western democracies**. London; Thousand Oaks, Calif.: Sage Publications, 1994.

KATZ, Richard; MAIR, Peter. Changing Models of Party Organization and Party Democracy: the emergence of the cartel party. **Party Politics**, London/Thousand Oaks/New Delhi, v. 1, n. 1, p. 5-28, jan. 1995.

KATZ, Richard; MAIR, Peter. The Ascendancy of the Party in Public Office: party organizational change in twentieth-century democracies. In: GUNTHER, Richard; MONTERO, José Ramón; LINZ, Juan (eds.). **Political Parties: old concepts and new challenges**. Oxford: Oxford University Press, 2002. p. 113-134.

KESTLER, Thomas; KRAUSE, Silvana; LUCCA, Juan. Los Break-in Parties en América Latina: ¿éxito o fracaso? **Revista Debates**, Porto Alegre, v. 7, n. 2, p. 159-171, maio-ago. 2013. Disponível em:

Key, V. O. (1955). A Theory of Critical Elections. **Journal of Politics**, XVII, 3-18.

Key, V. O. (1959). Secular Realignment and the Party System. **Journal of Politics** 21(2), 198- 210.

KEY, Valdimer. **Politics, Parties & Pressure Groups**. New York: Thomas Y. Crowell Company, 1964. 5ª Ed.

KIRCHHEIMER, O. (1966). The Transformation of the Western European Party Systems. In J. LaPalombara & M. Weiner (Eds.), **Political Parties and Political Development** (pp. 177-200). Princeton: Princeton University Press.

KIRCHHEIMER, Otto. The Transformation of the Western European Party. In: LaPALOMBARA, Joseph; WEINER, Myron (Org.). **Political Parties and political Development**. Princeton: Princeton University Press, 1972. p. 137-176.

KITSCHHELT, H. (1994). **The Transformation of European Social Democracy**. Cambridge (etc.): Cambridge University Press.

KITSCHHELT, H., & Hellemans, S. (1990). The Left-Right Semantic and the New Politics Cleavage. **Comparative Political Studies**, 23(2), 210-238.

KRIESI, H. (1998). The Transformation of Cleavage Politics - the 1997 Stein Rokkan Lecture. **European Journal of Political Research**, 33(2), 165-185.

KRIESI, H. (2008). Contexts of Party Mobilization. In H. Kriesi, E. Grande, R. Lachat, M. Dolezal, S. Bornschieer & T. Frey (Eds.), **Globalization and Its Impact on National Space of Competition** (pp. 23-52). Cambridge (etc.): Cambridge University.

KRIESI, H., GRANDE, E., LACHAT, R., DOLEZAL, M., BORNSCHIER, S. y FREY, T. (2008). *West European Politics in the Age of Globalization*, Cambridge: Cambridge University Press.

KRIESI, H., GRANDE, E., LACHAT, R., DOLEZAL, M., BORNSCHIER, S., & FREY, T. (2006). Globalization and the Transformation of the National Political Space: Six European Countries Compared. **European Journal of Political Research**, 45(6), 921-956.

KRIESI, H., GRANDE, E., LACHAT, R., DOLEZAL, M., BORNSCHIER, S., & FREY, T. (2008a). Globalization and Its Impact on National Space of Competition. In H. Kriesi, E. Grande, R. Lachat, M. Dolezal, S. Bornschieer & T. Frey (Eds.), **West European Politics in the Age of Globalization** (pp. 3-22). Cambridge (etc.): Cambridge University.

LAAKSO, Markku; TAAGEPERA, Rein. "Effective" number of parties: a measure with application to Western Europe. **Comparative Political Studies**, v. 12, nº1, 1979, p. 3-27.

LAGO, I. y MARTÍNEZ, F. (2011). «Why new parties?» *Party Politics* 17 (1) 3-20.

LAGO, Ignacio e MONTERO, José Ramón. **'Todavía no sé quiénes, pero ganaremos': manipulación política del sistema electoral español**. Working Papers Online Series 45. 2005.

LAPALOMBARA, Joseph; WEINER, Myron. The Origin and Development of Political Parties. In: LAPALOMBARA, Joseph; WEINER, Myron (Org.). **Political Parties and political Development**. Princeton/New Jersey: Princeton University Press, 1972. p. 3-42.

LAVAREDA, Antonio. **Emoções Ocultas e Estratégias Eleitorais**. Ed. Objetiva, São Paulo, SP. 2009.

LAWSON, Kay. When Parties Dedemocratize. In: LAWSON, Kay; MERKL, Peter. **When Parties Prosper: the uses of electoral success**. Boulder (Colorado): Lynne Rienner Publishers, 2007.

LEWIS-BECK, M. e STEGMAIER, M. The Economic vote in transitional democracias. *Journal of Elections, Public Opinion and Parties*, V. 18:3, pp. 303-323, 2008.

LINDVALL, J. (2014). «The electoral consequences of two great crises», *European Journal of Political Research*, 53(4) 747-765.

LINZ, Juan J. Una teoría del régimen autoritario: El caso de España. In: FRAGA, M *et al.* **La España de los años setenta**. III: El Estado y la política. Moneda e Crédito, Madrid. 1974.

LINZ, Juan. La transición a la democracia en España en perspectiva comparada. In: COTARELO, R. **Transición política y consolidación democrática: España (1975-1986)**. CIS, Madrid. 1992.

LINZ, Juan. **Robert Michaels, Political Sociology and the Future of Democracy**. New Brunswick: Transaction Publishers, 2006.

LIPSET, Seymour Martin; ROKKAN, Stein. Cleavage Structures, Party Systems, and Voter Alignments: an introduction. In: LIPSET, Seymour; ROKKAN, Stein. **Party Systems and Voter Alignments: Cross National Perspectives**. New York/London: The Free Press, Macmillan Limited, 1967. p. 1-64.

MAINWARING, S., & TORCAL, M. (2006). Party System Institutionalization and Party System Theory After the Third Wave of Democratization. In R. S. Katz & W. Crotty (Eds.), **Handbook of Party Politics** (pp. 204-227). London: Sage.

MAINWARING, S., & ZOCO, E. (2007). Political Sequences and the Stabilization of Interparty Competition - Electoral Volatility in old and new democracies. **Party Politics** 13, 155-178.

MAIR, P. (1983). Adaptation and Control: Towards an Understanding of Party and Party System Change. In H. Daalder & P. Mair (Eds.), **Western European Party System** (pp. 405-429). England: Sage.

MAIR, P. (1989). The Problem of Party System Change. **Journal of Theoretical Politics**, 1(3), 251-276.

MAIR, P. (1997). **Party System Change - Approaches and Interpretations**. New York: Oxford University Press.

MAIR, P. (1999). «New Political Parties in Established Party Systems: How Successful Are They?» en E. Beukel, K. K. Klausen y P.E. Mouritzen (eds.) *Elites, Parties and Democracy*, Odense: Odense University Press.

MAIR, P. (2001). The Freezing Hypothesis - An Evaluation. In K. Lauri & K. Stein (Eds.), **Party Systems and Voter Alignment Revisited** (pp. 27-44). London and New York: Routledge.

MAIR, P. (2002a). Comparing Party Systems. In L. LeDuc, R. G. Niemi & P. Norris (Eds.), **Comparing Democracies: Elections and Voting in Global Perspective** 2 (pp. 88-107). London (etc.): Sage.

MAIR, P. (2002b). In the Aggregate: Mass Electoral Behaviour in Western Europe, 1950-2002. In H. Keman (Ed.), **Comparative Democratic Politics** (pp. 122-140). London: Sage.

MAIR, P. (2006). Party System Change. In R. S. Katz & W. Crotty (Eds.), **Handbook of Party Politics** (pp. 63-73). London: Sage.

MAIR, P. (2008). Electoral Volatility and the Dutch Party System: A comparative Perspective. **Acta Política**, 43(2-3), 235-253.

MAIR, P. (2015). *Gobernando el vacío. La Banalización de la Democracia Occidental*. Madrid: Alianza Editorial.

MAIR, Peter . Os partidos políticos e a democracia. **Análise Social**, vol. XXXVIII (167), pp. 277-293. 2003

MAIR, Peter. Party Organizations: from civil society to the state. In: KATZ, Richard; MAIR, Peter. **How Parties Organize**: change and adaptation in western democracies. London: Sage Publications, 1994. p. 1- 21.

MANIN, B. (1997). **The Principles of Representative Government**. Great Britain: Cambridge University Press.

MANIN, Bernard. (1995), "As Metamorfoses do Governo Representativo". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, nº 29, pp. 5-34.

MANIN, Bernard. **Los principios del gobierno representativo**. Alianza Editorial. Madrid, 1998.

MARAVALL, J. M. **El control de los políticos**. Taurus, Madrid. 2003.

MARIN, J.M; MOLINERO, C.; YSÁS, P. **Historia política de España**. ISTMO, Madrid, 2001.

MAYHEW, D. W. (2000). Electoral Realignment. **Annual Review of Political Science**, 3, 449- 474.

MCALLISTER, I., & STUCLAR, D. T. (1995). New Politics and Partisan Alignment. **Party Politics**, 1(2), 197-220.

MÉNDEZ, Mónica, SANTAMARÍA, Julián. La ley de la disparidad ideológica curvilínea de los partidos políticos: el caso del PSOE. **Revista Española de Ciencia Política**, v.4: 35-69, 2001.

MENDEZ. Monica. **La estrategia organizativa del partido Socialista Obrero Español** (1975-1996). CIS, Madrid, 2000.

MICHELS, Robert. **Os Partidos Políticos**. São Paulo: Editora Senzala, 1970. 254 p.

MINISTERIO DEL INTERIOR DEL GOBIERNO DE ESPAÑA. Consulta de Resultados Electorales.

MOLINERO, C e YSÁS, P. **El règim franquista: Feixisme, modernització i consenso**. Eumo Editorial, Girona. 1994.

MONTERO, J. R. e LAGO, I. **Todavía no sé quiénes, pero ganaremos**: Manipulación política del sistema electoral español. Estudio/Working Paper 45,

UAM, Madrid, disponible em: <www.uam.es/centros/derecho/cpolitica/papers.htm>, 2005

MONTERO, J.R; RIERA, P. **Anexo II del Informe del consejo de Estado Sobre la reforma del Sistema Electoral**. Consejo de Estado, Madrid, 2008.

MONTERO, José Ramón. El debate sobre el sistema electoral: rendimientos, criterios y propuestas de reforma. **Revista de Estudios Políticos** 95: 9-46.1997.

MORADIELLOS, A. **La España de Franco**. Síntesis, Madrid. 2000.

MORENO, Alejandro. **Value Cleavages Revisited**. In: Gunther. R; BEK, P; MAGALHÃES, P; MORENO, A. *Voting in Old and New Democracies*. Routledge; 1 edition. 2015.

MORENO, Alejandro: "Value Cleavages Revisited" In: *Values changes in Latin America*. 2013.

MOVER FICHA, 2014. **Mover Ficha**: convertir la indignación en cambio político. Disponible em: <<http://tratarde.org/wp-content/uploads/2014/01/Manifiesto-Mover-Ficha-enero-de-2014.pdf>>. Acceso em: 14 jan. 2019.

NORRIS, P. **Critical citizens: global support for democratic governance**. Oxford: Oxford University Press, 1999.

NORRIS, Pippa. Recrutamento Político. **Revista De Sociologia E Política** V. 21, Nº 46: 11-32 Jun. 2013.

OCAÑA, Francisco; OÑATE, Pablo, Índices E Indicadores Del Sistema Electoral y del Sistema De Partidos: Una Propuesta Informática Para Su Cálculo. **Reis** 86, 1999 pp. 223-245.

O'DONELL, G., SCHMITTER, P., WHITEHEAD, L.. **Transiciones desde un gobierno autoritario**. Buenos Aires, Paidós. 1988.

OÑATE, Pablo; OCAÑA, Francisco. Elecciones de 2000 y Sistemas de Partidos En España: ¿Cuánto Cambio Electoral?. **Revista de Estudios Políticos (Nueva Época)**, n. 110. 2000. pp 297-327.

ORRIOLS, LI. y CORDERO, G. (2016). «The Breakdown of the Spanish Two-Party System: The Upsurge of Podemos and Ciudadanos in the 2015 General Elections», *South European Society and Politics*, 21(4), 469-492.

PANEBIANCO, Ângelo. **Modelos de Partido**. São Paulo, São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PAYNE, Stanley G.. La primera democracia española: La Segunda República, 1931-1936. In: _ PAIDOS, Barcelona; SANTOS, Juliá. **Política en la Segunda República**, 1931-1936. Ayer, Madrid. 1995.

PENADÉS, A; SANTIUSTE, S.. La desigualdad en el Sistema Electoral Español y premio a la localización del voto. **Revista Española de Ciencia Política**, nº 32. 2013.

PENADÉS, Alberto. El sistema electoral español (1977-1996). In: PANIAGUA, Juan Luis; MONEDERO, Juan Carlos. **En torno a la democracia en España. Temas abiertos del sistema político español**. Madrid: Editorial Tecnos, 1999.

PEREIRA, C. ; RENNO, L. R. O Que é que o reeleito tem? O retorno: O Esboço de uma teoria da reeleição no Brasil. **Revista de Economia Política**, v. 27, p. 664-683, 2007.

PEREIRA, Henrique G. Podemos: a emergência de uma nova ferramenta político-social em Espanha. **Polêm!ca**. Rio de Janeiro, v. 15, n. 1. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/polemica/article/view/16004/12052>>. Acesso em: 14 jan. 2019.

PÉREZ LADESMA, Manuel. Una dictadura por la gracia de Dios. **Historia Social**, nº 20, Valencia, pp. 173-193. 1994.

PIERSON, Paul (2000). – PIERSON, Paul. **Increasing Returns, Path Dependence, and the Study of Politics**. The American Political Science Review, Vol. 94, No. 2. 2000 (pp. 251-267)

PODEMOS, 2015b. **El Programa de Cambio**: plan de rescate ciudadano. 215 Medidas para un proyecto de país. Elecciones autonómicas de 2015. Disponível em: <http://podemos.info/wp-content/uploads/2015/05/prog_marco_12.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2019.

PODEMOS, 2015c. **Transparencia**: para velar por nuestra independencia, garantizar nuestro compromiso con la ciudadanía y ser la herramienta de cambio que queremos. Cuentas del Partido. Disponível em: <<http://transparencia.podemos.info/>>. Acesso em: 14 jan. 2019.

PODEMOS, 2015d. **¿Qué es Podemos?** Disponível em: <<http://podemos.info/conoce/>>. Acesso em: 14 jan. 2019.

PODEMOS, 2014. **Documento Final del Programa Colaborativo**. Disponível em: <<http://podemos.info/wordpress/wp-content/uploads/2014/05/Programa-Podemos.pdf>>. Acesso em: 14 jan. 2019.

PODEMOS, 2015a. **Asamblea Ciudadana**: resultados completos. Disponível em: <<http://asambleaciudadana.podemos.info/resultados-completos/>>. Acesso em: 14 jan. 2019.

POGUNTKE, T. (1996) Anty-party Sentiment: Conceptual thoughts and Empirical Evidence: Explorations into a Minefield, *European Journal of Political Research*, nº29, pp. 319-344.

PRESTON, Paul. **Franco: “Caudillo de España”**. Grijalbo, Barcelona. 1994.

Przeworski, A. (1975). Institutionalization of Voting Patterns, or is Mobilization a Source of Decay. **American Political Science Review**, 69(1), 49-67.

PRZEWORSKI, Adam. A social-democracia como fenômeno histórico. Lua Nova, n.15 São Paulo, SP. 1988.

PRZEWORSKI, Adam. Capitalismo e socialdemocracia. Cia. das Letras, São Paulo, SP. 1989

PRZEWORSKI, Adam. **Qué esperar de la democracia. Límites y posibilidades del autogobierno**. Siglo Veintiuno editores, Madrid. 2010.

QUERIDO, Fabio. Até Onde Podemos? **Carta Maior**, Madri, 05 dez. 2014. Carta Maior Internacional. Disponível em: <<http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Internacional/Ate-onde-Podemos-/6/32362>>. Acesso em: 14 jan. 2019.

QUIRÓZ, José Luis. La crisis de la idea de representación política. In: Nueva Revista de Política, Cultura y Arte. N° 140, Madrid, 2012

RAE, Douglas. **The political consequences of electoral laws**. New Haven: Yale University Press, 1967.

RAMÍREZ, N. (2014) Patrones de desafiliación partidaria en el reino Unido: desafección política y edad de los partidos. RIPS, v. 13, p. 11-32, 2014.

RAMIRO, Luis; MORALES, Laura. Spanish Parties and Democracy: weak party-society linkage and intense party-state symbiosis. In: LAWSON, Kay (Ed.). **Political Parties and Democracy**, Westport: Praeger/Greenwood Publishing Group, 2010. v. 2 (Europe). p. 71-95.

RATTO, C. Accountability in Latin America: a study of Economic Voting during the economic reforms. **Revista de la Sociedad Argentina de Análisis Político (SAAP)**. Vol 5, N°1, Mayo de 2011. SAAP: Buenos Aires. ISSN: 1666-7883. Pp. 59-92.

REDERO, Manuel. El sistema Político Español, 1875-1975. In: _ ALCÁNTARA, M; MARTÍNEZ, A. **Política y Gobierno en España**. Tirant lo Blanch, Valencia, 2001.

RIBEIRO, Ednaldo. *Valores pós-materialistas e cultura política no Brasil*. Maringá: Eduem, 2011.

_____. Pós-materialismo e participação política no Brasil. *Sociedade e Cultura*. Goiânia, Goiás. Pp. 375 a 387. 2008.

RODRÍGUEZ-AGUILERA, Cesário. ¿En qué sentido fue “modélica” la transición política? In: _REUNIU, Josep M.. **Sistema político español**. Huygens. Barcelona, 2012.

RUIZ RODRÍGUEZ, Leticia M. ; OTERO FELIPE, Patricia. **Indicadores de partidos y sistemas de partidos**. Centro de Investigaciones Sociológicas, Madrid, 2013.

SACCHET, Teresa e SPECK, Bruno. Financiamento eleitoral, representação política e gênero: uma análise das eleições de 2006. **Opinião Pública**, Campinas, Vol. 18, nº1, p.p. 177-197. 2012.

SÁEZ, M. A & FREIDENBERG, F. **Partidos Políticos de América Latina: Cono Sur**. Salamanca, Espanha. Ediciones Universidad Salamanca, 2001.

SÁEZ, M. A & FREIDENBERG, F. **Partidos Políticos de América Latina: Cono Sur**. Salamanca, Espanha. Ediciones Universidad Salamanca, 2001.

SARTORI, Giovanni. **Partidos e Sistemas Partidários**. Ed. Universidade de Brasília. Brasília, DF: UNB, 1976.

SCHMITT, H. (1989). On Party Attachment in Western Europe and the Utility of Eurobarometer Data. **West European Politics**, 12(2), 122-139.

SCHNEIDER, Hans-Peter. Los partidos políticos y el dinero: problemas actuales de la financiación de los partidos. **Revista de las Cortes Generales**, nº 36. Pp. 24-40. 1995.

SEGATTI, P. y CAPUZZI, F. (2016). «Five Star Movement, Syriza and Podemos: A Mediterranean Model?», en A. Martinelli (ed.), *Populism on the Rise, Democracies Under Challenge?* Milan: Instituto per gli Studi di Politica Internazionale.

SHARE, D., & MAINWARING, S.. Transitions through Transaction: Democratization in Brazil and Spain. In: SELCHER, Wayne. **Political Liberalization in Brazil**, Boulder, CO: Westview Press. 1986.

SIMÍN COSANO, P.. La desigualdad y el valor de un voto: El *malaapportionment* de las cámaras bajas en perspectiva comparada. **Revista de Estudios Políticos**, nº 143. 2009.

STRATMANN, T. "How prices matter in politics: the returns to campaign advertising". **Public Choice**, 140, p. 357-377, 2009.

SUNDBERG, J. (1999). The Enduring Scandinavian Party System. **Scandinavian Political Studies**, 22(3), 221-241.

SUNDQUIST, J. L. (1973). **Dynamics of the Party System: Alignment and Realignment of Political Parties in the US**. Washington D.C.: The Brookings Institution.

SUNDQUIST, J. L. (1983). **Dynamics of Party System - Alignment and Realignment of Political Parties in the United States** (Revised Edition ed.). Washington, D.C.: The Brookings Institution.

TAVITS, M. (2007). «Party System in the Making: The Emergence and Success of New Parties in New Democracies», *British Journal of Political Science* 38(1):113-133.

TELLES, Helcimara; STORNI, Tiago. Ideologia, atitudes e decisão de voto em eleitores de direita e de e de esquerda. **Revista de Opinião Pública: investigação social aplicada**. Buenos Aires: Teseo, n. 1, p. 87 –148, 2011.

TORCAL, M. (1989) La dimensión materialista/postmaterialista en España: las variables del cambio cultural, nota de investigación, Fundación Ortega y Gasset, Madrid.

TORCAL, M., MONTERO, J.R. y GUNTHER, R. (2002) Ciudadanos y partidos en el sur de Europa: los sentimientos antipartidistas, Estudio/workingpaper 6/2002.

TORCAL, Mariano; MONTERO, José Ramón; GUNTHER, Richard. Ciudadanos y partidos en el sur de Europa: los sentimientos antipartidistas. **REIS - Revista Española de Investigaciones Sociológicas**, pp. 9-48, 2003.

URQUIZU, Ignacio. **La crisis de representación en España**. Libros de la Catarata. Madrid, 2016.

VEIGA, L.; SILVA, A. L. da. Voto econômico na América Latina em fase de crescimento econômico e redução da pobreza. In: TELLES, H. e LAVAREDA, A. (orgs.). **Voto e estratégias de comunicação política na América Latina**. Curitiba: Editora Appris, 2015.

VELASCO, L. **Políticas del PSOE 1982-1995: del “cambio” a la decepción**. Icaria, Barcelona. 1996.

VERGE, Tania. **Partidos y representación política: Las dimensiones del cambio en los partidos políticos españoles (1976-2006)**. CIS, Madrid. 2007.

WEBB, P. . (2007) *The Modern British Party System*, Sage Publications, London, pp. 210 – 213 and 218 – 231

WEBER, Max. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Brasília: Ed. Unb, 1991.

WOLINETZ, S. B. (1979). The Transformation of Western European Party Systems Revisited. **West European Politics** 2(1), 4-28.

WOLINETZ, S. B. (1988). Party System Change: Past, Present and Future. In S. B. Wolinetz (Ed.), **Parties and Party Systems in Liberal Democracies** (pp. 296-320). New York: Routledge.

WOLINETZ, S. B. (2006). Party Systems and Party Systems Types. In R. S. Katz & W. Crotty (Eds.), **Handbook of Party Politics** (pp. 51-62). London: Sage.

WOLINETZ, Steven. Beyond the Catch-all Party: Approaches to the Study of Parties and Party Organization in Contemporary Democracies. In: LINZ, Juan;

MONTERO, Jose; GUNTHER, Richard (Eds.). **The Future of Political Parties**. Oxford: Oxford University Press, 2002. p. 136-165.

WONKA, A. (2007). Concept Specification in Political Science Research. In T. Gschwend & F. Schimmelfennig (Eds.), **Research Design in Political Science - How to practice what they preach** (pp. 41-61). New York: Palgrave Macmillan.

WORLD VALUES SURVEY. Disponível em: <<http://www.worldvaluessurvey.org/WVSON-line.jsp>>. Acesso em: 14 jan. 2019.

Wright, G. C. (1993). Errors in Measuring Vote Choice in the National Election Studies, 1952-88. **American Journal of Political Science**, 37(1), 291-316.

ZOVATTO, Daniel. Financiamento dos partidos e campanhas eleitorais na América Latina: uma análise comparada. **Opinião Pública**, Campinas, Vol. 11, nº2, p.p. 287-336. 2005.

ZUCKERMAN, A. (1975). Political Cleavage: A Conceptual and Theoretical Analysis. **British Journal of Political Science**, 5, 231-248.

Anexos

Anexo 1: Volatilidade de todos os distritos espanhóis (1979 – 2016)

Volatilidade	1979	1982	1986	1989	1993	1996	2000	2004	2008	2011	2015	2016	Magnitude
Alicante	0,12	0,45	0,15	0,08	0,24	0,02	0,11	0,12	0,05	0,17	0,43	0,06	G
Barcelona	0,31	0,50	0,12	0,11	0,09	0,13	0,10	0,21	0,14	0,26	0,63	0,18	G
Madrid	0,22	0,55	0,20	0,13	0,10	0,07	0,06	0,11	0,07	0,13	0,39	0,07	G
Málaga	0,23	0,51	0,17	0,09	0,13	0,22	0,10	0,11	0,08	0,17	0,35	0,08	G
Sevilla	0,27	0,55	0,17	0,10	0,09	0,18	0,06	0,09	0,06	0,18	0,33	0,07	G
Valencia	0,18	0,49	0,19	0,13	0,24	0,05	0,12	0,17	0,10	0,19	0,47	0,06	G
Astúrias	0,24	0,46	0,20	0,07	0,11	0,04	0,09	0,06	0,11	0,31	0,43	0,10	M
Badajoz	0,13	0,48	0,16	0,05	0,12	0,05	0,08	0,11	0,04	0,18	0,26	0,06	M
Baleares	0,20	0,56	0,18	0,15	0,13	0,06	0,16	0,22	0,13	0,23	0,50	0,12	M
Cádiz	0,30	0,55	0,15	0,14	0,27	0,23	0,10	0,13	0,08	0,21	0,35	0,03	M
La Coruña	0,27	0,65	0,22	0,08	0,14	0,07	0,12	0,15	0,02	0,15	0,41	0,09	M
Girona	0,45	0,41	0,11	0,07	0,11	0,11	0,09	0,22	0,23	0,31	0,65	0,45	M
Granada	0,19	0,47	0,20	0,16	0,10	0,16	0,06	0,07	0,05	0,13	0,30	0,06	M
Guipúzcoa	0,41	0,25	0,07	0,20	0,14	0,07	0,25	0,13	0,24	0,40	0,67	0,18	M
Jaén	0,16	0,39	0,20	0,04	0,08	0,15	0,05	0,07	0,05	0,16	0,24	0,03	M
Las Palmas	0,21	0,64	0,31	0,19	0,43	0,05	0,11	0,19	0,21	0,28	0,47	0,08	M
Pontevedra	0,28	0,60	0,27	0,09	0,20	0,10	0,13	0,15	0,03	0,12	0,42	0,08	M
Sta Cruz de Te	0,22	0,51	0,35	0,11	0,38	0,03	0,11	0,12	0,34	0,24	0,47	0,06	M
Tarragona	0,31	0,48	0,13	0,10	0,09	0,09	0,08	0,20	0,20	0,27	0,77	0,36	M
Toledo	0,15	0,47	0,15	0,04	0,09	0,05	0,05	0,06	0,04	0,14	0,28	0,06	M
Vizcaya	0,22	0,28	0,10	0,13	0,22	0,12	0,15	0,10	0,17	0,26	0,45	0,05	M
Zaragoza	0,35	0,59	0,24	0,11	0,09	0,23	0,09	0,16	0,12	0,25	0,37	0,08	M
Almería	0,20	0,46	0,20	0,06	0,15	0,03	0,10	0,05	0,07	0,13	0,27	0,05	P/M
Murcia	0,17	0,49	0,13	0,08	0,17	0,13	0,15	0,03	0,07	0,15	0,36	0,07	P/M
Álava	0,30	0,38	0,09	0,14	0,21	0,16	0,15	0,15	0,18	0,27	0,59	0,21	P
Albacete	0,20	0,46	0,16	0,04	0,10	0,04	0,07	0,05	0,01	0,15	0,32	0,05	P
Ávila	0,16	0,66	0,21	0,10	0,21	0,12	0,07	0,07	0,02	0,12	0,27	0,06	P
Burgos	0,24	0,63	0,15	0,12	0,10	0,07	0,08	0,10	0,03	0,12	0,32	0,07	P
Cáceres	0,22	0,45	0,14	0,08	0,12	0,07	0,08	0,09	0,04	0,19	0,28	0,05	P
Cantabria	0,24	0,59	0,14	0,09	0,14	0,17	0,07	0,07	0,04	0,18	0,34	0,06	P
Castellón	0,25	0,45	0,20	0,08	0,18	0,04	0,10	0,15	0,06	0,17	0,43	0,05	P
Ciudad Real	0,19	0,45	0,16	0,03	0,10	0,06	0,07	0,06	0,01	0,17	0,28	0,06	P
Córdoba	0,21	0,50	0,21	0,10	0,10	0,23	0,10	0,10	0,07	0,16	0,27	0,09	P
Cuenca	0,17	0,49	0,20	0,03	0,08	0,04	0,04	0,04	0,00	0,12	0,22	0,05	P
Guadalajara	0,23	0,56	0,18	0,05	0,06	0,04	0,04	0,08	0,05	0,13	0,36	0,06	P
Huelva	0,22	0,51	0,13	0,07	0,11	0,14	0,09	0,10	0,06	0,16	0,27	0,06	P
Huesca	0,18	0,45	0,23	0,09	0,11	0,20	0,09	0,12	0,06	0,21	0,34	0,06	P
León	0,19	0,51	0,17	0,09	0,10	0,05	0,10	0,15	0,04	0,17	0,31	0,05	P
Lleida	0,47	0,66	0,14	0,08	0,11	0,05	0,06	0,18	0,22	0,29	0,64	0,29	P
Lugo	0,32	0,62	0,21	0,05	0,14	0,03	0,11	0,15	0,06	0,15	0,30	0,08	P
Navarra	0,24	0,50	0,15	0,11	0,10	0,08	0,17	0,14	0,04	0,19	0,39	0,10	P
Ourense	0,30	0,52	0,32	0,09	0,16	0,07	0,14	0,08	0,08	0,12	0,29	0,07	P
Palencia	0,18	0,58	0,15	0,09	0,07	0,05	0,05	0,07	0,01	0,12	0,27	0,07	P
La Rioja	0,27	0,59	0,12	0,09	0,10	0,04	0,06	0,10	0,02	0,13	0,31	0,06	P
Salamanca	0,19	0,56	0,25	0,09	0,09	0,07	0,06	0,07	0,01	0,14	0,29	0,05	P
Segovia	0,16	0,61	0,21	0,10	0,09	0,09	0,06	0,09	0,02	0,13	0,31	0,09	P
Soria	0,21	0,52	0,20	0,09	0,06	0,06	0,05	0,12	0,06	0,11	0,31	0,08	P
Teruel	0,27	0,52	0,19	0,04	0,08	0,15	0,12	0,12	0,07	0,22	0,29	0,07	P
Valladolid	0,23	0,57	0,20	0,14	0,09	0,04	0,06	0,10	0,03	0,13	0,32	0,07	P
Zamora	0,29	0,54	0,20	0,04	0,08	0,06	0,08	0,08	0,03	0,13	0,27	0,07	P
Ceuta	0,30	0,55	0,15	0,18	0,23	0,08	0,30	0,29	0,06	0,20	0,31	0,07	Uninominal
Melilla	0,22	0,62	0,28	0,14	0,13	0,07	0,25	0,26	0,07	0,22	0,29	0,06	Uninominal

Fonte: Ministério do Interior.

Anexo 2: Avaliações do Governo, Política e Economia.

		abr/ 84	abr/ 92	mar/ 93	abr/ 94	abr/ 95	mai/ 96	abr/ 97	abr/ 98	abr/ 99	abr/ 00	abr/ 01	abr/ 02	abr/ 03	abr/ 04	abr/ 05	abr/ 06	abr/ 07	abr/ 08	abr/ 09	abr/ 10	abr/ 11	abr/ 12	abr/ 13	abr/ 14	abr/ 15	abr/ 17
Governo Nacional	Bem ou muito bem	27,7	20,5	15,7	11,6	9,6	34,5	30,6	31,4	35,6	49,4	34,9	34,4	24,6	52,5	32	36,2	27,9	34,7	15,9	9,2	7,7	17,3	6,5	8,1	10,8	12,2
	Regular	44,7	41,1	39,4	41,1	36,5	34,9	43,8	46,5	39,6	36	40,7	41	37,4	19,6	44,4	40,5	43,2	40,5	42	36,3	32,4	28,8	23,4	22,3	25,6	32,5
	Mal ou Muito mal	17,1	30,7	41,7	41,6	49,1	9,4	17,5	18,3	17,2	10,3	17,8	18,7	35,1	5,7	19	21	24,7	20,9	39,2	52,2	58	48,3	68,5	67,9	62,1	53,1
	NS/NR	2,1	7,7	3,3	5,6	4,9	21,2	8,1	3,8	7,5	4,3	6,5	5,9	2,8	22,3	4,6	2,3	4,3	3,9	2,8	2,5	1,9	5,6	1,5	1,7	1,5	2,1
Situação Política	Bem ou muito bem	16	15	6,1	5,1	4,6	0,9	22,3	24,1	26,8	40,7	25,5	28,1	17,7	38,9	23	24,8	16,2	20,5	10,4	4,4	3,4	7	1,8	2,3	2,7	4,2
	Regular	48	46	32,6	29,1	32,9	46,1	48,6	49,4	46,6	40,7	43,3	41,7	42,7	43	42,3	39,9	40	42,3	37,7	27,2	25,6	27,7	13,4	15,9	20,9	24
	Mal ou Muito mal	26	31	53,6	59,1	56,4	38,7	19,4	20,1	16,3	12,6	20,2	20,5	34	9,5	26,4	28,6	37,1	29,8	46,9	63,4	66,5	60,3	83,2	79,5	73,7	69
	NS/NR	10	8	7,5	6,6	6,1	8,1	9,7	6,4	10,3	6,1	10,9	9,7	5,6	8,5	8,3	6,6	6,6	7,3	5	4,9	4,4	5	2	2,2	2,7	2,8
Situação Econômica	Bem ou muito bem	4	14	6	2,8	5	9,7	24	25,9	36,6	40,7	32,4	33,7	27,4	44,2	24,6	25,9	27,2	10,6	3,6	2,8	2	0,7	5	1,1	3,1	6,2
	Regular	26	46	30,2	25,8	37,9	49,1	52,3	52	46,9	45,3	49,7	49	50,3	42,2	51,4	48,5	44,6	42,5	24,8	22,3	19	10,5	8,4	13,4	26,2	37,3
	Mal ou Muito mal	67	34	62,7	70,5	55,2	38,4	21,5	20	14,3	12,5	15,7	14,6	21	11,8	22,2	24,3	27	46,1	71,3	74,4	78,4	88,1	90,9	85,2	70,3	55,7
	NS/NR	3	6	1,1	0,8	2	2,7	2,2	2,1	2,2	1,6	2,1	2,7	1,2	1,8	1,8	1,2	1,3	0,8	0,2	0,4	0,5	0,7	0,2	0,3	0,2	0,8

Fonte: CIS.

Anexo 3 - Media - Votos cadeira - 2015					
Magnitude	Distrito	PP	PSOE	PODEMOS	CIUDADANOS
Grande	Alicante	74.271	62.904	67.203	77.199
	Barcelona	80.495	92.918	85.359	96.765
	Madrid	93.094	107.608	94.532	97.310
	Málaga	56.186	69.632	66.490	66.293
	Sevilla	91.821	74.228	104.204	71.287
	Valencia	88.516	92.063	79.441	110.948
Média	Almería	44.717	58.818	39.780	44.494
	Astúrias	62.523	72.557	66.492	66.492
	Badajoz	68.820	49.498	47.368	
	Baleares	46.880	44.318	55.814	71.551
	Cádiz	59.773	60.298	65.367	94.962
	La Coruña	79.768	68.867	88.791	66.784
	Girona		42.096	54.071	
	Granada	52.898	79.014	83.650	70.845
	Guipúzcoa		51.764	49.267	
	Jaén	60.992	49.504		
	Murcia	58.789	73.942	110.601	64.285
	Las Palmas	48.457	57.761	68.292	63.385
	Pontevedra	65.734	59.494	79.819	
	Tenerife	69.102	51.446	94.936	50.257
	Tarragona	45.619	58.922	77.036	53.152
	Toledo	74.721	53.494	52.587	53.199
	Vizcaya	74.560	84.893	85.364	
Zaragoza	53.887	59.468	102.596	95.130	
Pequena	Álava	33.683	25.331	48.413	
	Albacete	42.621	65.205		
	Ávila	23.536	20.254		

	Burgos	41.019	44.640	36.818	
	Cáceres	43.962	42.379		
	Cantabria	64.608	78.460	62.569	53.371
	Castellón	49.237	66.590	74.732	48.328
	Ciudad Real	37.817	45.980		
	Córdoba	71.051	74.926	68.740	55.812
	Cuenca	25.368	37.019		
	Guadalajara	30.685	47.365		24.603
	Huelva	37.177	47.819	39.435	
	Huesca	39.747	30.183		21.943
	León	52.039	74.128	51.441	37.902
	Lleida		24.668	30.538	
	Lugo	43.223	48.772	39.122	
	Navarra	51.122	54.856	40.608	
	Ourense	43.337	44.726	34.357	
	Palencia	21.091	25.698		
	La Rioja	33.971	41.973	28.073	
	Salamanca	44.688	45.593		35.242
	Segovia	18.091	19.769		
	Soria	20.030	12.331		
	Teruel	19.938	14.141		
	Valladolid	60.662	70.879	50.204	56.347
	Zamora	24.080	25.985		
Uninomial	Ceuta	14.813			
	Melilla	12.331			

Fonte: Ministerio del Interior

Anexo 4: Variáveis da pesquisa pós-eleitoral 20D

Recodificação	Pergunta	Respostas	Valores para o modelo
IntPol	P.1 Como Ud. sabe, recientemente se han celebrado elecciones generales en nuestro país. ¿Podría decirme, por favor, con cuánto interés siguió Ud. la campaña electoral?	Con mucho interés	0,0
		Con bastante interés	0,33
		Con poco interés	0,66
		Con ningún interés	1,0
RepPP	P.2 Indíqueme, por favor, ¿hasta qué punto está Ud. muy de acuerdo, de acuerdo, en desacuerdo o muy en desacuerdo con cada una de las siguientes frases? - Los/as políticos/as no se preocupan mucho de lo que piensa la gente como Ud.	Muy de acuerdo	1,0
		De acuerdo	0,66
		En desacuerdo	0,33
		Muy em desacuerdo	0,0
RepIP	P.2 Indíqueme, por favor, ¿hasta qué punto está Ud. muy de acuerdo, de acuerdo, en desacuerdo o muy en desacuerdo con cada una de las siguientes frases? - Esté quien esté en el poder, siempre busca sus intereses personales	Muy de acuerdo	1
		De acuerdo	0,66
		En desacuerdo	0,33
		Muy em desacuerdo	0,0
RepIV	P.2 Indíqueme, por favor, ¿hasta qué punto está Ud. muy de acuerdo, de acuerdo, en desacuerdo o muy en desacuerdo con cada una de las siguientes frases? - A	Muy de acuerdo	0,0
		De acuerdo	0,33
		En desacuerdo	0,66
		Muy em desacuerdo	1,0

	través del voto la gente como Ud. puede influir en lo que pasa en la política		
Corrup	P.3 Ahora voy a leerle una lista de temas que preocupan hoy a la gente. Me gustaría que me dijese, ¿cuál es el que le preocupa a Ud. en primer lugar? - Corrupção como o principal problema	Principal problema	1,0
		Não é o principal problema	0,0
SatDem	Me gustaría saber en qué medida está Ud. satisfecho/a con el funcionamiento de la democracia en España. Utilice una escala de 0 a 10, en la que el 0 significa que está "completamente insatisfecho/a" y el 10 que está "completamente satisfecho/a".	0	1
		1	0,9
		2	0,8
		3	0,7
		4	0,6
		5	0,5
		6	0,4
		7	0,3
		8	0,2
		9	0,1
		10	0
ConfPP	P.6 Utilizando una escala de 0 a 10, en la que el 0 significa que "no confía nada en absoluto" y el 10 que "confía totalmente", ¿hasta qué punto confía Ud. en...? - Los partidos políticos	0	1
		1	0,9
		2	0,8
		3	0,7
		4	0,6
		5	0,5
		6	0,4
		7	0,3
		8	0,2

		9	0,1
		10	0
ConfCong	P.6 Utilizando una escala de 0 a 10, en la que el 0 significa que “no confía nada en absoluto” y el 10 que “confía totalmente”, ¿hasta qué punto confía Ud. en...? - El Parlamento español	0	1
		1	0,9
		2	0,8
		3	0,7
		4	0,6
		5	0,5
		6	0,4
		7	0,3
		8	0,2
		9	0,1
		10	0
ConfJus	P.6 Utilizando una escala de 0 a 10, en la que el 0 significa que “no confía nada en absoluto” y el 10 que “confía totalmente”, ¿hasta qué punto confía Ud. en...? - El poder judicial	0	1
		1	0,9
		2	0,8
		3	0,7
		4	0,6
		5	0,5
		6	0,4
		7	0,3
		8	0,2
		9	0,1
		10	0
AvalPol	P.7 Refiriéndonos ahora a la situación política general de España, ¿cómo la calificaría	Muy buena	0,0
		Buena	0,25
		Regular	0,5
		Mala	0,75

	Ud.: muy buena, buena, regular, mala o muy mala?	Muy mala	1,00
AvalEcoE	P.8 Y en cuanto a la situación económica general de España, ¿cómo la calificaría Ud.: muy buena, buena, regular, mala o muy mala?	Muy buena	0,0
		Buena	0,25
		Regular	0,5
		Mala	0,75
		Muy mala	1,00
AvalEcoP	P.59 ¿Cómo calificaría Ud. su situación económica personal en estos momentos: muy buena, buena, regular, mala o muy mala?	Muy buena	0,0
		Buena	0,25
		Regular	0,5
		Mala	0,75
		Muy mala	1,00
IdPart	P.39 ¿Podría indicarme si se siente Ud. cercano/a o próximo/a a algún partido o coalición política?	Sim	0,00
		Não	1,00
VotPode	P.31 ¿Podría decirme el nombre del partido o coalición por el cuál votó Ud. en las elecciones generales del pasado 20 diciembre?	Podemos	1,0
		En Comú Podem	
		Compromís-Podemos-És el Moment	
		Em Marea	
		Outros	0,0
VotCs	P.31 ¿Podría decirme el nombre del partido o coalición por el cuál votó Ud. en las elecciones generales del pasado 20 diciembre?	Ciudadanos	1,00
		Outros	0,00
VotPP	P.31 ¿Podría decirme el nombre del partido o coalición por el cuál votó Ud. en las elecciones generales del pasado 20 diciembre?	Partido Popular	1,00
		Outros	0,00

VotoPSOE	P.31 ¿Podría decirme el nombre del partido o coalición por el cuál votó Ud. en las elecciones generales del pasado 20 diciembre?	PSOE	1,00
		Outros	0,00
ClasSocRecod	P.69 En una escala social, en la que el 1 representa la clase social más baja y el 10 la más alta, ¿en qué punto se situaría Ud.?	1	0,00
		2	
		3	
		4	
		5	1,00
		6	2,00
		7	
		8	
		9	
		10	
VotPP11	P.48a ¿Y podría decirme a qué partido o coalición votó? - 2011	Partido Popular	0,00
		Outros	1,00
VotPSOE11	P.48a ¿Y podría decirme a qué partido o coalición votó? - 2012	PSOE	0,00
		Outros	1,00
EdadRecod	Edad de la persona entrevistada	18 -33	0,00
		34 - 49	1,00
		50 - 65	2,00
		mais de 66	3,00
EstudRecod	P.57a ¿Cuáles son los estudios oficiales de más alto nivel que Ud. Há finalizado (obteniendo la titulación oficial correspondiente)?	Sem estudo ou com educação primaria	0,00
		Ensino medio e tecnico	1,00
		Ensino superior	2,00
DistMag	Grande	Alicante	2

		Barcelona	1	
		Madrid		
		Málaga		
		Sevilla		
		Valencia		
	Média	Almería		
		Astúrias		
		Badajoz		
		Baleares		
		Cádiz		
		La Coruña		
		Girona		
		Granada		
		Guipúzcoa		
		Jaén		
		Murcia		
		Las Palmas		
		Pontevedra		
		Tenerife		
		Tarragona		
		Toledo		
		Vizcaya		
		Zaragoza		
		Pequena		Álava
	Albacete			
	Ávila			
	Burgos			
Cáceres				

		Cantabria	
		Castellón	
		Ciudad Real	
		Córdoba	
		Cuenca	
		Guadalajara	
		Huelva	
		Huesca	
		León	
		Lleida	
		Lugo	
		Navarra	
		Ourense	
		Palencia	
		La Rioja	
		Salamanca	
		Segovia	
		Soria	
		Teruel	
		Valladolid	
		Zamora	
Uninomial	Ceuta	miss	
	Melilla		
ValExt	P.11 Algunas personas creen que es muy positivo que en un mismo país convivan personas de diferente origen, cultura y religión (estas personas se situarían en el	0	1
		1	0,9
		2	0,8
		3	0,7
		4	0,6

	punto 0 de la escala). Otras piensan que la presencia de inmigrantes puede poner en peligro los valores y la cultura de aquí (éstas se situarían en el punto 10 de la escala), y hay otras que se sitúan en posiciones intermedias. ¿En qué lugar se situaría Ud.?	5	0,5
		6	0,4
		7	0,3
		8	0,2
		9	0,1
		10	0
VaSI	P.12 Algunas personas piensan que deberían mejorarse los servicios públicos y las prestaciones sociales, aunque haya que pagar más impuestos (estas personas se situarían en el punto 0 de la escala). Otras piensan que es más importante pagar menos impuestos, aunque eso signifique reducir los servicios públicos y prestaciones sociales (éstas estarían en el punto 10 de la escala) y hay otras que se sitúan en posiciones intermedias. ¿En qué lugar se situaría Ud.?	0	1
		1	0,9
		2	0,8
		3	0,7
		4	0,6
		5	0,5
		6	0,4
		7	0,3
		8	0,2
		9	0,1
10	0		
VaSL	P.13 Algunas personas consideran que lo más importante es, ante todo, que todos/as los/as ciudadanos/as tengan el máximo de libertad, aunque eso pueda implicar perder algo de seguridad,	0	1
		1	0,9
		2	0,8
		3	0,7
		4	0,6
		5	0,5

	representando el punto "0" en una escala. Otras, en cambio, creen que lo más importante es conseguir el máximo de seguridad, aunque eso pueda implicar perder algo de libertad, siendo el punto "10" de esa escala. Por último, algunas personas se sitúan en posiciones intermedias. ¿En qué lugar se situaría Ud.?	6	0,4
		7	0,3
		8	0,2
		9	0,1
		10	0
SitTrab	P.63 ¿En cuál de las siguientes situaciones se encuentra Ud. actualmente?	Trabaja	0
		Jubilado/a o pensionista (anteriormente ha trabajado)	1
		Pensionista (anteriormente no ha trabajado)	
		Parado/a y ha trabajado antes	2
		Parado/a y busca su primer empleo	
		Estudiante	3
		Trabajo doméstico no remunerado	4
		Otra situación	

